

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Religião, política e secularização:
Temas morais polêmicos na percepção de deputados
estaduais brasileiros.

Belo Horizonte
2011

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Religião, política e secularização:
Temas morais polêmicos na percepção de deputados
estaduais brasileiros.

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de doutor em Ciência
Política pelo Departamento de Ciência
Política da Universidade Federal de Minas
Gerais .

Orientador: Prof. Doutor Carlos Ranulfo Melo

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2011



Universidade Federal de Minas Gerais
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
 Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
 31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: posdcp@fafich.ufmg.br
 TELEFAX: (31) 3409-5030 –

**ATA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO
 EM CIÊNCIA POLÍTICA, REALIZADA
 NO DIA 07/10/2011.**

Aos 07 (sete) dias do mês de outubro de 2011 (dois mil e onze), às 14:00 horas na sala F-2094 da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, reuniu-se a banca examinadora da tese intitulada **Religião, política e secularização: temas morais polêmicos na percepção de deputados estaduais brasileiros**, elaborada pelo aluno **Sandro Amadeu Cerveira**. Compuseram a banca examinadora os professores **Carlos Ranulfo Félix de Melo (Orientador)**, **Magna Maria Inácio (DCP/UFMG)**; **Alexandre Antônio Cardoso (SOA/UFMG)**, **Zwinglio Mota Dias (UFJF)** e **Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca (UFRJ)**. Após arguição oral do aluno, os membros da banca examinadora deliberaram pela aprovação da referida tese, obtendo assim o aluno o título de Doutor em Ciência Política. Para constar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros Banca Examinadora.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2011

Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo
 (Orientador-DCP/UFMG)

Carlos Ranulfo Félix de Melo

Profa. Magna Maria Inácio
 (DCP/UFMG)

Magna Maria Inácio

Prof. Alexandre Antônio Cardoso
 (SOA/UFMG)

Alexandre Antônio Cardoso

Prof. Zwinglio Mota Dias
 (UFJF)

Zwinglio Mota Dias

Prof. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca
 (UFRJ)

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca

Agradecimentos

Reconhecer a importância das agências de fomento e pesquisa (CNPQ, CAPES E FAPEMIG) é mais do que mero protocolo. Sem elas não haveria o *survey* “Trajetórias”, a bolsa de doutorado e tampouco a “*estância de investigación*” em Salamanca. Reconhecer seu papel é também uma forma de dizer muito obrigado ao conjunto dos cidadãos brasileiros que são, em última instância, os verdadeiros responsáveis por todo o investimento que me permitiu chegar aqui.

Ao meu orientador, Carlos Ranulfo Melo, sou grato pelo diálogo de orientação sempre honesto e enriquecedor, mas também pelo apoio sereno no momento em que mais precisei.

À professora Ana Doimo, minha orientadora no mestrado, que me acompanhou um bom tempo durante o doutorado, minha gratidão sincera pela interlocução fértil e pelo frequente incentivo.

Aos professores, colegas e funcionários do Departamento de Ciência Política da UFMG minha gratidão pelo debate inteligente, pelo companheirismo e por todas as vezes que ao dever acadêmico ou profissional foi acrescido generosidade e humanidade.

Aos colegas do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UNIFAL/MG, em especial Gleyton, Denisar, Bruno e Marcelo agradeço a compreensão e o suporte nos momentos finais dessa tese.

Ao meu amigo e compadre Carlos Wagner sou agradecido pelo apoio, incentivo e rico diálogo intelectual. Nossas caminhadas (desculpas para boas prosas) me ajudaram muito. Sou especialmente grato, entretanto por sua amizade constante e leal; amizade essa que além de seu valor em si, deu-me o privilégio de ter o João Francisco como afilhado.

À Efigênia Pacheco, (Fifi) agradeço mais do que a revisão do texto feita em meio a tantos compromissos. Sou feliz por saber que somos alvo do carinho e do aconchego gracioso que você e o Zeca estão sempre dispostos a oferecer aos amigos em sua casa.

Aos amigos Flávia e Leo serei sempre agradecido pelo carinho renovado e, em especial, pela acolhida e cuidado que tiveram comigo quando fui estrangeiro.

Dos professores e colegas do *Instituto Universitario de Iberoamérica da Universidade de Salamanca e de Salamanca* guardarei com gratidão os bons momentos (acadêmicos ou não) compartilhados. A minha tutora profa. Flavia Daniela Freidenberg por sua acolhida e orientação em terras espanholas e a profa. Araceli Mateos pelo diálogo, meu muito obrigado.

Aos colegas e professores do Centro de Estudos Legislativos do DCP/UFMG sou grato em especial pelo convite para participar do projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da federação”. Aprendi muito com todos vocês e faço aqui o registro de minha sincera gratidão pela oportunidade de participar de todo o processo da pesquisa e pelo uso dos dados que serviram de base empírica para essa tese.

Ao sociólogo e demógrafo Lizandro Ney Gualberto, agradeço as longas horas de orientação e diálogo sobre os meandros do trabalho estatístico aplicado às ciências humanas. Sem sua ajuda esse trabalho não estaria pronto.

À Cristiane meu muito obrigado pelas dicas e revisões, mas especialmente sou agradecido por poder partilhar da sua amizade.

Por fim sou grato a minha família. Ao pai que não me viu sequer terminar o ensino médio, sou grato por ter me ensinado o valor e a seriedade dos “estudos”. A minha mãe, que testemunhou minha defesa de mestrado, mas que não pode me ver doutor, sou grato pelo primeiro caderno e por suas deliciosas histórias que me ensinaram que o conhecimento pode ser belo.

A meus irmãos Leandro e Alexandre, hoje companheiros de academia, agradeço o estímulo confiante e, sobretudo a certeza de que posso dividir essa alegria com eles.

À Rosi, sou grato pois não apenas me incentivou, mas praticamente me “arrastou” para fazer a inscrição no doutorado e desde então não mediu esforços (e somente ela sabe quanta força precisou) para que ele chegasse a

seu fim. Se há uma pessoa da qual se possa dizer que sem ela essa tese não existiria, essa pessoa é a Rosi.

A Samuel, Jéssica e João Luis sou agradecido pela paciência e compreensão com minhas ausências e ansiedades. Obrigado especialmente por cada momento juntos, pois eles são verdadeiros momentos de felicidade, sem os quais nada disso faria sentido.

Reconhecer todas essas pessoas, é dizer que o “mérito” desse trabalho não é apenas meu, entretanto a responsabilidade por seus limites e falhas certamente é exclusivamente minha, já que as escolhas últimas o foram.

RESUMO

O trabalho pretende conhecer quais são e a que condicionantes estão associadas as percepções valorativas das elites parlamentares brasileiras subnacionais de doze estados brasileiros a respeito dos controversos temas: aborto, eutanásia, experiências com células tronco embrionárias, união civil de pessoas do mesmo sexo e descriminalização das drogas, enquanto indicadores do grau de secularização das percepções dos parlamentares. A partir da análise multivariada dos dados gerados pela pesquisa "Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da federação" (CEL/DCP/UFMG 2007), questiona-se a noção de que o grau de secularização dos posicionamentos sobre temas que polemizam com o campo religioso possam ser explicados de forma direta pela filiação religiosa. Procura-se verificar em que medida variáveis sócio demográficas como sexo, escolaridade e renda são importantes, bem como as variáveis típicas da esfera política: ideologia, partidarismo e apoio de grupos religiosos.

Palavras-chaves : Secularização, valores, aborto, eutanásia, drogas, união civil de pessoas do mesmo sexo, legisladores estaduais, ideologia, partidarismo, apoio grupos religiosos.

ABSTRACT

The work seeks to understand what is and what conditions are associated with perceptions of evaluative Brazilian parliamentary elites of twelve sub-states of Brazil on controversial moral issues: abortion, euthanasia, embryonic stem cell experiments, civil union of same-sex and decriminalization of drugs. Based on the multivariate analysis of data generated by the project "Trajectories, profiles and patterns of interaction of state lawmakers in twelve units of the federation" (CEL / DCP / UFMG 2007) questions the notion that positions about the issues that polemicize religious field can be explained directly by the religious affiliation of legislators seeking to demonstrate the relevance of variables typical of the political and ideology, partisanship and support of the religious group.

RESUMEN

El trabajo trata de entender qué es y qué condiciones están asociadas con la percepción de las elites brasileñas de evaluación parlamentaria de los doce sub-estados de Brasil en las cuestiones morales controvertidas: el aborto, la eutanasia, experimentos con células madre embrionarias, la unión civil entre personas del mismo sexo y la despenalización de la drogas. A partir del análisis multivariable de los datos generados por el proyecto "Traectorias, perfiles y patrones de interacción de los legisladores del estado en doce unidades de la federación" (CEL / DCP / UFMG 2007) cuestiona la idea de que las posiciones sobre los temas que polemizan campo religioso se explica directamente por la afiliación religiosa de los legisladores que buscan demostrar la pertinencia de las variables típicas de la política y la ideología, el partidismo y el apoyo del grupo religioso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 01 - Distribuição do Índice de Secularização – Percentuais.....	49
GRÁFICO 02 - Índice de Secularização e Sexo.....	56
GRÁFICO 03 - Distribuição das idades para o conjunto dos entrevistados.....	59
GRÁFICO 04 - Índice de Secularização e idade dos parlamentares.....	61
GRÁFICO 05 - Índice de Secularização por regiões.....	64
GRÁFICO 06 - Índice de Secularização e tamanho da cidade de origem.....	66
GRÁFICO 07 - Índice de Secularização e renda comparada.....	69
GRÁFICO 08 - Distribuição da escolaridade para o conjunto dos deputados entrevistados.....	70
GRÁFICO 09 - Índice de secularização e escolaridade.....	74
GRÁFICO 10 - Distribuição percentual das filiações religiosas para o conjunto dos dados.....	80
GRÁFICO 11- Tipo de adesão ao catolicismo Praticantes x Não Praticantes.....	96
GRÁFICO 12 - Tipo de adesão ao catolicismo: Carismáticos, Tradicionais e Progressistas.....	98
GRÁFICO 13 - Tipo de adesão ao catolicismo: Carismáticos praticantes e não praticantes x Progressistas praticantes e não praticantes	100
GRÁFICO 14 – Tipo de adesão religiosa.....	110
GRÁFICO 15 - Tipo de adesão religiosa 2.....	120
GRÁFICO 16 - Secularização e Ideologia.....	131
GRÁFICO 17 - Índice de secularização e importância atribuída ao apoio religioso.....	139
GRÁFICO 18 - Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso - Evangélicos-.....	141
GRÁFICO 19 - Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso- Católicos Praticantes –.....	144
GRÁFICO 20 - Índice de secularização e Importância do apoio religioso - Católicos Carismáticos.....	147
GRÁFICO 21- Índice de secularização e Importância do apoio religioso - Católicos Progressistas –.....	150
GRÁFICO 22 - Índice de Secularização por Índice de Partidarismo.....	159

LISTA DE TABELAS

1 -	Distribuição de frequência das respostas dos deputados estaduais sobre temas polêmicos (%)	48
2 -	Índice de Secularização para deputados estaduais nos doze estados....	49
3 -	Distribuição dos entrevistados por sexo e estado.....	54
4 -	Índice de Secularização e sexo (%).....	55
5 -	Distribuição das idades por estados (%)	58
6 -	Índice de Secularização e idade (%).....	60
7 -	Índice de Secularização por região do país (%).....	63
8 -	Índice de Secularização por cidade viveu a partir dos 16 anos (%).....	65
9 -	Índice de Secularização por renda anterior (%).....	68
10 -	Distribuição da escolaridade dos parlamentares por estados (%).....	71
11 -	Índice de Secularização por escolaridade (%).....	73
12 -	Deputados entrevistados em cada estado por filiação religiosa (%).....	81
13 -	Índice de secularização e filiação ao catolicismo (%).....	94
14 -	Índice de Secularização por tipo de adesão ao catolicismo 01 (%).....	95
15 -	Índice de Secularização por tipo de adesão ao catolicismo 02 (%).....	97
16 -	Índice de Secularização por tipo de adesão ao catolicismo 03 (%).....	99
17 -	Índice de Secularização por tipo de adesão religiosa 01 (%).....	109
18 -	Índice de Secularização por tipo de adesão religiosa 02 (%).....	117
19 -	Índice de Secularização por tipo de adesão religiosa 03 (%).....	118
20 -	Índice de Secularização e Ideologia (%).....	130
21 -	Índice de secularização e importância atribuída ao apoio religioso (%)	138
22 -	Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso - Evangélicos (%).....	140
23 -	Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso - - Católicos Praticantes - (%).....	143
24 -	Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso - Católicos Carismáticos - (%).....	146
25 -	Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso - Católicos Progressistas - (%)	149
26 -	Distribuição de frequência e valor médio do Índice de Partidarismo nos estados (%).....	157
27 -	Índice de Secularização por Índice de Partidarismo (%).....	158
28 -	Coeficiente de regressão multinomial para Graus de Secularização.....	168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. SECULARIZAÇÃO E TEMAS MORAIS: DIMENSÕES DE UM PROBLEMA	28
1.1 Secularização: expansão ou retrocesso?	28
1.2 Dimensões do debate para o caso brasileiro.....	36
1.2.1 Sacralidade do casamento versus direito à orientação sexual.....	36
1.2.2 Sacralidade da vida versus direito de escolha da mulher sobre seu corpo.....	40
1.2.3 Sacralidade da vida versus liberdade científica	41
.....	
1.2.4 Sacralidade da vida versus direito de morrer.....	42
1.2.5 Sacralidade do corpo versus liberdade sobre o próprio corpo.....	44
1.3 A construção do índice de secularização.	45
1.4 Considerações finais.....	50
2. PERFIL SÓCIO-DEMOGRÁFICO E SECULARIZAÇÃO	51
2.1 Considerações sobre a importância de variáveis sócio demográficas na compreensão da secularização de valores	51
2.2 Testando o impacto de diferentes <i>coortes</i>	53
2.2.1 Sexo.....	53
2.2.2 Idade.....	57
2.2.3 Região.....	62
2.2.4 Renda.....	66
2.2.5 Escolaridade.....	69
2.3 Considerações finais.....	75
3. FILIAÇÃO RELIGIOSA E SECULARIZAÇÃO	76
3.1 A religião dos deputados estaduais brasileiros.....	77
3.2 Católicos.....	83
3.2.1 Posicionamentos assumidos pela hierarquia católica.....	83
3.2.2 Características da adesão ao catolicismo no Brasil.....	86
3.2.3 Testando a influência da adesão ao catolicismo sobre o grau de secularização dos Deputados.....	93
3.3 Evangélicos.....	102
3.3.1 Posicionamentos assumidos por denominações e lideranças evangélicas.....	103
3.3.1 Características da adesão às igrejas evangélicas.....	105
3.3.1 Testando a influência da adesão às igrejas evangélicas sobre o grau de secularização dos deputados.....	109
3.4 Espíritas.....	109
3.4.1 Características da adesão ao espiritismo no Brasil.....	113
3.5 Os “Sem religião”	114
3.5.1 Testando a influência da ausência de adesão religiosa sobre o grau de secularização dos deputados.....	116
3.6 Considerações finais.....	120
4. POLÍTICA E SECULARIZAÇÃO	124
4.1 Considerações sobre a importância dos vínculos político institucionais na compreensão da secularização de valores.....	124
4.2 Testando o impacto dos diferentes vínculos políticos.....	125
4.2.1 Ideologia.....	125
4.2.2 Importância atribuída ao apoio religioso.....	131
4.2.2.1 Evangélicos.....	140
4.2.2.2 Católicos praticantes.....	142
4.2.2.3 Católicos Carismáticos.....	145
4.2.2.4 Católicos progressistas	148
4.2.3 Partidarismo.....	151
4.3 Considerações finais.....	160
5. FILIAÇÃO RELIGIOSA, ESCOLARIDADE OU VÍNCULOS POLÍTICOS: O QUE PESA MAIS?	162
CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	190

RELIGIÃO, POLÍTICA E SECULARIZAÇÃO: TEMAS MORAIS POLÊMICOS NA PERCEPÇÃO DE DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender quais são e a que condicionantes estão associadas as percepções valorativas de elites parlamentares brasileiras subnacionais, a respeito de temas morais controversos atualmente em pauta nas esferas político-institucionais brasileiras. Tal esforço insere-se no debate mais amplo sobre comportamento legislativo, e em particular, visa contribuir na compreensão daqueles casos nos quais ocorre a inserção de atores ou temáticas oriundos do campo religioso nos espaços parlamentares.

Especificamente serão analisadas as percepções dos parlamentares de 12 Assembléias legislativas brasileiras sobre cinco temas polêmicos: 1) aborto, 2) eutanásia, 3) experiências com células tronco embrionárias, 4) união civil de pessoas do mesmo sexo e 5) descriminalização das drogas. Na busca por entender as condicionantes associadas aos posicionamentos dos legisladores, foram entrevistados os deputados das Assembléias legislativas de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Ceará, Tocantins e Pará. A principal questão que orienta esta investigação diz respeito à importância e aos limites da filiação religiosa como variável explicativa das percepções morais dos deputados.

A questão se justifica na medida em que no Brasil, assim como em outros países democráticos ocidentais, está na ordem do dia o debate envolvendo valores morais e direitos civis no campo político. Questões como a ampliação de direitos das minorias sexuais, a liberdade nas decisões sobre o próprio corpo e o significado do que seja *vida*, pouco frequentes na esfera política brasileira há alguns anos vem ganhando maior visibilidade e hoje representam importantes *issues* dentro do sistema político institucional brasileiro. Concomitantemente, demandas advindas do campo religioso representadas por seus agentes, como defesa da família, da liberdade religiosa

e da sacralidade da vida, também têm marcado forte presença na arena política.

O encontro dessas demandas nos parlamentos (e nos meios de comunicação) tem gerado intensos debates, opondo de um lado os defensores de uma produção legislativa que garanta e amplie as chamadas “liberdades laicas”, entendidas como as liberdades civis e os direitos sexuais e reprodutivos no contexto do Estado laico, (LOREA, 2006) e de outro, os defensores de posicionamentos coerentes com valores morais, que se não são exclusivos do campo religioso, tem nessa esfera sua origem e defesa mais sistemática.

As demandas de movimentos sociais defensores de inovações legislativas visando a ampliação dos direitos das mulheres e dos homossexuais, dentre outros, ausentes na agenda institucional durante o período autoritário se fizeram ouvir já no processo de elaboração da nova constituição. A defesa da descriminalização do aborto pode ser tomada como sintomática deste processo. Nos dizeres de Rocha (2006, p. 369):

[...] a redemocratização do país, em meados dos anos 80, teve peso fundamental para tornar a questão do aborto mais visível, criando condições para ampliação do debate e elaboração de novas normas e políticas públicas, bem como novas decisões no âmbito do Judiciário. No contexto do processo de democratização e do seu desenvolvimento, houve um fortalecimento da sociedade civil, aumentando sua mobilização em busca de direitos de cidadania. Em relação à questão do aborto, acentuou-se a atuação do movimento feminista no sentido de enfrentá-la politicamente no país – movimento social este que é o principal ator comprometido com mudanças de mentalidade e institucionais a respeito do assunto.

Processo similar pode ser percebido também em relação aos movimentos em defesa de outras minorias, como negros e homossexuais, assim como esforços relativos a descriminalização da eutanásia e do uso de determinadas drogas.

No campo religioso, os evangélicos inauguraram sua mobilização também na eleição para o Congresso Constituinte; fizeram-no, porém, em sentido contrário aos movimentos mencionados, visando garantir a vocalização de valores religiosos na produção legislativa brasileira. (PIERUCCI, 1989;

FRESTON, 1993). Os pentecostais, até então auto excluídos das disputas políticas, inovaram lançando candidatos próprios para o referido Congresso, com um discurso que enfatizava para seus eleitores a necessidade de eleger “irmãos” que atuassem como seus representantes na Constituinte, justamente para evitar e barrar propostas como a descriminalização do aborto entre outras “ameaças” aos valores cristãos. (PIERUCCI, 1989) Importante lembrar, que embora a igreja católica não tenha seguido o mesmo caminho (lançamento e apoio ostensivo a candidatos católicos), sua presença se fez sentir durante os debates da Constituinte através da chamada “bancada da CNBB” que, embora eleita sem o apoio formal da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) brasileira, constituiu-se no principal núcleo de vocalização das posições católicas, bem como fundamental aliada para os evangélicos em algumas questões comuns.

No caso dos evangélicos, a Constituinte marcou uma importante virada. Os evangélicos que haviam elegido 12 deputados federais em 1982, (sendo apenas 2 pentecostais) chegaram a 32 parlamentares em 1986. A grande novidade foi que destes 32, mais da metade (18) eram pentecostais. A igreja Assembléia de Deus foi a denominação evangélica mais bem representada neste momento, com um total de 13 deputados eleitos. Em 2002 os evangélicos ampliaram sua presença no legislativo federal chegando a 51 parlamentares, sendo 49 deputados federais e 3 senadores. A partir de então, a presença evangélica se fez sentir também na esfera executiva, mediante a presença de políticos advindos desta ala do campo religioso em ministérios, governos estaduais e prefeituras de grandes cidades. (FRESTON, 2000; FONSECA, 2000; MARIANO, 2006; SOUZA, 2002).

A igreja Universal, a mais conhecida atualmente por sua presença política, elegeu por ocasião da Constituinte apenas um deputado federal; o que não deve ser considerado insignificante, dado que a grande onda de crescimento da IURD se deu nos anos 90. O crescimento na esfera política desta igreja também ocorreu na última década do século XX. De acordo com os levantamentos do professor Ari Pedro Oro, a Igreja Universal do Reino de Deus:

Em 1990 elegeu três deputados federais e seis deputados estaduais. Em 1994, duplicou o número de deputados para a Câmara Federal e aumentou para oito o número de deputados para as assembleias legislativas. Naquele ano, no Rio de Janeiro, também obteve a Secretaria do Trabalho e Ação Social e apresentou uma candidatura para o senado que alcançou 500 mil votos (FREESTON, 2000). Por ocasião das eleições de 1998, a Universal elegeu 26 deputados nas assembleias legislativas de dezoito Estados da federação (FONSECA, 1998, p. 20) e dezesseis deputados federais (sendo catorze egressos da própria igreja de distintas unidades federativas e três deputados apoiados pela igreja), cuja soma situa-se na casa de 1.400.000 votos, “[...] feito comparado a partidos de médio porte como PTB e PDT” (CONRADO, 2000, p. 26). Nas eleições 2000, a IURD elegeu dezenas de vereadores em todos os Estados do país. Já nas eleições de 2002 elegeu dezesseis deputados federais vinculados à própria igreja, dois a mais do que na legislatura anterior, e dezenove deputados estaduais, representantes de dez Estados da federação. Nessas mesmas eleições, segundo informações colhidas pela Folha de São Paulo junto ao deputado Bispo Rodrigues – o principal coordenador político da IURD– a Igreja ajudou a eleger outros quatro deputados federais não pertencentes a ela (Folha de São Paulo, 10/10/2001). Além disso, fato notável foi a eleição do primeiro senador da Igreja, o bispo Marcelo Crivella, pelo PL do Rio de Janeiro, com 3.235.570 votos, superando políticos tradicionais como Artur da Távora e Leonel Brizola, além do pastor Manoel Ferreira, da Assembleia de Deus. Dos catorze deputados federais da IURD constantes na legislatura 1998-2002, dez foram reconduzidos à Câmara Federal nas eleições de 2002 (ORO, 2003, p. 53).

Atualmente as igrejas Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus são as denominações mais eficientes em termos eleitorais, seja no nível federal ou estadual e pode ser tomadas como indicadoras da força dos grupos religiosos evangélicos na esfera política.

Como já assinalado, os evangélicos não são os únicos parlamentares religiosos dispostos a defender seus valores e percepções na produção legislativa, entretanto este grupo tem sido ,até o momento, o mais bem sucedido em vocalizar e publicizar as demandas advindas de bases religiosas através da eleição de parlamentares

Embora a presença de atores religiosos no legislativo seja também ela, consequência do próprio processo democrático, seu impacto não deixa de ser alvo da preocupação dos analistas.

Do ponto de vista da sociedade civil, a presença de atores religiosos nas casas legislativas preocupa uma vez que aquele é um espaço de deliberação das normas que vão reger as relações de atores sociais ateus, agnósticos ou das mais diferentes religiões em esferas tão distintas como o mundo do trabalho, da família, política, e etc. A investigação da atuação parlamentar dos evangélicos

fluminenses nos cinco primeiros anos do século atual indica grande empenho na defesa do ensino confessional, dos rituais e celebrações nos templos e em espaços públicos e uma forte preocupação de barrar as iniciativas que favoreçam os arranjos homo-afetivos ou levem a legalização do aborto. Assim, na contramão dos movimentos feministas e em defesa da diversidade sexual, deputados evangélicos não só tem votado contra as propostas de extensão do direito de pensão e serviços médicos aos parceiros de funcionários públicos homossexuais, com também tem apresentado projetos polêmicos e homofóbicos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. (“A atuação dos evangélicos na política institucional e a ameaça às liberdades laicas no Brasil.” Maria das Dores Campos MACHADO, 2008 p.153 in LOREA, 2008)

Objeto de preferências intensas de ambos os lados, os temas elencados como foco desse trabalho tem se materializado nas esferas legislativas na forma de propostas contra e a favor da descriminalização do aborto, descriminalização e combate ao uso de drogas, união de pessoas do mesmo sexo, eutanásia, experiências com células tronco, dentre outras (DUARTE *et al*, 2009). Se por um lado é possível encontrar diferenças e nuances internas aos grupos religiosos e não religiosos sobre estas questões, é razoável, por outro, afirmar que existe uma significativa oposição mútua, entre as propostas defendidas por movimentos de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, as liberdades laicas e as propostas originadas e defendidas por grupos religiosos e seus simpatizantes.

Não se trata aqui de definir se os posicionamentos referentes ao aborto, células tronco, direitos dos homossexuais, eutanásia ou descriminalização das drogas, hoje ilícitas são ontologicamente laicas ou religiosas. Trata-se de assumir que contemporaneamente e no atual cenário brasileiro, o debate, sobretudo na esfera legislativa, a respeito desses temas tem efetivamente polarizado posicionamentos mais afins às posturas assumidas pelas lideranças religiosas de um lado e posições oriundas de movimentos sociais mais secularizadas de outro. Não seria rigoroso afirmar a existência de um vínculo necessário entre a defesa dos temas aqui elencados e uma postura completamente secularizada, entretanto seria ingênuo deixar de enfatizar que a defesa das inovações legislativas em favor de liberdades laicas guarda afinidade eletiva com uma maior secularização das percepções e mesmo dos valores dos atores em questão. Nas palavras de Marx: “o espírito religioso não

pode ser secularizado *realmente*, pois o que é ele próprio senão a forma *não secular* de um estágio do espírito humano?” (MARX, 2010)

Uma discussão mais cuidadosa do sentido de *secularização* será apresentada a seguir; para o momento cabe enfatizar que, mais do que uma definição essencial de religioso e secularizado, nesse trabalho esses termos são tomados em sua conotação política, no sentido em que são representados e mobilizados no próprio embate em torno da conquista de espaço na arena política e na produção legislativa.

Compreender melhor esse debate e explicar suas condicionantes é o objetivo desta tese. Busca-se verificar como as disputas que tocam em valores morais presentes na esfera pública brasileira se expressam em assembleias estaduais brasileiras e quais são os determinantes das posições assumidas pelos parlamentares subnacionais. Como já mencionado, adotou-se como unidade de análise a percepção dos deputados estaduais de doze estados brasileiros eleitos na legislatura 2007-2010 sobre os temas em questão. Os dados utilizados foram obtidos a partir da pesquisa **“Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da federação” (2008)**, doravante também referido como projeto ou *survey* “Trajetórias”, conduzido por pesquisadores do Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política da UFMG.¹

O trabalho empírico consistiu ainda do levantamento e análise de documentos primários produzidos por grupos religiosos e movimentos sociais de defesa de direitos, acompanhamento de sessões na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, trabalhos de observação, além de entrevistas semi estruturadas realizadas com militantes de movimentos religiosos e sociais.

As principais razões que justificam a escolha dos deputados estaduais como unidades de análise são as seguintes:

¹ O projeto será apresentado com mais detalhes nas páginas seguintes, registro, porém desde já meu agradecimento aos coordenadores pela oportunidade de participação nessa investigação, bem como o acesso ao banco de dados sem o qual esse trabalho não seria possível.

Em primeiro lugar, faltam estudos cujo foco seja os legislativos estaduais, sobretudo em uma perspectiva comparada. Os trabalhos de Lima Junior (1983) e Santos (2001), por exemplo, sugerem que o arranjo federativo tal qual o temos pós-constituição de 88, implica dinâmicas específicas nas unidades federadas, justificando assim levantar a hipótese de que existam especificidades na dinâmica política regional em detrimento de uma visão dos legislativos estaduais como meras reproduções, em pequena escala, do arranjo e da lógica nacional. De forma similar é necessário atentar para as possíveis variações no que se refere às opiniões dos eleitores e cidadãos, assim como das diferenças de capacidade e vocalização dos movimentos oriundos da sociedade civil, sejam eles de cunho religioso ou laicista.

Em segundo lugar, em se tratando de valores religiosos na política, há indícios de que as Assembleias Legislativas também constituem um importante *locus* de disputa e visibilização de posições. Os estudos mais conhecidos sobre a presença religiosa nas Assembleias Legislativas, os casos do Rio Grande do Sul (ORO, 2000) e Rio de Janeiro (MACHADO, 2006) indicam que as câmaras sub-nacionais tem sido alvo do esforço eleitoral das igrejas e grupos religiosos interessados em participar no jogo político institucional. Nesse mesmo sentido, temas e recursos significativos que podem suscitar preferências intensas, inclusive para os grupos religiosos, estão sob a jurisdição das Assembleias Legislativas. Os casos do ensino religioso (Giumbelli, 2004)² e do “cheque cidadão”³ (MACHADO, 2006) no estado do Rio de Janeiro sugerem que é preciso compreender as relações entre a política e a religião levando-se em conta as especificidades da divisão federativa brasileira. A pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da federação” permite mobilizar dados privilegiados, seja do ponto de

² A Lei 3459/00, promulgada pelo governador Anthony Garotinho em 2000, estabeleceu o ensino religioso confessional nas escolas públicas do Rio de Janeiro. A disciplina cujo conteúdo ficou a cargo das diversas autoridades religiosas passou a ser ministrada por professores concursados previamente credenciados por suas respectivas autoridades religiosas.

³ Segundo Machado, no Rio de Janeiro, a grande maioria das entidades responsáveis pela distribuição do Cheque-Cidadão durante o governo Anthony Garotinho (1999-2002) era de tradição evangélica com, predomínio entre estas da Assembleia de Deus.

vista do foco inovador (as Assembleias Legislativas), seja no que se refere à inserção de questões morais polêmicas .

A pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da federação” foi desenvolvida pelo Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política da UFMG, em parceria com Instituto de Iberoamérica de la Universidad de Salamanca, que aplicou um amplo *survey* ao universo de legisladores dos estados aqui considerados. O fato de termos participado da elaboração deste *survey* possibilitou a inserção de questões específicas sobre valores morais, que não estão disponíveis em outros censos realizados com os deputados federais.

Os estudos sobre as percepções valorativas de atores políticos no Brasil são relativamente recentes e apresentam duas características principais.

Em primeiro lugar, é frequente que o debate central seja sobre a importância da cultura política em si, tendo a democracia como variável dependente. Nesse sentido, os estudos sobre valores, em geral buscam demonstrar a importância da cultura como variável explicativa da consolidação ou aprimoramento das instituições democráticas. Neste trabalho essa não é a preocupação principal. Os valores, ou para ser mais preciso, as percepções valorativas dos deputados aqui estudados, são elas mesmas as variáveis dependentes partindo-se do pressuposto de que os valores e tomadas de posição dos atores políticos importam (ALCÂNTARA,1997; MONTEIRO,1986) ainda, que o processo de produção legislativa não deva ser entendido como uma resultante direta da mera agregação das posições individuais dos legisladores. Entretanto, não é possível, nem prudente, desconsiderar as opiniões de atores políticos em situação privilegiada, quanto à produção de normas vinculantes em temas dessa importância.

Tampouco é nosso alvo verificar se, ou em qual direção as percepções assumidas pelos deputados influenciam efetivamente a produção legislativa; tal ambição implicaria no contraste destas percepções com as efetivas manifestações através do voto ou movimentos concretos. Sobretudo parte-se do pressuposto de que as razões para mudanças institucionais, bem como as

estratégias políticas contingenciais estão intimamente ligadas e não podem ser dissociadas das percepções valorativas dos atores políticos, em especial, quando são justamente os valores que estão em debate.

Para além deste aspecto, é importante ressaltar que o próprio levantamento dos posicionamentos dos deputados é em si relevante, na medida em que essas percepções ainda não foram mapeadas de forma sistemática e comparativa para os temas que ora propomos.

Em segundo lugar, os estudos sobre valores nas arenas políticas têm priorizado a adesão de elites e cidadãos aos valores democráticos entendidos como a preferência da democracia a modelos autoritários. A questão é da maior relevância, no entanto, para o caso de nosso estudo o problema é distinto. Não se trata da tensão entre valores democráticos e não democráticos em si. A questão colocada refere-se à disputa no espaço democrático institucional sobre determinados valores. Embora se possa argumentar que exista uma forte correlação entre liberdades laicas e democracia (BLANCARTE, 2008), é também necessário reconhecer que a participação dos grupos religiosos nas disputas políticas democráticas é um direito inerente ao arranjo pluralista e não fere per se a laicidade do Estado. (BOBBIO, 2000)

Embora seja uma interação complexa, podemos dizer que para o nosso caso o arranjo democrático (e a própria adesão dos atores, a validade do sistema) é condição necessária (e não resultante) do debate analisado.

Dentro desta temática e, tendo como unidade de análise as percepções dos deputados estaduais brasileiros nos interessa responder:

1. Como se posiciona o conjunto dos deputados estaduais das doze Assembleias Legislativas estudadas sobre as questões aqui analisadas? Existe de forma geral a predominância de percepções mais próximas às posturas laicas ou religiosas?

2. A filiação religiosa dos deputados é capaz de explicar as posturas assumidas por eles? Há coerência entre filiação religiosa e os valores morais

assumidos pelos deputados? A religião pode ser considerada uma determinante em termos valorativos? Em que casos?

3. Que outros fatores estão associados à declaração de valores mais próximos daqueles defendidos pelos grupos religiosos ou laicos? Que variáveis são estas? Qual é seu peso?

Nossa hipótese principal é que a percepção dos temas morais (mais ou menos secularizadas) das elites legislativas estudadas não pode ser explicada unicamente pela filiação religiosa, por mais significativa que seja sua importância. Neste sentido, este trabalho procurará verificar se, e até que ponto, as percepções valorativas dos deputados entrevistados são também afetadas por variáveis sócio-demográficas (escolaridade, renda, região de origem, sexo) bem com variáveis propriamente políticas (ideologia, partido e conexão eleitoral).

Na medida em que o padrão de resposta dos deputados sobre estas questões é contrastado com outras variáveis (de background e políticas), espera-se também poder delinear as condicionantes associadas a estes posicionamentos.

Os temas elencados (união civil de pessoas do mesmo sexo, descriminalização das drogas, eutanásia, aborto e experiências com células tronco embrionárias) foram escolhidos (para além de sua importância social) por serem bons indicadores da polarização: valores laicos versus religiosos, servindo assim como *proxy* de uma maior ou menor secularização dos posicionamentos. A análise dos argumentos utilizados no debate sugere que o posicionamento favorável a qualquer destes temas implica em uma postura ética, que rejeita os valores e os pressupostos religiosos, ou pelo menos relativiza-os, em nome da redução de danos, da liberdade individual ou em nome de outros ganhos sociais. Neste sentido, é razoável entender que estes temas são bons indicadores da contraposição de uma ética da convicção baseada em pressupostos transcendentais (tipicamente religiosa) e uma ética da responsabilidade baseada em valores e pressupostos seculares tipicamente laica ou secularizada. (WEBER,1993).

Ao discutir percepções religiosas é inevitável que se suponha uma vinculação entre a percepção ou adesão a valores religiosos ou laicos, (aqui assumida como nossa variável dependente) e a filiação religiosa que tratamos neste trabalho como uma das variáveis independentes. Em interface com o debate sobre secularização versus dessecularização, argumentamos que é necessário verificar em que casos a filiação religiosa implica efetivamente na adoção dos valores do campo religioso.

Em outras palavras, partimos do pressuposto que a filiação religiosa não implica necessariamente na adoção de todos os valores defendidos pelos grupos de fé. A hipótese aponta, portanto, no sentido de um refinamento da análise, pois embora as religiões continuem sendo uma importante fonte de produção de significado e valores morais em sociedades plurais, as instituições religiosas já não detêm mais o monopólio no campo valorativo.

Em virtude do exposto, a força explicativa da filiação religiosa será testada a partir de diferentes recortes. Além dos grandes grupos – católicos, evangélicos, espíritas – serão analisadas as divisões internas, tanto de católicos como de evangélicos. No primeiro caso, a partir dos recortes “praticante, “não praticante” bem como as subdivisões “tradicional”, “progressista” e “carismático”. No caso dos evangélicos, será analisado o impacto do pertencimento aos diferentes grupos denominacionais.

Nossa hipótese, neste caso, será da existência de uma correlação positiva entre filiação religiosa e adesão a valores religiosos, quando a filiação assumida pelo deputado puder ser caracterizada como do tipo adesão voluntária, em contraste com adesões do tipo tradicional; caso dos evangélicos e dos sub grupos dentro do catolicismo.

Como já explicitado, nossa hipótese principal é de que embora a filiação religiosa seja importante, ela não deve ser tomada como única variável explicativa das percepções valorativas dos deputados entrevistados.

Sendo assim, é importante refletir sobre outras esferas de socialização, além da religiosa, que poderiam afetar a formação das percepções das elites

parlamentares entrevistadas. Tradicionalmente os estudos sociológicos tratam o sexo, a idade e a escolaridade como variáveis independentes potencialmente importantes. Dentre as pesquisas que levaram em conta estas variáveis, destacamos a Pesquisa Social Brasileira (PESB), que trabalhando com uma amostra representativa da população brasileira, analisou o posicionamento dos respondentes sobre uma série de questões, entre elas questões de ordem moral (ALMEIDA, 2007). Os resultados da referida pesquisa apontaram, para o caso da população brasileira em geral, para uma importante correlação entre as variáveis **sexo, idade, escolaridade e região**, de um lado, e percepções morais, de outro. Segundo a PESB, as mulheres, os idosos e os de menor escolaridade, assim como os residentes na região norte e nordeste apresentaram clara tendência a um maior conservadorismo político e moral. Resolveu-se testar se tal tendência conservadora, apontada para a população em geral, mantinha-se para o caso dos parlamentares entrevistados.

Por fim, é razoável imaginar que as variáveis do campo político possam também estar correlacionadas às percepções dos atores políticos. Nesse sentido, ao escolher questões morais como objeto de estudo, de alguma forma focamos na mais improvável das variáveis dependentes. Afinal, como é sabido, em temas morais (em especial de fundo religioso) é comum que os próprios partidos liberem suas bancadas para votar de acordo com suas consciências. A pergunta que se colocava então era de se as dimensões do campo político não teriam também importância na formação das percepções morais destes atores.

A hipótese de ordem mais geral a ser verificada é se mesmo na presença da variável religião, as demais variáveis têm impacto sobre a variável dependente. Com base na literatura especializada, optamos por trabalhar as seguintes questões: ideologia, partidarismo e apoio político eleitoral religioso.

Embora o conceito de ideologia seja uma categoria polêmica, estudos recentes têm demonstrado que as noções de esquerda e direita não apenas apresentam consistência nas percepções dos deputados, como esta percepção guarda coerência com a categorização ideológica dos partidos políticos (MELO e NUNES, 2009; CASTRO; NUNES; ANASTÁSIA, 2009; MELO, 2011). A partir da aproximação tradicional dos religiosos com a direita e da histórica afinidade

das esquerdas com os movimentos de luta por ampliação de direitos das minorias, levantamos a hipótese de que a auto percepção de esquerda, dos deputados, apresentaria correlação positiva com posicionamentos pró valores laicos.

Melo (2011) propõe, com base na antiga tese da sociologia política, segundo a qual contextos mais modernos associam-se à presença de partidos políticos mais fortes, enquanto contextos mais tradicionais estariam mais claramente vinculados a relações políticas de tipo personalista (LIPSET; ROKAN, 1967), que deputados mais progressistas tenderiam a apresentar perfil mais partidário. Na mesma direção, levantamos a hipótese de que quanto maior o grau de partidarismo do deputado, maior será sua aproximação com os valores laicos. Vale lembrar que tal hipótese só faz sentido porque no Brasil a interação do campo religioso com a esfera política não assumiu uma forma partidária do tipo democrata-cristã.

Finalmente, cabe insistir na importância de evitar que a filiação religiosa e o apoio político de bases religiosas sejam confundidos. Embora a filiação religiosa dos evangélicos seja frequentemente associada ao apoio das igrejas, vários autores (MACHADO, 2006; FRESTON, 1993) têm mostrado que não é possível reduzir uma coisa a outra. Afim de separar as dimensões filiação religiosa e apoio político religioso, utilizamos as respostas obtidas nos *survey* nas quais os deputados valoram o apoio de suas comunidades de fé em relação as suas carreiras políticas. Tal valorização será tomada como *proxie* da “conexão eleitoral” dos parlamentares. Em virtude da própria natureza dessa investigação não se trata de delimitar distintos perfis de votação, ou bases a partir de dados eleitorais, mas a partir da própria percepção dos parlamentares, distinguir os deputados cuja trajetória política está de alguma forma conectada em termos políticos com o campo religioso.

Em outro trabalho (CERVEIRA, 2003) argumentei que, para o caso dos evangélicos, ocorrem pelo menos três diferentes perfis de interação entre o político e sua comunidade religiosa.

O tipo mais antigo seria o político que, mesmo tendo uma filiação religiosa significativa, desenvolve uma carreira e um discurso político desconectados de sua vivência religiosa. A maioria dos políticos evangélicos do início do século XX estariam nesta categoria, principalmente em virtude da opção de auto exclusão da disputa política por parte das igrejas evangélicas de então. As bases eleitorais deste tipo de político seriam, portanto, predominantemente externas e alheias aos *issues* religiosos. Neste caso o candidato religioso teria filiação religiosa, mas não apoio político religioso.

A segunda possibilidade seria aquela na qual o político religioso estabelece uma intercessão discursiva entre os valores sociais de seu campo religioso e sua militância política sem, no entanto, receber o apoio institucional de sua igreja. As bases eleitorais deste tipo de político também seriam externas ao campo religioso e também, neste caso, a filiação religiosa não implicaria em apoio eleitoral.

Por fim, o terceiro tipo seria o político religioso que é colocado pela igreja ou grupo religioso como seu “candidato oficial”. Neste caso, a militância política é pensada como uma extensão da militância religiosa. As bases, recursos, discursos e demandas com as quais este político lida são predominantemente do campo religioso. Neste caso, filiação religiosa e o apoio político andam juntos.

A partir da noção de que os deputados eleitos com apoio religioso detêm um importante recurso com vistas a sua reeleição, seria racional que estes políticos em particular se posicionassem em clara coerência com os valores religiosos. Nossa hipótese é, portanto, de uma relação de reforço mútuo entre apoio eleitoral religioso e percepções anti laicistas.

Pretende-se, portanto, demonstrar que para uma melhor compreensão da percepção das elites parlamentares sobre a questão dos valores presentes na esfera pública, é preciso ir além da explicação via filiação religiosa. O próprio diálogo, bem como o enfrentamento democrático em torno das importantes questões aqui estudadas, ganha em clareza e sofisticação na

medida em que levamos em conta outros elementos, que nos permitam superar a noção de uma “guerra santa” contrária às liberdades democráticas.

Retornemos à nossa questão inicial, referente à importância da religião sobre as percepções valorativas dos legisladores nos doze estados brasileiros pesquisados. Em um estado laico, plural poroso e com presença de sujeitos dotados de valores oriundos da esfera religiosa é importante perguntar em que medida a filiação religiosa efetivamente condiciona as percepções destes atores. Simultaneamente cabe perguntar quais outras esferas funcionam como condicionantes destas percepções valorativas das elites, que efetivamente atuam em nosso sistema político.

A fim de responder estas questões, a tese está assim organizada:

No **primeiro capítulo** apresentamos os aspectos teórico-metodológicos que estruturam este trabalho. Inicialmente discutimos o próprio conceito de secularização e a relevância de utilizá-lo para o caso brasileiro e em particular na compreensão dos fenômenos atinentes a esfera política. Neste momento do trabalho apresentamos o banco de dados que será utilizado com seus limites e possibilidades. Em especial, detalhamos a construção do indicador da percepção valorativa, o índice de secularização, que utilizaremos a fim de medir a maior ou menor aproximação dos deputados entrevistados de posições pró valores laicos ou religiosos.

No **segundo capítulo** são tratadas as variáveis sócio demográficas ou de “background”. Busca-se, nesse trabalho, verificar quais dessas características estão relacionadas aos padrões de respostas encontrados entre os parlamentares e qual sua relevância. Pretende-se, portanto, testar algumas hipóteses derivadas de outras pesquisas sobre valores no Brasil relativas a associação de coortes como sexo, idade, renda, região e escolaridade e maior grau de secularização.

No **terceiro capítulo** analisamos o impacto da filiação religiosa sobre as percepções valorativas assumidas pelos entrevistados. Nessa parte do trabalho é que são tratados os grandes recortes católicos, evangélicos, espíritas e sem

religião. Neste tratamento das filiações religiosas agrupadas, espera-se verificar se as expectativas derivadas da literatura especializada quanto a estes grupos se confirmam. De forma sucinta, espera-se verificar a hipótese derivada da sociologia da religião de que adesões do tipo voluntária aumentam as chances de coerência entre as percepções e os valores dos indivíduos e aquelas defendidas por seu grupo religioso. Na medida em que nossa hipótese principal problematiza e busca matizar a importância do religioso nas percepções morais, é nesta parte do trabalho que discutimos com mais refinamento as respostas relativas a filiação religiosa dos dois principais grupos: católicos e evangélicos. A filiação católica foi fragmentada, a partir das próprias respostas dos deputados, em “praticante”, “não praticante”, “progressista”, “carismático” e “tradicional”. Já os evangélicos serão também analisados a partir da denominação específica a que se disseram filiados.

Nesta parte da tese, a hipótese estruturante foi de que a importância da filiação religiosa deve ser matizada como variável explicativa da maior ou menor coerência dos sujeitos em relação aos valores assumidos pelas hierarquias religiosas. A importância do tipo de grupo ou sub grupo sugere que não se deve pensar a filiação religiosa como algo homogêneo e isento de contradições e especificidades.

No **quarto capítulo** são tratadas as variáveis do campo político propriamente dito. Buscou-se aqui refinar a análise proposta da relação entre o campo religioso e o político. As variáveis tipicamente políticas escolhidas foram ideologia, partido político e apoio do grupo religioso. Essa última variável, surgindo da intersecção entre os dois campos, será discutida como eminentemente política, pois diz respeito à relação do deputado com sua base eleitoral. O foco no apoio religioso pode ajudar distinguir entre uma relação estritamente privada, confessional (a filiação religiosa per se), e o vínculo estabelecido pelo parlamentar com sua *constituency*.

No **quinto e último capítulo** é feito um esforço para ponderar e refletir sobre o impacto combinado (interativo) de cada um destes fatores no indicador de percepção dos valores morais dos deputados. Através de uma ferramenta de análise multivariada, pretende-se cobrir e testar as principais variáveis que

se mostraram razoáveis, como possibilidades explicativas de percepções mais ou menos secularizadas entre os deputados estaduais estudados. Pretende-se dessa forma contribuir com o debate a respeito da influência do religioso sobre a política no Brasil, na expectativa de que os dados analisados possam matizar as interpretações que supõe uma relação direta entre visibilidade obtida pelos atores religiosos na esfera pública e um retorno puro e simples ao sagrado e suas implicações para a ampliação dos direitos das minorias, do Estado Laico e até mesmo para o arranjo democrático.

CAPÍTULO 1

SECULARIZAÇÃO E TEMAS MORAIS: DIMENSÕES DE UM PROBLEMA.

Este capítulo tem como objetivo discutir as bases teórico-metodológicas utilizadas ao longo desse trabalho, bem como apresentar a base de dados que será mobilizada para testar as hipóteses levantadas.

Na primeira parte, apresentamos uma breve revisão da polêmica a respeito dos processos de secularização versus dessecularização e sua aplicabilidade e utilidade na compreensão de aspectos relevantes para os estudos legislativos no Brasil. Em especial, nos interessa discutir como os conceitos de secularização e laicização podem ser utilizados na explicação das questões decorrentes da interface entre os campos político e religioso.

Em seguida, apresentamos e discutimos alguns temas atualmente em debate no cenário político brasileiro, que serão tomados como referência da polarização em torno dos posicionamentos assumidos por movimentos sociais favoráveis a ampliação das chamadas liberdade laicas de um lado e por lideranças político-religiosas em defesa de valores religiosos tradicionais de outro.

Por fim, apresentamos como estes temas aparecem na pesquisa “Trajetórias (2008)” e detalhamos a construção de um indicador da percepção valorativa que denominamos “Índice de Secularização”. Esse índice será utilizado para medir a maior ou menor aproximação dos padrões de resposta dos deputados entrevistados em relação a posições pró valores religiosos ou pró laicos. Esse indicador é que permitirá operacionalizar o teste das hipóteses levantadas ao longo desse trabalho.

1.1 Secularização: expansão ou retrocesso?

Embora questões como experiências com células tronco embrionárias e união civil de pessoas do mesmo sexo sejam bastante recentes, o debate sobre o lugar dos valores religiosos na produção legislativa remonta a própria

gênese da modernidade e aos dilemas relativos ao que se convencionou chamar de secularização.

De forma sintética, secularização como o processo de perda do predomínio do campo religioso sobre as demais esferas institucionais e culturais. Essa cisão está na base da própria possibilidade da existência de leis e normas, que não sejam a mera extensão ou reprodução dos valores religiosos.

Já nos primeiros escritos sociológicos, aparece a preocupação de compreender de que forma valores e moralidades são formadas, como se modificam e quais suas implicações para o arranjo social e político de uma determinada sociedade. Dentre os clássicos, talvez a “Ética Protestante e o Espírito do capitalismo” seja a mais conhecida representante dessa preocupação. Neste trabalho, como é sabido, Weber argumenta que a formação do “espírito do capitalismo”, uma ética pragmática e moderna tem suas raízes no ascetismo protestante, uma ética tipicamente religiosa.

É da tradição weberiana, que deriva também toda uma corrente que discute o processo de mudança ética/valorativa que chamamos modernidade. Uma questão importante e que ainda reverbera em países em processo de desenvolvimento como o Brasil, é se estamos diante de um processo de desencantamento, similar ao europeu, ou se a religião recupera forças e tem, portanto, papel crucial na formação dos valores e normas desta sociedade.

O foco deste trabalho – percepção favorável a valores laicos ou religiosos por parte dos deputados nos estados analisados – passa necessariamente pelo intenso debate sobre religião e secularização versus dessecularização, (reencantamento, revanche de Deus, mercantilização do sagrado). A discussão que tem oposto cientistas sociais brasileiros e internacionais possui uma importante interface com a discussão relativa às relações entre religião e política no Brasil. Daí a necessidade de se discutir o papel do religioso como condicionante (verificando, inclusive, até que ponto ele de fato o é) dos valores assumidos por cidadãos e, no caso específico, pelos seus representantes.

Segundo Oliveira (2005), a corrente que afirma o declínio do religioso se baseia nos pressupostos clássicos da análise weberiana a respeito dos processos de racionalização, secularização e desencantamento do mundo (WEBER, 1996). Para Weber a sociedade moderna e industrial, regida pela razão instrumental, caminhava para um processo de crescente racionalização da ação em um complexo modo de vida dentro das sociedades ocidentais que exigiria um Estado burocratizado associado a um mercado igualmente racionalizado. A própria religião teria sido fator importante nesse processo, em virtude das afinidades e discrepâncias em relação aos valores que emergiam dentro desse novo mundo. Talvez seja desnecessário, mas vale enfatizar que uma leitura cuidadosa de Weber não permite ver, em sua obra uma correlação causal no sentido forte entre o ascetismo intramundano religioso e a moral pragmática do capitalismo. Na obra em questão seria mais apropriado falar em afinidade histórica. Para o pensador alemão, o processo de racionalização ocidental é de longa duração e dele faz parte todo o processo de afastamento da magia, promovido pelas religiões racionalizadas, desde o judaísmo antigo, passando por Zaratrusta e a emergência do cristianismo como seita urbana no interior do império romano. A culminância desse processo, segundo alguns intérpretes, se daria com a perda da religião de seu papel central na explicação da realidade gestada entre séculos XV e XVIII. A ciência, uma filha dos movimentos racionalizantes originados no ventre do campo religioso, teria então a partir da Renascença, do Iluminismo e da Revolução Industrial superado a religião como forma de explicação totalizante do mundo. A solução científica, embora de pretensões universalizadoras, não se apresentou mais como globalizante, pois se construiu como uma forma (uma esfera) de explicação do mundo sempre parcial, desencantada e de resultados intrinsecamente provisórios.

Nesse novo cenário, pelo menos no ocidente, a religião e em especial suas instituições oficiais de representação, teria perdido seu poder de dar sentido no e ao mundo. As instituições cristãs que na aurora da modernidade disputaram de forma árdua e eventualmente cruenta, qual delas seria a instituição legítima da cristandade, já não detinham mais o monopólio de outrora e seriam incapazes de definir de forma independente, os campos da

cultura, do Estado, do Direito, do lazer e entretenimento, enfim, das instâncias reguladoras do cotidiano. A metáfora nietzchiana da morte de Deus aponta exatamente nessa direção; a religião em um mundo secularizado é apenas mais um debatedor, mais uma esfera de produção de significado, sobre temas fundamentais tais como os relativos à própria noção do que é vida, família, amor, liberdade etc.

Embora essa tenha sido, desde os finais do XIX, uma posição sedimentada no campo das ciências sociais, importantes autores contemporâneos vêm, a partir dos anos 60 e 70 do século XX, questionando e relativizando a força desse arcabouço explicativo. Em clara oposição a uma perspectiva que enxerga a perda do potencial valorativo e ético-moral das religiões na atualidade, há uma corrente de pensamento na Sociologia da Religião que afirma o retorno do sagrado, propondo que a emergência do pluralismo religioso representa um processo de ressacralização, dessecularização ou mesmo reencantamento do mundo, negando o suposto declínio, e afirmando, com base no surgimento de novos movimentos religiosos, a importância da religião no mundo atual (OLIVEIRA, 2005). Talvez Peter Berger seja o mais famoso desses pensadores no campo internacional, inclusive por ser um “convertido” recente. Berger renegou sua interpretação de um mundo em crescente secularização nos seguintes termos:

Argumento ser falsa a suposição de que vivemos em um mundo secularizado. O mundo de hoje, com algumas exceções que logo mencionarei, é tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares. Isso quer dizer que toda uma literatura escrita por historiadores e cientistas sociais vagamente chamada de “teoria da secularização” está essencialmente equivocada. Em trabalhos anteriores, contribuí para essa literatura. Eu estava em boa companhia; a maioria dos sociólogos da religião tinha opiniões semelhantes, e nós tínhamos boas razões para afirmá-las. (2000, p.10).

Ainda para o sociólogo norte americano, o equívoco está justamente na ideia de que a modernização leva necessariamente ao declínio da religião, seja no campo social ou das mentalidades. Para ele, a modernidade trouxe consigo alguns efeitos secularizantes sim, mas também provocou o surgimento de poderosos movimentos de contrasecularização. A secularização do campo social não estaria vinculada de forma necessária a uma secularização ao nível

da consciência individual. Algumas instituições religiosas efetivamente perderam “poder e influência em muitas sociedades, mas crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando a grandes explosões de fervor religioso” (BERGER, 2000, p.10). Para o Berger do início do século 21, as relações entre religião e modernidade seriam no mínimo “bastante complicadas”. Para Ari Pedro Oro (2005), um significativo grupo de autores concorda com essa “complicação” apontada por Berger e recusam que a secularização seja o recuo dos valores religiosos e da perda social de sua credibilidade e legitimação. Para estes autores, o campo religioso teria se recomposto estabelecendo inclusive novas relações com o Estado e a esfera pública. Falam de “crise da secularização” e “fim do paradigma da secularização”. A visibilidade midiática da religião, a emergência de novos movimentos religiosos, o sucesso da literatura esotérica, e o ingresso de religiões e igrejas na política seriam evidências do fortalecimento do sagrado no espaço público. Oro (2005, p. 2) cita ainda uma série de autores que enfatizam a importância do religioso no entendimento do Brasil.

Antonio Flávio Pierucci insiste, porém na ideia clássica de o processo de secularização institucional e cultural ser “irrefreável e irreversível”. A religião, segundo Pierucci (1997), perdeu definitivamente o lugar que ocupou outrora, de matriz cultural totalizante; sua influência no cinema, na TV, na música e no lazer é pífia e restrita a pequenos grupos e indivíduos. Paradoxalmente o próprio crescimento e a efervescência de novos grupos reafirmam ao invés de negar a tese da secularização. Em “*Bye bye, Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000*”, Pierucci lê os dados do censo de 2000 comparando a declaração de filiação religiosa da população brasileira nos censos de 1940 a 2000 e neles detecta a comprovação empírica da teoria sociológica da secularização. As religiões tradicionais, Católica, Luterana e Umbanda estariam em franco declínio enquanto crescem os espíritas kardecistas, os pentecostais e os “sem religião”.

Resumindo, quando se trata do tema secularização, há dois campos relativamente definidos em oposição, embora não raro fique a impressão de

uma certa incompreensão mútua, um diálogo de surdos no qual os mesmos dados e eventualmente os mesmos argumentos são mobilizados para defender posições aparentemente irreduzíveis.

A síntese aqui apresentada tem caráter heurístico e visa possibilitar o diálogo do que temos encontrado nas respostas dos deputados estaduais brasileiros, com o debate sobre a influência do religioso na política em uma sociedade de modernização tardia.

Em primeiro lugar é importante destacar, como explicita Pierucci (2010) ao fazer a exegese do conceito de secularização em Max Weber, que esse termo tem primariamente uma dimensão institucional : a separação entre o poder estatal e o religioso. Secularização esta, associada à necessidade derivada da própria pluralização do campo religioso ocidental, de um Estado que possibilite não apenas sua proteção da ingerência de uma determinada confissão, mas também a própria preservação da liberdade de consciência individual, condição necessária para o exercício da fé religiosa sem constrangimentos arbitrários, sejam eles estatais ou de uma confissão religiosa monopolista ou ainda da irreligião. Em outras palavras, um estado laico é aquele que se afasta tanto do estado confessional, quanto de um estado ateu. Se a modernidade significou a perda do poder monopolista, ou mesmo hegemônico do campo religioso sobre o político, vale lembrar que isso não significou em qualquer país ocidental democrático, a eliminação da religião da sociedade. Mesmo as experiências do socialismo real não foram eficazes nesse sentido. Ao Estado democrático moderno coube na verdade a tarefa de organizar as interações entre as duas esferas, o que foi realizado mediante uma maior ou menor regulação do mercado religioso. Para Norberto Bobbio (2000,p, 670)

a teoria do Estado Leigo fundamenta-se numa concepção secular e não sagrada do poder político, encarado com atividade autônoma no que diz respeito às confissões religiosas. Estas confissões, todavia colocadas no mesmo plano e com igual liberdade, podem exercer influência política, na proporção direta de seu peso social. (grifo meu).

No caso do Brasil, é inegável que o arranjo político jurídico, desde a proclamação da República, e em particular desde a Constituição de 88, possui

características claramente secularizadas e secularizantes. Ricardo Mariano (2003) considera que o tratamento dado, por exemplo, no celebrado paradigma francês às “seitas”, é muito menos liberal do que nosso pluralismo religioso da redemocratização. A legislação que protege os direitos relativos à liberdade religiosa já conta mais de cem anos. Ainda segundo Mariano (2006), a laicização e secularização institucional do Estado brasileiro, iniciada já na primeira República, foi o arcabouço institucional que permitiu o trabalho dos missionários evangélicos e a conseqüente quebra gradual do monopólio católico no país.

Outro elemento institucional a ser destacado, refere-se aos traços mais gerais da legislação eleitoral e partidária nacional. O sistema político brasileiro nunca contou com um partido religioso relevante, fosse católico ou evangélico. A única tentativa neste sentido foi representada pelo Partido Democrata Cristão, criado em 1945 com base, em parte, na Liga Eleitoral Católica, mas que desde cedo esteve sob a direção de setores leigos (FLEISCHER, 2004) e cuja experiência não foi retomada após a redemocratização do país. Não obstante, graças à reconhecida “porosidade” de nossos sistemas eleitoral e partidário (SANTOS, 2006; MELO & SAEZ, 2007), tal ausência não representou um obstáculo para a presença de lideranças religiosas no cenário político. Já na primeira experiência democrática brasileira, um sistema de representação proporcional com distritos de grande magnitude, liberdade para coligações e lista aberta, permitia que pequenas legendas encontrassem espaço no sistema partidário, ao lado de PSD, UDN e PTB. No período atual, o grau de fragmentação do multipartidarismo aumentou ainda mais. A razão para tanto, segundo Melo (2010) vai além do mero efeito do sistema eleitoral e deve levar em conta: (1) o rápido definhamento do PDS e a crise do PMDB ainda no governo Sarney, e (2) a legislação vigente após 1985, com baixas barreiras à criação de partidos, permissão, até 2007, para o trânsito entre eles por parte dos políticos, facilidade para obtenção de recursos políticos importantes para a sobrevivência de uns e outros e para a conquista de cadeiras no interior do poder legislativo, como fundo partidário e tempo de TV. Aliados ao sistema eleitoral, tais fatores geraram um cenário onde as portas de entrada para o sistema político expandiram-se de forma exponencial e permitiram a ocupação

do espaço político por um elevado número de siglas pequenas e médias. Este aspecto é importante, se nos interessa pensar a interação religião e política no arranjo democrático brasileiro.

Resumindo, o debate relativo à importância do religioso no processo de secularização e modernização política no Brasil deve levar em conta que os dois aspectos institucionais citados (separação igreja e estado e um sistema eleitoral e partidário poroso) emergiram cedo de dentro do sistema político brasileiro. A precedência histórica destes aspectos sugere que não faz sentido buscar no religioso as razões da secularização institucional, já que esta, pelo menos nestes dois aspectos, precede aquela e, como indicam alguns trabalhos já citados, a pluralidade religiosa das assembleias legislativas brasileiras não pode ser desvinculada desse processo. Em outras palavras, não parece haver dúvidas de que o arranjo político institucional brasileiro é coerente com as previsões de um estado moderno e secularizado no qual o exercício do poder político é regulamentado como atividade autônoma relativamente ao poder religioso (processo inaugurado na Constituição de 1891) ao mesmo tempo em que possibilita a influência das confissões religiosas de acordo com seu peso social através de um sistema eleitoral suficientemente aberto. Parece, portanto, correto afirmar, que a história institucional do Brasil, desde o início da República, é coerente com o processo de secularização moderno. Esse sentido- secularização do aparelho estatal em si – nessa tese é assumido como estabelecida e não será problematizada a partir das percepções dos parlamentares entrevistados.

Nesta tese, o foco recai sobre outra acepção do termo secularização. Interessa-nos, para os fins desta tese, a noção de secularização como “polarização profana contraposta ao eterno”, no campo das percepções valorativas. Trata-se de pensar secularização no sentido sistematizado pelo filósofo italiano Giacomo Marramao em sua “Genealogia da Secularização” (1997), como dimensão ético-política de “perda dos modelos tradicionais de valor e autoridade”, decorrente do “fenômeno sociocultural de vasta dimensão que, a partir da Reforma Protestante, consistiu na ruptura do monopólio da interpretação”. Dito de outra forma, nos interessa refletir sobre os dados

disponíveis, assumindo secularização “como sinônimo da progressiva erosão dos fundamentos teológico-metafísicos e da abertura à “contingência”; e, portanto, abertura para a dimensão da escolha, da responsabilidade e do agir humanos no mundo.” (MARRAMAO, 1997: 9, 10)

1.2 Dimensões do debate para o caso brasileiro

A oposição entre os defensores de valores religiosos e laicos ou progressistas, na esfera política brasileira, não difere de forma substantiva das polêmicas envolvendo questões similares em outros países. A luta por alterações legislativas que toquem em questões associadas à vida, à família, ao casamento e ao uso do corpo têm enfrentado oposição explícita e ferrenha da Igreja Católica e de outros grupos religiosos também na Espanha, Argentina, Itália, Estados Unidos, apenas para citar os casos mais conhecidos.

Propomos neste trabalho que tal oposição está diretamente associada ao processo de secularização, na medida em que a possibilidade da concretização destas inovações, já é em si mesma indicativo da perda da hegemonia do religioso no campo da cultura e das esferas de produção de normas vinculantes.

Analisamos a seguir cada um dos principais temas que tem mobilizado a reação de atores religiosos na arena política, procurando mostrar como cada uma destas temáticas aponta para dimensões importantes do processo de secularização.

1.2.1 Sacralidade do casamento versus direito à orientação sexual

A pesquisa “Entre o público e o privado: influência dos valores religiosos na proposição e tramitação de projetos de lei” (DUARTE *et al.*, 2009) empreendeu a análise dos discursos produzidos durante os anos de 2006 e 2007 nas Assembleias legislativas do Rio de Janeiro e de São Paulo e na Câmara Federal, em debates a respeito de direitos sexuais e de uso do corpo. Dentro do tema “orientação sexual”, os pesquisadores encontraram a menção de 56 PLs na Câmara federal e 39 na ALERJ, enquanto na ALESP apareceram 39 registros. As propostas encontradas foram agrupadas em “a) educação

sexual; b) cidadania e direitos sexuais; c) união civil de pessoas do mesmo sexo; d) criminalização da homofobia.”

Dentre estes, a criminalização da homofobia e a união civil talvez sejam os que mais claramente separam os defensores de valores laicos daqueles movidos por valores religiosos. Optou-se no *survey* “Trajetórias” por questionar os parlamentares somente sobre a questão relativa à união civil, entre outras razões por acreditarmos na época, que essa questão seria mais interessante para distinguir posturas secularizadas em termos de valores de motivações de caráter mais estratégico.

Embora a criminalização da homofobia (Projeto de Lei Complementar nº 122/2006, discutido pela Câmara dos Deputados como PL 5003/2001), também seja um indicador da postura religiosa sobre a homossexualidade, os recursos argumentativos utilizados pelos atores religiosos sugerem que há um elemento pragmático estratégico associado a essa questão em particular. Os debates parlamentares e o pronunciamento de líderes religiosos, neste caso têm colocado acento na defesa da liberdade de expressão, mais do que no conteúdo moral da orientação sexual homoafetiva. Os políticos religiosos não se cansam de reiterar que não são favoráveis à violência contra quem quer que seja, inclusive os homossexuais. O que parece incomodar mais os religiosos neste caso em particular são os possíveis desdobramentos da lei, no que se refere a liberdade para continuar sua pregação de que a prática homossexual constitui-se em pecado. Nesse sentido, a rejeição do “PL 122” estaria mais associada ao tradicional receio de limitações legais ao campo religioso (caso do debate relativo ao novo Código Civil – ver MARIANO, 2006) ; e de forma similar ao que ocorreu no caso do Referendo do Desarmamento de 2005 mobiliza argumentos liberais.

O Senador Marcelo Crivela, ligado a IURD, tem chamado esse projeto de “lei da mordaza”, sugerindo (e alimentando) o receio de limitação na liberdade de expressão por parte dos religiosos. A maior federação de igrejas batistas do país, a Convenção Batista Brasileira (CBB) publicou recentemente um “Manifesto a nação brasileira”, intitulado *Sobre a liberdade de expressão e orientação sexual do povo brasileiro*, no qual se diz preocupada com a

aprovação “de uma lei que privilegia uma minoria, em detrimento do direito de todos”. Os representantes da CBB ainda destacam: “Reconhecemos o direito dos homossexuais a um tratamento digno e igualitário, ao mesmo tempo em que defendemos a liberdade fundamental de formar e exprimir juízos, favoráveis ou desfavoráveis, nas questões de orientação sexual.”⁴

As recentes negociações, e a possibilidade de um substitutivo que permita sua aprovação em torno desse projeto de lei sugerem, que de fato a preocupação, pelo menos das frentes parlamentares ligadas aos grupos religiosos, está mais associada a expectativa de cerceamento do que esses atores consideram liberdade de consciência, do que de uma ética da convicção.

Já no caso da união civil, a questão parece ser mais substantiva e o acento recai sobre o aspecto propriamente valorativo ou moral, uma vez que não implica risco de gerar obrigações que afetem diretamente os religiosos. Embora eventualmente apareçam ilações de que as igrejas seriam “obrigadas a fazer casamentos gays”, a proposta legislativa em questão, obviamente não implica na obrigação das denominações religiosas de realizar cerimônias religiosas, dada a distinção consolidada entre casamento civil e religioso.

A forte reação dos grupos religiosos, à recente (05 de Maio) decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de reconhecerem a união estável para casais do mesmo sexo, parece corroborar o argumento de que a rejeição religiosa ao reconhecimento das uniões homoafetivas é de caráter substantivo e não meramente estratégico.

A decisão do STF decorreu do julgamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277⁵, ajuizada pela Procuradoria Geral da República e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

⁴Manifesto a Nação brasileira - Sobre a liberdade de expressão e orientação sexual do povo brasileiro, disponível em: http://www.batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=22&Itemid=17 consulta em 27 de Julho de 2010.

⁵ A íntegra da ADI encontra-se disponível na página oficial do Supremo Tribunal Federal no seguinte endereço <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=11872> . Acesso em 02 de Julho de 2011.

132⁶ movida pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. A corte votou por unanimidade no sentido de dar interpretação (conforme a Constituição Federal) para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil⁷, que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, com todas as consequências jurídicas desse entendimento, tais como a possibilidade de transformação da união estável em casamento civil e a adoção de crianças.

É importante ainda destacar, que o campo religioso também comporta tensões e contradições, mesmo em questões aparentemente consensuais. Na questão da união civil de pessoas do mesmo sexo acontece o mesmo. As principais lideranças dos três maiores grupos religiosos brasileiros (católicos, evangélicos e espíritas) parecem não apresentar divergências nesta questão; todos são contrários à união civil. É possível, porém, encontrar vozes dissonantes e, no caso específico dos evangélicos, novas denominações que não apenas “aceitam” em sua membresia pessoas assumidamente homossexuais, como fazem da inclusão dos não heterossexuais sua principal bandeira. A título de exemplo, a “Igreja Contemporânea”⁸, não apenas realiza a cerimônia religiosa de casamento de pessoas do mesmo sexo, mas também mobiliza-se politicamente em favor da aprovação do “casamento gay”. Essas divergências e questionamentos parecem não ter chegado às lideranças das grandes denominações – indicam apenas que há vozes religiosas dissonantes – sem, contudo reverberar dentro dos órgãos representativos das grandes organizações religiosas.

Em resumo, embora não seja preciso falar em posições homogêneas e monolíticas advindas do campo religioso, a oposição das denominações

⁶ Idem anterior:

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2598238>, acesso em 2 de Julho de 2011.

⁷ **Art. 1.723.** “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

⁸ A Igreja Cristã Contemporânea, fundada no Rio de Janeiro em 2006, se auto define como “uma denominação inclusiva, que prega o livre acesso a todas as pessoas ao Evangelho de Jesus Cristo. Possui destaque por aceitar as pessoas, independentemente da orientação sexual.”

religiosas numericamente mais representativas brasileiras ao casamento ou mesmo à união civil, indica que a leitura tradicional religiosa do significado de família, casamento e o lugar social destas instituições mantêm forte contraste com as inovações propostas por setores cujo lastro valorativo não é religioso.

1.2.2 A Sacralidade da vida do feto versus Direito de Escolha da Mulher sobre seu corpo

A Igreja Católica Romana (ICAR) é a principal instituição religiosa a atuar contra a descriminalização do aborto no Brasil. Embora seja possível demonstrar que a posição da ICAR tenha variado ao longo dos séculos, sua posição oficial atual é clara e inequívoca. De acordo com os documentos da Igreja Romana, a vida começa no momento da concepção e qualquer mecanismo artificial que interrompa o desenvolvimento desta vida constitui-se no pecado mortal de eliminação de uma vida humana. Assim, qualquer esforço que permita a ampliação de casos em que o aborto possa ser feito legalmente, deve ser combatido por um parlamentar católico.

Os evangélicos, como é sabido, não possuem a mesma unidade institucional da Igreja católica romana, o que torna mais complexa a definição de qual seria sua posição sobre o tema. Segundo levantamento feito por Edlaine de Campos Gomes (DUARTE *et al*, 2009), do Centro de Estudos da Metrópole/CEBRAP, existem pelo menos três distintos posicionamentos com diferentes graus de abertura por parte de igrejas evangélicas sobre o aborto.

A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), em pronunciamento de 2007 manifestou-se contrária à descriminalização, com ressalva para os casos de risco de morte da mãe. Ao considerar esse tipo de aborto legítimo, a IPB se afasta das posturas que consideram o aborto como “crime hediondo”.

O Colégio Episcopal da Igreja Metodista (também em 2007) ao se pronunciar sobre a tramitação do Projeto de Lei 1.135/91, reafirmou o significado da vida e da família cristã posicionando-se favoravelmente às práticas referentes ao planejamento familiar, promovidas pela medicina, admitindo a interrupção da gestação em casos decorrentes de estupro, de risco

de morte da mulher e em situações de mal-formação incompatíveis com a vida extra-uterina.

Por fim, a Igreja Universal do Reino de Deus, que se declarou favorável ao aborto nos seguintes casos: estupro, risco de morte materna, anomalias fetais e dificuldades econômicas. A autora não menciona em seu trabalho as igrejas batistas (com duas grandes convenções e muitas associações menores), a Assembleia de Deus (também com duas grandes convenções) e a Igreja do Evangelho Quadrangular, cujo nome aplica-se a uma única instituição.

Em nosso trabalho de pesquisa e acompanhamento de debates públicos, nos quais as denominações citadas se fizeram presentes, a posição sempre explicitada e defendida, por vezes, de forma veemente, foi sempre no sentido do direito à vida como algo sagrado, com eventuais concessões no caso de estupro ou risco de vida para a mãe. Não encontramos outra denominação que se posicionasse, pelo menos oficialmente, como a Igreja Universal no sentido de ampliar a descriminalização do aborto por “razões sociais”.

1.2.3 Sacralidade da vida versus liberdade científica

O debate sobre a liberação das experiências com células tronco embrionárias (artigo 5 da lei de Biossegurança de 2005) foi intenso no legislativo. No legislativo, as bancadas religiosas ligadas a católicos e evangélicos, apesar de intensa mobilização, foram voto vencido. No Supremo Tribunal Federal, após uma inédita audiência pública, venceu também o texto que liberava a experiência com células embrionárias resultado de fecundações in vitro com vistas à reprodução assistida.

O debate dividiu os evangélicos, em especial pela decisão da Igreja Universal do Reino de Deus de orientar seus deputados a votarem favoravelmente a proposta. A posição da IURD foi coerente com seus recentes pronunciamentos a favor da descriminalização do aborto de anencefálicos, bem como da ampliação de casos em que o aborto possa ser feito legalmente.

Embora haja afinidade entre o debate sobre células tronco e o aborto, a questão tem especificidades que possibilitaram a aprovação da lei. A questão central refere-se ao início da vida e aqui, mais uma vez, uma postura secularizada se contrapõe às perspectivas religiosas predominantes no Brasil. Para a Igreja Católica, assim como para as igrejas evangélicas e mesmo para o Espiritismo, o início da vida humana coincide com o momento da concepção, não sendo, portanto, legítimo a utilização desses embriões, dado que se trata de seres humanos, diferentes dos demais, apenas em grau e não em substância. Para os cientistas e movimentos que vêm nas experiências com células tronco uma esperança de cura para doenças atualmente irreversíveis, parece absurdo sacrificar essa possibilidade em favor de uma amontoado de células inviáveis em termos reprodutivos.

É importante ressaltar, que os deputados deste estudo, foram entrevistados após a aprovação da lei de biossegurança no Congresso, bem como da decisão do Supremo referendando o entendimento dos parlamentares federais. A aplicação do *survey* em outro momento, talvez pudesse ter gerado resultados distintos, mas nos pareceu importante manter a questão justamente porque o debate claramente opôs religiosos e laicistas.

1.2.4 Sacralidade da vida versus direito de morrer

O debate sobre a legalização da eutanásia também aparece no cenário legislativo brasileiro em tom polêmico.

O levantamento feito pelo “Núcleo de pesquisa sujeito interação e mudança” (DUARTE *et al*, 2009) enumera o Projeto de lei número 4.662 de Maio de 1981, de Inocêncio de Oliveira, arquivado em novembro de 1983; o projeto de lei 1989 de 1991, proposto por Gilvam Borges (PRN/AP) e arquivado em 1993 e a proposição de convocação de um plebiscito sobre a eutanásia, também de Gilvam Borges, então no PMDB, para janeiro de 1994. A proposição foi arquivada em 1994 e desde então as propostas de legalização da eutanásia desaparecem do Congresso nacional. Em nível estadual, é importante citar a lei dos direitos dos usuários dos Serviços de Saúde do Estado de São Paulo, (nº 10.241/99) que estabelecia em seu art. 2º o direito à

recusa por parte do usuário de “recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários para tentar prolongar a vida”.

No sentido da criminalização, a primeira proposição é de 1994, de autoria do deputado Osmano Pereira (PSDB/MG) na forma de Projeto de Lei Complementar (PLC nº 190/194), definindo o aborto e a eutanásia como “crimes hediondos contra a vida” e vedando “a apresentação de proposições que visem legalizá-las ou descriminalizá-las”. Esse projeto foi arquivado em fevereiro de 1995. Após essa data, o mesmo deputado mineiro tornou apresentar projetos de teor similar em Setembro de 1995 e Abril de 2005 (DUARTE *et al*, 2009).

Embora a Igreja Católica, bem como algumas denominações evangélicas venham se colocando contrárias à “obstinação terapêutica” e sinalizando favoravelmente ao que os especialistas tem chamado de “ortotanásia”, a posição destas igrejas é claramente contrária à Eutanásia, seja ela ativa ou passiva, voluntária (suicídio assistido) ou involuntária. As demandas pela descriminalização ou legalização da eutanásia com frequência tem surgido no seio da classe médica ou de familiares com parentes com enfermidades graves sem perspectiva de cura.

A argumentação em favor da Eutanásia propriamente dita se encaixa também na defesa das liberdades laicas, na medida em que rompe com a noção de que sendo Deus o autor da vida, somente Ele pode retirá-la. O argumento secularizado implica que a vida do indivíduo não pertence a uma instância exterior, transcendente ou mesmo imanente, e que, portanto, a escolha de seu fim passa por uma escolha do próprio sujeito (ou de alguém legítimo para representá-lo), com base em critérios terrenos e humanos como “a qualidade de vida” ou mesmo o direito a não ser submetido a tortura.

No *survey* “*Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da federação*” (2008), fizemos questão de colocar “eutanásia” e não qualquer das variantes também em debate, como a “ortotanásia” ou “distanásia”, por ser esse tema o que melhor representa a

polaridade de uma perspectiva próxima dos valores religiosos em contraste com a defesa de uma liberdade laica.

1.2.5 Sacralidade do corpo versus liberdade sobre o próprio corpo

O tema descriminalização das drogas, atualmente consideradas ilícitas, é particularmente polêmico e opõe não apenas religiosos e secularizados, embora seja típico da oposição entre estas posturas. Neste caso, a questão passa pela defesa da liberdade do indivíduo sobre seu próprio corpo e de uma política de redução de danos, de um lado, em oposição à manutenção de restrições com base na noção de preservação da saúde e da vida que, em última instância, deve ser imposto ao indivíduo.

Em meados de junho desse ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou, por 8 votos a 0 (zero), a realização das chamadas “marchas da maconha”, que tem como objetivo defender a descriminalização dessa droga. A decisão decorreu do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 187 ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O entendimento dos ministros foi de que o artigo 287 do Código Penal, que tipifica como crime fazer apologia de "fato criminoso" ou de "autor do crime", não deve ser interpretado de forma a impedir manifestações públicas em defesa da legalização de drogas.

O grau de rejeição do tema aparece na própria necessidade de acionar a suprema corte do país para esclarecer integrantes do judiciário, que a mera proposta de descriminalização de determinado ilícito penal não se confunde com o ato de incitação à prática do delito nem com o de apologia de fato criminoso.

A reação dos religiosos foi claramente contrária a decisão do STF, embora talvez em menor intensidade do que ocorreu com o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Do ponto de vista dos religiosos, a rejeição de qualquer movimento na direção da descriminalização das drogas, inclui também o esforço para que não ocorra a legitimação social de uma prática considerada pecaminosa. Para os evangélicos, mesmo as drogas lícitas

devem ser evitadas. Herdeiros do puritanismo de vertente metodista, trazido pelos missionários norte-americanos para o Brasil, os evangélicos brasileiros condenam o uso do álcool, do cigarro, bem como todo e qualquer vício entendido como agressão ao “templo do Espírito Santo”. Para os católicos e espíritas não se trata de total abstenção, mas de moderação, sempre visando a preservação da vida e da saúde, entendidos como um dom divino.

Certo ascetismo religioso também aparece nas ações pastorais de católicos, evangélicos e espíritas no sentido de prevenir e tratar dependência química. Não é de se estranhar, portanto, que preocupe as lideranças religiosas qualquer proposta que possa ampliar e legitimar o acesso, especialmente dos jovens às drogas. Do lado dos defensores da descriminalização, dois argumentos principais costumam ser mobilizados.

Por um lado, aparece o argumento de que os danos causados “pelas drogas” estão muito mais associados à violência gerada pelo tráfico do que ao uso propriamente dito. Os defensores da descriminalização citam com frequência a fracassada experiência norte-americana com a Lei Seca, para argumentar que é melhor que haja um mercado regulamentado, que possibilite aqueles que desejam usar determinadas drogas, que a situação atual de conflito aberto. Não é de surpreender, que tais argumentos na linha da “redução de danos”, não façam eco entre religiosos cuja argumentação claramente se apóia numa ética da convicção informada pela revelação. É nesse sentido que essa questão foi escolhida para medir o grau de aproximação dos deputados estudados em relação a posturas religiosas ou laicistas secularizadas.

1.3 A construção do índice de secularização.

A fim de operacionalizar o estudo das percepções das elites parlamentares subnacionais brasileiras sobre estes temas polêmicos, utilizamos os dados resultantes do projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais no Brasil”, (2008) desenvolvido pelo Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política da UFMG durante o ano de 2007/08.

Essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de levantar informações e percepções dos deputados estaduais brasileiros dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Ceará, Tocantins e Pará. A pesquisa foi realizada em parceria com a Universidade de Salamanca⁹ e contou com mais de cem questões. A aplicação aconteceu entre os meses de setembro de 2007 e fevereiro de 2008 para um total de 513 dos 624 deputados que constituíam o universo da pesquisa. Trata-se, portanto, de um censo das assembleias legislativas citadas e não de uma amostra do conjunto dos deputados estaduais brasileiros. É importante ressaltar que, por não se tratar de uma amostra representativa dos parlamentares subnacionais do Brasil, as análises e conclusões aqui expostas não podem ser extrapoladas para além do conjunto dos entrevistados.

Na construção do referido *survey* foram introduzidas as cinco questões polêmicas já mencionadas: **União civil de pessoas do mesmo sexo**, **Eutanásia**, **Descriminalização do uso de drogas**, **Experiências com células tronco embrionárias**, (pergunta 74 do questionário) e **Direito a escolha (descriminalização) do Aborto** (pergunta 75) .

As questões foram colocadas para os parlamentares da seguinte maneira:

- Q 74: “Agora vou enumerar um série de temas polêmicos. Como o(a) Sr(a) se posiciona em relação a cada um deles? Se é contra ou a favor:

Descriminalização do uso de drogas
Eutanásia
Experiência com células tronco embrionárias
União civil de pessoas do mesmo sexo

⁹ Entre setembro de 2007 e março de 2008 participei, juntamente com outros colegas e professores, de uma missão ,estudos e intercâmbio junto a Universidade de Salamanca como parte do projeto. O convênio de cooperação internacional assinado entre o DCP/UFMG e o Instituto de Iberoamerica foi possível graças ao apoio da CAPAES/CNPQ e da FAPEMIG. Durante o tempo em Salamanca, tive como tutora a professora Dra. Flavia Freidenberg ,que juntamente com a equipe do Programa de Doutorado em Processos Políticos Contemporâneos, contribuiu significativamente para o êxito da pesquisa.

- Q 75: Por favor, indique sua opinião a respeito do aborto, na escala seguinte, onde 1 significa apoio máximo à afirmação de que “a mulher grávida é a única que tem direito a decidir sobre a moralidade do aborto e sua prática” e 10 apoio máximo à afirmação de que “O Estado deve considerar ilegal o aborto e penalizá-lo como qualquer outro delito”.

A pergunta sobre o aborto aborda a opinião do deputado a respeito de quem tem o direito de definir sobre a moralidade do ato, a Mulher ou o Estado numa escala de 01 a 10. Com exceção desta questão as demais perguntas não permitiam gradações de resposta, pois foram apresentadas apenas as alternativas “contra” e “a favor”. No caso do parlamentar responder “depende”, espontaneamente essa opção foi registrada. A fim de poder comparar as repostas relativas a moralidade do aborto com as demais questões, optou-se por agregar as respostas de 1 a 3 como “favorável” a descriminalização do aborto, 4 a 7 como “depende” e 8 a 10 como “contra”.

Estas questões foram selecionadas como *proxies* de percepções laicas ou religiosas na medida em que tem com frequência nos pólos extremos do debate relativo a valores. A pretensão, ao analisar esses dados, é em primeiro lugar diagnosticar as percepções assumidas pelos deputados entrevistados, para em seguida verificar a que condicionantes estão elas associadas.

A fim de dar maior operacionalidade no manuseio dos dados, bem como evitar que o foco do trabalho seja desviado para o conteúdo em si dos debates, optou-se pela construção de um Índice de secularização dos valores morais dos deputados, a partir do posicionamento destes nas cinco questões polêmicas mencionadas.

As respostas às questões propostas ficaram assim distribuídas para o conjunto dos entrevistados.

TABELA 1
Distribuição de frequência das respostas
dos deputados estaduais sobre temas polêmicos (%)

	Contra	Depende	Favorável
Descriminalização da drogas	69,3	6,2	24,5
Descriminalização do aborto	24,4	34,9	40,7
Eutanásia	53,2	15,1	31,8
Experiências com células tronco embrionárias	8,7	3,2	88,1
União Civil pessoas mesmo sexo	39,8	3,6	56,5

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Como é possível perceber não há homogeneidade na aceitação ou rejeição dos temas. Quanto ao número de relativizações (depende), destacam-se respostas a respeito do aborto e, em segundo lugar, da eutanásia. Esse padrão de repostas, entretanto, apresenta níveis importantes de coerência interna, se comparadas no seu conjunto. As medições de qui-quadrado entre pares de questões (abaixo de 0,0 para 9 dos 10 cruzamentos realizados) assim como o Alfa de Cronbach (0,601) apresentaram níveis de fiabilidade considerados aceitáveis para um índice composto por variáveis de diferentes dimensões¹⁰ e obtido a partir de um conjunto de respondentes em si mesmo heterogêneo, seja em termos geográficas, partidários ou sociais.¹¹

Para a construção do índice, cada resposta positiva (favorável às liberdades laicas) recebeu dois (2) pontos, as repostas “depende” (que implicariam alguma forma de relativização), receberam um (1) ponto e as claramente contrárias (afinadas com as posições defendidas pelos grupos

¹⁰ “Segundo o Academic Technology Services, Statistical Consulting Group da UCLA, disponível em <http://www.ats.ucla.edu/stat/sas/notes2/> e acessado em 24/11/2007, “o Alpha de Cronbach representa quão bem um conjunto de variáveis mensura um construto latente unidimensional simples. Quando os dados apresentam uma estrutura multidimensional, o alpha de Cronbach é geralmente baixo” (tradução dos autores).” In: Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros* Mônica Mata Machado de Castro, Fátima Anastásia e Felipe Nunes - Revista Dados – 2010 – Vol. 52 no 4

¹¹ “De um modo geral, um instrumento ou teste é classificado como tendo fiabilidade apropriada quando o α é pelo menos 0.70 (Nunnally, 1978). Contudo, em alguns cenários de investigação das ciências sociais, um α de 0.60 é considerado aceitável desde que os resultados obtidos com esse instrumento sejam interpretados com precaução e tenham em conta o contexto de computação do índice (DeVellis, 1991)”. (MAROCO & GARCIA-MARQUES, 2006 p73)”

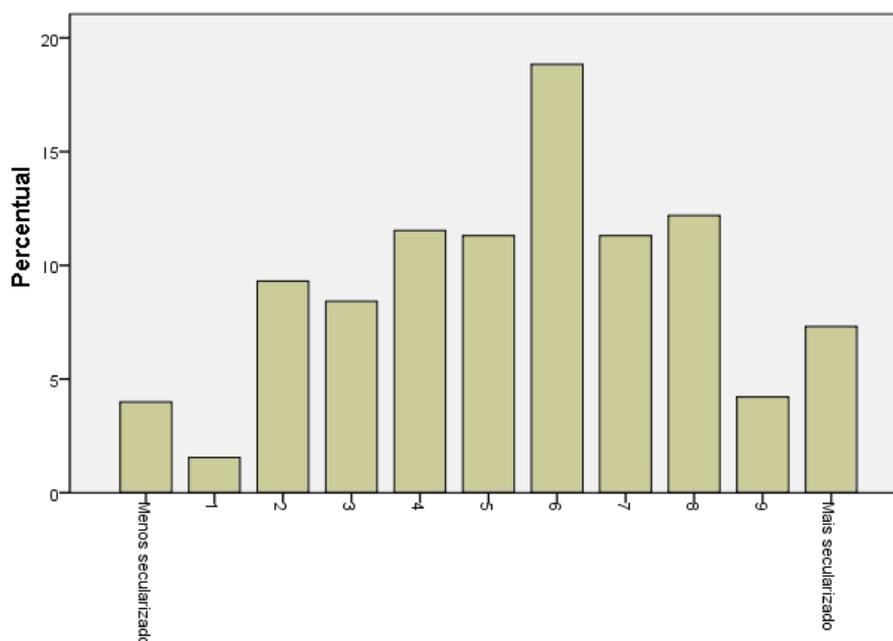
religiosos) receberam zero (0) . Dessa forma, o índice de secularização dos deputados oscila entre zero (0) (menos secularizado) e dez (10) (mais secularizado), com gradações intermediárias de um (1) ponto cada. A distribuição do índice para o conjunto dos deputados entrevistados pode ser vista na tabela e gráficos a seguir.

TABELA 02
Índice de Secularização para deputados estaduais nos doze estados

Índice de secularização	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Menos secularizado	18	3,5	4,0	4,0
1	7	1,4	1,6	5,5
2	42	8,2	9,3	14,9
3	38	7,4	8,4	23,3
4	52	10,2	11,5	34,8
5	51	10,0	11,3	46,1
6	85	16,6	18,8	65,0
7	51	10,0	11,3	76,3
8	55	10,7	12,2	88,5
9	19	3,7	4,2	92,7
Mais secularizado	33	6,4	7,3	100,0
Total	451	88,1	100,0	
Missing System	61	11,9		
Total	512	100,0		

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

GRÁFICO 01
Distribuição do Índice de Secularização – Percentuais



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

É importante registrar que na distribuição do índice de secularização, 61 casos foram considerados “missing system” (perdidos), em virtude da não resposta (não sabe/não respondeu) por parte dos entrevistados. Testes de imputação foram experimentados sem sucesso o que levou a decisão, não sem relutância, dado o pequeno número de casos do universo, de assumir esses 12% de casos como efetivamente perdidos. Na distribuição geral 35% dos deputados ficaram localizados nos 5 primeiros pontos (abaixo da média), algo em torno de 12% no ponto médio (5) e os demais 55%, (mais da metade portanto) acima da média com 6 pontos. Chama a atenção o fato de quase 19% dos deputados terem obtido um escore de 6.

1.4 Considerações finais

Em resumo, procuramos estabelecer ao longo desse capítulo a importância dos conceitos de secularização e laicização na compreensão de debates relativos a temas polêmicos envolvendo questões morais na arena legislativa. Posteriormente, a partir das respostas obtidas pelo *survey* foi possível a construção de um indicador da percepção valorativa, o índice de secularização, a ser utilizado para medir a maior ou menor aproximação dos deputados entrevistados, relativamente a posições pró valores laicos ou religiosos.

Nos capítulos seguintes buscamos explicar essa maior ou menor secularização das posturas assumidas, contrastando o índice construído com as variáveis relativas a três campos sociais: o religioso, o sócio-demográfico e o político. Como já apontado, pretende-se demonstrar que a própria defesa dos valores religiosos não pode ser explicada apenas pela filiação religiosa, mas que outras variáveis precisam ser mobilizadas, indicando mais uma vez a força das esferas não religiosas.

CAPÍTULO 2

PERFIL SÓCIO-DEMOGRÁFICO E SECULARIZAÇÃO

No esforço para compreender quais são e a que condicionantes estão associadas as percepções valorativas das elites parlamentares brasileiras subnacionais, entrevistadas ao longo desse estudo, optou-se por discutir inicialmente, em que medida as clivagens sócio demográficas poderiam interferir nas variações encontradas para os padrões de resposta.

Para além de mera prudência metodológica, o cuidado com as chamadas variáveis de contexto ou de *background* visa contribuir no sentido de controlar o efeito das diferentes experiências de socialização sobre a variável resposta. Variáveis tais como sexo, idade, escolaridade, renda e região, utilizadas nesse trabalho, foram selecionadas enquanto *proxies* de dimensões importantes na trajetória dos atores estudados.

2.1 Considerações sobre a importância de variáveis sócio demográficas na compreensão da secularização de valores

Estudos com foco em atitudes, valores e crenças; conduzidos por diferentes áreas como sociologia, psicologia social e inclusive ciência política, convergem sobre a importância do efeito das chamadas variáveis de contexto sobre os padrões de resposta em temas ligados a valores.

No campo da psicologia social vale citar os trabalhos de Tamayo (1988) que conduzindo investigações a partir da aplicação da escala de valores de Rokeach, encontrou resultados que corroboram a influência do sexo e da idade sobre as prioridades valorativas dos sujeitos. No estudo em questão, verificou-se que as mulheres enfatizam mais do que os homens valores como: fidelidade, amor, honestidade, religião, família, amizade, igualdade, dignidade pessoal e equilíbrio interior. Os homens, por sua vez, valorizariam a liberdade, o sexo e a beleza. Com respeito ao efeito da idade, também foram encontradas variações importantes. Entre os adolescentes, a amizade foi o valor mais

destacado. Os universitários priorizaram a liberdade, enquanto os adultos enfatizaram o patriotismo, o conforto, a dignidade pessoal e a honestidade.

Embora polêmico, não é possível deixar de citar o trabalho de Alberto Carlos Almeida em parceria com Clifford Young, “A cabeça do brasileiro” (2007). O estudo conduzido com base nos dados da Pesquisa Social Brasileira/DATAUFF, da Universidade Federal Fluminense também aponta para a relevância das variáveis sócio-demográficas, para a compreensão das percepções relativas a crenças e valores. Nesse trabalho Almeida sustenta ter encontrado clara correlação positiva entre sexo, idade, região de moradia e, sobretudo escolaridade em relação e determinados valores; ser homem, morar região sul e/ou sudeste e possuir escolaridade alta, estaria associado a posturas modernas e liberais, enquanto o “arcaísmo” ou conservadorismo seria típico das mulheres, idosos, de baixa escolaridade e que vivem no interior das regiões norte e nordeste.

A pesquisa, que pretendeu ser um teste quantitativo de hipóteses sobre a sociedade brasileira, a partir da antropologia de Roberto DaMatta, recebeu várias críticas por ocasião de sua publicação. Dentre os problemas apontados estariam questões analíticas e metodológicas, em especial a não utilização de ferramentas estatísticas mais sofisticadas, que pudessem ponderar a influência de certas variáveis (como é o caso da região) que, embora robustas, quando analisadas isoladamente, poderiam ter seu efeito matizado na interação com outras variáveis.

Segundo Almeida, em todos os temas propostos, a correlação entre idade, escolaridade, sexo e região apresentou-se robusta. Embora a pesquisa que deu origem ao livro “A cabeça do Brasileiro” não trabalhe com as mesmas questões, sobre as quais nos debruçamos, ela oferece interessante hipóteses sobre a relação entre as percepções valorativas e as variáveis sócio demográficas.

Assumida a importância dessas variáveis, faz-se necessário perguntar, se entre as elites políticas estudadas, elas não seriam também capazes de

explicar, ainda que parcialmente, as variações encontradas nos padrões de resposta.

2.2 Testando o impacto de diferentes coortes

A hipótese mais geral que serve de fio condutor para esse capítulo é de que existe correlação entre características sócio-demográficas e posturas referentes a valores. De forma mais específica, procura-se testar as hipóteses derivadas por analogia ao trabalho de Almeida. Em outros termos, a suposição é de que haveria uma maior tendência ao conservadorismo (menor grau de secularização), portanto, por parte das parlamentares mulheres, idosos, oriundos da região nordeste e, em especial, dos menos escolarizados.

O fato de que nesse trabalho o universo seja distinto, composto por elites políticas, torna o exercício particularmente interessante, na medida em que permitirá não apenas verificar o papel das variáveis sócio demográficas em si, mas feito isso, verificar se o próprio pertencimento a elite política tem impacto sobre as posturas assumidas pelos atores sociais.

2.2.1 Sexo

Antes, porém de entrar na comparação entre as posturas assumidas por deputados e deputadas, com base na oposição entre homens e mulheres, é importante destacar que a presença feminina nas Assembleias legislativas está longe de ser igualitária, indicando que os legislativos estaduais, tal como o Congresso Nacional, também são espaços predominantemente masculinos. A tabela e o gráfico, a seguir, apresentam a distribuição dos entrevistados por sexo, encontrada no *survey* "TRAJETÓRIAS" para cada estado incluído na pesquisa.

TABELA 03
Distribuição dos entrevistados por sexo e estado

ESTADO		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Bahia	N	46	7	53
	Percentual	86,8	13,2	100,0
Ceará	N	38	3	41
	Percentual	92,7	7,3	100,0
Goiás	N	26	6	32
	Percentual	81,3	18,8	100,0
Mato Grosso	N	16	1	17
	Percentual	94,1	5,9	100,0
Minas Gerais	N	58	5	63
	Percentual	92,1	7,9	100,0
Pará	N	31	7	38
	Percentual	81,6	18,4	100,0
Pernambuco	N	31	7	38
	Percentual	81,6	18,4	100,0
Rio de Janeiro	N	43	10	53
	Percentual	81,1	18,9	100,0
Rio Grande do Sul	N	42	4	46
	Percentual	91,3	8,7	100,0
Santa Catarina	N	33	3	36
	Percentual	91,7	8,3	100,0
São Paulo	N	70	6	76
	Percentual	92,1	7,9	100,0
Tocantins	N	16	3	19
	Percentual	84,2	15,8	100,0
Total	N	450	62	512
	Percentual	87,9	12,1	100,0

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

Em contraste com o percentual mínimo (30%), estabelecido em lei, de candidaturas para cada gênero nas listas partidárias, as deputadas estaduais brasileiras representaram apenas 12,1% do conjunto dos entrevistados. Como é possível observar na tabela acima, a proporção mais significativa de mulheres ocorreu nos Estados de Goiás, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro, onde as mulheres ultrapassaram os 18% do conjunto dos entrevistados. A menor presença percentual feminina ocorreu no Estado do Mato Grosso, onde foi possível entrevistar apenas uma mulher. Destaque negativo também para Minas Gerais, São Paulo e Ceará, estados nos quais o percentual de mulheres sequer ultrapassou os 8%. A esmagadora superioridade numérica masculina se repete monotonamente em todos os demais estados pesquisados.

É necessário esclarecer, ainda, que embora em nenhum dos Estados selecionados pela pesquisa tenha sido possível entrevistar 100% dos deputados e deputadas, a proporção entre homens e mulheres manteve-se

muito próxima da encontrada no universo, o que permite assumir que as inferências aqui apresentadas são válidas para o universo da pesquisa. Vale lembrar, que sendo um censo de 12 parlamentos estaduais, não cabe fazer generalizações para o conjunto dos deputados brasileiros e nem mesmo para a totalidade das Assembleias Legislativas Brasileiras.

Dito isso, passemos às comparações entre os padrões de respostas encontrados para homens e mulheres.

TABELA 04
Índice de secularização e sexo (%)

Índice de Secularização	Sexo		Total
	Masculino	feminino	
Menos secularizado	3,8	5,7	4,0
1	1,8		1,6
2	10,3	1,9	9,3
3	8,0	11,3	8,4
4	10,1	22,6	11,5
5	11,3	11,3	11,3
6	17,8	26,4	18,8
7	12,8		11,3
8	12,8	7,5	12,2
9	3,8	7,5	4,2
Mais secularizado	7,5	5,7	7,3
Total	100,0	100,0	100,0
N	398	53	451

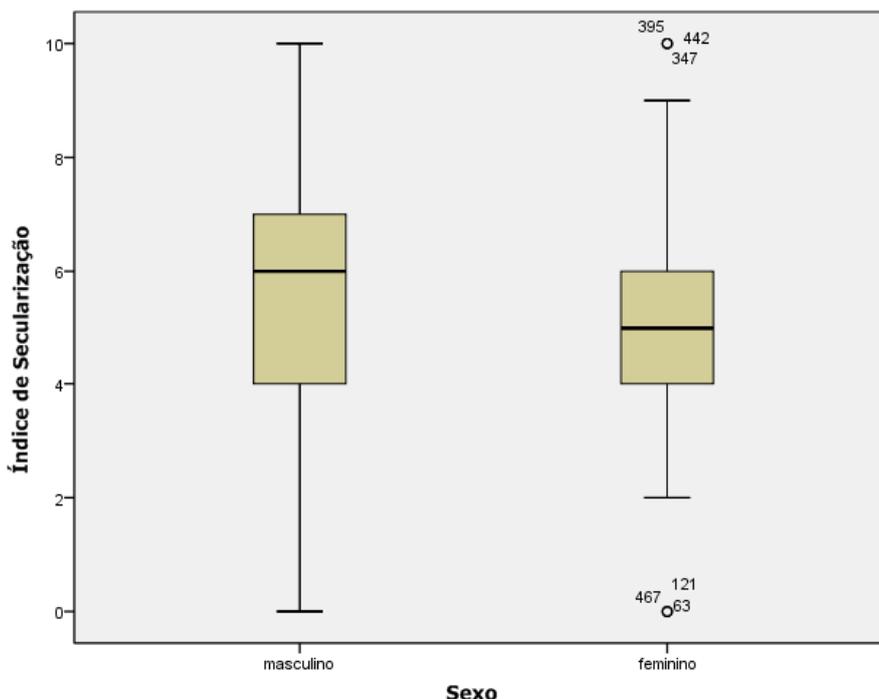
Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 23,427^a (10 graus de liberdade e p-valor = 0,009)

Os resultados obtidos corroboram a noção encontrada na literatura mencionada de que a variável gênero é significativa, em se tratando de posições relativas a valores. Como é possível observar, a distribuição das respostas de homens e mulheres apresenta uma discreta superioridade masculina nos valores mais altos do índice (24,1% dos homens contra 20,7% das mulheres). Por outro lado, ocorre uma interessante concentração feminina nos valores médios; 60,3% das mulheres obtiveram escores entre 4 e 6 pontos, enquanto 39,2% dos homens ficaram na mesma faixa . O cruzamento apresentou relevância estatística (p-valor 0,009), o que permite supor que tal tendência não é aleatória. Quando comparamos as médias dos dois conjuntos, novamente aparece uma tendência masculina para respostas mais

secularizadas em contraste com uma maior centralidade das posturas femininas.

GRÁFICO 02
Índice de Secularização e Sexo



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

O conjunto masculino obteve média de 5,52 com desvio padrão de 2,57, enquanto o grupo de parlamentares do sexo feminino ficou com 5,28 e um desvio padrão de 2,42. Como já dito, é possível visualizar no gráfico acima, as mulheres se concentram nos valores próximos ao centro, enquanto os homens mostram leve deslocamento para valores mais altos, embora tenham sido encontrados homens com todos os escores.

Os resultados parecem corroborar a tendência encontrada na Pesquisa Social Brasileira (2007) de uma correlação entre sexo e posturas mais conservadoras. No entanto, a discrição dos valores e o pequeno número de mulheres do universo pesquisado recomendam cautela com as conclusões e possíveis extrapolações. A ausência de mulheres nos valores 1 e 7 do índice de secularização, por exemplo, não deve nos levar a supor uma genuína homogeneidade feminina em virtude do reduzido número de respondentes

desse sexo. Associado a esse cuidado, é importante chamar a atenção para a proximidade das médias (abaixo do desvio padrão) e também para a pequena diferença na proporção de homens e mulheres nos valores mais altos do índice. Dito de outra forma, a leitura mais prudente aponta não para uma menor secularização das posturas femininas, pois estas não se concentram nos valores mais baixos, mas para uma postura mais “centralista”, dada a concentração destas, nos valores medianos e ao fato de que nos valores mais elevados (alta secularização das posturas) não há diferença significativa entre homens e mulheres. O coeficiente de Spearman encontrado para a correlação entre variável sexo feminino e o índice de secularização de -0,030 reforça o argumento de que não é correto interpretar as diferenças encontradas entre homens e mulheres como indicador de menor secularização feminina dado que, como é sabido, valores muito próximos de zero no referido índice indicam que as eventuais concomitâncias entre as variáveis é nula. Resumindo a hipótese de que as mulheres apresentariam posturas mais conservadoras não foi corroborada.

2.2.2 Idade

O trabalho já citado de Almeida (2007) encontrou também clara tendência de maior liberalismo entre os mais jovens. Na amostra trabalhada pelos autores citados, o fato de ter mais de 60 anos apresenta clara afinidade com valores mais conservadores. Os autores evocam a noção de *color value* para explicar esse achado.

Embora não haja exatamente um consenso entre os estudiosos, é razoável supor que pessoas que tiveram sua socialização primária em um período em que predominava determinado conjunto de valores tenham maior afinidade com essa moralidade em contraste com as gerações seguintes, cuja socialização primária se realizou em outro contexto. Em outras palavras, as pessoas de maior idade tenderiam a um maior apego a valores tradicionais. Como nosso foco está justamente em temas polêmicos que, temos insistido, funcionam como *proxies* de valores mais secularizados, é razoável supor que o posicionamento favorável às questões que compõem nosso índice esteja inversamente correlacionado com o aumento da idade. Em outros termos,

quanto maior a idade, menor a chance da pessoa ser favorável ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, descriminalização das drogas, eutanásia e experiências com células tronco embrionárias. A fim de testar essa hipótese para o universo pesquisado, foram experimentados diferentes agrupamentos das idades em contraste com o índice de secularização.

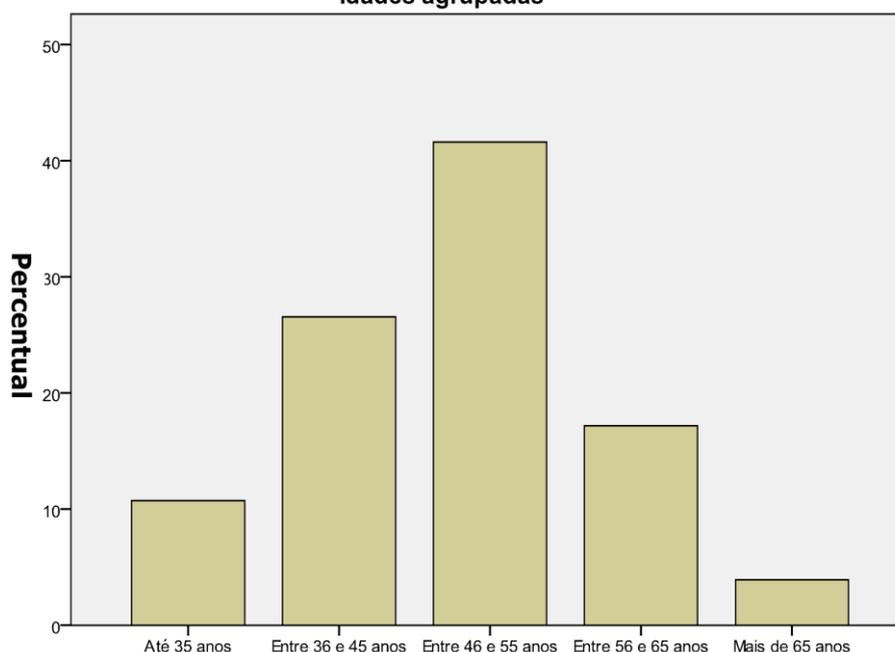
A resposta sobre a idade apareceu na pergunta de número 94 e foi registrada em seu valor absoluto na forma escalar. A fim de melhorar a visualização dos dados, as idades foram inicialmente organizadas em 5 grupos. O primeiro grupo é composto pelos “jovens adultos” e vai de 23 a 35 anos. No universo pesquisado, esse grupo representa pouco mais de 10%. A faixa etária entre 36 e 65 anos, conhecida como “meia idade”, representa 85% dos deputados e deputadas entrevistados. Para maior aproveitamento dos dados disponíveis, optou-se por dividir essa categoria em 3 sub grupos de 10 anos cada: 36 a 45 (26,6% do universo) , 46 a 55 (41,6%) e 56 a 65 (17,2%). Os “idosos” (mais de 65 anos) representam cerca de 4% do total. A tabela 05 apresenta a distribuição desses grupos etários em cada uma das unidades federativas pesquisadas, enquanto o gráfico 2 permite visualizar a distribuição por idade para o conjunto dos deputados.

TABELA 05
Distribuição das idades por estados (%)

Estado	Idades agrupadas					Total
	Até 35	Entre 36 e 45	Entre 46 e 55	Entre 56 e 65	Mais de 65	
Bahia	11,3	24,5	37,7	17,0	9,4	100,0
Ceará	17,1	22,0	48,8	9,8	2,4	100,0
Goias	12,5	34,4	34,4	18,8		100,0
Mato Grosso	5,9	35,3	58,8			100,0
Minas Gerais	6,3	25,4	41,3	25,4	1,6	100,0
Pará	7,9	34,2	52,6	2,6	2,6	100,0
Pernambuco	13,2	31,6	31,6	10,5	13,2	100,0
Rio de Janeiro	13,2	26,4	37,7	20,8	1,9	100,0
Rio Grande do Sul	10,9	26,1	41,3	19,6	2,2	100,0
Santa Catarina	2,8	22,2	47,2	22,2	5,6	100,0
São Paulo	13,2	19,7	38,2	25,0	3,9	100,0
Tocantins	10,5	36,8	47,4	5,3		100,0
Total	10,7	26,6	41,6	17,2	3,9	100,0
N	55	136	213	88	20	512

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

GRÁFICO 03
Distribuição das idades para o conjunto dos entrevistados
Idades agrupadas



Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

Embora a discussão sobre *coortes* de idade não seja nosso foco principal nesse trabalho, algumas variações na distribuição por estado merecem destaque. O estado do Ceará foi o estado com maior percentual de jovens. Na Assembleia Legislativa cearense, 17,1% dos parlamentares entrevistados tinham, na ocasião, menos de 35 de idade. Santa Catarina, por outro lado, foi o estado com o menor percentual; menos de 3% dos deputados catarinenses estariam na mesma faixa etária. No extremo oposto destaca-se Pernambuco com o maior percentual de idosos (13,2%), enquanto Goiás, Mato Grosso e Tocantins não apresentaram nenhum. No conjunto dos dados, assim como nos estados, a faixa etária que vai de 46 a 55 anos concentrou a maior proporção de deputados, oscilando de 31% em Pernambuco a 58,8% no Mato Grosso.

Por fim, para testar a hipótese já apresentada, de que o aumento na idade estaria relacionado à diminuição no grau de secularização, contrastou-se os grupos etários com o indicador de secularização. Os resultados aparecem na tabela 4.

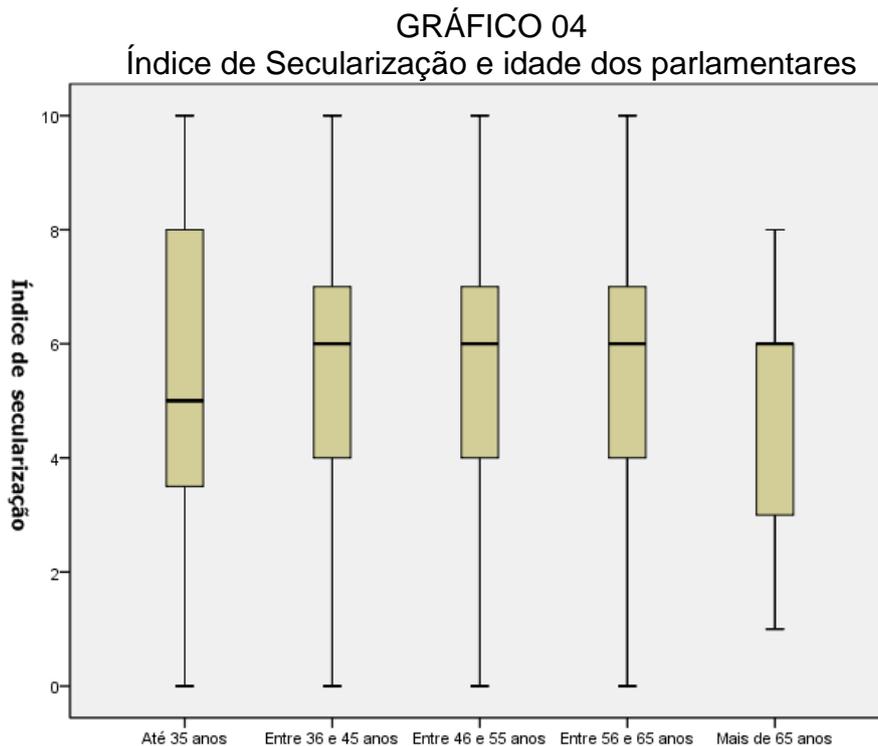
TABELA 06
Índice de Secularização e idade (%)

Índice de Secularização	Idades agrupadas					Total
	Até 35 anos	36 a 45	46 a 55	56 a 65	Mais de 65 anos	
Menos secularizado	2,0	4,1	5,9	1,4		4,0
1	3,9		1,6	1,4	5,9	1,6
2	7,8	13,1	8,0	6,8	11,8	9,3
3	11,8	6,6	8,0	9,6	11,8	8,4
4	11,8	12,3	10,6	11,0	17,6	11,5
5	13,7	11,5	13,8	5,5		11,3
6	9,8	16,4	17,0	28,8	41,2	18,8
7	11,8	12,3	10,6	12,3	5,9	11,3
8	11,8	12,3	12,2	13,7	5,9	12,2
9	7,8	2,5	6,4			4,2
Mais secularizado	7,8	9,0	5,9	9,6		7,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	51	122	188	73	17	451

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 44,469^a (40 graus de liberdade e p-valor = 0,289)

A distribuição dos grupos etários pelos valores do indicador apresentou pouca variação (p-valor 0,289), indicando que a variável idade não está correlacionada à maior ou menor adesão, a posições mais secularizadas. Outros agrupamentos de idade foram testados sempre com diferenças estatisticamente insignificantes. As médias de cada grupo etário encontradas reforça essa leitura.



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

O grupo com mais de 65 anos apresentou, de fato, uma média pouco menor que as demais faixas (4,71 em contraste com as demais acima de 5) e o grupo de 56 a 65 uma média maior (5,79) do que os demais. Esses valores, entretanto, ficaram muito abaixo do desvio padrão, o que somado a insignificância estatística no conjunto (p-valor 0,289) e a irrelevância no coeficiente de correlação (-0,092*), indicam que para o caso das elites parlamentares entrevistadas a idade não deve ser considerada como fator explicativo dos posicionamentos mais ou menos secularizados. Diferentemente de outros estudos, os presentes dados não confirmam qualquer correlação entre a *color value* idade/geração e posicionamentos sobre temas morais. Os limites e o foco de nossa investigação não permitem fazer maiores generalizações, ou mesmo explicar a irrelevância da variável idade para o caso de elites políticas, em contraste com sua importância entre amostras representativas da população em geral.

2.2.3 Região

Trabalhar com a heterogeneidade das regiões e das unidades federativas e testar sua relevância, constitui-se um dos principais objetivos da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras”. Na base da própria investigação encontrava-se a hipótese de que os diferentes sistemas regionais não deveriam ser tratados como meras cópias do sistema nacional, nem mesmo como necessariamente equivalentes entre si. Trabalhos como os de Mello (2011) tem produzido interessantes análises a partir da mobilização dos dados do *survey* “Trajetórias” com foco nas diferenças regionais.

É importante lembrar, que sendo a unidade de análise, os deputados ou ainda as percepções individuais dos deputados, a importância do local de origem ou atuação do deputado entrevistado não tem como foco, por exemplo, o grau de institucionalização dos sistemas políticos regionais. Embora essa seja uma questão relevante, trata-se muito mais de testar a hipótese defendida por Almeida (2007) de que a socialização em cidades de menor porte, em especial na região nordeste estar associada a um maior grau de conservadorismo moral, seja em questões públicas (como o papel do estado) ou privadas (relativos a sexualidade, por exemplo).

Em outros termos, para esse pesquisador, o “local de moradia” é relevante quando o assunto são posições a respeito de valores. A tendência observada é de que as pessoas residentes em capitais ou grandes cidades apresentem posturas mais liberais ou “modernas” em contraste com aquelas assumidas pelos residentes de municípios menores que se mostrariam mais conservadores. O autor de “A cabeça do brasileiro” afirma reiteradas vezes, que a moradia na região nordeste e em cidades que não sejam capitais de seus respectivos estados, está claramente relacionada a posicionamentos que os autores chamam de arcaicos.

A fim de testar essa hipótese, inicialmente foram comparadas as médias obtidas pelos deputados no índice de secularização por regiões do país. A

tabela 07 apresenta essa comparação e seus resultados são discutidos a seguir.

Assumindo que um deputado poderia atuar em um estado distinto daquele no qual viveu a maior parte de sua vida adulta, utilizou-se a questão do “*survey* TRAJETÓRIAS”, na qual os legisladores foram questionados sobre a cidade em que viveram a maior parte de suas vidas após os 16 anos de idade. A partir dos critérios do IBGE de hierarquização dos municípios, optou-se por separar os parlamentares entrevistados em dois grupos de cidades: o primeiro formado pelas capitais de estado e cidades com mais de 250 mil habitantes e o segundo agrupando as demais cidades.

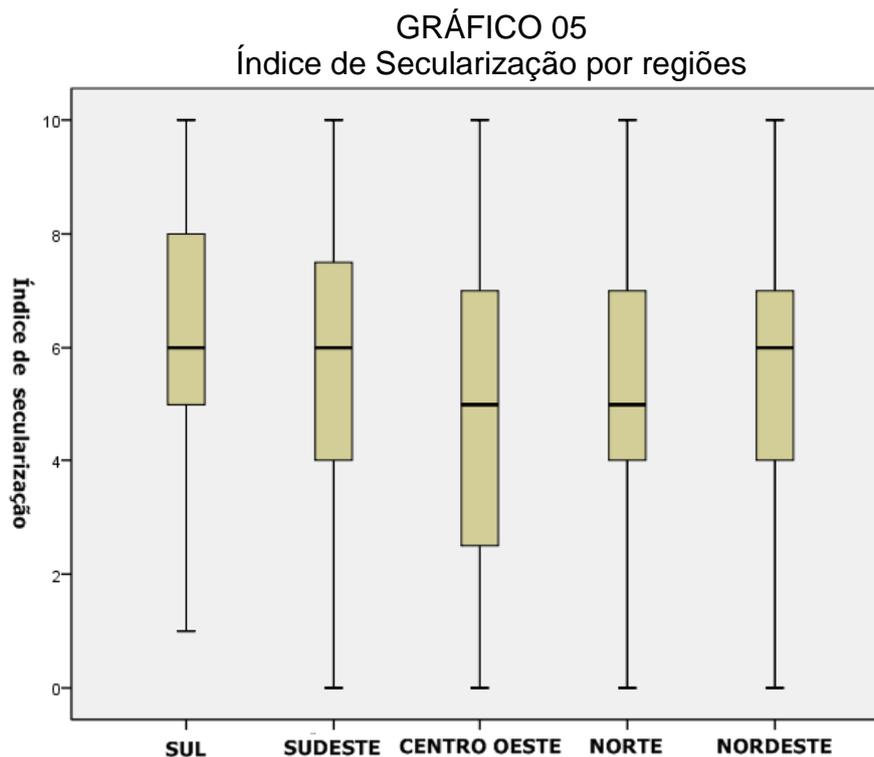
Tabela 07
Índice de Secularização por região do país (%)

Índice de Secularização	Região a que pertence o parlamentar					Total
	Região Sul	Região Sudeste	Região Centro Oeste	Região Norte	Região Nordeste	
Menos secularizado		6,1	4,2	5,7	2,6	4,0
1	1,4	1,2		1,9	2,6	1,6
2	8,3	8,0	20,8	9,4	7,0	9,3
3	1,4	8,6	12,5	5,7	12,2	8,4
4	9,7	11,7	10,4	15,1	11,3	11,5
5	8,3	13,5	8,3	13,2	10,4	11,3
6	23,6	16,6	6,3	22,6	22,6	18,8
7	16,7	9,2	14,6	13,2	8,7	11,3
8	15,3	11,7	10,4	7,5	13,9	12,2
9	2,8	6,1	6,3		3,5	4,2
Mais secularizado	12,5	7,4	6,3	5,7	5,2	7,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	72	163	48	53	115	451

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 46,227a (40 graus de liberdade e p-valor = 0, 231)

A hipótese de que os deputados oriundos da região nordeste apresentariam valores menos secularizados não foi corroborada. Pelo contrário, em média os deputados da região nordeste alcançaram valores superiores às regiões centro-oeste e norte (5,42 contra 5,04 e 5,09 respectivamente) e similares a média dos escores da região sudeste (5,43). Apenas a região sul (representada nesse estudo por Rio Grande do Sul e Santa Catarina) superou a média do conjunto das regiões (6,0 contra 5,30).



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Apesar da superioridade da média obtida pelos deputados da região sul, a distribuição dos escores ao longo do índice de secularização não apresentou relevância estatística, como sugere o qui-quadrado de 0,231 encontrado para a comparação. Assim, como já apontado, não apenas a hipótese de que encontraríamos uma menor secularização entre os deputados da região nordeste não se confirmou, como também não é possível falar em associação entre região e pontuação no índice de secularização.

Passemos à variável local de moradia após os 16 anos. Se a região de atuação do parlamentar nos dá uma “fotografia” do espaço sócio geográfico da carreira política do parlamentar, a cidade onde este viveu a maior parte da sua vida, após os 16 anos, nos permite uma melhor aproximação sobre o tipo de cidade onde parlamentar desenvolveu parte importante de sua socialização como jovem e adulto. Como já dito, a expectativa nesse caso é de que a vivência em cidades de grande porte, em especial capitais de Estado ou cidades com mais de 250 mil habitantes (cidades de grande porte), possa estar relacionada positivamente como uma maior secularização das posturas

assumidas. Os níveis de interação e comunicação nessas cidades são mais intensos e reconhecidamente mais simpáticos a mudanças e inovações, seja nos costumes ou nos valores propriamente ditos.

A tabela, a seguir, apresenta o contraste entre o grupo de deputados, que viveram a partir dos 16 anos em uma capital de Estado e cidades de grande porte, com aqueles que tenham vivido em cidades com menos de 250 mil habitantes.

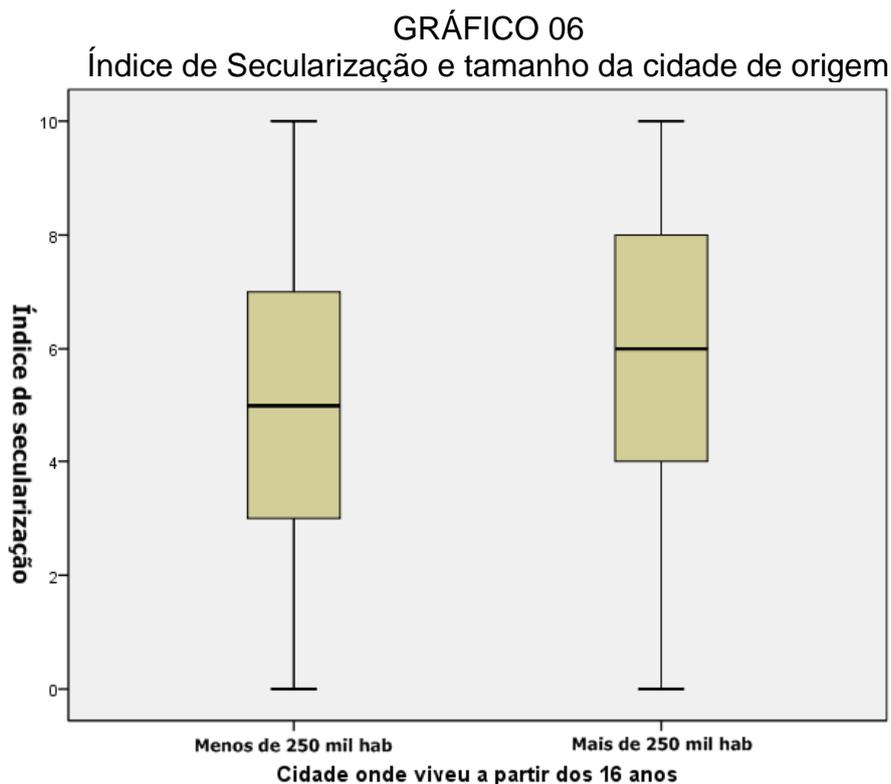
Tabela 08
Índice de Secularização por cidade onde viveu a partir dos 16 anos (%)

Índice de Secularização	Cidade onde viveu a partir dos 16 anos		Total
	Cidade com menos de 250mil hab.	Capital de Estado ou cidade com mais de 250 mil hab.	
Menos secularizado	5,1	3,3	4,0
1	2,3	1,1	1,6
2	13,0	6,9	9,3
3	5,1	10,6	8,4
4	13,6	10,2	11,5
5	11,3	11,3	11,3
6	19,2	18,6	18,8
7	11,9	10,9	11,3
8	9,0	14,2	12,2
9	3,4	4,7	4,2
Mais secularizado	6,2	8,0	7,3
Total	100,0	100,0	100,0
Total	177	274	451

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 14,385^a (10 graus de liberdade e p-valor = 0,156)

A média dos valores obtidos pelos dois grupos apresentou uma discreta diferença. Os deputados que afirmaram ter vivido a maior parte de suas vidas em cidades maiores obtiveram em média 5,69 pontos no índice de secularização, enquanto os que viveram em cidades menores obtiveram 5,18. A proximidade entre as médias dos dois grupos, associada a um valor elevado do p-valor (0,156), indica que a diferença encontrada não deve ser tomada como relevante e que, portanto, a hipótese de um maior secularismo dos deputados que viveram a maior parte de suas vidas em capitais ou grandes cidades de grande porte não foi corroborada.



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Por uma questão de zelo metodológico, foram feitos testes separando os deputados somente pelas capitais dos Estados, em contraste com as demais cidades. Os resultados foram muito similares; nesse caso o P-valor foi de 0,93 com os mesmos 10 graus de liberdade.

Em resumo, a partir dos dados disponíveis para o universo pesquisado, é possível afirmar que não existe correlação positiva ou negativa, seja entre a cidade de atuação ou de principal moradia, a partir dos 16 anos, e o grau de secularização que emerge das respostas dos deputados. Novamente a expectativa inicial, com base em amostras da população em geral, não se confirma indicando ou que as inferências estavam logicamente equivocadas ou que é preciso atentar para as distâncias entre as posturas das elites políticas e aquilo que é valorizado e crido pela média da população.

2.2.4 Renda

A variável renda comparece com frequência em estudos sociológicos como proxy de classe social. Apesar dos problemas ligados à “veracidade” das

declarações sobre rendimentos, em geral os resultados obtidos são considerados válidos, em especial, porque se todos os respondentes tendem a subestimar sua renda, os dados perderão o viés.

No caso de elites políticas, o critério renda apresenta a especificidade própria de qualquer estudo que tenha como universo uma mesma categoria profissional cujo salário é similar e relativamente homogêneo. Os estudos sobre classe social de parlamentares sugerem, entretanto que é necessário cuidado como essa suposição. Em primeiro lugar, é importante lembrar que os deputados não foram sempre deputados e, pelo menos em tese, são oriundos de diferentes classes sociais. Os estudos de Rodrigues (2002) indicam que há uma clara diferenciação de classe social no que se refere à origem dos deputados havendo inclusive correlação entre classe e partido político, por exemplo. Para além deste fator, não há qualquer regra de “dedicação exclusiva” para parlamentares, o que implica que estes atores possam ter outras fontes de renda que não as derivadas do exercício do cargo.

Dada a importância da renda como critério de análise, inclusive das elites políticas, optou-se por tratar essa questão mobilizando uma das questões relativas à renda presentes no *survey* “TRAJETÓRIAS” .

A questão de número 111 é comparativa e permite avaliar o contraste entre a renda como deputado e a renda anterior.

- Q 111. Em comparação com a renda que o Sr. obtinha antes de sua atividade parlamentar, o Sr. diria que sua renda atual é muito superior, superior, equivalente, inferior ou muito inferior?

Embora a remuneração dos deputados possa variar de unidade para unidade da federação, o atrelamento dos salários dos deputados subnacionais a uma proporção do que é recebido pelos deputados federais, permite supor certa homogeneidade e que, como é sabido, é alta. A questão interessante é justamente a diferença entre o que é recebido atualmente e a renda de origem do parlamentar. Assim, é razoável supor que parlamentares que considerem sua renda atual “muito superior” sejam oriundos de estratos econômicos mais

baixos, enquanto os que a consideram “muito inferior”, sejam tomados como oriundo de classes mais abastadas.

Como nos casos anteriores, partimos da hipótese mais intuitiva, e corroborada por alguns estudos, de que quanto menor a renda, ou classe social, maior tendência haveria para o conservadorismo moral.

A seguinte tabela apresenta a correlação encontrada entre a renda anterior afirmada pelos deputados e o grau de secularização.

TABELA 09
Índice de Secularização por renda anterior (%)

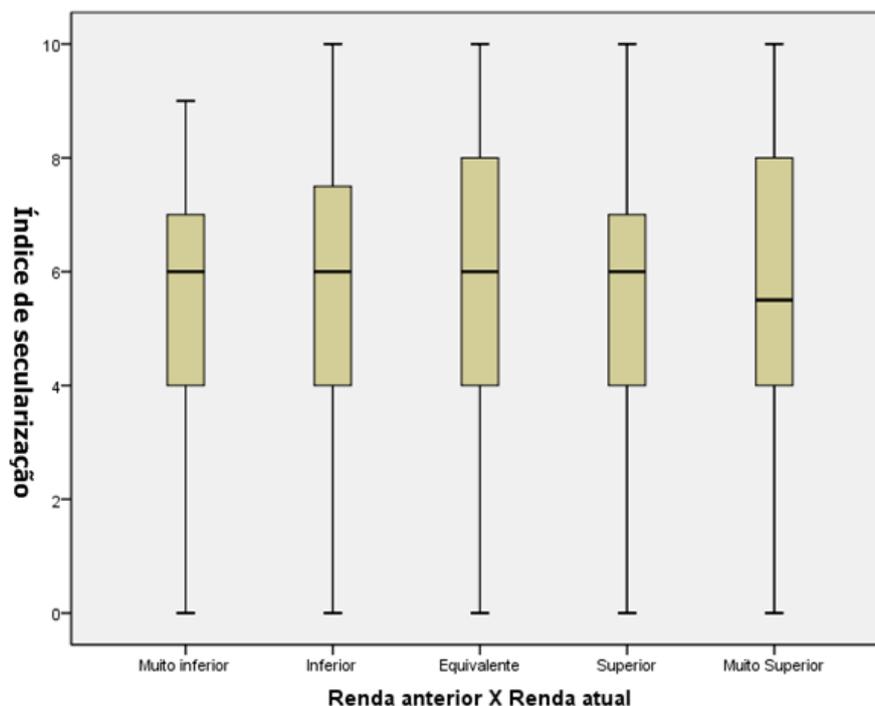
Índice de secularização	Renda anterior X Renda atual					Total
	Muito inferior	Inferior	Equivalente	Superior	Muito Superior	
Menos secularizado	8,0	3,2	5,3	2,8	4,0	4,1
1	4,0	4,2	,8	,7		1,6
2	12,0	9,5	12,8	5,7	8,0	9,2
3		7,4	6,0	12,8	8,0	8,3
4	8,0	14,7	7,5	11,3	16,0	11,3
5	12,0	6,3	12,8	12,8	14,0	11,5
6	28,0	21,1	13,5	21,3	16,0	18,7
7	4,0	8,4	15,0	13,5	6,0	11,5
8	16,0	10,5	15,8	8,5	14,0	12,2
9	8,0	5,3	1,5	5,0	6,0	4,3
Mais secularizado		9,5	9,0	5,7	8,0	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	25	95	133	141	50	444

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 46,798^a (40 graus de liberdade e p-valor = 0,213)

Como é possível observar, a distribuição dos deputados pelo índice de secularização a partir do critério renda não apresentou significância estatística o que não corrobora, portanto, a hipótese da associação entre renda e determinados padrões valorativos.

GRÁFICO 07
Índice de Secularização e renda comparada



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Os deputados com renda anterior muito inferior e inferior a renda atual obtiveram em média 5,16 e 5,47, enquanto aqueles que já tinham rendas maiores antes de se tornarem deputados, obtiveram 5,55 (renda equivalente) 5,51 (superior) 5,58 (muito superior). O fato, porém da distribuição dos deputados pelos grupos de renda não ter apresentado relevância estatística, não permite afirmar que essa correlação seja minimamente forte para ser incluída como um bom preditor em relação ao conjunto de temas aqui propostos. Dito de outra forma, a julgar pela comparação apresentada, as diferenças de renda não apresentam qualquer correlação significativa com o padrão de respostas apresentado pelos parlamentares em relação ao índice de secularização.

2.2.5 Educação

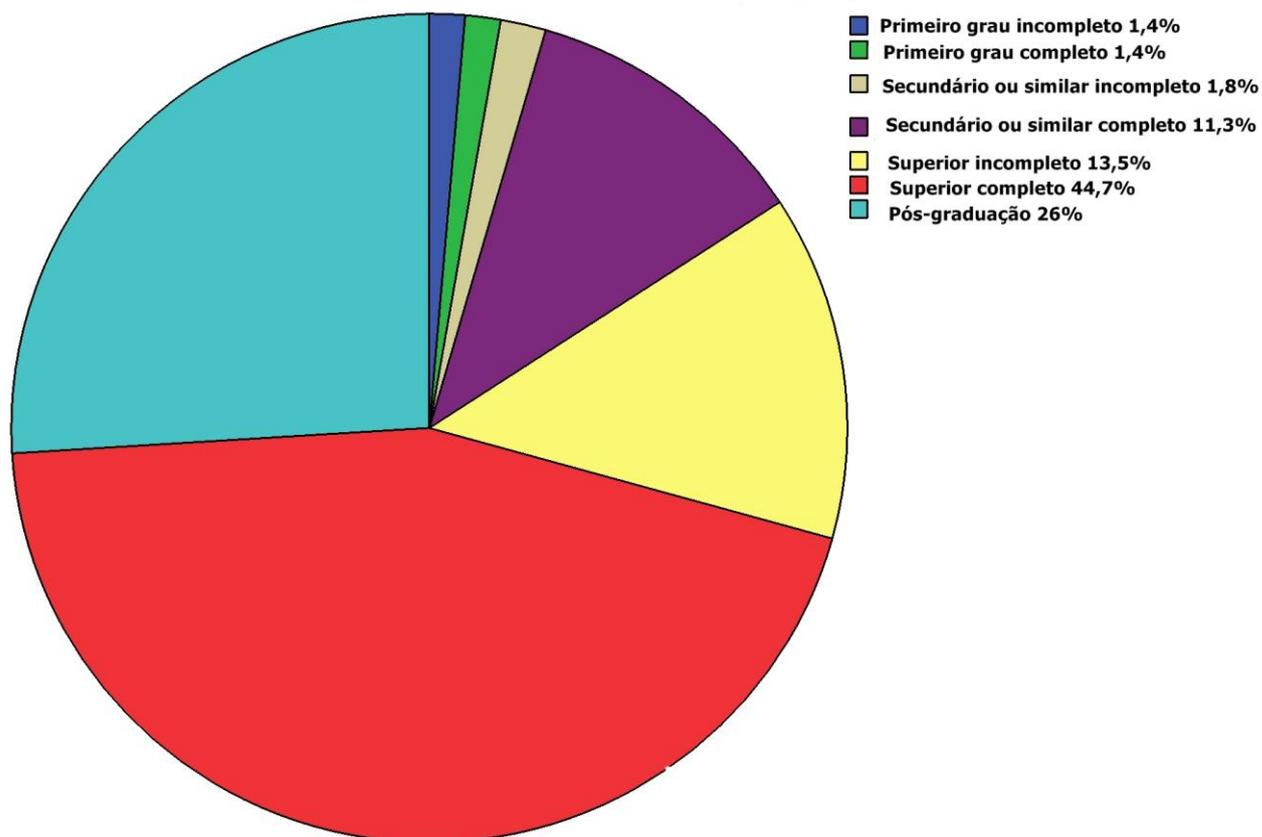
A possibilidade de associação entre valores modernos, racionalizados e, portanto, secularizados e educação, particularmente a educação superior, é

talvez a hipótese mais defendida e frequentemente corroborada nas pesquisas empíricas sobre valores.

Peter Berger (2006) no mesmo texto em defende a falência da secularização como processo dominante, admite que em alguns espaços localizados, especialmente o universitário, o processo de secularização não apenas ocorreu como esperado, como também permanece como um lócus secularizado.

A gráfico 08 apresenta a distribuição da escolaridade para o conjunto dos entrevistados. De forma similar ao encontrado por outros pesquisadores (RODRIGUES, 2002, por exemplo), ocorre uma clara predominância de maior escolaridade entre as elites parlamentares em contraste com o que ocorre com a população em geral.

GRÁFICO 08
Distribuição da escolaridade para o conjunto dos deputados entrevistados



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Como se pode observar, o percentual de deputados com baixa escolaridade é bastante reduzido (14) em contraste com a forte presença do curso superior. Mais de 80% dos entrevistados tiveram alguma experiência com o nível superior. Como seria de se esperar, a escolaridade média dos deputados estaduais é muito maior do que a média encontrada na população em geral, sendo, porém inferior a dos deputados federais [mencionei, no texto ou em pé de página, os dados para a CD].

Essa distribuição não é, porém homogênea, quando comparamos os estados pesquisados. A tabela 10 apresenta a distribuição da escolaridade dos deputados por unidades da federação.

Tabela 10
Distribuição da escolaridade dos parlamentares por estados (%)

Estado	Curso Superior		Total
	Não possui	Possui	
Bahia	30,2	69,8	100,0
Ceará	24,4	75,6	100,0
Goiás	40,6	59,4	100,0
Mato Grosso	41,2	58,8	100,0
Minas Gerais	15,9	84,1	100,0
Pará	21,1	78,9	100,0
Pernambuco	31,6	68,4	100,0
Rio de Janeiro	28,3	71,7	100,0
Rio Grande do Sul	41,3	58,7	100,0
Santa Catarina	33,3	66,7	100,0
São Paulo	25,0	75,0	100,0
Tocantins	47,4	52,6	100,0
Total	29,3	70,7	100,0

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Embora nosso foco não sejam as variações da escolaridade dos deputados em si, vale a pena chamar a atenção para alguns percentuais, em virtude dos contrastes contra intuitivos que apresentam. As assembleias legislativas com maior concentração de deputados com curso superior foram em ordem decrescente: Minas gerais (84,1%), Pará (78,9%) Ceará (75,6%) e São Paulo (75%). Destaque para o percentual de deputados com curso

superior ou mais no Pará e no Ceará superando São Paulo e Rio de Janeiro. No outro pólo, percentual de deputados sem curso superior, destacam-se as assembleias de Tocantins (47,4%), Rio Grande do Sul (41,3%) , Mato Grosso (41,2%). Nesse caso, chama a atenção o contraste entre a similaridade dos percentuais de deputados sem curso superior encontrados nesses estados e a diferença no Índice de estabilidade da competição política estadual; enquanto o Rio Grande do Sul apresenta o segundo melhor índice (1,01), Mato Grosso e Tocantins estão entre os três piores com 2,18 e 1,98 respectivamente (Melo,2010). Fica o registro de que, para os presentes dados, desenvolvimento econômico e estabilidade da competição política estadual parecem não estar relacionados, pelo menos de forma linear, com a maior presença de parlamentares com maior escolarização. Poderia, inclusive, argumentar-se em sentido contrário de que maior competição política de um lado e maior desenvolvimento econômico do estado estariam talvez, relacionados com maior pluralização da representação legislativa estadual.

Encerrado esse breve parêntese, voltemos ao foco de nossa discussão: a relação entre escolaridade e maior secularização. A tabela 11 apresenta o contraste entre a escolaridade dos entrevistados e grau de secularização. Em virtude do pequeno número de casos de deputados com ensino fundamental optou-se, nessa comparação, por agregar o conjunto dos deputados com ensino médio ou menos.

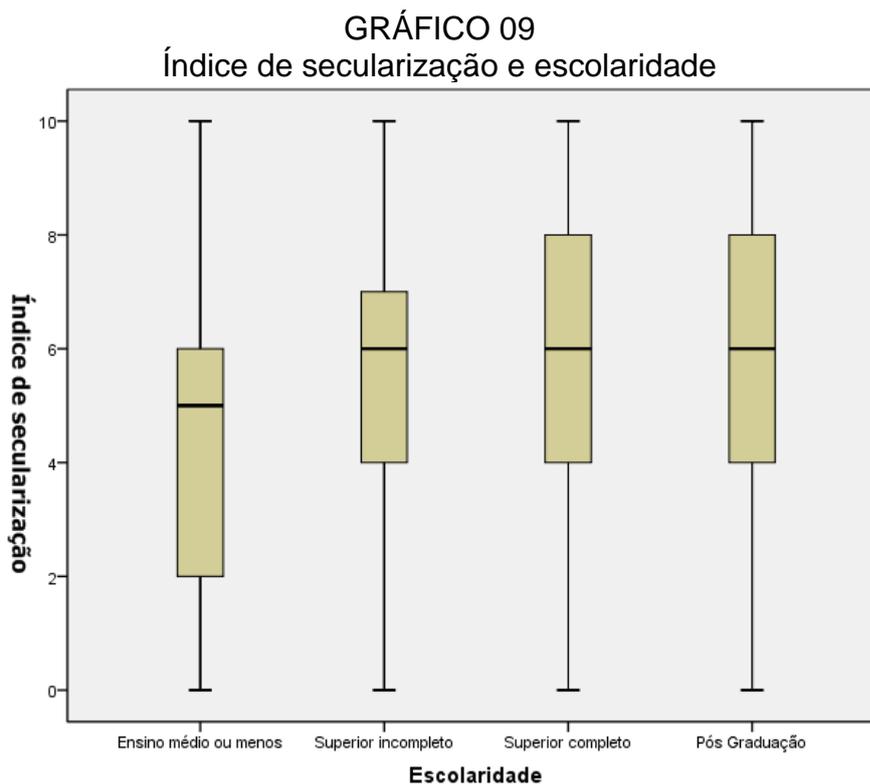
Tabela 11
Índice de Secularização por escolaridade (%)

Índice de Secularização	Escolaridade				Total
	Ensino médio ou menos	Superior incompleto	Superior completo	Pós Graduação	
Menos secularizado	9,1	1,6	3,4	3,4	4,0
1	4,5	3,2	0,5	0,9	1,6
2	15,2	11,1	9,3	5,1	9,3
3	9,1	7,9	8,3	8,5	8,4
4	10,6	11,1	13,2	9,4	11,5
5	10,6	11,1	8,8	16,2	11,3
6	24,2	20,6	18,5	15,4	18,8
7	6,1	9,5	11,2	15,4	11,3
8	7,6	9,5	14,1	12,8	12,2
9		4,8	5,9	3,4	4,2
Mais Secularizado	3,0	9,5	6,8	9,4	7,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	66	63	205	117	451

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 36,553^a (30 graus de liberdade e p-valor = 0, 191)

Como é possível inferir do p-valor da comparação (0,191), as diferenças encontradas não apresentam significância estatística. Já a comparação entre as médias mostra crescimento do índice de secularização à medida que aumenta a escolaridade. Os deputados que afirmaram ter ensino médio ou menos obtiveram 4,36 no índice de secularização; superior incompleto 5,54; superior completo 5,64 e pós-graduação 5,83.



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Como é possível visualizar na gráfico 09, há nítida proximidade entre os escores daqueles que afirmaram ter curso superior ainda que incompleto e aqueles obtidos por deputados com escolaridades mais altas. A questão que emergiu foi de que, para além dos ganhos acadêmicos, talvez a própria experiência com o nível superior (ainda que incompleta) seja o principal fator secularizante. Os testes, contrastando os escores dos deputados com superior incompleto para mais e os deputados com menor escolaridade, apresentaram relevância estatística (p -valor 0,015). Testes de correlação indicaram uma discreta (0,174**), porém positiva covariância ente o fato de se ter curso superior (mesmo incompleto) e incremento no índice de secularização.

Resumindo, é possível sustentar que foi corroborada, a partir das análises apresentadas, a hipótese derivada da teoria da modernização, que associa aumento da escolaridade a valores mais tolerantes e secularizados. Para o caso dos deputados entrevistados no *survey* “Trajetórias”, ficou claro que o incremento educacional, particularmente a experiência com o curso superior, aumenta as chances de se encontrar um padrão de respostas mais secularizada.

2.3 Considerações finais

Algumas ponderações e ênfases são necessárias sobre as implicações das análises que acabamos de realizar. Em primeiro lugar, no conjunto, os dados corroboram a expectativa de que as elites políticas (talvez justamente por serem elites) não reproduzem de forma direta e linear os posicionamentos e padrões encontrados na média da população em relação a temáticas relacionados a maior ou menor secularização de valores.

Nos casos focados nesse capítulo, destaca-se a irrelevância de coortes tradicionais como sexo, idade e renda, em geral com correlações significativas com a maior ou menor tolerância e liberalismo, para o caso dos parlamentares entrevistados.

A manutenção da importância da variável escolaridade pode indicar ser essa, a variável de maior peso, capaz inclusive de matizar e neutralizar os demais fatores normalmente associados a valores e atitudes. Para os que sustentam e apostam ser a escolarização o principal vetor secularizante e modernizante do mundo ocidental (elemento fundamental para a superação do arcaísmo nos países em desenvolvimento) os dados parecem de fato trazer notícias alvissareiras. Análises que permitam testar o peso dessa variável em interação com outras variáveis, também importantes, serão realizadas ao final desse trabalho e permitirão verificar sua relevância independente.

Não é possível esquecer que estamos diante de uma elite bastante peculiar cujas especificidades não podem ser desconsideradas. As elites parlamentares, em geral, partilham socializações e interações institucionais distintas dos não políticos, necessitam levar em consideração fatores específicos ao tomar decisões e posições e operam em uma esfera na qual elementos ideológicos possuem peso distinto daqueles experimentados pelos demais cidadãos. Faz sentido, portanto, supor que esses elementos sejam também eles importantes como fatores explicativos dos padrões de resposta encontrados entre essas elites.

CAPÍTULO 3

FILIAÇÃO RELIGIOSA E SECULARIZAÇÃO

Neste capítulo busca-se analisar o impacto da filiação religiosa sobre as percepções valorativas assumidas pelos deputados entrevistados no *survey* “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras”, com respeito ao conjunto de temas morais polêmicos tomados, nesta tese, como indicadores de um maior ou menor grau de secularização desses parlamentares.

Como é sabido, a categoria “filiação religiosa” não é isenta de polêmicas e matizes e, tampouco são auto evidentes os eventuais efeitos de diferentes tipos de pertença religiosa, mesmo em temas de interesse aos próprios grupos eclesiais. São necessárias, portanto, algumas ponderações.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que nem todas as confissões religiosas atuantes no Brasil têm mostrado interesse, ou sido bem sucedidas na eleição de adeptos para cargos públicos. Inicialmente, portanto, são apresentadas as filiações religiosas que apareceram no *survey* “Trajetórias” e, em seguida suas posições relativas às questões que compõe o *Índice de Secularização* apresentado anteriormente. Embora seja importante conhecer as posições e estratégias assumidas por igrejas e grupos religiosos, que não mostrem interesse ou eficácia na eleição de parlamentares, esse esforço escapa ao foco (e aos recursos) deste trabalho. Pretende-se também explicitar alguns dos tratamentos metodológicos, aos quais foram submetidos os dados obtidos, estabelecendo assim os limites para as eventuais conclusões.

Em segundo lugar, são tratados dois aspectos igualmente importantes e inter-relacionados. Trata-se, em primeiro lugar, do conteúdo mais ou menos conservador do discurso de cada grupo confessional mencionado na pesquisa e, em segundo do grau de aderência e internalização do discurso religioso esperado dos adeptos de cada confissão. O pressuposto é de que ambos os aspectos podem variar afetando de forma distinta as percepções assumidas pelos parlamentares.

A hipótese central a ser testada é de que o impacto da filiação religiosa sobre o seu grau de secularização será maior entre os adeptos de grupos conversionistas, de adesão voluntária, dos quais se espera uma maior internalização dos valores defendidos pelo grupo religioso. A direção desse impacto (se mais ou menos secularizante) dependerá dos posicionamentos assumidos pela instituição religiosa.

Ponderadas as características e o discurso de cada grupo religioso, as hipóteses decorrentes serão testadas, cruzando-se os diferentes tipos de filiação com os escores obtidos pelos deputados no *Índice de Secularização* apresentado no capítulo anterior.

3.1 A religião dos deputados estaduais brasileiros

A filiação religiosa dos deputados, obtida mediante auto declaração, foi alvo das questões sobre religião que aparecem no *survey* “Trajetórias” a partir da pergunta 97 do questionário e foram apresentadas da seguinte maneira:

- Q 97 - Mudando de assunto o (a) Sr. (a) é adepto de alguma religião?
 1. Sim
 2. Não

- Q 98 - (SE A RESPOSTA FOI SIM À PERGUNTA 97, PERGUNTAR) De qual religião?
 1. Católica
 2. Evangélica. De qual Igreja? _____
 3. Espírita
 4. Religião Afro-brasileira
 5. Outra, qual ? _____

- Q 99 - (SE A RESPOSTA À PERGUNTA 98 FOR CATÓLICO, PERGUNTAR): O Sr.(a) é católico (a):
 1. Praticante
 2. Não praticante

- Q 100 - Poderia me dizer se o (a) Sr. (a) se considera católico:
 1. Carismático
 2. Progressista (teologia da libertação)
 3. Conservador ou tradicional.
 4. Outra. Qual? _____

Como é possível observar, a bateria de questões a respeito do religioso foi iniciada perguntando-se aos parlamentares se estes possuíam ou não uma adesão religiosa. A pergunta foi colocada em primeiro lugar, e dessa forma, a fim de evitar que a forma - “Qual é a sua religião?” - induzisse os respondentes

a escolher uma determinada filiação por inércia, em virtude da pressuposição de adesão já contida na própria formulação.

Os deputados que responderam negativamente a essa questão foram considerados *sem religião* e os entrevistadores foram orientados a pular as questões seguintes relativas ao detalhamento do pertencimento religioso. Dos 513 entrevistados no *survey* “Trajetórias”, 44 deputados (8,6%) declarou não ser adepto de qualquer religião. O percentual é superior a média de 7,0% encontrada no censo de 2000 para o conjunto dos estados selecionados para a pesquisa “Trajetórias”. A presença dos *sem religião*, assim como das confissões religiosas, apresenta, entretanto variação nas Assembleias Legislativas. Algumas ponderações sobre essa variação serão feitas a seguir.

Aos que responderam ser adeptos de alguma religião, foi pedido a especificação de sua confissão: Católica; Evangélica; Espírita; Religião afro-brasileira ou outra. Como apenas um deputado declarou-se adepto de “religião afro-brasileira”, foi necessário recategorizá-lo e, por afinidade, optou-se por incluí-lo entre os “espíritas” a fim de evitar quebra do anonimato.

A alternativa “Outra” necessitou de tratamento. Nessa questão apareceram 3 casos, sendo que 2 puderam ser recodificados adequadamente nos grupos maiores. Um (1) deputado, entretanto declarou-se “muçulmano” e não sendo possível justificar qualquer recategorização foi necessário excluí-lo do banco de dados que passou então, a contar com 512 e não mais com 513 casos. Feitos esses pequenos ajustes, os deputados entrevistados que se disseram adeptos de alguma religião ficaram distribuídos nos três principais grupos religiosos brasileiros: católicos, evangélicos e espíritas.

No conjunto das entrevistas apenas 13 deputados (2,5%) se declaram “espíritas”. O percentual não é desprezível, apesar de reduzido em termos absolutos. No conjunto, a população brasileira conta com pouco mais de 1% que se declaram “espíritas”. (Censo, 2000). É importante lembrar, que os espíritas brasileiros estão concentrados nos estratos socioeconômicos mais altos, apresentando rendimentos elevados e nível educacional nitidamente superior a média nacional. (JACOB et al, 2003 p.101)

Aos deputados que se disseram católicos, foi ainda possibilitado que refinassem sua resposta, escolhendo o tipo de católico que se consideravam; se praticantes ou não (p.99); carismáticos, progressistas (teologia da libertação) ou ainda conservadores/tradicionais (p.100).

O total dos que se declararam católicos entre os entrevistados chegou a 393 parlamentares, ou 76,8% do total. O fato do *survey* “Trajetórias” estar em sua primeira rodada não permitiu comparações com as legislaturas anteriores. A comparação com a média da população nos estados pesquisados indica uma discreta superioridade de deputados católicos entrevistados, (76,8 %) em relação a população (74,2%) dessa confissão .

Dos 393 parlamentares que se declararam católicos, 235 disseram se considerar “praticantes”. Esse número representa 59% do total de católicos e 45,9% dos entrevistados. Já os católicos “não praticantes” somaram 158 casos, o que representa 41% dos católicos e 30,9% do total.

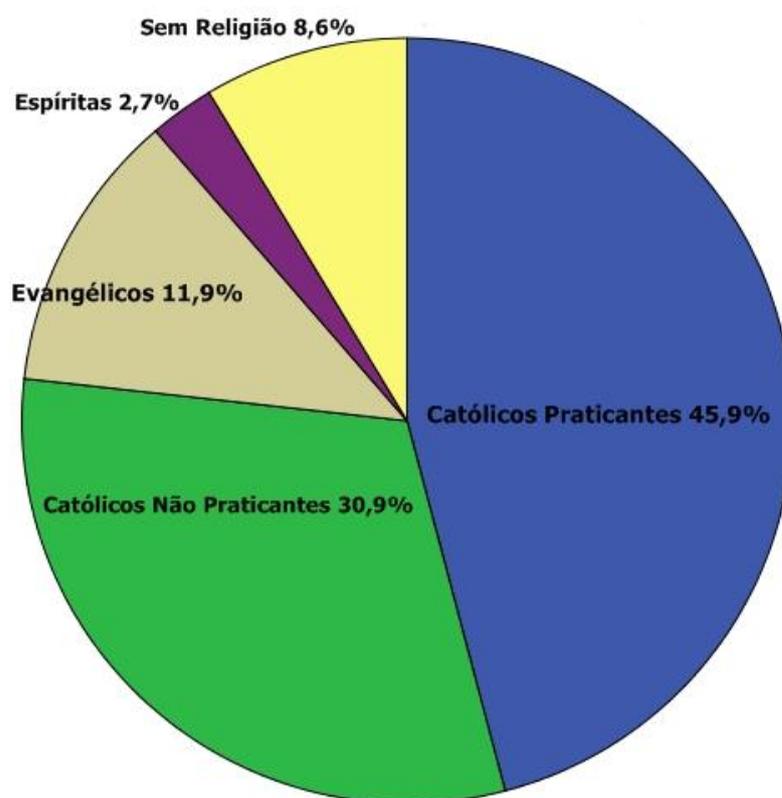
No que se refere aos movimentos internos ao catolicismo, 86 deputados (22% dos católicos) se disseram “carismáticos”, 146 (37%) se declaram “progressistas”, enquanto 161 (41%) se auto declararam “tradicionais”.

Aos que escolheram a opção 2 (evangélicos) foi pedido que indicassem sua igreja e as respostas obtidas foram posteriormente agrupadas. Os 61 deputados (11,9% do total) identificados como evangélicos ficaram assim distribuídos: Igreja Universal do Reino de Deus 13 deputados, Batistas 10, Assembleia de Deus 10, Igrejas Presbiterianas 6, Igreja do Evangelho Quadrangular 5. As igrejas Metodista e Igreja Internacional da Graça de Deus compareceram com apenas 1 deputado cada. Outras 14 diferentes igrejas menos conhecidas, também apareceram com apenas 1 deputado cada. Por fim, um (1) deputado declarou-se evangélico, mas sem igreja.

A gráfico 10, abaixo, representa graficamente os percentuais de cada filiação religiosa para o conjunto dos deputados entrevistados nos 12 estados selecionados para a pesquisa, enquanto a tabela 11, logo a seguir, apresenta a

distribuição da filiação religiosa dos parlamentares entrevistados por unidades da federação.

GRÁFICO 10
Distribuição percentual das filiações religiosas para o conjunto dos dados



Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008).

TABELA 12
Deputados entrevistados em cada Estado por filiação religiosa (%)

Estados Selecionados	Filiação religiosa				TOTAL (N)
	CATÓLICA	EVANGÉLICA	ESPIRITA	SEM RELIGIÃO	
	77,0	11,5	2,7	8,8	
Bahia	67,9	9,4	1,9	20,8	53
Ceará	82,9	9,8	0	7,3	41
Goiás	68,8	15,6	6,3	9,4	32
Mato Grosso	88,2	5,9	0	5,9	17
Minas Gerais	79,4	14,3	0	6,3	63
Pará	81,6	7,9	2,6	7,9	38
Pernambuco	81,6	10,5	5,3	2,6	38
Rio de Janeiro	58,5	24,5	5,7	11,3	53
Rio Grande do Sul	82,6	2,2	4,3	10,9	46
Santa Catarina	88,9	5,6	0	5,6	36
São Paulo	75,3	14,3	2,6	7,8	77
Tocantins	89,5	5,3	5,3	0	19
TOTAL (N)	395	59	14	45	513

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008).

A variação dos percentuais de cada filiação religiosa, por unidades da federação, acompanha, de forma geral, as diferenças regionais encontradas para o conjunto da população. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, por exemplo, destaca-se por ser a mais pluralizada em termos de filiação religiosa. Como é possível observar, o número de deputados entrevistados no Rio de Janeiro, que se disseram católicos, foi o menor entre os estados selecionados para a pesquisa; por outro lado, os evangélicos alcançaram ali seu maior percentual. Os *sem religião* também são expressivos entre os parlamentares do Rio (11,3%) ficando atrás apenas do percentual encontrado na Bahia (20,8%). Os estados de Goiás e Bahia também apresentam uma distribuição mais pluralizada das filiações religiosas. A Assembleia de Tocantins, por outro lado, apresentou a menor variação com um percentual de 90% de deputados católicos, e nenhum parlamentar *sem religião*. No Mato Grosso e Santa Catarina, o percentual de católicos também se aproximou de 90% apresentando, portanto, pouca variedade nas filiações religiosas dos parlamentares.

Tem sido reiterado que o campo religioso brasileiro, atualmente, é marcado pela diminuição do percentual de católicos, o crescimento dos evangélicos e o aumento dos *sem religião*. Com a ressalva feita para algumas variações regionais, esse parece ser também o cenário das assembleias legislativas estaduais.

Para além da presença proporcionalmente significativa nos parlamentos estaduais, é importante ressaltar que, embora os neo-pentecostais sejam (em termos comparativos) os mais eficazes eleitoralmente, a presença de pentecostais “tradicionais”, com destaque para a Assembleia de Deus, e dos evangélicos de missão (batistas e presbiterianos) não é de forma alguma insignificante.

Por fim, as ausências são também eloquentes (caso das religiões de matriz africana e importantes igrejas pentecostais, como a Congregação Cristã no Brasil) e apontam para a necessidade de se ter clareza sobre quais grupos efetivamente se fazem presentes no cenário político, de um lado, e os limites de qualquer extrapolação para fora desse campo.

Como já anunciando para responder a questão central, que orienta esse capítulo - Qual o impacto da filiação religiosa dos deputados entrevistados sobre o seu grau de secularização – além de que grupos se fazem representar na arena política, é fundamental também entender o que defendem esses grupos, bem como o tipo de engajamento religioso predominante para cada caso.

A seguir, discutimos, de forma mais detalhada, o conteúdo defendido por cada um dos grandes grupos de pertencimento dos deputados. Os posicionamentos foram obtidos a partir de documentos e pronunciamentos oficiais e, na falta destes, através de entrevistas, artigos e manifestos de lideranças e entidades representativas.

O segundo aspecto – os graus de integração do engajamento religioso – será apresentado para cada filiação a partir da literatura secundária especializada em sociologia da religião. O objetivo desta parte será explicitar as características da adesão religiosa predominantes em cada um dos grandes grupos confessionais brasileiros: católicos, evangélicos e espíritas.

Por fim, a partir dessas duas dimensões (posicionamentos e tipo de adesão), serão sistematizadas e testadas as hipóteses relativas ao impacto da

filiação religiosa sobre o grau de secularização dos parlamentares entrevistados no *survey* “Trajetórias”.

3.2. Católicos

Apesar do evidente declínio percentual, o catolicismo segue como a religião da maioria dos brasileiros, bem como de seus representantes nos legislativos estaduais. A adesão ao catolicismo, entretanto, não é algo homogêneo e isento de contradições. A recorrente necessidade de adjetivar a adesão ao catolicismo (como praticantes ou não praticantes, por exemplo) é sinal da pluralidade interna, característica da maior denominação religiosa brasileira.

Como anunciado, iniciamos a análise sobre o impacto da filiação católica, discutindo em linhas gerais, como tem se posicionado a hierarquia católica nos temas que compõem o índice de secularização. Esse levantamento, que não tem a pretensão de ser exaustivo, visa estabelecer uma referência para o que seriam posicionamentos coerentes ou não com sua instituição religiosa por parte dos deputados que se disseram católicos.

3.2.1 Posicionamentos assumidos pela hierarquia católica

As posições oficiais da hierarquia da Igreja Católica Romana, quanto aos temas elencados para este estudo, são públicas e relativamente bem conhecidas. Os esforços da Sé Romana em mobilizar clérigos e leigos católicos no sentido de evitar (ou pelo menos amenizar) leis civis, que de alguma forma possam ameaçar o que esta denominação religiosa tem como moralmente legítimo, também tem recebido ampla divulgação. Os documentos oficiais veiculados pelo Vaticano têm tratado explicitamente da maioria das questões discutidas nessa tese.

A Encíclica *Evangelium vitae*¹² de João Paulo II, por exemplo, esclarece que para a igreja católica “O aborto e a eutanásia são, (...), crimes que nenhuma lei humana pode pretender legitimar.” Para além da impossibilidade da legitimação, “Leis deste tipo não só não criam obrigação alguma para a

12 *Evangelium Vitae* disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae_po.html>

consciência, como, ao contrário, geram uma grave e precisa obrigação de opor-se a elas através da objecção (sic) de consciência.”¹³

A partir dessa percepção, o Vaticano estimula todos os católicos a se posicionarem publicamente e de forma inequívoca. Com esse fim, a *Congregação para a Doutrina da Fé* publicou em 24 de novembro de 2002 uma “Nota doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política”¹⁴. Falando “de modo especial, aos políticos católicos e a todos os fiéis leigos chamados a tomar parte na vida pública e política nas sociedades democráticas”, Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, na ocasião cardeal prefeito da referida congregação, relembra “alguns princípios próprios da consciência cristã, que inspiram o empenho social e político dos católicos nas sociedades democráticas”.

João Paulo II, na linha do perene ensinamento da Igreja, afirmou repetidas vezes que quantos se encontram diretamente empenhados nas esferas da representação legislativa têm a “clara obrigação de se opor” a qualquer lei que represente um atentado à vida humana. Para eles, como para todo o católico, vale a impossibilidade de participar em campanhas de opinião em favor de semelhantes leis, não sendo a ninguém consentido apoiá-las com o próprio voto. Isso não impede, como ensinou João Paulo II na Carta Encíclica *k* sobre a eventualidade de não ser possível evitar ou revogar totalmente uma lei abortista já em vigor ou posta em votação, que “um parlamentar, cuja pessoal oposição absoluta ao aborto seja clara e por todos conhecida, possa licitamente dar o próprio apoio a propostas tendentes a limitar os danos de uma tal lei e a diminuir os seus efeitos negativos no plano da cultura e da moralidade pública”¹⁵.

Em outro momento da referida nota, a exortação doutrinal exige:

Quando a ação política se confronta com princípios morais que não admitem abdições, exceções ou compromissos de qualquer espécie, é então que o empenho dos católicos se torna mais evidente e grávido de responsabilidade. Perante essas exigências éticas fundamentais e irrenunciáveis, os crentes têm, efetivamente, de saber que está em jogo a essência da ordem moral, que diz respeito ao bem integral da pessoa. **É o caso das leis civis em matéria de aborto e de eutanásia** (a não confundir com a renúncia ao excesso terapêutico, legítimo, mesmo sob o ponto de vista moral), que devem tutelar o direito primário à vida, desde o seu concebimento até ao seu termo natural. Do mesmo modo, há que afirmar o dever de respeitar e proteger os direitos do embrião humano. Analogamente, devem ser salvaguardadas a tutela e promoção da família, fundada no **matrimônio monogâmico entre pessoas de sexo diferente** e protegida na sua unidade e estabilidade, perante as leis modernas

¹³ Ibidem.

¹⁴ http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20021124_politica_po.html>

¹⁵ http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20021124_politica_po.html>

em matéria de divórcio: **não se pode, de maneira nenhuma, pôr juridicamente no mesmo plano com a família outras formas de convivência, nem estas podem receber, como tais, um reconhecimento legal.** (...) No mesmo plano, devem incluir-se a tutela social dos menores e **a libertação das vítimas das modernas formas de escravidão (pense-se, por exemplo, na droga e na exploração da prostituição).** (grifos meus)

As expectativas da Sé Romana para os parlamentares católicos são bastante claras. O legislador católico deve explicitar sua oposição de absoluto repúdio ao aborto, à eutanásia, ao uso de embriões humanos e ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Sobre a regulamentação do consumo e venda de drogas ilícitas não há nesses documentos uma orientação explícita. A referência aos usuários de drogas como *vítimas das modernas formas de escravidão*, associada aos posicionamentos de lideranças católicas em debates públicos, permitem, porém afirmar que, também nesse tema, a expectativa que pesa sobre os parlamentares católicos seja de oposição e veto a qualquer legislação que vise a descriminalização do uso de drogas.

É possível, a partir das posições apresentadas, e das expectativas aparentes no discurso da Sé Romana em relação aos adeptos do catolicismo, imaginar que em um cenário de maioria de legisladores católicos (caso do Brasil e vários outros países) que nenhuma alteração legislativa contrária aos valores católicos teria sucesso. A realidade, porém é outra. Países de expressiva maioria católica (como Espanha, Portugal e Argentina), alguns inclusive nos quais a igreja romana é a igreja oficial, aprovaram em momentos distintos alterações legislativas (em temas como casamento, aborto e direitos dos homossexuais) em claro confronto com as posições e interesses da hierarquia católica. Também no Brasil, embora em grau menor do que o desejado pelos defensores e defensoras dos direitos sexuais e reprodutivos, é evidente que a maioria dos legisladores católicos não acompanha as diretrizes e exortações da Sé romana.

Apesar da secularização do aparato estatal, já discutida anteriormente, em um arranjo democrático moderno, uma maioria religiosa poderia (como de fato tem ocorrido pontualmente) manter a legislação alinhada com os valores caros a essa maioria. Como isso não ocorre necessariamente, pelo menos não de acordo com o ideal defendido por Roma, é preciso refletir sobre o porquê do

não acompanhamento das posições eclesiásticas por parte dos parlamentares católicos. Entre outras razões, é possível supor que essa discrepância estaria associada às diferentes formas que a adesão religiosa pode assumir para seus filiados, gerando assim variações na coerência entre aquilo que é assumido como valor pelo adepto e o esperado pelas lideranças religiosas. A seguir discutimos dois eixos bastante conhecidos sobre as diferentes possibilidades de adesão ao catolicismo, são eles: a distinção *praticante* versus *não praticante* e a afinidade com os movimentos da renovação carismática católica e da Teologia da Libertação.

3.2.2 Características da adesão ao catolicismo no Brasil

É consensual entre os historiadores e cientistas sociais a noção de que a Igreja Católica desempenhou, desde cedo, papel extremamente importante na história da cultura e das instituições no Brasil. Por outro lado, são também distintas, dinâmicas e, eventualmente, contraditórias as funções e papéis desempenhados pelo catolicismo brasileiro. No que se refere à relação dos fiéis com sua instituição religiosa, há também uma diversidade de possibilidades.

Em sua obra seminal, Candido Procópio Camargo (1973) procurou estabelecer uma tipologia classificatória que permitisse “conhecer os graus de integração dos católicos à Igreja”. A partir dos estudos de Les Brás (1955) e Fichter (1951) o conceito de “*appartenance*”, no sentido de graus de religiosidade, é mobilizado por Camargo com vistas a compreender os modos e graus de integração dos indivíduos católicos no sistema de comportamento, (que inclui valores e crenças) proposto pela igreja de Roma.

Com esse objetivo, o autor de “*Católicos, Protestantes, Espíritas*” propôs uma classificação cruzando o eixo “tradicional x internalizado” com as dimensões “rural e urbano”, da qual derivou quatro tipos ideais no sentido weberiano desse termo: “*Catolicismo tradicional rural; Catolicismo tradicional urbano; Catolicismo internalizado rural e Catolicismo internalizado urbano*”(p.48) . Uma série de ponderações e críticas foram feitas ao longo das últimas décadas a essa tipologia, em especial a sua dimensão funcionalista, entretanto, a distinção proposta entre catolicismo tradicional versus

internalizado aponta para uma interessante pista, em especial se atentamos para a forma como esses conceitos foram então pensados. Para Camargo (1973):

“no Catolicismo tradicional o comportamento social e religioso fundamenta-se nos costumes e é legitimado pela tradição; observa-se pouca consciência quanto à natureza específica dos valores religiosos que inspiram normas e papéis sociais. Nota-se, ainda, a ausência de explicação racional, em termos de meios e fins, para a conduta religiosa e o comportamento social legitimado pela religião, não havendo explícita distinção entre os valores e normas da sociedade global e os da coletividade religiosa.” O Catolicismo de tipo internalizado caracteriza-se por proporcionar ao indivíduo percepção explícita e consciente dos valores religiosos. Pode conseqüentemente ocorrer coerência racional – em termos de meios e fins – entre esses valores e a conduta do indivíduo. Nas religiões internalizadas tende a surgir relativa diferenciação, e mesmo a tensão, entre os valores religiosos conscientes e o sistema axiológico que predomina na sociedade global” (p.49 grifos meus)

Dito de outra forma, a distinção entre esses dois tipos principais de catolicismo está na “capacidade de influenciar a conduta e proporcionar padrões normativos atuantes”. No catolicismo chamado tradicional, essa capacidade é, em geral, baixa e pouco distinta dos valores da sociedade em geral ,em contraste com a força do catolicismo internalizado, capaz de explicitar e mobilizar para valores especificamente caros ao sistema religioso.

As formas de internalização do catolicismo brasileiro sofreram mudanças desde os anos 70; desde então os meios de comunicação se alteraram, novas questões surgiram e novos grupos católicos ganharam força e visibilidade. Se por um lado o catolicismo segue representando para muitos, uma religião “que pune os hereges, mas é indulgente com os pecadores” (WEBER,2004 p.31) por outro, para um número expressivo de adeptos o catolicismo representa bem mais do isso.

No caso do *survey* “Trajetórias”, procurou-se distinguir as formas de adesão ao catolicismo, oferecendo a alternativa católico *praticante*, *não praticante*, *carismático*, *progressista* ou ainda *católico tradicional*. O pressuposto é que, a partir do conhecido termo *praticante*, cuja conotação é intuitiva, ainda que sensível às variações subjetivas, pudéssemos ter um primeiro filtro que permitisse distinguir os católicos com um grau maior de

prática religiosa e, por consequência, de internalização, daqueles cuja adesão ao catolicismo fosse apenas nominal.

No que se refere aos termos “carismático” e “progressista”, buscou-se separar as duas formas mais conhecidas pela participação em movimentos endógenos ao catolicismo, quais sejam: o Movimento de Renovação Carismática Católica (MRCC) e a Teologia da Libertação (TdL). Nesse caso, a suposição é também de maior intensidade na adesão, embora os impactos axiológicos possam ser distintos (e eventualmente divergentes) como apontam estudos disponíveis sobre esses grupos.

Voltando a nossa questão inicial - o impacto da filiação religiosa depende do tipo de vínculo estabelecido entre o fiel e sua comunidade religiosa – é importante lembrar que as posições oficiais do catolicismo, nos temas propostos, são bastante rígidas e “conservadoras” e a exigência em relação aos adeptos inclui posturas virtuosas na arena política, dado que enquanto legisladores, “não se admitem abdições, exceções ou compromissos de qualquer espécie”; e mesmo privada, pois enquanto cidadãos e profissionais, estão exortados à objeção de consciência em caso de conflito entre a lei e a posição da igreja.

É razoável supor, que os deputados católicos, que se dizem *praticantes*, serão mais sensíveis e esse discurso anti-secularizante sustentado pela hierarquia católica; por outro lado, é razoável esperar uma menor coerência com as posturas oficiais do catolicismo da parte daqueles que se reconhecem como *não praticantes*. No que se refere ao contraste com o *Índice de Secularização*, é razoável, portanto, sustentar a hipótese de que parlamentares católicos que se disseram *não praticantes* apresentarão graus de secularização significativamente maiores, enquanto os que se percebem como *católicos praticantes* deverão obter escores menores.

No que se refere aos movimentos católicos, é importante lembrar que uma das características destacadas pelos estudiosos do catolicismo, é sua complexidade e heterogeneidade associada a uma forte capacidade de

preservar e controlar em seu interior, movimentos e grupos com características distintas e até mesmo divergentes.

O trabalho de Candido Procópio Camargo, anteriormente citado, também aponta para as diferentes tendências nas próprias formas internalizadas de catolicismo. Segundo Camargo (1973), o processo de internalização religiosa tanto pode ter efeitos modernizantes e contestatórios como de reforço ou retorno a tradição. O “Movimento de Educação de Base” (MEB) e o “Movimento de Natal” seriam exemplos para os anos 60 e 70 dois (dos?) primeiros tipos, enquanto organizações como a “Tradição, Família e Propriedade” representariam o terceiro tipo. Em todo o caso, a participação em qualquer desses movimentos de catolicismo internalizado “torna a adesão religiosa explícita para seus adeptos”, pois neles “o fiel participa da vida religiosa, adotando valores, normas e práticas de modo consciente e deliberado” criando assim possibilidades de reavivamento na prática do catolicismo. (p. 77)

O Movimento carismático, ou Movimento de Renovação Carismática Católica ou simplesmente Renovação Carismática Católica (RCC), e a Teologia da Libertação (TL), talvez sejam atualmente os mais conhecidos dos muitos movimentos católicos a expressar simultaneamente tanto as tensões endógenas como a capacidade, característica do catolicismo, de operar o “conflito no consenso ou o consenso no conflito” mantendo assim sua unidade institucional. (SOUZA, 2004, MARIZ, 2003,)

É importante destacar, ainda, que a TL e a RCC não compartilham apenas o fato de estarem acomodadas no arcabouço institucional católico. De forma similar aos movimentos analisados por Camargo, ambos os movimentos, nascidos em meio a efervescência que cercou o Concílio Vaticano II, pretenderam originalmente representar não apenas mais um subgrupo dentro do catolicismo, mas “uma nova forma de ser igreja”. (FERNANDES, 2001)

Carismáticos e militantes da Teologia da Libertação se vêem como portadores de uma mensagem (Weber diria uma profecia) ética, com vistas a superar a relação com o sagrado meramente nominal ou tradicional e assim

levar seu grupo religioso, mais amplo, de volta as suas origens ou sua essência.

Fernandes (2001) analisa o artigo “Carismáticos e Libertadores na Igreja” de Clodovis Boff, teólogo historicamente ligado a Teologia da Libertação, no qual o autor destaca convergências entre os movimentos carismático e de libertação. Boff chama a atenção, entre outros fatores, para o fato de que “O MRCC oferecer um reforço da espiritualidade católica e conversão pessoal (...)” além de propiciar “um reforço institucional através de sua ênfase na pertença comunitária.” (p.80-81)

É possível, portanto, inferir que tanto a afinidade com o MRCC (considerar-se católico carismático) ou com a TL (considerar-se “progressista”) implicam, ou podem implicar, em alguma medida, em maior clareza e coesão com a religiosidade católica. Para os fins desse trabalho é, portanto, razoável supor que o impacto da filiação religiosa sobre os que se dizem “carismáticos” ou “progressistas” será em princípio significativo. A questão que se coloca, a partir daí, é em que direção se dará a inspiração axiológica e a orientação de conduta de cada movimento. Para tentar equacionar esse problema é preciso refletir, ainda que brevemente, sobre o tipo de interpretação do patrimônio católico, bem como as afinidades eletivas associadas às noções de “carismático” e “progressista”.

Os termos “católico progressista”, “catolicismo progressista” ou ainda “igreja progressista” em geral associadas, embora nem sempre sinônimos da Teologia da Libertação, são frequentes em trabalhos que tem como objetivo analisar a interação do catolicismo brasileiro e latino-americano com a esfera política. No que se refere à questão anteriormente colocada – a expectativa em relação ao grau de secularização dos que se declaram “católicos progressista” ou “carismáticos” – cabe ressaltar a conotação “modernizante” ou “transformadora” associada a noção de progressismo. (MAINWARING, 1989; LÖWY, 1989a; LÖWY, 1989b; DOIMO, 1995; CHARMAIN, 2009). Nos termos entusiasmados de Levy Charmain (2009)

“A Igreja Católica Progressista é um conjunto de organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade. (...) Entre os progressistas encontram-se cardeais, bispos e padres, além de ordens e congregações. (...) A Igreja Católica Progressista criou, promoveu e apoiou movimentos sociais modernos em todo o Brasil, tanto nos centros urbanos quanto na zona rural. Durante muitos anos – a começar pelo trabalho realizado na constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1960 –, foi a Igreja Católica Progressista que esteve no centro das lutas de pequenos agricultores deslocados/atingidos por barragens, comunidades indígenas, pescadores, trabalhadores urbanos e donas-de-casa das periferias das grandes cidades, em bairros pobres e favelas. Além disso, a Igreja Católica Progressista atuou em comunidades carentes para organizar as pessoas que perderam com a modernização autoritária da economia do país, denunciando publicamente as injustiças sociais na tentativa de influenciar as decisões da elite política brasileira e chamando a atenção internacional para o problema dos direitos humanos no Brasil” p.177

O reconhecimento da presença histórica do catolicismo progressista na crítica e eventualmente resistência às ditaduras, sua proximidade e mesmo protagonismo nos movimentos sociais, bem como seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, embora não possa ser tomada como uma relação necessária, permite supor que a noção de “progressista” esteja também associada ao reconhecimento dos novos movimentos sociais e das chamadas liberdades laicas, representando assim o pólo modernizante do catolicismo.

Nos levantamentos (não exaustivos) realizados para essa tese, foram encontradas desde artigos assinados por nomes conhecidos ligados a Teologia da Libertação, como Frei Betto e Leonardo Boff, que defendem o direito ao aborto legal em algumas circunstâncias, bem como a união civil de pessoas do mesmo sexo, silenciando, porém em outras questões, até pronunciamentos ostensivamente críticos às posturas adotadas pela hierarquia romana, como o progressista grupo “Católicas pelo direito de decidir”, cuja pauta não se restringe ao direito à descriminalização do aborto. Tais achados corroboram a noção de que interna ao catolicismo constitui-se uma corrente de militantes, leigos, clérigos e teólogos que defendem posturas que podem ser chamadas apropriadamente de progressistas, em oposição a postura conservadora atualmente assumida pelo Vaticano, sobretudo em questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos e de minorias como mulheres e homossexuais. (LOREA, 2011; ROSADO-NUNES, 2006; HARRISON, 2006; KISSLING, 2001) As rejeições e críticas endereçadas a esses atores por setores da hierarquia católica e particularmente de lideranças ligadas ao Movimento Carismático,

apenas reforçam a razoabilidade da hipótese, já aventada anteriormente, de que a afinidade com a noção de “catolicismo progressista” implique efetivamente em maior solidariedade com as lutas pelas liberdades laicas e, portanto, esteja associado a um maior grau de secularização. A análise dos escores obtidos pelos deputados católicos que se disseram “progressistas”, no índice de secularização, permitirá testar essa hipótese para o universo dos entrevistados.

Em trabalho pioneiro sobre a Renovação Carismática Católica (RCC), “Um sopro do Espírito” (1998) o professor Reginaldo Prandi registrou que no início dos anos 90, quando ele iniciou a execução do projeto, pouco se sabia sobre a RCC. Desde então, além de Prandi e seus colaboradores, vários outros autores e grupos de pesquisa tem se debruçado sobre esse movimento, produzindo um significativo número de trabalhos, que permitem analisar esse movimento católico, sob diferentes prismas. Para citar apenas alguns: Oliveira et alii, 1978; Oro, 1996; Prandi, 1998 e Carranza,2000.

No que se refere ao aporte modernizante ou conservador, o movimento da renovação carismática católica tem se destacado, juntamente com os evangélicos, como protagonista na oposição às demandas por ampliação das liberdades laicas, em especial àquelas associadas ao que entendem ser a defesa da vida (aborto, eutanásia e células tronco embrionárias) e da família (união civil de pessoas do mesmo sexo e criminalização da homofobia). Em nítida coerência com as posições oficiais sustentadas pela hierarquia católica, a RCC tem comparecido, portanto, na esfera política, como portadora de um ethos fortemente conservador. Para Prandi (1996), a afinidade entre a ênfase na dimensão mágica (típica dos movimentos carismáticos e pentecostal) e o conservadorismo moralizador das dimensões privadas defendidas por esses grupos não seria meramente incidental.

Para Brenda Carranza (2005), a renovação carismática católica vai além e constitui-se “no baluarte da neocristandade, a qual retoma a utopia de informar com os valores cristãos a ordem social, recuperando assim a hegemonia cultural e política outrora sustentada pela Igreja na cultura ocidental” (p.5).

Na mesma direção, Carlos Eduardo Procópio (2008) argumenta que entre os analistas da prática política da RCC é quase consenso de que esse movimento pretende a reaproximação entre religião e Estado Moderno com vistas a catequizá-lo e convertê-lo. Em sua argumentação, Procópio mobiliza o conceito de “neo-puritanos” de Enzo Pace (2006); não satisfeitos em redimir as pessoas, esses atores religiosos fundamentalistas, sonhariam em redimir toda a sociedade fazendo com que o estado volte a ser ético, favorecendo a virtude e combatendo o vício. (PROCÓPIO, 2008 p. 310)

Vale a pena destacar que nosso objetivo, aqui, não é fazer uma análise detalhada de todos os aspectos relacionados à prática política dos adeptos da renovação carismática católica, tampouco reforçar uma leitura caricatural de sua prática política como simplesmente “alienada”; trata-se, pelo contrário, de enfatizar que a defesa dos valores tradicionais católicos (sobretudo nas questões já mencionadas) constitui-se em esforço consciente e explícito da RCC. Associando-se a maior expectativa de internalização religiosa, com uma agenda alinhada com as propostas oficiais defendidas pela ortodoxia católica contemporânea, espera-se que os deputados que se disseram “católicos carismáticos” apresentem graus menores de secularização, em especial se comparados com seus irmãos “católicos progressistas”.

3.2.3 Testando a influência da adesão ao catolicismo sobre o grau de secularização dos deputados

As hipóteses até aqui levantadas, sobre o grau de secularização dos deputados entrevistados, com base nas diferentes formas de adesão ao catolicismo, podem ser sistematizadas e enunciadas da seguinte maneira:

H1 – Os deputados que se declarem *católicos praticantes* e/ou *carismáticos* deverão apresentar graus baixos de secularização, em virtude da maior força desse tipo de vínculo religioso, associada à expectativa de maior internalização dos valores oficiais defendidos por sua instituição religiosa.

H2 – Os deputados auto declarados *católicos não praticantes* deverão apresentar graus mais altos de secularização, em virtude da fragilidade desse tipo de vínculo com sua instituição religiosa.

H3 - Os deputados auto declarados católicos progressistas/teologia da libertação deverão apresentar graus mais altos de secularização ,em virtude da maior força desse tipo de vínculo religioso ,no qual predominam apropriações divergentes da hierarquia religiosa mais conservadoras.

Os primeiros testes com o banco de dados “Trajetórias” logo permitiu confirmar a declaração de filiação ao catolicismo, em sentido amplo (sem adjetivações), não apresentando qualquer impacto sobre o grau de secularização dos entrevistados. A Tabela 13 apresenta a distribuição dos deputados católicos em contraste com os demais deputados entrevistados. As médias dos escores obtidos, 5,54 para católicos e 5,32 para o demais, assim como o coeficiente de Spearman¹⁶ encontrado (0,037) apontam para inexistência de correlação entre a filiação ao catolicismo, genericamente considerada, e as percepções mais ou menos secularizadas assumidas pelos entrevistados.

TABELA 13
Índice de secularização e filiação ao catolicismo (%)

Índice de Secularização			Total
	Demais deputados	Deputados católicos	
Menos secularizado	6,6	3,2	4,0
1	1,9	1,4	1,6
2	9,4	9,3	9,3
3	12,3	7,2	8,4
4	12,3	11,3	11,5
5	6,6	12,8	11,3
6	16,0	19,7	18,8
7	5,7	13,0	11,3
8	16,0	11,0	12,2
9	3,8	4,3	4,2
Mais secularizado	9,4	6,7	7,3
Total	100,0	100,0	100,0
N	106	345	451

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DGP/ UFMG (2008).

Nota: Qui-quadrado = 14,751^a (10 graus de liberdade e p-valor = 0,141)

Ao fazer a distinção entre *católicos praticantes* e *não praticantes* é perceptível a influência da filiação ao catolicismo para o segundo grupo.

¹⁶ O coeficiente de Spearman mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais, variando de -1 e 1. Valores mais próximos dos extremos sugerem maior associação entre as variáveis e o sinal (- +) indica se a relação é positiva ou negativa. Em geral, valores entre 0,10 e 0,29 podem ser considerados pequenos; entre 0,30 e 0,49 médios e entre 0,50 e 1 como grandes. Em ciências humanas predominam valores mais discretos.

TABELA 14
Índice de Secularização por tipo de adesão ao catolicismo 01(%)

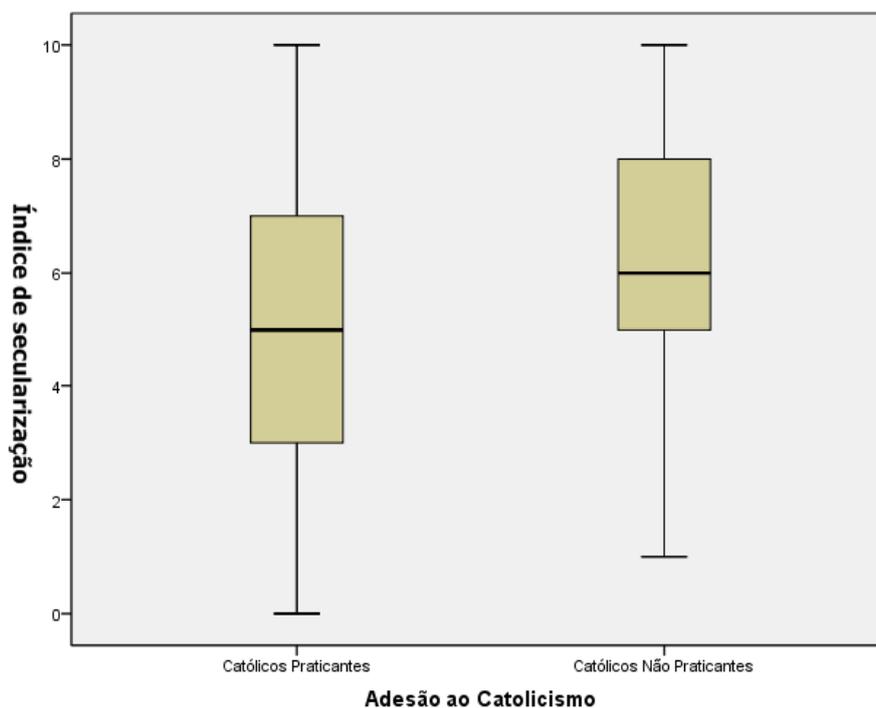
Índice de Secularização	Adesão ao Catolicismo		Total
	Praticantes	NÃO Praticantes	
Menos secularizado	5,4		3,2
1	1,0	2,1	1,4
2	11,7	5,7	9,3
3	9,8	3,6	7,2
4	12,7	9,3	11,3
5	13,7	11,4	12,8
6	17,6	22,9	19,7
7	13,2	12,9	13,0
8	6,3	17,9	11,0
9	2,0	7,9	4,3
Mais secularizado	6,8	6,4	6,7
Total	100,0	100,0	100,0
N	205	140	345

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008).

Nota: Qui-quadrado = 34,980^a (10 graus de liberdade e p-valor = ,000)

O gráfico a seguir (11), construído a partir da tabela 13, ajuda a visualizar a diferença, significativa em termos estatísticos, entre os escores obtidos por católicos praticantes e não praticantes no Índice de Secularização. Enquanto os parlamentares católicos praticantes obtiveram em média 5,07 pontos, pouco abaixo do conjunto dos 5,54 obtidos pelos católicos em geral, os que se disseram não praticantes chegaram a 6,24 pontos. O coeficiente de correlação (Spearman) aponta na mesma direção. No caso dos Católicos praticantes, a relação, ainda que discreta, é negativa (-0,158**), ocorrendo o contrário com os católicos não praticantes; nesse tipo de adesão ao catolicismo a correlação mostrou-se mais forte, significativa a 0,199** .

GRÁFICO 11
 Tipo de adesão ao catolicismo
 Praticantes x Não Praticantes



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008).

A influência religiosa, nesse caso, aponta para a direção esperada, indicando que a auto definição como praticante, de fato se relaciona com uma maior coesão com as posições menos secularizadas, afinadas, portanto, com aquelas defendidas pela hierarquia da igreja, enquanto os não praticantes se mostram claramente mais secularizados e, portanto, mais distantes do esperado pela ortodoxia católica.

Ainda dentro das subdivisões católicas, levantamos a hipótese de que a afinidade aos movimentos carismático e progressista apresentariam sentidos divergentes em relação à secularização das posturas assumidas pelos parlamentares. A Tabela 15 apresenta a comparação entre “progressistas” e “carismáticos”.

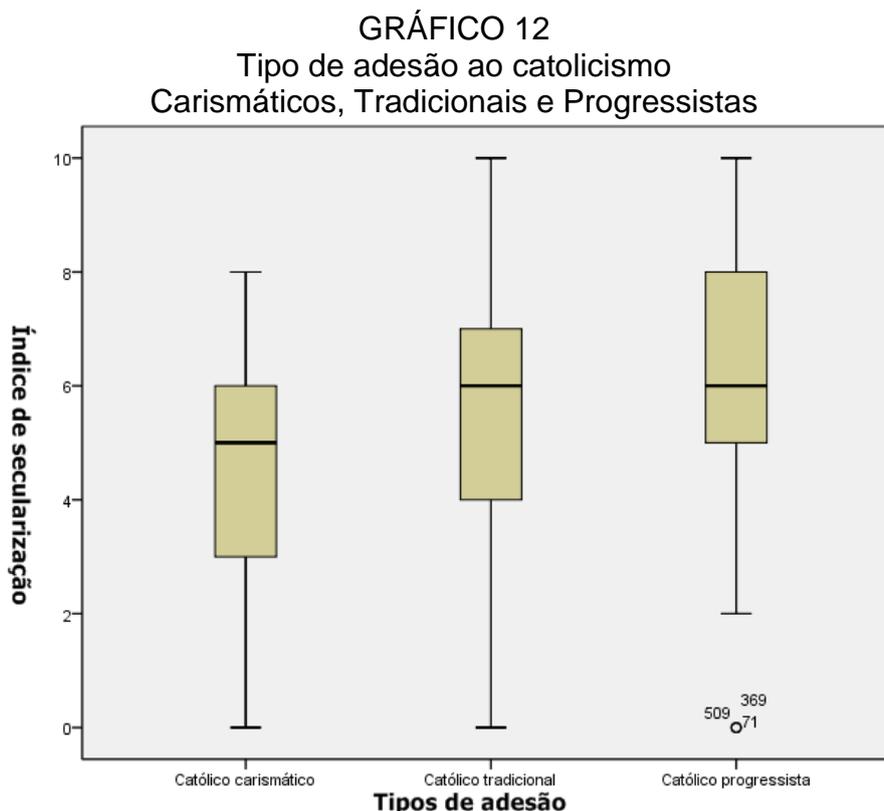
TABELA 15
Índice de Secularização por tipo de adesão ao catolicismo 02 (%)

Índice de Secularização	Tipos de Catolicismo			Total
	Carismático	Tradicional	Progressista	
Menos secularizado	10,0	0,7	2,3	3,2
1	-	3,4	-	1,4
2	14,3	10,3	5,4	9,3
3	5,7	9,0	6,2	7,2
4	15,7	9,7	10,8	11,3
5	17,1	11,7	11,5	12,8
6	20,0	18,6	20,8	19,7
7	8,6	13,1	15,4	13,0
8	8,6	13,1	10,0	11,0
9	-	3,4	7,7	4,3
Mais secularizado	-	6,9	10,0	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
N	70	145	130	345

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008).

Nota: Qui-quadrado = 44,743^a (20 graus de liberdade e p-valor = ,001)

Os tipos de relação com o catolicismo, comparados nessa tabela, mostram padrões claramente distintos. Enquanto os “tradicionalistas” apresentam coeficiente de Spearman não significativo em relação ao Índice de secularização (0,016), indicando correlação nula entre as duas variáveis, algo distinto ocorre com os “carismáticos” e “progressistas”. Assim como no caso de praticantes e não praticantes o sinal da correlação é sintomático e corrobora nossas hipóteses iniciais.



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008).

Os deputados católicos, que se disseram “carismáticos”, obtiveram em média 4,43 de escore no Índice de Secularização, enquanto “progressistas” chegaram a 6,12. A diferença, em si importante, aparece também nos coeficientes de correlação: “progressistas” aparecem positivamente associados ao índice a 151**, enquanto a associação dos carismáticos é negativa a -172**. Esses valores, ainda que discretos, corroboram a noção defendida até aqui, de que a relevância da filiação religiosa está fortemente associada às diferentes formas que essa filiação pode assumir, mesmo dentro do mesmo grupo religioso.

Para sintetizar, as hipóteses derivadas dos eixos praticantes versus não praticantes, carismáticos e progressistas puderam ser corroboradas mediante as análises bivariadas aqui apresentadas. As diferentes formas de adesão ao catolicismo, como esperado, mostraram efeitos distintos sobre o grau de secularização dos deputados.

Emerge, porém, uma questão sobre o possível efeito cruzado entre essas dimensões. Afinal, a noção de “praticante” não é excludente com a afinidade a qualquer movimento interno ao catolicismo. Dito de outra forma, é possível ser católico praticante e progressista ou praticante e carismático da mesma forma que os não praticantes também podem mostrar afinidade com qualquer desses movimentos. Embora, inicialmente, não tenhamos levantado hipóteses sobre essa interação, é possível e necessário verificar o efeito interativo dessas duas maneiras de representar a adesão ao catolicismo.

A tabela a seguir apresenta a comparação entre carismáticos e progressistas praticantes e não praticantes.

TABELA 16
Índice de Secularização por tipo de adesão ao catolicismo 03 (%)

	Adesão aos tipos de catolicismo				Total
	Carismáticos Praticantes	Carismáticos NÃO Praticantes	Progressistas Praticantes	Progressistas NÃO Praticantes	
Menos secularizado	14,3	-	3,9	-	5,0
2	14,3	14,3	7,9	1,9	8,5
3	2,0	14,3	9,2	1,9	6,0
4	16,3	14,3	14,5	5,6	12,5
5	16,3	19,0	13,2	9,3	13,5
6	18,4	23,8	15,8	27,8	20,5
7	10,2	4,8	15,8	14,8	13,0
8	8,2	9,5	3,9	18,5	9,5
9	-	-	2,6	14,8	5,0
Mais secularizado	-	-	13,2	5,6	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	49	21	76	54	200

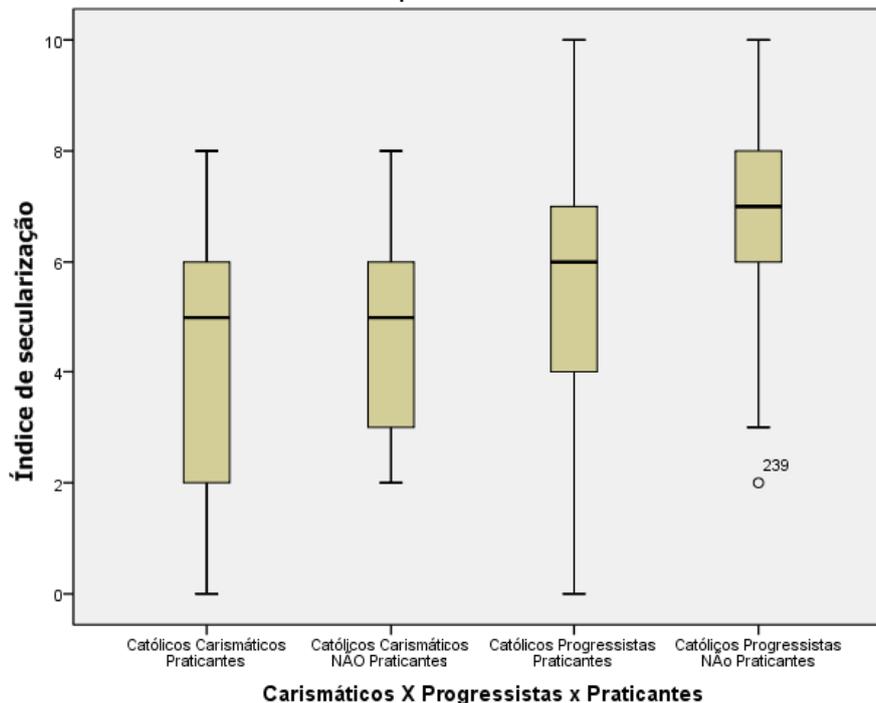
Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UF(2008).

Nota: Qui-quadrado = 65,112^a (27 graus de liberdade e p-valor = ,000)

Os católicos carismáticos praticantes, como esperado, apresentaram em média, os menores escores (4,29) e nesse indicador foram acompanhados de perto pelos demais carismáticos que se disseram não praticantes; este conjunto de católicos alcançou uma média de apenas 4,76 no Índice de

Secularização. No gráfico a seguir (gráfico 13) é possível visualizar essa proximidade.

GRÁFICO 13
 Tipo de adesão ao catolicismo
 Carismáticos praticantes e não praticantes versus Progressistas praticantes e não praticantes



Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008).

A partir apenas desse indicador, poderíamos ser levados a pensar que, para o caso dos carismáticos considerar-se um católico praticante, é menos importante do que a afinidade com o movimento carismático, uma vez que a noção de prática, pouco acrescenta em termos de coerência axiológica com o grupo religioso. Uma olhada na força da correlação nos dois casos, porém, sugere que é preciso certo cuidado com essa conclusão.

No caso dos católicos carismáticos praticantes, o coeficiente de Spearman a - 0,151** sugere que há tendência de menor secularização, quando combinadas afinidade com o movimento carismático e o considerar-se um católico praticante, permanece sem maiores incrementos. Já no caso da combinação católicos carismáticos não praticantes, o coeficiente de Spearman muito próximo de 0 (zero) (0,073) indica que a força da correlação desaparece. Dito de outra forma, a afinidade com o movimento carismático só apresenta

correlação significativa (negativa) com o Índice de Secularização para os católicos que se disseram praticantes. Ao que parece, também entre os que se dizem católicos carismáticos, a distinção entre praticantes e não praticantes faz sentido.

Para os católicos que se disseram progressistas e praticantes, a média dos escores encontrada ficou em 5,59, enquanto que para progressistas não praticantes chegou a 6,85. A força da correlação também se mostrou distinta. No caso da combinação progressista–praticante, a correlação com o Índice de Secularização medida pelo coeficiente de Spearman (0,006), simplesmente desaparece, indicando que para o caso dos católicos praticantes considerar-se progressista não afeta, de forma significativa, a percepção em relação aos temas aqui discutidos. Já no caso dos progressistas-não praticantes, o coeficiente de Spearman a 0,204** aponta para uma correlação significativa discretamente acima daquela encontrada no conjunto dos católicos não praticantes (0,199**). É razoável inferir, portanto, que também para os que se disseram progressistas, considerar-se praticante possui um peso maior.

É possível que mais detalhes sobre a relação dos parlamentares com o Movimento Carismático e as organizações que mantenham afinidade ideológica com a Teológica da Libertação possam gerar resultados distintos dos aqui encontrados. É possível, entretanto, sustentar que, a partir dos dados disponíveis e na forma como foram obtidos, assumir-se católico praticante ou não praticante apresenta maior coerência e consistência em relação ao Índice de Secularização proposto, do que a mera declaração de afinidade com o movimento carismático ou com o progressismo da teologia da libertação.

De forma sintética as hipóteses relativas à filiação católica foram corroboradas, feita a ressalva de que quando contrastadas, a distinção praticante - não praticante mostrou-se mais robusta do que a eventual afinidade aos movimentos internos ao catolicismo.

3.3 Evangélicos

Dos grupos aqui comparados, talvez sejam os evangélicos que mais têm obtido atenção da mídia e da academia nos últimos 20 anos. Se a presença de parlamentares com essa identificação religiosa foi praticamente nula, até finais dos 80, as eleições para a Assembleia Constituinte de 1988 surpreenderam pelo abrupto aparecimento de um número significativo de deputados federais evangélicos oriundos, sobretudo, de igrejas pentecostais.

3.3.1 Posicionamentos assumidos por denominações e lideranças evangélicas

O discurso evangélico, já na pioneira campanha eleitoral de 88, foi fortemente marcado por aquilo que certos autores chamaram de corporativismo religioso e pela defesa dos valores religiosos em temas como aborto, a inclusão do nome de Deus no texto constitucional e da liberdade religiosa (CALDEIRA, 1988; MARIANO, 1992; MACHADO, 2006).

Duas décadas e quatro legislaturas depois, o número de evangélicos no Congresso Nacional tem se mantido relativamente estável, com um significativo crescimento nas eleições de 2010. No que se refere aos Estados brasileiros, não há dados que permitam verificar se haveria distinção em relação à Câmara dos Deputados no que se tange a estabilidade da presença evangélica.

Analistas e atores políticos têm destacado que, no que se refere aos valores morais, tem havido, desde o início, uma clara associação entre a filiação evangélica e a defesa de valores morais e familiares tradicionais em consonância com o discurso das igrejas de origem desses parlamentares.

Se no início do século XX havia entre os intelectuais liberais brasileiros uma expectativa quanto a modernidade, laicismo e liberalismo dos protestantes, nos anos 60, essa expectativa parecia definitivamente frustrada e a maioria dos autores, inclusive oriundos do campo protestante, já apontavam um forte ethos conservador dos evangélicos. A formação da chamada “bancada evangélica”, depois institucionalizada como Frente Parlamentar

Evangélica, não desmentiu as previsões de conservadorismo apesar da heterogeneidade deste grupo.

Atualmente, a visibilidade dos deputados federais evangélicos permanece associada à defesa veemente dos valores tradicionais mencionados (MAIA, 2006; MACHADO, 2006b). Os posicionamentos de maior visibilidade se referem, sobretudo à leis, como a que criminaliza a homofobia (o conhecido PL 122), o chamado “casamento gay”, (nome frequentemente usado para se referir ao projeto da então Deputada e atual senadora Marta Suplicy, ainda não votado, que versa sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo e o aborto.

Embora haja uma pluralidade muito grande de igrejas evangélicas no Brasil, como fica claro, inclusive pela aproximação da Igreja Universal do Reino de Deus de propostas pró-aborto, e este seja um campo também em constante transformação, a associação entre evangelicalismo e conservadorismo moral ainda não foi desmentida.

Não existe para os evangélicos uma entidade única que possa servir de parâmetro para estabelecer uma posição oficial com relação aos temas aqui propostos. É possível, porém, inferir dos posicionamentos assumidos publicamente pelas lideranças religiosas, que para os temas propostos nesta pesquisa, a posição dos evangélicos seja bastante similar às posições oficiais da igreja católica.

As posições assumidas pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), no cenário federal, são também um bom indicador de qual é a tendência do posicionamento evangélico. A FPE foi organizada em 2003 e pode ser considerada uma institucionalização do grupo que ficou conhecido como “Bancada Evangélica” – deputados federais que desde a Constituinte votam e negociam de forma mais ou menos articulada, quando os temas afetam de forma direta os interesses dos evangélicos. O caso da lei de biossegurança e os esforços realizados para alterar a proposta enviada à Câmara dos Deputados, do novo código civil indicam algumas temáticas caras aos religiosos de tradição evangélica.

É necessário destacar, que é possível encontrar no Brasil, alguns pastores e líderes evangélicos que apresentem um discurso distinto da esmagadora maioria defensora de posições mais conservadoras. Tais comunidades, numericamente minoritárias, enfrentam inclusive dificuldades de reconhecimento no interior do próprio campo evangélico, em virtude de seus posicionamentos “liberais”. Entre essas exceções, encontra-se a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), a mais antiga das igrejas anglicanas atuantes no país. Importante destacar que o número total de anglicanos declarados no censo de 2000 não ultrapassa 17 mil pessoas ou 0,2% do chamado protestantismo histórico (JACOB et Al, 2003). Em recente entrevista, o Bispo Primaz da IEAB, Dom Maurício Andrade, declarou que a decisão do STF relativa a equivalência jurídica de uniões homo e heteroafetivas “interrompeu a perpetuação de situações discriminatórias, preconceituosas ou desiguais, fundadas nas preferências sexuais das pessoas”. Segundo ele, a decisão tomada pelos juízes, por unanimidade, “abomina, rejeita, veda” a desigualdade jurídica entre uniões homossexuais e heterossexuais. “A unanimidade (do tribunal) assentou-se no reconhecimento e na proclamação do direito à intimidade e vida privada, como direitos civis constitucionais de primeira grandeza, por dizerem respeito ao jeito de ser singular de cada pessoa”. É possível encontrar também igrejas inclusivas para homossexuais no campo pentecostal e neo-pentecostal. Essas comunidades defendem a ampliação dos direitos dos homoafetivos, dentre eles o casamento civil. No *survey* “Trajetórias” não foi possível detectar nenhum deputado que declarasse pertencer a qualquer das igrejas evangélicas de posturas mais heterodoxa em relação aos temas morais em questão.

Em resumo, embora seja possível detectar algumas variações entre os evangélicos a respeito das posturas assumidas pelos evangélicos (por eles), em geral, e particularmente entre as igrejas das quais afirmam pertencer os deputados entrevistados, predomina a rejeição por qualquer alteração legislativa que possam aumentar a distância entre os valores assumidos por esses religiosos e o arranjo jurídico brasileiro.

No que se refere à coerência dos membros de igrejas evangélicas em relação às crenças e valores expressos por suas igrejas, é preciso fazer algumas ponderações.

3.3.1 Características da adesão às igrejas evangélicas

Em outro trabalho (CERVEIRA, 2008), defendi que é possível encontrar três características mais ou menos comuns ao conjunto dos grupos evangélicos brasileiros, incluindo aqui históricos, pentecostais e mesmo neopentecostais, quais sejam: o conversionismo, o denominacionalismo e sua condição minoritária. Sustentamos que essas características contribuem, de forma importante, para o incremento da relação entre os fiéis das igrejas evangélicas e suas comunidades de fé.

Mesmo havendo diferentes ênfases entre os grupos evangélicos, a grande maioria das igrejas evangélicas ainda exigem daqueles que desejam aderir a suas comunidades, alguma forma de afirmação pública de sua conversão, mantendo a seguir formas distintas de controle do grupo sobre o comportamento e as crenças assumidos pelos indivíduos. Esta declaração pública de que o indivíduo passou por um processo de transformação religiosa é geralmente seguida pela cerimônia do batismo¹⁷ como sinal da sua morte para a antiga vida e sua ressurreição para uma nova. A conversão é, para os evangélicos, entendida como um ato ou processo pessoal de rejeição de eventuais adesões, comportamentos e crenças anteriores, associada a adesão exclusiva ao novo grupo, bem como o contínuo esforço para manter-se leal às normas e valores de sua nova comunidade.

O mais importante, é que as igrejas evangélicas são em sua grande maioria, por opção teológica e necessidade sociológica, conversionistas. Excetua-se, naturalmente, o protestantismo de imigração, mas a própria

¹⁷ É possível encontrar entre os evangélicos duas formas principais de batismo: aspersão e a imersão. O batismo por aspersão é típico de igrejas como a anglicana, presbiteriana e metodista (que também batizam crianças), enquanto o batismo exclusivo de adultos, na forma imersão, é comum às igrejas batistas, pentecostais e mesmo neopentecostais. Talvez o fato de que esta forma de batismo seja praticamente unânime entre as igrejas que apresentam as maiores taxas de crescimento não seja aleatório. A imersão pretende marcar, de acordo com a própria representação feita pelos adeptos destas igrejas, o fato de que o indivíduo que agora adere ao grupo, efetivamente morreu para sua vida passada e ressuscitou para uma nova vida marcando uma quebra importante na biografia da pessoa.

existência das igrejas evangélicas e, sobretudo seu crescimento e consolidação no território nacional, dependeu sempre de conversões individuais. Há registro, para o início do séc. XX, de casos de conversões de líderes locais o que implicava a conversão de todo o “clã”, mas esses casos são como apontado pelo historiador Martin Dreher (1999) raríssimas exceções. Se o protestantismo se estabeleceu no Brasil, foi em virtude do processo individual e, muitas vezes, solitário da conversão. A conversão a uma igreja evangélica poderia e pode ainda significar o rompimento de seus laços tradicionais, inclusive aqueles firmados com a família.

A reflexão de Procópio Camargo (1973) aponta para a importância das religiões interiorizadas, de conversão, para o processo de racionalização e secularização da sociedade. É preciso lembrar que o processo de interiorização do religioso que se relaciona com a racionalização e, portanto, com a modernização, tanto pode ter um efeito conservador quanto liberalizante nos indivíduos. A internalização está associada com a passagem de uma religiosidade adscritiva para uma religião consciente e voluntária, que tanto pode se dar em direção a posturas mais “liberais”, como mais “conservadoras”. O rompimento dos laços tradicionais e a escolha individualizada do grupo religioso frequentemente vem associada a uma adesão particularmente intensa aos valores do grupo escolhido. Estes valores podem ser mais intensos, se não mais “conservadores”, do que aqueles que foram abandonados.

É importante ressaltar que a conversão, como fenômeno religioso no Brasil, não é exclusiva (embora possa ser considerada típica) dos evangélicos. Procópio Camargo pensa inclusive nas religiões afro-brasileiras e em possibilidades dentro do próprio catolicismo, como o caso da teologia da libertação. Voltaremos a esse tema quando analisarmos os diferentes subgrupos católicos. Se a conversão é uma possibilidade em qualquer grupo religioso contemporâneo, ela é condição *sine qua non* para o ingresso nas igrejas evangélicas, herdeiras do protestantismo de missão.

A noção de conversão sugere ainda, que a resposta à pergunta sobre a qual nos debruçamos nesta parte do trabalho – a capacidade de transmissão e coesão valorativa dos evangélicos – deve ser positiva. Em outros termos, é

possível imaginar que a conversão estimulada e exigida como condição para a adesão aos grupos evangélicos resulte no incremento da coesão ideológica e valorativa nesses grupos.

Outro elemento comum ao campo evangélico - o denominacionalismo –, também pode ser considerado como fator de coesão interna e aumento da proximidade entre as posições oficiais das igrejas e as representações dos adeptos.

É possível situar a noção de denominação entre os conceitos weberianos clássicos de seita e igreja (NIEBUHR,1992). A denominação se distingue da igreja à medida que não pretende abarcar a totalidade dos cristãos de uma determinada região, mas baseia sua relação com o fiel na adesão voluntária e na exigência da manutenção de determinados comportamentos, crenças e valores que formam a base identitária da denominação. Afasta-se da seita, no sentido comum atribuído ao termo, à medida que não pretende ser a única expressão verdadeira da igreja invisível, embora se considere, geralmente, a melhor e mais correta maneira de vivenciar a dimensão comunitária da religiosidade. Do ponto de vista institucional, é possível dizer que a denominação é tolerante, porém aproxima-se do conceito weberiano de seita, em suas congregações locais, no que se refere à adesão voluntária e à possibilidade da exclusão do membro: caso este não se coadune com algum dos elementos da tradição que a caracterizam, sejam eles teológicos, litúrgicos ou morais.

O protestantismo se instaurou no Brasil mediante o chamado “transplante denominacional”. As denominações evangélicas, sobretudo advindas dos Estados Unidos, iniciaram seu trabalho missionário com duas principais características: o proselitismo e a montagem de uma estrutura eclesiástica (denominacional) nos moldes da matriz norte americana. Trata-se do protestantismo de missão.

As missões norte-americanas (...) adotam um modelo de "mercado aberto de missões" onde várias igrejas diferentes competiriam pela adesão voluntária dos fiéis. Nesse modelo cada igreja teria as características sociológicas do que Troeltsch qualificaria como "seita" ou que Richard Niebuhr (1929) chamaria de "denominação." A

separação constitucional entre a igreja e o estado nos Estados Unidos força as igrejas norte-americanas a se re-inventarem como organizações religiosas independentes da franquia do governo; denominações que competem entre si pela aderência dos fiéis num "mercado" religioso aberto, onde nenhuma dessas igrejas teria o apoio exclusivo do poder. (H. B. CAVALCANTI, 2002)

As características apontadas por Cavalcanti – proselitismo e montagem de uma estrutura eclesiástica denominacional – num cenário de mercado religioso aberto, contribuíram historicamente para o maior estreitamento e envolvimento do adepto de uma igreja evangélica com sua comunidade religiosa. Contemporaneamente, o desenho do “mercado religioso” aberto não se alterou para o caso brasileiro – é possível falar no seu incremento. O mesmo pode ser dito a respeito do fervor proselitista dos evangélicos em geral.

Neste cenário, a expectativa é de que essas denominações intensifiquem suas marcas identitárias, em um jogo de espelhos que aumenta a coesão interna na mesma medida em que marca diferença do grupo em relação aos que estão de fora.

Por fim, os evangélicos se constituíram historicamente dentro da auto percepção de que eram uma minoria frequentemente perseguida e discriminada. Este fator, a condição minoritária, seria então o terceiro fato que apresento como justificativa para a hipótese de que os adeptos de igrejas evangélicas tendem a uma maior coerência com suas instituições.

Vale ainda lembrar que entre os evangélicos é frequente a candidatura das próprias lideranças religiosas ou de seus filhos. Para além da participação direta dos pastores e bispos, mais de 50% dos deputados evangélicos entrevistados consideraram o apoio de suas igrejas fundamental para sua carreira política.

Em síntese, os evangélicos apresentam, apesar de alguma discrepância interna, posicionamentos “oficiais” bastante conservadores nos temas em questão. Associado a isso, deve-se ressaltar a predominância da adesão do tipo voluntária a um grupo minoritário, o que permite esperar que os adeptos das confissões evangélicas apresentem um grau menor de secularização nos temas em questão. *

3.3.1 Testando a influência da adesão às igrejas evangélicas sobre o grau de secularização dos deputados

A partir do exposto anteriormente, levantamos a hipótese de que os deputados evangélicos deverão apresentar baixo grau de secularização, dada a associação clara entre a predominância de posicionamentos conservadores entre as lideranças e instituições evangélicas e a força do vínculo entre o indivíduo e a comunidade religiosa, típico dessas igrejas.

A fim de testar essa hipótese, os escores obtidos pelos parlamentares evangélicos no *Índice de Secularização* foram contrastados com os resultados encontrados para *católicos praticantes* e não praticantes, que como discutido anteriormente, mostraram-se significativos em direções distintas.

TABELA 17
Índice de Secularização por tipo de adesão religiosa 01 (%)

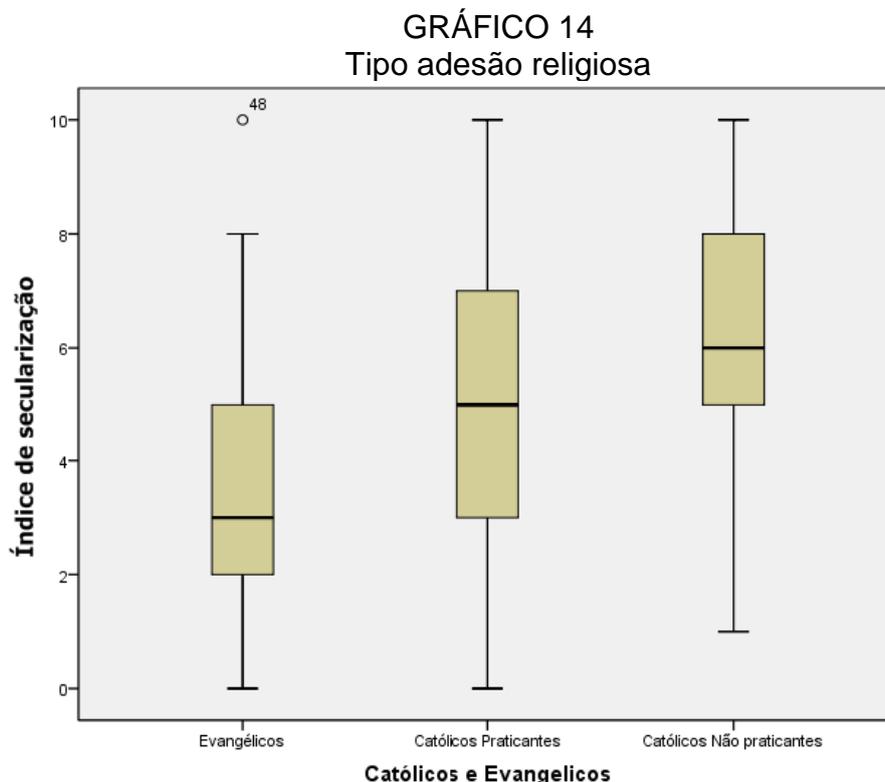
Índice de Secularização	Católicos e Evangélicos			Total
	Evangélicos	Católicos Praticantes	Católicos Não praticantes	
Menos secularizado	13,2	5,4		4,5
1	3,8	1,0	2,1	1,8
2	13,2	11,7	5,7	9,8
3	22,6	9,8	3,6	9,3
4	20,8	12,7	9,3	12,6
5	1,9	13,7	11,4	11,3
6	11,3	17,6	22,9	18,6
7	5,7	13,2	12,9	12,1
8	5,7	6,3	17,9	10,3
9		2,0	7,9	3,8
Mais secularizado	1,9	6,8	6,4	6,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
N	53	205	140	398

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008).

Nota: Qui-quadrado = 74,484^a (20 graus de liberdade e p-valor = ,000)

Para o leitor informado dos debates a respeito dos temas aqui discutidos, os dados apresentados provavelmente não surpreendem. A chamada “Bancada Evangélica”, ou para ser mais rigoroso, a “Frente Parlamentar Evangélica”, vem se destacando nas diversas mídias, sempre que um dos temas em questão, particularmente aborto e direitos dos homossexuais está em pauta, por suas posturas claramente refratárias a qualquer modernização legislativa nessas questões.

A gráfico abaixo ajuda a visualizar o contraste com os deputados católicos.



Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008).

A maioria dos deputados evangélicos (52,8%) ficou na faixa mais baixa do *Índice de Secularização*, que vai de 0 (zero) e a 3 (três) pontos. Os indicadores estatísticos dos evangélicos também apontam para a baixa secularização dos deputados evangélicos entrevistados: a média de pontos dos evangélicos (3,62) ficou abaixo dos *católicos praticantes* (5,07) e mesmo dos *católicos praticantes carismáticos* (4,29). O coeficiente de correlação de Spearman encontrado de -0,259** e, ainda que não possa ser considerado alto, é significativo e o mais forte encontrado até o momento. Em síntese, a leitura desses dados corrobora, como esperado, a relação negativa entre a filiação evangélica e o grau de secularização.

A questão que nos interessa - entender o impacto da filiação religiosa sobre as percepções morais dos deputados -, encontra nos evangélicos um caso paradigmático. Como já exposto, a principal porta de entrada para as igrejas evangélicas, no Brasil, segue sendo a conversão religiosa com seu forte

impacto desenraizante por um lado, e, fator decisivo para a constituição de fortes laços com a comunidade religiosa de outro. O caso dos deputados evangélicos, de forma similar aos católicos praticantes, corrobora a noção de que a influência da filiação religiosa sobre as percepções do indivíduo passa claramente por fatores de internalização do discurso e dos valores religiosos, como a adesão voluntária, prática religiosa e o conseqüente fortalecimento dos laços entre indivíduo e comunidade religiosa.

3.4 Espíritas

O termo espírita, como filiação religiosa, não é de forma alguma uma categoria unívoca. No Brasil, de forma geral, o termo *espírita* tanto pode se referir às religiões mediúnicas afro-brasileiras, caso do Candomblé e da Umbanda, quanto ao kardecismo e eventualmente a religiões orientais ou grupos esotéricos que afirmem algum tipo de doutrina mística ou reencarnacionista.

As duas principais religiões de matriz africana no Brasil são a Umbanda e o Candomblé. Juntas com outras declarações de religiões afro-brasileiras, essas duas confissões congregavam em 2000, segundo o IBGE (JACOB *et al.*, 2003), cerca de 500 000 pessoas espalhados por todo o país. A Umbanda, majoritária reunia 397 desses 500 mil. Ainda de acordo com o recenseamento de 2000, os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo nessa ordem, são as unidades da federação que concentram o maior número de adeptos dessas confissões. A Bahia aparece em quarto lugar, mas os demais estados do nordeste quase não registram adeptos. No *survey* “Trajetórias”, apenas um deputado estadual afirmou pertencer a uma religião afro-brasileira. É preciso ressaltar que, de forma similar ao que ocorre na população em geral, a declaração de adesão às religiões de matriz africana, como “religião”, apresenta problemas. A dupla pertença, registrada e discutida por sociólogos e antropólogos da religião, associada ao conhecido sincretismo brasileiro ou ainda à possibilidade de dizer-se *sem religião*, podem estar na base de uma eventual sub representação dos praticantes da Umbanda ou do Candomblé nas entrevistas. O fato é que, ao optar por trabalhar com a auto declaração é

preciso assumir que a resposta dada possui sentido para o respondente e não se trata apenas de um escamoteamento que precisa ser revelado.

O espiritismo de base kardecista reúne certa de 2,2 milhões de fiéis no Brasil, se concentrando no estado de São Paulo (350 000), principalmente na Capital. Os espíritas são ainda numericamente expressivos nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Entre os parlamentares que responderam ao *survey* não aparecem deputados que se digam espíritas em quatro estados brasileiros: Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina. Os estados de Goiás e Rio de Janeiro se destacaram com dois e três deputados respectivamente, o que representa cerca de 6 % dos deputados entrevistados em cada uma das Assembleias Legislativas.

No que se refere às questões apresentadas aos deputados estaduais, não foram encontrados posicionamentos oficiais da Federação Espírita do Brasil, principal órgão representativo dos centros e grupos espíritas brasileiros. Foram encontradas, porém, declarações emitidas por outras entidades espíritas com aparente visibilidade e credibilidade, que podem dar uma ideia do que pensam as lideranças do espiritismo, nos temas aqui propostos.

Nas questões relativas à vida, a posição assumida pela Associação Médico – Espírita do Brasil é bastante semelhante àquelas defendidas pela Igreja Católica Romana. A Carta de Princípios da Associação Médico – Espírita do Brasil se posiciona claramente contra três das cinco questões apresentadas aos deputados: *Aborto*, *Eutanásia* e *experiências com células tronco embrionárias*. A presença de um representante da Federação Espírita Brasileira em uma das vice presidências do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil Sem Aborto serve de indicativo sobre o tema.

No que se refere a união civil de pessoas do mesmo sexo, não foram encontrados pronunciamentos representativos de qualquer associação ou federação espírita. Isto não deve ser tomado como indicativo do apoio a estas propostas, mas serve como pista de que não há movimentos organizados contrários ou favoráveis a essas medidas, como existe na questão do aborto.

3.4.1 Características da adesão ao espiritismo no Brasil

Quanto às expectativas em relação à coerência dos que se dizem espíritas em relação às posturas morais assumidas por este grupo, são necessários dois comentários. Os estudos sobre o espiritismo no Brasil apontam algumas características importantes do ponto de vista da discussão que ora desenvolvemos.

O perfil demográfico dos espíritas indica que estes vivem mais nas zonas urbanas do que nas rurais, que existem mais mulheres do que homens e que predominam pessoas com mais de 31 anos, de cor branca. Em termos educacionais, os adeptos do kardecismo estão nitidamente acima da média nacional, estando bem representados no segundo grau, graduação, mestrado e doutorado. Economicamente, há uma presença importante de empresários do setor terciário (JACOB *et al.*, 2003). Enquanto campo religioso, é importante destacar que os espíritas possuem uma organização baseada na comunidade local e organizada regional e nacionalmente na forma de federações.

A noção de conversão não é desconhecida no espiritismo, antes pelo contrário, é possível encontrar no kardecismo brasileiro destaque para essa experiência religiosa. Pierucci, na linha aberta por Camargo, lembra que o espiritismo é também uma religião de salvação universal, aberta a conversão de todas as pessoas. É possível, por outro lado, que a noção mais processual de salvação e uma formação comunitária, com características distintas da noção puritana de “igreja dos crentes”, no caso do espiritismo bastante tolerante e até incentivadora da dupla pertença, dêem a adesão ao espiritismo um caráter menos intenso do que aquele encontrado entre os evangélicos.

2.2.1 Testando a influência da adesão ao espiritismo sobre o grau de secularização dos deputados

Como já apontado, foi possível encontrar posicionamentos claros de entidades espíritas brasileiras nas questões pró-vida: aborto, eutanásia e experiências com células tronco embrionárias. Em relação à união civil e a descriminalização das drogas, não foram encontrados posicionamentos autorizados oriundos de entidades ou lideranças representativas. Por outro lado, é possível e correto considerar o espiritismo uma religião de adesão

voluntária, capaz de impactar axiologicamente seus adeptos. A hipótese mais consistente a ser levantada nesse caso é de que os deputados espíritas tenderiam a se posicionar de forma menos secularizada nas questões pró-vida e de forma mais aberta em relação à ampliação de direitos dos homossexuais. O problema é evidente, optou-se no início do trabalho não fazer maiores distinções, fazer esse exercício para um grupo e não para os demais, embora pudesse ser interessante, inviabilizaria qualquer comparação. A esse problema lógico acrescenta-se o problema estatístico do pequeno número (14) de deputados que se disseram espíritas.

A título de curiosidade, os escores dos deputados espíritas, testados separadamente e, embora a média obtida (6,0), possa ser considerada alta, os contras dos espíritas, com o conjunto dos demais deputados (qui quadrado de 638), não apresentou significância estatística, assim como também não foi significativa o coeficiente de Spearman (0,039) para a correlação entre a filiação espírita e o *Índice de Secularização*. Em outros termos, os dados disponíveis não permitem fazer qualquer afirmação sobre o impacto da declaração de adesão ao espiritismo.

3.5 Os “Sem religião”

Os *sem religião* são uma categoria que tem chamado a atenção dos cientistas sociais brasileiros por seu impressionante crescimento nas últimas décadas. Em 1970, havia no Brasil aproximadamente 700 mil pessoas (0,8% do total) que se declaravam *sem religião*, em 1980 quase 2 milhões (1,6%) , em 1991, 7 milhões (4,7%) e 12,5 milhões (7,4%) em 2000. Os *sem religião* também têm chamado a atenção por sua ambiguidade. Estudos qualitativos recentes indicam que sob a alternativa, *sem religião*, parecem estar grupos de diferentes percepções, sobre o próprio religioso, como ateus e agnósticos, assim como pessoas com crenças diversas, mas sem vínculo institucional religioso. Em termos demográficos, a heterogeneidade se mantém: segundo o Atlas da Filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil (2003), as pessoas que integram essa categoria são predominantemente adolescentes e jovens, do sexo masculino e de várias “cores e raças”. Do ponto de vista educacional, há desde pessoas sem qualquer instrução, até mestres e doutores. Os *sem*

religião vivem principalmente nas faixas litorâneas, são urbanos e podem tanto estar nas periferias mais pobres como nas regiões centrais das grandes cidades. A Bahia chama a atenção pelo percentual expressivo (10,2%) e bem distribuído por todo o estado. (JACOB et al, 2003)

Autores como Alberto Antoniazzi (2003 – as religiões no censo de 2000), Regina Novaes, (2004 – os jovens sem religião), e Denise Rodrigues (2007), dentre outros, tem problematizado o significado de afirmar-se *sem religião*, bem como suas implicações em termos de maior ou menor secularização.

Ao analisar os dados do Censo de 2000, relativos à religião, o padre e pesquisador Alberto Antoniazzi, insiste na tese de que “a religiosidade continua muito alta entre os brasileiros”, apesar dos dados por ele tratados apontarem para uma contínua queda da adesão ao catolicismo e do crescimento significativo dos *sem religião*. Para esse autor, “a declaração *sem religião* parece indicar mais uma “des-institucionalização” da religião e a emergência da chamada “religião invisível.” (p.77)

Novaes (2004), a partir dos dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, discute a alternativa *sem religião* para o caso dos jovens entrevistados, enfatizando a pluralidade de possibilidades associada a essa resposta. Para Novaes, ao lado dos ateus e agnósticos (pequeno percentual do total), dos velhos sincretismos, destacam-se, inclusive numericamente, os que “acreditam em deus mas não tem religião”; ou simplesmente: “religiosos *sem religião*”. Estes últimos, caracterizados por “um certo consumo de bens religiosos sem as clássicas mediações institucionais, como um estado provisório (entre adesões) ou como uma alternativa de vida e de expressão cultural” (p.328).

Em artigo com o sugestivo título: “Religiosos Sem Igreja: Um Mergulho na Categoria Censitária dos *Sem religião*”, Denise dos Santos Rodrigues (2007) discute os resultados da pesquisa qualitativa, por ela conduzida, por ocasião de seu doutoramento na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). Nessa investigação foram realizadas 48 entrevistas semi-estruturadas, com habitantes de diferentes localidades do Estado do Rio de

Janeiro, que se auto identificaram como *sem religião*. Segundo Rodrigues, os dados obtidos comprovam que, “embora nos recenseamentos eles (os *sem religião*) estejam agregados em uma só categoria, *aparentemente secularizada* (grifo meu) , são constituídos por tipos com características e cosmovisões distintas” (RODRIGUES, 2007 p.31). A autora defende ainda, que a categoria dos *sem religião*, deva ser compreendida “como um agregado de tipos de indivíduos sem vínculos com instituições religiosas, mas não desprovidos de crença”, e alerta que, se “ela apresenta, de um lado, indivíduos aparentemente secularizados, de outro apresenta, também, indivíduos aparentemente dessecularizados”, pois definir-se “como *sem religião* não significa afastar o transcendental de sua vida, embora descolado de instituições religiosas.” (RODRIGUES, 2007 p 53)

A partir da hipótese mais ampla, sustentada ao longo desse capítulo, que diz da importância do vínculo religioso e das ponderações recomendadas pela literatura especializada, pretende-se testar a seguinte hipótese com respeito aos parlamentares *sem religião*:

Os deputados *sem religião* apresentarão percepções muito similares àquelas assumidas por *católicos não praticantes*, uma vez que o afastamento das crenças e, por analogia, dos valores religiosos associado a essa categoria tem se mostrado, em outros estudos, apenas parcialmente secularizante.

3.5.1 Testando a influência da ausência de adesão religiosa sobre o grau de secularização dos deputados

A fim de testar a hipótese levantada sobre a similaridade do impacto da não adesão religiosa com uma adesão meramente nominal, serão inicialmente comparados os escores obtidos por *católicos não praticantes* e *sem religião*. A tabela 18 permite visualizar o contraste entre essas categorias.

TABELA 18
Índice de Secularização por tipo de adesão religiosa 02 (%)

Índice de Secularização	Filiação religiosa tipo fraca ou nula		Total
	Católicos Não praticantes	Sem religião	
1	2,1	-	1,7
2	5,7	2,6	5,0
3	3,6	2,6	3,4
4	9,3	5,1	8,4
5	11,4	7,7	10,6
6	22,9	20,5	22,3
7	12,9	2,6	10,6
8	17,9	28,2	20,1
9	7,9	7,7	7,8
Mais secularizado	6,4	23,1	10,1
Total	100,0	100,0	100,0
N	140	39	179

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008).

Nota: Qui-quadrado = 15,713^a (9 graus de liberdade e p-valor = ,073)

Como esperado, os escores mais baixos são minoritários para ambos os grupos. Apenas 5,2% dos *sem religião* ficaram na faixa mais baixa, que vai de 0 a 3 pontos, enquanto 11,4% dos católicos *não praticantes* obtiveram os mesmos escores. Nos escores mais altos (7 a 10 pontos), os *sem religião* são clara maioria (61,6%), embora a presença de católicos *não praticantes* seja expressiva (43,1%). As médias também apontam para escores mais altos, ainda que haja assimetria: enquanto os *não praticantes* obtiveram em média 6,24 pontos, os *sem religião* alcançaram 7,38.

A superioridade dos valores mais secularizados encontrados para os *sem religião* poderia levar a conclusão de que há uma diferença significativa entre os dois grupos, entretanto os indicadores estatísticos que temos mobilizado até o momento não corroboram essa leitura. Se observarmos o qui quadrado de 0,073 do contraste entre os dois grupos (tabela 17) veremos que, embora próximo dos ideais 0,05, esse valor não pode ser considerado estatisticamente significativo. A correlação de Spearman de ambos os grupos em relação ao *Índice de Secularização* aponta na mesma direção, *não praticantes* e *sem religião* não apenas apresentam correlação com esse índice, mas também apresentam valores muito próximos; católicos *não praticantes* 0,199** e *sem religião* apenas um pouco mais forte 0,225**.

Semelhantes, com uma tendência de maior secularização, quando o afastamento da instituição religiosa é mais intenso, a leitura desses dados corrobora a hipótese proposta; a ausência de filiação religiosa tem um efeito secularizante similar, discretamente mais intenso, do que a filiação religiosa tradicional, meramente nominal. Cabe, porém, destacar que as diferenças encontradas, ainda que não significativas estatisticamente, apontam para a necessidade de acompanhar e valorizar a declaração de ausência de filiação religiosa, pois, pelo menos para o caso de elites políticas, parece haver mais efeito secularizante nessa falta de pertencimento religioso do que imagina nossa vã insistência no sincretismo brasileiro.

Para finalizar, apresentamos a seguir, uma comparação entre as filiações que mostraram maior significância lógica e estatística: evangélicos, *católicos praticantes e não praticantes e sem religião*.

TABELA 19
Índice de Secularização por tipo de adesão religiosa 03 (%)

Índice de Secularização	Filiação religiosa				Total
	Evangélicos	Católicos praticantes	Católicos Não praticantes	Sem religião	
Menos secularizado	13,2	5,4	-		4,1
1	3,8	1,0	2,1		1,6
2	13,2	11,7	5,7	2,6	9,2
3	22,6	9,8	3,6	2,6	8,7
4	20,8	12,7	9,3	5,1	11,9
5	1,9	13,7	11,4	7,7	11,0
6	11,3	17,6	22,9	20,5	18,8
7	5,7	13,2	12,9	2,6	11,2
8	5,7	6,3	17,9	28,2	11,9
9	-	2,0	7,9	7,7	4,1
Mais secularizado	1,9	6,8	6,4	23,1	7,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	53	205	140	39	437

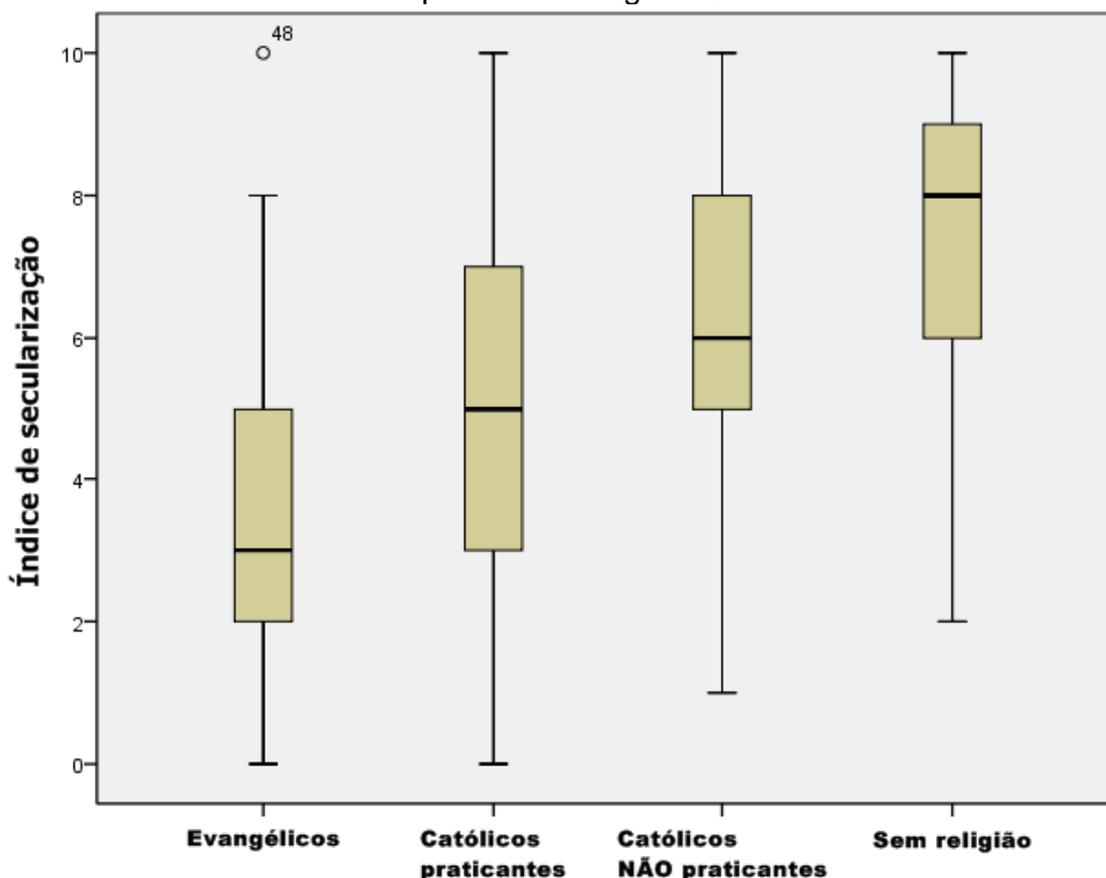
Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008).

Nota: Qui-quadrado = 111,102^a (30 graus de liberdade e p-valor = ,000)

Como já apontado, as filiações marcadas pelo caráter voluntário da adesão e pela internalização da experiência religiosa, evangélicos e católicos praticantes, apresentam menores graus de secularização. Importante destacar, que mesmo entre esses dois grupos, menos secularizados em relação aos

demais, predomina entre os evangélicos um maior distanciamento a posturas secularizadas. Dito de outra forma, os evangélicos são ainda menos secularizados do que os católicos praticantes. Esse fenômeno é esperado, e com já discutido anteriormente, deve-se à maior coesão interna experimentada nas igrejas evangélicas, em contraste com a condição majoritária do catolicismo.

GRÁFICO 15
Tipo adesão religiosa 2



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008).

No outro extremo, é possível agrupar os deputados cuja filiação religiosa se caracteriza por laços muito mais tênues ou que já assumiram o rompimento institucional com o religioso: Católicos carismáticos e sem religião. Em ambos os casos, o aumento no grau de secularização é bastante claro.

3.6 Considerações finais

Iniciamos esse capítulo prometendo analisar o impacto da filiação religiosa sobre as percepções valorativas assumidas pelos deputados entrevistados no *survey* “Trajetórias” reunidas sob o *Índice de Secularização* proposto no capítulo anterior.

Procuramos mostrar que os maiores grupos religiosos brasileiros, católicos e evangélicos, principalmente, com presença significativa de adeptos nas instâncias parlamentares estudadas, possuem posicionamentos

claramente contrários às inovações secularizantes que, em geral, buscam a ampliação das chamadas liberdades laicas. Em nome de valores considerados sagrados, essas instituições religiosas têm apresentado a expectativa de que seus adeptos, nas esferas de tomada de decisão, defendam suas posições.

Para saber se seria razoável esperar coerência dos religiosos em relação às expectativas, propusemos ser necessário entender, que o tipo de adesão institucional seria esperado de cada grupo, para, só então, supor uma maior ou menor coerência com as posições defendidas pelos grupos religiosos.

A partir dessa combinação, chegamos a hipótese mais geral, o impacto da filiação religiosa do deputado sobre o seu grau de secularização será maior quando esta filiação apresentar caráter voluntário (conversionista) e sua direção dependerá dos posicionamentos assumidos pelo grupo religioso ao qual estiver vinculado. Como os grupos religiosos mencionados tem assumindo posicionamentos oficiais pouco ou nada secularizados, foi possível, com base no tipo de vínculo predominante nessas confissões religiosas, levantar as seguintes sub hipóteses:

H2 – Os deputados que se declarem *católicos praticantes* ou *carismáticos* deverão apresentar graus baixos de secularização, em virtude da maior força do vínculo religioso.

H3 – Os deputados auto declarados *católicos não praticantes* deverão apresentar graus mais altos de secularização, em virtude da fragilidade e relativização do vínculo com a instituição religiosa associado a essa declaração.

H4 - Os deputados auto declarados *católicos progressistas/teologia da libertação* deverão apresentar graus mais altos de secularização, em virtude das apropriações divergentes feitas por esses grupos das posições oficiais mais conservadoras.

H5 – Os deputados *evangélicos* deverão apresentar baixo grau de secularização, dada a força do vínculo entre indivíduo e comunidade religiosa, típico das comunidades evangélicas.

H6 – Os deputados *sem religião* apresentarão percepções muito similares àquelas assumidas por *católicos não praticantes*, uma vez que o afastamento das crenças e, por analogia, dos valores religiosos, associado a essa categoria, tem se mostrado, em outros estudos, apenas parcialmente secularizante.

Dentro dos limites já apresentados, a análise dos dados aqui apresentados permite corroborar a principal hipótese levantada a respeito do sentido e da relevância da filiação religiosa do tipo voluntário. O caso dos deputados entrevistados no *survey* “Trajetórias” reforça a noção de que filiação religiosa é mais eficaz em impactar as percepções valorativas de seus adeptos, quando essa adesão é voluntária e consciente, vindo acompanhada da prática religiosa associada à internalização do conteúdo defendido pela comunidade de fé.

É importante ressaltar que, as sub hipóteses relativas aos católicos (H2, H3 e H4), foram corroboradas, embora durante os testes, tenham aparecido interessante intercessões entre os sub grupos católicos (carismáticos e progressistas) e a noção de *praticante – não praticante*. Interações essas que não havíamos antecipado. A análise das interações encontradas permitiu, finalmente, uma melhor visualização da força de cada variável, com destaque para a predominância da declaração relativa à prática em detrimento da afinidade aos movimentos internos ao catolicismo.

Com relação aos evangélicos, não houve maiores surpresas e a hipótese relativa a esse grupo (H5), como esperado, foi corroborada com indicadores robustos. Vale ressaltar que ainda na direção esperada, quando fragmentadas as confissões, os pentecostais clássicos, representados pela Assembleia de Deus, mostraram-se os mais fortemente não secularizados.

No que se refere aos *sem religião*, a hipótese de similitude com os católicos *não praticantes* (H5) foi corroborada. Importante ressaltar que similitude não significou igualdade, pois alguns indicadores apontaram para um incremento na secularização dos *sem religião*, mesmo em contraste aos mais secularizados católicos não praticantes.

Em síntese, os dados e questões discutidas até aqui, permitem dizer que a força da filiação religiosa sobre a maior ou menor secularização, nas questões propostas, está ligada à combinação entre o conteúdo defendido pelo grupo religioso e tipo de adesão a esse grupo. Assim, a não adesão religiosa, ou a adesão meramente nominal (tipicamente tradicional) estaria associada a maior secularização, enquanto a adesão religiosa forte (voluntária) manteria afinidade com valores menos secularizados. No caso do grupo religioso já partilhar de valores mais secularizados, a força da filiação voluntária incrementaria a secularização.

CAPÍTULO 4

POLÍTICA E SECULARIZAÇÃO

Até o momento, apresentamos e discutimos as posturas mais ou menos secularizadas dos parlamentares entrevistados, à luz de fatores sócio demográficos e de variáveis do campo religioso. Nesse esforço, procurou-se lidar com dois dos mais importantes conjuntos de variáveis presentes na literatura, como fatores explicativos, ou pelo menos claramente relacionados à percepções relativas a valores, em especial, à oposição tradicional versus moderno.

No caso dos fatores sócio-demográficos, apenas a variável escolaridade apresentou alguma correlação significativa com o posicionamento dos parlamentares, frente aos temas propostos. Nesse caso, a relação positiva entre escolaridade e posicionamentos mais modernos é comum, tanto a elites parlamentares, como à população em geral. Já para o caso das variáveis do campo religioso, a esperada correlação entre o pertencimento a grupos de adesão voluntária e posicionamentos coerentes com os respectivos grupos pode igualmente ser corroborada.

Trata-se agora de analisar a questão por um ângulo menos usual, qual seja, buscar eventuais interações entre fatores políticos, no sentido mais estrito do termo, e as percepções morais assumidas pelos legisladores.

4.1 Considerações sobre a importância da dimensão político institucional na compreensão da secularização de valores

A noção de que a esfera política é dotada de características próprias e sofre influxos distintos daqueles vividos pelos atores sociais, em outras esferas, não é de forma alguma novidade. Determinar, porém, quais são as dimensões específicas relevantes para o que se busca explicar não é tarefa fácil e tampouco isenta de polêmicas. Para os efeitos dessa investigação, três dimensões políticas são assumidas como relevantes em virtude de sua generalidade, necessidade institucional ou importância estratégica. São elas: posição no espectro ideológico esquerda-direita, força do vínculo partidário e

importância atribuída ao apoio religioso. A dimensão ideológica, embora bastante criticada, segue elemento recorrente na gramática política contemporânea e como indicam outros estudos, mantém-se como um importante referencial de posturas e representações, inclusive para além do eixo estado-mercado, que tradicionalmente marcou a distinção entre esquerda e direita. As duas últimas são fatores que podem ter consequências importantes para as carreiras políticas.

4.2 Discutindo e testando o impacto de diferentes vínculos políticos

No que se refere ao impacto sobre a secularização das posturas dos parlamentares, as seguintes hipóteses serão discutidas e em seguida testadas para o conjunto dos deputados entrevistados.

H1. Deputados localizados à esquerda do espectro ideológico tendem a apresentar maior grau de secularização.

H2. Deputados que apresentam maior aproximação e valorização da instância partidária tendem a maior secularização.

H3. Deputados que valorizam o apoio de igrejas ou grupos religiosos para suas carreiras políticas tendem a apresentar escores menores de secularização.

4.2.1 Ideologia

O debate acadêmico a respeito do significado e aplicabilidade dos conceitos de direita e esquerda, na compreensão dos fenômenos políticos, indica que, apesar das grandes transformações, associadas ao fim da experiência soviética e do chamado socialismo real, a noção de ideologia ainda parecer ser uma categoria importante na compreensão do agir político de atores, partidos e mesmo governos. (BOBBIO, 1995; CASTAÑEDA, 1994;).

Também no Brasil, importantes trabalhos na área de ciência política vêm chamando a atenção para a importância de se considerar seriamente a variável ideologia como elemento fundamental para a compreensão da coerência,

disciplina, construção de coligações e mesmo das estratégias de recrutamento partidárias. (FIGUEIREDO, e LIMONGI 1999; RODRIGUES, 2002; MELO, 2004; MARENCO, 2007)

No que se refere às questões polêmicas, selecionadas para o presente estudo, espera-se encontrar afinidade entre localização no espectro ideológico e posicionamentos mais ou menos secularizados. É comum, nas democracias ocidentais contemporâneas, esperar dos partidos de direita ,certo alinhamento com a defesa de valores tradicionais/religiosos e dos partidos de esquerda, maior proximidade com a defesa de posições laicas. O debate recente em torno do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, em países como Estados Unidos, Espanha, Portugal, entre outros, aponta casos interessantes nos quais a polarização esquerda/direita serve como indicador de posições, revelando uma evidente tendência dos partidos de centro e direita de se colocarem em defesa de posturas mais conservadoras. (FREIRE, 2006)

É importante lembrar, porém, que originalmente, os partidos comunistas clássicos deram, em seus programas, pouca ou nenhuma ênfase à defesa dos direitos de minorias sexuais e à defesa de direitos individuais. Questões como a defesa do direito ao aborto ou o reconhecimento dos direitos das pessoas homoafetivas foram, quando pensadas, tidas como secundárias em relação à luta revolucionária pela implantação do socialismo. Para a esquerda ortodoxa, (além do conservadorismo dos próprios militantes) a prioridade deveria ser a superação da dominação de classe, entendida como a raiz de todas as demais formas de opressão. (SCAVONE, 2008; GREEN, 2003)

O conhecido intelectual português Boaventura Santos confessa que é “com alguma perplexidade” que ele observa, nos últimos tempos, a forma “como os direitos humanos se transformaram na linguagem da política progressista”. O estranhamento se justifica dado que, “durante muitos anos, após a Segunda Guerra Mundial ,os direitos humanos foram parte integrante da política da Guerra Fria e como tal foram considerados pela esquerda.” (SANTOS,1997 p.105)

Há relativo consenso, entretanto, de que, ainda que tardiamente, a luta pelos direitos das minorias e as demandas pelos chamados direitos de terceira geração foram por fim incorporados à gramática política da esquerda e servem hoje como importante referência do posicionamento ideológico de atores políticos e eleitores. Não é raro encontrar estudos sobre percepção política que corroboram a noção de que a simpatia por partidos políticos de esquerda contribui favoravelmente para um envolvimento dos indivíduos, pelo menos em termos abstratos, com os direitos humanos. (CAMINO, 2004). Foram também os partidos de inspiração socialista e social democratas, os primeiros a assumir em seus programas as propostas dos novos movimentos sociais, pautados na noção de direito a diferença, assim como demandas associadas aos chamados direitos individuais (entendidos também como liberdades laicas), como a eutanásia, suicídio assistido, descriminalização do uso de drogas, entre outros.

No caso brasileiro, a aproximação dos partidos situados à esquerda das demandas pela ampliação dos direitos humanos pode ser também pensada como parte da própria trajetória dessas organizações partidárias, que durante os períodos autoritários, ao longo do século vinte, foram alvo privilegiado das violações de direitos fundamentais por parte dos agentes de Estado. (WEFFORT,1985) A presença e afinidade, já na origem do Partido dos Trabalhadores, com movimentos sociais de defesa de direitos das minorias como mulheres, negros e homossexuais, embora não sem tensionamentos internos, deve também ser destacada como fator relevante. (KECH,1991; MENEGUELLO, 1989)

A origem social dos militantes e parlamentares dos partidos de esquerda também pode igualmente ser apontada como fator importante na sustentação da expectativa de uma maior secularização daqueles que se localizam à esquerda no espectro ideológico. Segundo Marengo e Serna (2007), os parlamentares dos maiores partidos de esquerda da América Latina (PT, PPD, PS, Frente Ampla) são principalmente profissionais das ciências econômicas e de formação humanista, oriundos na grande maioria da classe média e das classes trabalhadoras.

Mais do que uma estratégia partidária, a correlação entre posturas mais ou menos liberais (no sentido da ampliação das chamadas liberdades laicas) e posicionamento no contínuo esquerda/direita, parece efetivamente apontar para uma afinidade histórica entre as duas dimensões. Assim, nossa hipótese é de que os deputados, que se identifiquem como esquerda, no espectro ideológico, apresentarão posicionamentos mais secularizados do que aqueles auto referidos como direita ou mesmo de centro.

A fim de testar essa hipótese para o universo estudado no *survey* “Trajetórias”, optou-se pela criação de uma medida que pudesse separar os deputados em esquerda, direita e centro, levando em conta fatores que não apenas a auto definição. Esse indicador de posicionamento ideológico foi construído a partir de três dimensões: posicionamento do partido ao qual está filiado, auto percepção ideológica e posicionamento frente à presença do estado na economia, essa talvez, a mais conhecida das polarizações entre esquerda e direita.

Para operacionalizar a primeira dimensão (posição do partido), mobilizamos a classificação construída por Mello (2010) em consonância com Castro, Nunes e Anastásia (2009). Trabalhando com a mesma base de dados, esses pesquisadores chegaram a seguinte distribuição partidária: esquerda: PC do B, PSOL, PT, PDT e PSB; direita: PTB, PR, DEM, PP, além de algumas siglas menores e centro: PMDB, PSC, PPS, PV, PSDB, também acompanhados de algumas pequenas siglas. Segundo essa classificação, o conjunto dos deputados entrevistados no *survey* “Trajetórias”, eleitos por partidos classificados à esquerda, representou 27,7%, pelo centro, 45,2%, e aqueles cujo partido situava-se à direita, 26,7%. Para a construção de nosso indicador de ideologia, os deputados filiados a partidos classificados como direita receberam 0 pontos, de centro 1 ponto e de esquerda 2 pontos.

A auto percepção ideológica do deputado foi medida através da questão de número 34 do questionário. Nesse momento da entrevista, foi solicitado aos deputados que se auto classificassem em uma escala de 1 a 10, onde 1 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita. Seguindo a mesma estratégia adotada para a classificação dos partidos, os

parlamentares que se posicionaram entre 1 e 3 receberam 2 pontos, entre 4 e 7 foi atribuído 1 ponto e de 8 a 10 registrou-se 0 pontos.

Por fim, a questão de número 9, do *survey*, que trata do posicionamento do deputado em relação ao papel do Estado na economia, foi também trabalhada com vistas à classificação ideológica dos deputados. Nessa questão foi perguntado ao entrevistado se era “mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado, dentro da escala, onde 1 indica “máxima liberdade para o mercado” e 5 indica “máxima presença do Estado na economia”. Os parlamentares que se posicionaram em 4 ou 5 (mais presença do Estado na economia) receberam 2 pontos, os que se localizaram em 3 (posição central) receberam 1 ponto, enquanto os que marcaram 1 e 2 não pontuaram.

Dessa forma foram criadas três novas variáveis: classificação do partido, auto percepção ideológica e posição sobre o papel do estado. Essas variáveis apresentaram três valores possíveis: 0 para o caso de uma posição mais a direita, 1 para posição central e 2 para posturas nitidamente de esquerda. O Alfa de Combrach (estandarizado) da correlação entre as variáveis de 0,681 pode ser considerado um valor aceitável dentro dos limites já discutidos anteriormente. Feito isso, as variáveis foram somadas e o resultado teve variação de 0 (máximo de direita) a 6 (máximo de esquerda). Por fim, os valores 0 (caso dos deputados, que marcaram apenas posições de direita) e 1 (duas posições de direita e uma de centro) foram agrupados como “Direita”. As respostas com predominância de valores centrais (resultado da somatória entre 2 e 4) foram tomadas como “Centro”. Como “Esquerda” foram considerados apenas os valores 5 e 6, dado que essa pontuação somente seria possível em caso do parlamentar ter sido classificado, em todas as questões, como esquerda ou com duas de esquerda e uma de centro. No cômputo geral, os deputados ficaram assim distribuídos: 105 deputados classificados como de direita, o que representa 20,5% do total; 286 como de centro, representando 55,9% do universo, ao passo que 114 parlamentares foram considerados de esquerda – 22,3% do conjunto.

O contraste com o índice de secularização apresentou, como esperado, predominância dos deputados situados à esquerda do espectro ideológico nos escores mais altos do índice de secularização. Quase a metade dos deputados de esquerda (45%) obtiveram escores entre 8 e 10 pontos contra 22,7% dos de direita e apenas 15,7% dos de centro. Nos níveis mais baixos (0 a 3 pontos) ocorreu o inverso: apenas 10% dos respondentes de esquerda ficaram nessa faixa, enquanto os de direita e centro representam 17,5% e 17,8% desse extrato respectivamente.

Tabela 20
Índice de Secularização e Ideologia (%)

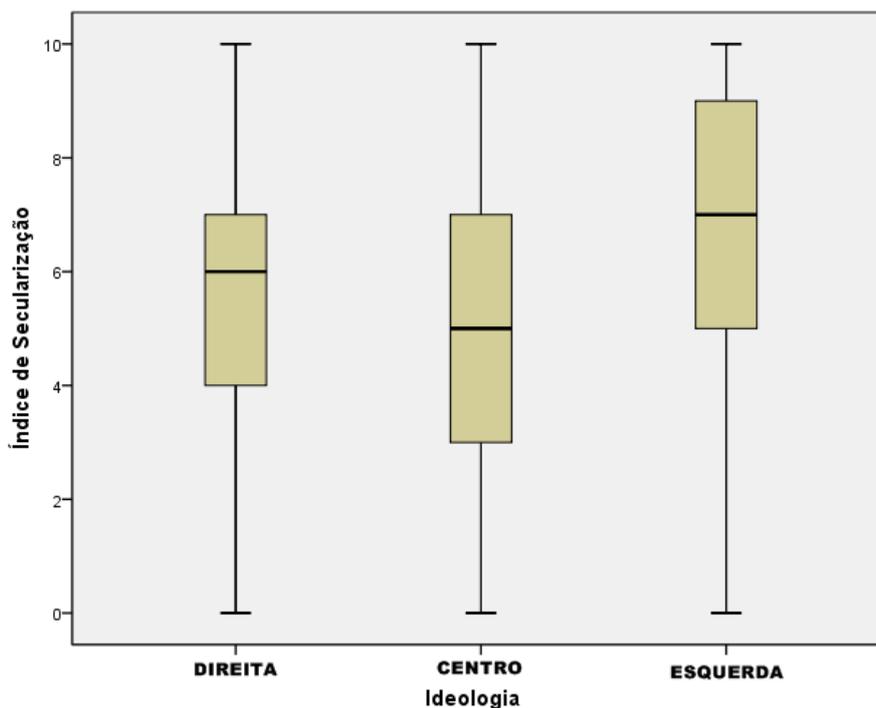
Índice de Secularização	IDEOLOGIA			Total
	DIREITA	CENTRO	ESQUERDA	
Menos secularizado	3,1	5,3	2,0	4,1
1	1,0	2,4	-	1,6
2	13,4	10,1	4,0	9,5
3	6,2	10,5	4,0	8,1
4	12,4	11,7	10,0	11,5
5	11,3	11,3	10,0	11,0
6	21,6	19,8	15,0	19,1
7	8,2	13,0	10,0	11,3
8	12,4	10,1	17,0	12,2
9	3,1	2,4	10,0	4,3
Mais secularizado	7,2	3,2	18,0	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
N	97	247	100	444

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 51,035^a (10 graus de liberdade e p-valor = 0,000)

Os medidores de correlação, assim como as diferenças entre as médias de cada agrupamento ideológico, também apontam para uma maior secularização dos deputados agrupados à esquerda. O coeficiente de Spearman de 0,260**, encontrado para a interação entre as variáveis “esquerda” e secularização, é significativo. Os deputados de direita e centro ficaram abaixo da média geral com 5,39 e 5,03 respectivamente. Já o grupo formado pelos deputados à esquerda alcançou 6,76 em 10 no índice de secularização.

GRÁFICO 16
Secularização e Ideologia



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

É importante ainda ressaltar que as diferenças encontradas entre os deputados de centro e direita não são significativas estatisticamente e a melhor interpretação, nesse caso, é que posicionamentos à direita ou no centro em termos ideológicos são equivalentes. A variação significativa refere-se à esquerda. Em resumo, a hipótese levantada sobre uma correlação positiva entre situar-se à esquerda no espectro ideológico e maior secularização foi corroborada. Dito de outra forma: para o caso dos deputados subnacionais brasileiros oriundos das Assembleias Legislativas analisadas, a auto percepção como esquerda, acrescida do pertencimento a um partido, classificado também como de esquerda, e da valorização de uma maior regulação do mercado, pelo poder público, apresenta correlação significativa com a adesão a posicionamentos mais secularizados.

4.2.2 Importância atribuída ao apoio religioso

A hipótese que relaciona percepções valorativas mais conservadoras (mais próximas das posturas que emanam do campo religioso) à importância

atribuída ao apoio oriundo do campo religioso é intuitiva, ainda que não necessariamente óbvia. Essa expectativa parece estar associada a dois processos interligados, porém distintos, derivados da interação entre a igreja (ou subgrupo religioso) e o próprio candidato.

Em primeiro lugar é importante abordar essa questão a partir do protagonismo da instituição religiosa. É razoável supor que, as igrejas e grupos religiosos, assim como outros grupos sociais estejam mais propensos a emprestar seu “carisma institucional” (ORO,2003), bem como aplicar seus recursos a indivíduos que apresentem maior coerência com seus interesses e valores. O trabalho pioneiro de Freston (1993) já destacava que, entre os evangélicos, os “candidatos oficiais”, não raro eram pastores ou filhos destes. Trabalhos mais recentes, como da professora Maria das Dores Machado (2006b), têm apontado na mesma direção. Em outro trabalho (CERVEIRA, 2003), destaquei a importância das diferentes relações estabelecidas entre os políticos evangélicos e suas igrejas, enfatizando que a expectativa de uma coerência orgânica entre o político e sua igreja deveria recair sobre o tipo de político que chamei então de “corporativo-estratégico”, dada a importância e significado da relação com sua igreja, para esse tipo de carreira política. Mais recentemente também, grupos ligados à renovação carismática católica têm coordenado esforços com vistas à defesa de seus valores no campo político, bem como garantir acesso a recursos estratégicos para a divulgação religiosa controlados pelos poder público. (CARRANZA, 2005; PROCÓPIO, 2008)

O ponto a ser enfatizado é que, quando por qualquer razão interessa a algum grupo social fazer-se representar na arena política institucional, é racional que os candidatos a representantes selecionados apresentem bom grau de coerência ideológica e institucional com o grupo; assim, como esperaria Michels, não raro esses atores são selecionados entre aqueles que compõem a própria elite dirigente do grupo. Não há razão para crer que os grupos religiosos hajam de forma distinta, o que nos permite supor que o apoio dos grupos religiosos esteja provavelmente vinculado, desde o processo de escolha do candidato, à expectativa de coerência deste com os valores e percepções da própria comunidade religiosa; afinal, o postulante ao cargo

legislativo será apresentado aos eleitores vinculados à igreja como “nosso representante”. É preciso lembrar, ainda, que a capacidade do candidato de mobilizar a linguagem religiosa, específica de cada corrente, é fundamental. Deslizes nesse campo podem gerar efeitos reversos e eventualmente a rejeição do candidato, em virtude do não reconhecimento, por parte dos eleitores religiosos, deste candidato como “um dos nossos”. Por fim, é importante ressaltar que o apoio eleitoral implica riscos à imagem daquele que apóia, e embora as igrejas possam também ter motivações estratégicas para eventualmente lançar e apoiar candidatos menos “fiéis”, quanto maior for a coerência destes com seus valores, menor será o risco de comprometimento da imagem da instituição e maior chance de controle por parte das elites religiosas sobre os atores políticos por elas apoiados.

A outra ponta da questão refere-se, naturalmente, ao próprio ator político, que pode ter interesse em manter, ampliar ou mesmo iniciar uma conexão com eleitores identificados com determinado grupo religioso. O conceito de conexão eleitoral tem sido intensamente utilizado em ciência política, desde a década de 70, como variável explicativa do comportamento legislativo. Não é o caso de apresentar aqui toda a polêmica envolvendo os modelos de comportamento legislativo. O objetivo dessa tese não é propor ou defender um modelo explicativo em si que permita explicar o comportamento legislativo em termos gerais. Interessa-nos, todavia, algo relacionado, que são os possíveis fatores explicativos do posicionamento dos deputados, frente a temas que eventualmente podem ser transformados em legislação. A seguir são destacados alguns pontos dessa literatura, já bastante conhecida, que propomos serem úteis na compreensão do papel do apoio religioso em relação às percepções morais dos parlamentares entrevistados.

O ponto de partida da literatura sobre comportamento legislativo é de que todo parlamentar tem como objetivo sua própria reeleição. Embora seja possível retroceder a Schumpeter (1983), Fenno (1973) e mesmo Downs (1957), para encontrar as primeiras discussões sobre a importância do sucesso eleitoral como fator explicativo do comportamento parlamentar, é com Mayhew (1974) que a conexão eleitoral ganha status de principal chave analítica do

comportamento legislativo. Para esse autor, todos os esforços do parlamentar, sejam eles a divulgação de suas ações para os eleitores, distribuição de benefícios ou tomada de posições frente a temas específicos, visam maximizar suas chances de reeleição. Ainda sobre conexão eleitoral é importante destacar que, para Douglas Arnold (1990), o parlamentar até pode ter outros objetivos, mas não os perseguirá se estes colocarem em risco sua reeleição.

Para o caso brasileiro, como já destacou Melo (2004), a reeleição deixa de ser uma espécie de imperativo categórico, uma vez que o sistema político permite rotas alternativas, de modo que o deputado pode potencializar sua carreira política com vistas a cargos no executivo ou em outros níveis do poder legislativo. Independentemente de qual seja a rota escolhida pelo deputado, o importante desse primeiro ponto é que a busca da reeleição é fator crucial no horizonte de qualquer parlamentar, inclusive os religiosos. Partindo desse pressuposto, é razoável imaginar que a valorização do apoio religioso, por parte de um parlamentar, tem importância estratégica para além do elemento subjetivo/transcendente.

Em sua conhecida taxonomia sobre o voto nas eleições proporcionais no Brasil, Ames (2003) propôs que os deputados poderiam ser divididos em 4 tipos diferentes, segundo as características de sua base eleitoral. Segundo o autor, os deputados podem ser divididos de acordo com a abrangência e a dominância de suas votações. Os concentrados e dominantes seriam os deputados com votação concentrada em uma única região ou município e majoritários nela. Concentrados e não dominantes seriam aqueles com votação concentrada, mas que não chegam a alcançar a maioria dos votos nessa mesma região, como seria o caso daqueles votados nas grandes capitais e regiões metropolitanas. Deputados dispersos e dominantes seriam aqueles capazes de obter a maioria dos votos em regiões ou municípios não contíguos – deputados com este perfil seriam, por exemplo, ex-secretários de estado, capazes de estabelecer vínculos em pontos diferenciados do estado a partir de sua ação na administração pública. Por fim, haveria o caso no qual poderiam ser enquadrados os candidatos religiosos – aqueles com votação ao mesmo tempo dispersa e não dominante; ou seja, cujo eleitorado não alcança maioria

em nenhum município, mas encontra-se disperso por uma grande quantidade destes.

Para o caso sobre o qual nos debruçamos, é preciso fazer algumas ponderações a fim de evitar estilizações e equívocos. Os autores que trabalham com o conceito de conexão eleitoral, em geral, associam os deputados religiosos com o caso disperso não dominante e embora isso seja importante, é preciso lembrar que, as igrejas evangélicas (caso típico de sucesso na eleição de deputados religiosos no Brasil) têm seus maiores contingentes justamente nas capitais e regiões metropolitanas. Assim, é mais razoável supor que os deputados apoiados por grupos religiosos não se restrinjam aos dispersos não dominantes, mas também se enquadrem bem nos concentrados não dominantes. Se nos guiássemos pelas conclusões do próprio Ames, tal distinção seria de pouca importância; afinal como já apontado em outros trabalhos (Carvalho, 2003), o autor considera que o sistema eleitoral brasileiro, em que pesem as distintas distribuições de votação, estimula o comportamento de tipo paroquialista por parte dos deputados. Para Carvalho, no entanto, diferentes bases eleitorais implicariam em diferentes influxos para a *rationale* do deputado. Apenas os deputados dominantes, em seus distritos informais (cerca de 50 % dos casos por ele estudados), estariam sujeitos à lógica do paroquialismo, dado que seriam os únicos capazes de reivindicar a autoria dos benefícios públicos trazidos para sua região. Aos demais caberia mobilizar recursos e estratégias distintas, entre elas a da “tomada de posição” em temas relevante para as suas bases. É esse, justamente o caso das questões que apresentamos aos deputados; assuntos sobre os quais há fortes preferências da parte das lideranças e comunidades religiosas, de forma que a tomada de posição do parlamentar tem fortes chances de gerar retorno eleitoral.

Em resumo: deputados que consideram fundamental o apoio religioso para suas carreiras políticas têm maior chance de apresentarem posicionamentos congruentes com os valores defendidos por seus respectivos grupos religiosos, portanto, (menos secularizados) justamente porque seu sucesso, e talvez a própria sobrevivência política, dependa da manutenção

desse apoio. Casos como do Deputado Carlos Rodrigues (MACHADO, 2006) ilustram que, a menos que o deputado seja eficaz em obter apoio eleitoral, fora do campo religioso, a preocupação em manter uma imagem pessoal e a tomada de posição, coerentes com as expectativas dos grupos religiosos, faz todo sentido. Para utilizar os termos de Mayhew (1974) e Arnold (1990), sinalizar para o “público atento” (as lideranças religiosas) e mesmo para os “desatentos” (eleitores religiosos) dos quais se supõe uma “preferência potencial” mais conservadora, parece ser tarefa fundamental para a carreira de qualquer ator político, interessado em manter-se conectado com eleitores religiosos, com vistas à maximização de suas chances de sucesso na carreira política.

Antes do teste propriamente dito dessa hipótese, apresentamos algumas ponderações. A importância do apoio religioso para a carreira política do deputado foi alvo da pergunta 101 do *survey* “Trajetórias” (2008) e foi apresentada da seguinte forma:

- Q 101 - “Para sua carreira política, o apoio da sua igreja é fundamental? E da sua denominação ou grupo religioso?”

A questão, obviamente, não permite medir o apoio efetivamente oferecido pelo grupo ou subgrupo religioso. Como argumentado anteriormente, trata-se antes da percepção, ou do valor que o deputado atribui ao eventual apoio de sua comunidade religiosa. Tal importância pode, obviamente, não estar atrelada à efetiva transformação deste “apoio” em recursos eleitorais, mas diz da importância e da identificação com eleitores e grupos religiosos por parte do parlamentar, o que de acordo com nossa argumentação anterior, tornaria racional ao deputado a tomada de posição, com vistas a sinalizar para esses eleitores potenciais, sua maior proximidade com os valores e posicionamentos defendidos por esses grupos. Em outros termos, propomos que a valorização do apoio religioso pode ser tomada como *proxy* da conexão, ou pelo menos da expectativa de estabelecer uma conexão eleitoral, e que esse horizonte possui implicações nas percepções dos parlamentares frente aos temas em questão.

Entre os entrevistados no *survey* “Trajetórias”, cerca de 30% consideraram fundamental o apoio de suas igrejas, denominações ou grupos religiosos para sua carreira política. Dentre os que disseram ser o apoio religioso fundamental, 72% se disseram católicos e 28% evangélicos. A superioridade dos católicos não deve ser motivo de surpresa, uma vez que essa confissão religiosa é amplamente majoritária no conjunto dos deputados. Examinando-se cada uma das denominações, percebe-se que apenas uma minoria dos católicos (28%) disse ser fundamental o apoio de sua igreja, enquanto 69% dos evangélicos afirmaram o mesmo. A novidade desse dado não se encontra na maioria dos evangélicos valorizarem o apoio religioso; como mencionado acima. Os estudos sobre esse grupo religioso, já vem apontando para o fato de que a presença evangélica está claramente associada ao esforço consciente das igrejas em lançar e apoiar candidatos a ela associados. Por outro lado, a presença de 30% de deputados evangélicos que não consideram o apoio de suas igrejas fundamental não é desprezível. Ainda que o modelo das “candidaturas oficiais” seja dominante, o dado mostra que a presença dos evangélicos nos parlamentos não pode ser reduzida a esse fenômeno. Se tal diferença tem consequências do ponto de vista do posicionamento dos parlamentares é o que debateremos a seguir.

O fato de que 30% dos deputados católicos tenham declarado que o apoio da sua igreja é fundamental, também se revela significativo; em especial, diante de nossa hipótese, segundo a qual o apoio religioso é pelo menos tão ou mais importante do que a filiação religiosa isoladamente. É necessário ressaltar, ainda, que embora a Igreja Católica Romana no Brasil não apóie oficialmente candidatos, isso não significa que grupos organizados (como os carismáticos ou progressistas) não possam construir apoios, mais ou menos explícitos, de forma que sua colaboração possa ser considerada fundamental. Na verdade, a introdução do termo “grupo religioso”, em nossa pergunta no *survey*, baseou-se justamente na suposição de que tal processo já ocorra há algum tempo entre os grupos católicos e o resultado encontrado, como veremos, veio a corroborar essa expectativa.

Passemos ao contraste dos posicionamentos medidos por nosso indicador de secularização com o valor atribuído pelo parlamentar ao apoio religioso. Primeiramente, a Tabela 21 mostra os dados levando-se em conta o conjunto dos deputados entrevistados.

TABELA 21
Índice de secularização e importância atribuída ao apoio religioso (%)

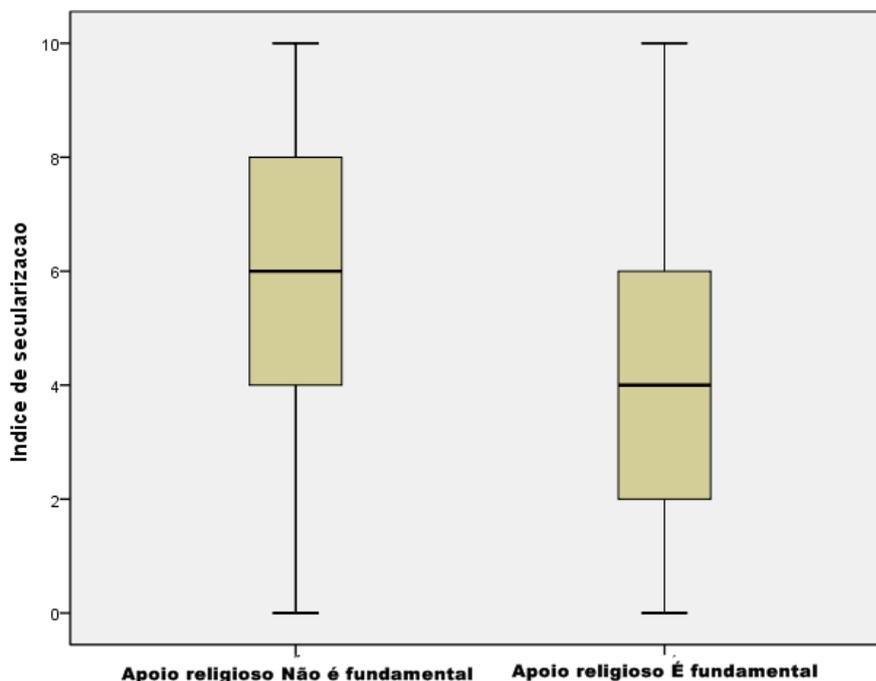
Índice de secularização	Importância do apoio religioso para carreira política		Total
	Apoio religioso NÃO é fundamental	Apoio religioso É fundamental	
Menos secularizado	2,2	8,1	4,0
1	1,0	2,9	1,6
2	5,1	19,1	9,3
3	7,0	11,8	8,4
4	10,2	14,7	11,5
5	12,7	8,1	11,3
6	22,2	11,0	18,8
7	12,1	9,6	11,3
8	15,6	4,4	12,2
9	4,4	3,7	4,2
Mais secularizado	7,6	6,6	7,3
Total	100,0	100,0	100,0
N	315	136	451

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 53,554a (10 graus de liberdade e p-valor = 0,000)

Uma parcela significativa (30%) dos deputados que disseram ser fundamental o apoio religioso para suas carreiras políticas ficou concentrada nos menores escores (entre 0 e 3) do índice de secularização. Em contraste, quase a mesma proporção (27%) dos que não atribuíram relevância ao apoio de suas igrejas aparecem nos valores superiores da tabela. O p-valor de 0,00 permite afirmar que essas diferenças não são aleatórias. A força da correlação medida pelo coeficiente de Spearman de (- 0,269**) corrobora a inferência desse tipo de apoio estar associado a escores menores no índice de secularização.

GRÁFICO 17
Índice de secularização e importância atribuída ao apoio religioso



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

As médias obtidas, por cada grupo, também apontam nessa direção. Enquanto o conjunto dos deputados que valoriza o apoio religioso alcançou 4,43 em média, no índice de secularização, os deputados que não valorizam esse tipo de apoio chegaram a 5,95. Como a média geral ficou em 5,49 e os desvios padrão ficaram bastante próximos (com apoio 2,3; sem apoio 2,7 e geral 2,5) é possível dizer que, pelo menos inicialmente, a hipótese da correlação entre valorização do apoio religioso e posicionamentos menos secularizados foi corroborada.

Uma questão importante, entretanto, pode ser levantada em relação à força da valorização do apoio religioso: não poderia haver uma sobreposição de tal valorização com a própria filiação religiosa? Se a especificidade das relações no campo político possui força independente, seria razoável esperar que a valorização do apoio religioso para a carreira política deva incrementar a congruência com valores religiosos, mesmo em se tratando de parlamentares pertencentes ao mesmo grupo confessional.

A fim de verificar a razoabilidade dessa proposição, procuramos medir o impacto do apoio religioso internamente aos grupos. Em virtude do pequeno número de deputados que se disseram espíritas, optamos por comparar apenas o conjunto dos evangélicos, católicos praticantes, carismáticos e progressistas. Caso nossa hipótese esteja correta, o grau de congruência medido pelo índice de secularização será superior, em deputados que valorizem o apoio religioso, independentemente da filiação religiosa assumida.

4.2.2.1 Evangélicos

Apesar de ser um grupo minoritário, a visibilidade nos debates a respeito dos temas polêmicos, sobre os quais temos trabalhado, tem colocado em destaque os deputados dessa filiação religiosa. A tabela, a seguir, permite a comparação dos deputados evangélicos, tendo como divisor a valorização ou não do apoio religioso para sua carreira política.

TABELA 22
Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso
- Evangélicos- (%)

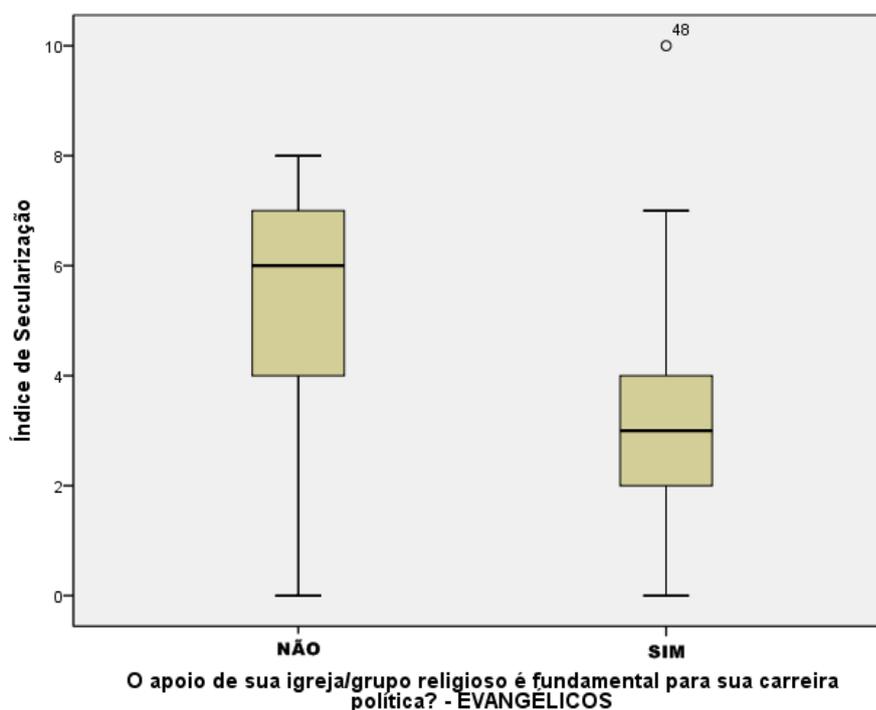
Índice de Secularização	O apoio religioso é fundamental para sua carreira política? (Evangélicos)		Total
	NÃO	SIM	
Menos secularizado	5,6	17,1	13,2
1	-	5,7	3,8
2	11,1	14,3	13,2
3	-	34,3	22,6
4	22,2	20,0	20,8
5	5,6	-	1,9
6	27,8	2,9	11,3
7	11,1	2,9	5,7
8	16,7	-	5,7
9	-	-	0
Mais secularizado	-	2,9	1,9
Total	100,0	100,0	100,0
N	18	35	53

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 24,771^a (09 graus de liberdade e p-valor = 0,003)

A diferença entre evangélicos que consideram o apoio religioso fundamental e os que não o consideram mostrou-se bastante significativa (p -valor = 0,003). Enquanto 91,4% dos deputados dessa confissão religiosa, que consideram o apoio religioso fundamental, ficaram concentrados entre os valores 0 e 4 do índice de secularização, seus demais irmãos de fé obtiveram valores bem mais centrais chegando até 7 na escala de 0 a 10.

GRÁFICO 18
Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso
- Evangélicos-



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Em termos médios, a diferença é também significativa; enquanto o grupo dos que dão importância ao apoio religioso ficou com apenas 2,83, os demais evangélicos obtiveram 5,17. Como esperado, a correlação entre as variáveis secularização e importância do apoio religioso, medida pelo coeficiente de Spearman mostrou-se forte e significativa, (-0,492**).

Se desviarmos o foco para comparar os evangélicos com os demais deputados, é possível perceber que os evangélicos que não valorizam o apoio religioso estão um pouco acima (5,17 contra 4,99), em termos médios, dos *não* evangélicos que **valorizaram** o apoio religioso, e a apenas 0,82 pontos dos *não* evangélicos que também **não valorizaram** o apoio religioso.

A leitura desses dados sugere que a filiação religiosa evangélica segue com uma maior tendência conservadora, mesmo quando não há valorização do apoio religioso para a carreira política; entretanto, a diferença significativa entre os evangélicos que valorizam ou não o apoio de suas igrejas, sugere que, mesmo entre os religiosos mais coesos, a interação orgânica politicamente poderia marcar diferenças importantes de posicionamento e ação política.

4.2.2.2 Católicos praticantes

No capítulo anterior, procuramos demonstrar que para explicar o grau de secularização dos deputados católicos era preciso recorrer às distinções internas ao catolicismo, em especial a distinção entre praticantes e não praticantes. Os dados apresentados corroboraram a hipótese de que declarar-se católico “praticante” aumentava as chances de o deputado apresentar posicionamentos menos secularizados nas questões propostas. Embora em grau menor do que o ocorre entre os evangélicos, ficou evidente que a filiação religiosa católica, quando assumida como praticante, importa. Sendo assim, cabe perguntar também para os católicos praticantes, se a valorização do apoio religioso afeta de alguma forma o grau de secularização desses parlamentares ou se ocorre uma sobreposição de influências. Dito de forma mais simples, o que importa mais: ser católico praticante ou considerar o apoio da igreja como algo fundamental? A Tabela (23) a seguir, contrasta apenas deputados que se disseram católicos praticantes com o índice de secularização a partir da valorização ou não do apoio religioso.

TABELA 23
Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso
- Católicos Praticantes - (%)

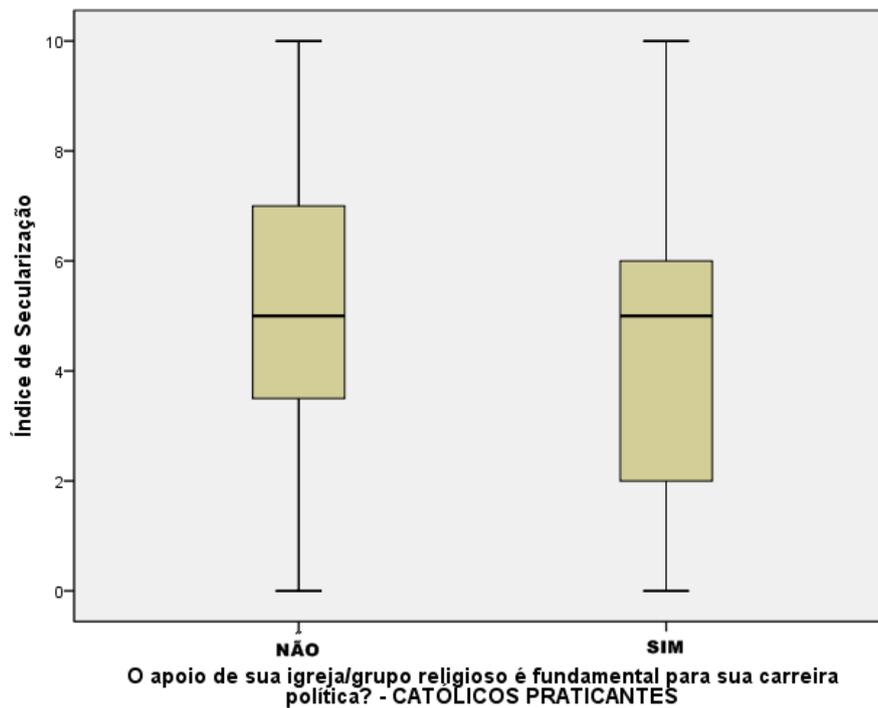
Índice de Secularização	O apoio religioso é fundamental para sua carreira política? (CATÓLICOS PRATICANTES)		Total
	NÃO	SIM	
Menos secularizado	4,7	6,4	5,4
1	1,6		1,0
2	5,5	21,8	11,7
3	13,4	3,8	9,8
4	11,0	15,4	12,7
5	15,0	11,5	13,7
6	18,1	16,7	17,6
7	14,2	11,5	13,2
8	8,7	2,6	6,3
9	2,4	1,3	2,0
Mais secularizado	5,5	9,0	6,8
Total	100,0	100,0	100,0
Total	127	78	205

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 22,356^a (10 graus de liberdade e p-valor=0,013)

De forma similar ao encontrado entre os evangélicos, cerca de 30% dos católicos praticantes, que consideram o apoio religioso fundamental para suas carreiras, ficaram entre os escores mais baixos (entre 0 e 2) do índice de secularização, enquanto apenas 11,8% dos católicos praticantes, que não consideraram esse apoio crucial, ficaram na mesma faixa. As diferenças são estatisticamente significativas (p-valor 0,013) .

GRÁFICO 19
Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso
- Católicos Praticantes -



Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

No que se refere às médias, às diferenças, embora discretas, (4,77 para os que valorizam o apoio religioso e 5,25 para os que não) acompanham o sentido de menor secularização na presença de valorização do respaldo religioso.

4.2.2.3 Católicos Carismáticos

Como já apontado no capítulo anterior, a presença dos católicos carismáticos na arena política, apesar de recente, vem se destacando na trilha cuja abertura é atribuída aos evangélicos. Conhecidos por sua ênfase nos dons espirituais, em especial o dom da glossolalia, lealdade aos dogmas da igreja católica e conservadorismo moral, os católicos carismáticos, nos últimos anos, vem se organizando e mobilizando apoio para deputados identificados com seus valores. Deputados federais, como o mineiro Miguel Martini, tem se destacado nos esforços em defesa dos valores católicos na Câmara dos Deputados, inclusive cerrando fileiras com a Frente Parlamentar Evangélica – até recentemente a mais visível das frentes parlamentares federais com foco em valores morais coerentes com os defendidos pelas igrejas cristãs brasileiras. Temas como o aborto e a lei de criminalização da homofobia tem sido alvo das críticas desse e de outros deputados com afinidade a Renovação Carismática Católica ou simplesmente RCC.

A partir da importância da valorização do apoio religioso para o caso dos evangélicos e católicos praticantes, cabe perguntar se esse seria também o caso dos os deputados estaduais entrevistados que se declararam católicos carismáticos e que ao mesmo tempo consideram fundamental, o apoio de sua igreja ou grupo.

TABELA 24
Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso (%)
- Católicos Carismáticos -

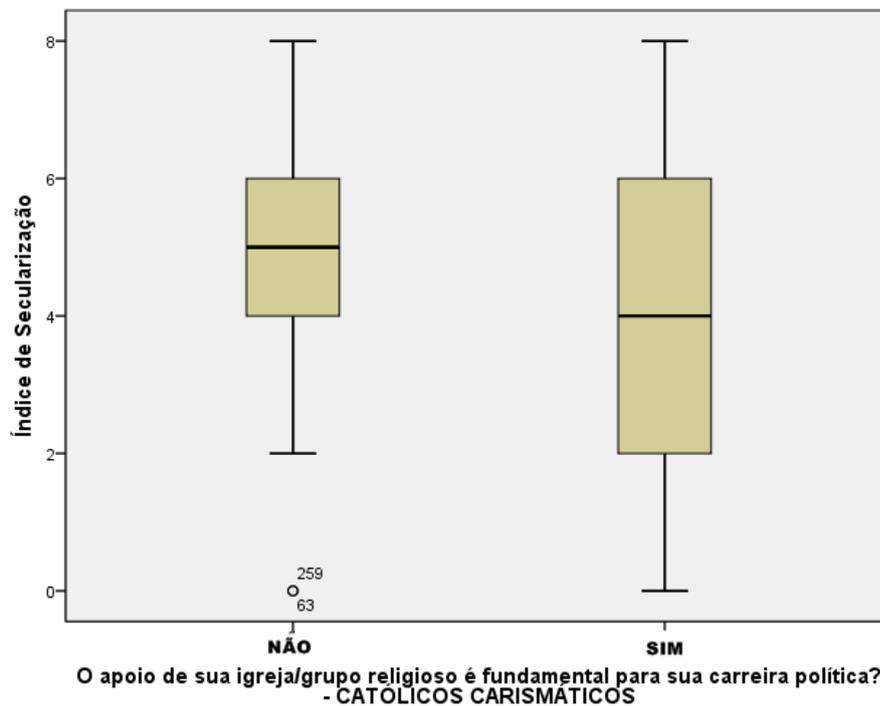
Índice de Secularização	O apoio de sua igreja/grupo religioso é fundamental para sua carreira política? (CATÓLICOS CARISMÁTICOS)		Total
	NÃO	SIM	
Menos secularizado	5,1	16,1	10,0
2	2,6	29,0	14,3
3	7,7	3,2	5,7
4	20,5	9,7	15,7
5	20,5	12,9	17,1
6	23,1	16,1	20,0
7	10,3	6,5	8,6
8	10,3	6,5	8,6
9	-	-	-
Mais secularizado	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0
N	39	31	70

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 14,037^a (7 graus de liberdade e p-valor =0,051)

As diferenças entre os escores são suficientemente significantes e apontam na direção esperada: aproximadamente 45% dos deputados carismáticos, que consideram fundamental o apoio vindo de sua igreja, não passaram de 2 (dois) pontos no escore de secularização; por outro lado, apenas 7,7% dos demais carismáticos ficaram na mesma faixa. Os dados apontam para uma menor secularização dos carismáticos, que consideram fundamental o apoio de sua igreja, em relação aos que também se reconhecem como católicos carismáticos, mas que não vêem no apoio da sua igreja um fator fundamental para suas carreiras políticas. Chama a atenção também, o fato de que nenhum dos deputados entrevistados, que se disseram carismáticos, pontuou acima de 8 no índice de secularização.

GRÁFICO 20
Índice de secularização e Importância do apoio religioso
- Católicos Carismáticos



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Em relação aos valores médios, aparece também uma importante diferença entre os dois subgrupos. Enquanto os carismáticos, que valorizam o apoio religioso, obtiveram em média 3,65 pontos, os demais carismáticos chegaram a 5,05. Importante destacar que a diferença das médias entre os dois grupos de carismáticos e a diferença entre os demais deputados ficou, em ambos os casos em 1,4 pontos. A leitura dos dados, também nesse caso, corrobora a força independente da valorização do apoio religioso nas percepções dos deputados.

4.2.2.4 Católicos progressistas

No *survey* “Trajetórias”, a alternativa “progressista” foi apresentada aos deputados associada à “Teologia da Libertação”. Embora alvo do que foi qualificado como uma “ofensiva conservadora”, a teologia da libertação parece ainda ter significado no imaginário político: nada menos do que 146 parlamentares ou 28,5% do total dos entrevistados afirmaram considerar-se católicos progressistas.

A introdução de uma questão permitindo a auto identificação dos deputados católicos, em subgrupos no *survey*, partiu dos estudos sobre a igreja Católica Romana no Brasil que a apresentam como uma igreja que, embora consiga preservar sua unidade institucional, também é marcada pela heterogeneidade nas formas de vivência do catolicismo. Dentre estas possibilidades de variação estão os carismáticos apresentados acima e também os “progressistas”.

Até esse ponto, a hipótese sobre o impacto (negativo) da valorização do apoio religioso sobre o grau de secularização vem sendo corroborado, mesmo quando isolamos os deputados com maior grau de coerência com suas comunidades religiosas; caso dos evangélicos, católicos praticantes e ou carismáticos. Cabe perguntar finalmente se essa valorização também afeta, de alguma forma, os deputados que se disseram progressistas. É importante lembrar que a ala progressista da igreja católica possuiu uma tradição de aproximação com os movimentos de transformação social. A Tabela (25), a seguir, apresenta os escores de deputados progressistas separados em dois grupos: os que consideram o apoio de sua igreja ou grupo religioso como fundamental e os que não vinculam suas carreiras ao campo religioso nessa perspectiva.

TABELA 25
Índice de secularização e Importância atribuída ao apoio religioso (%)
- Católicos Progressistas -

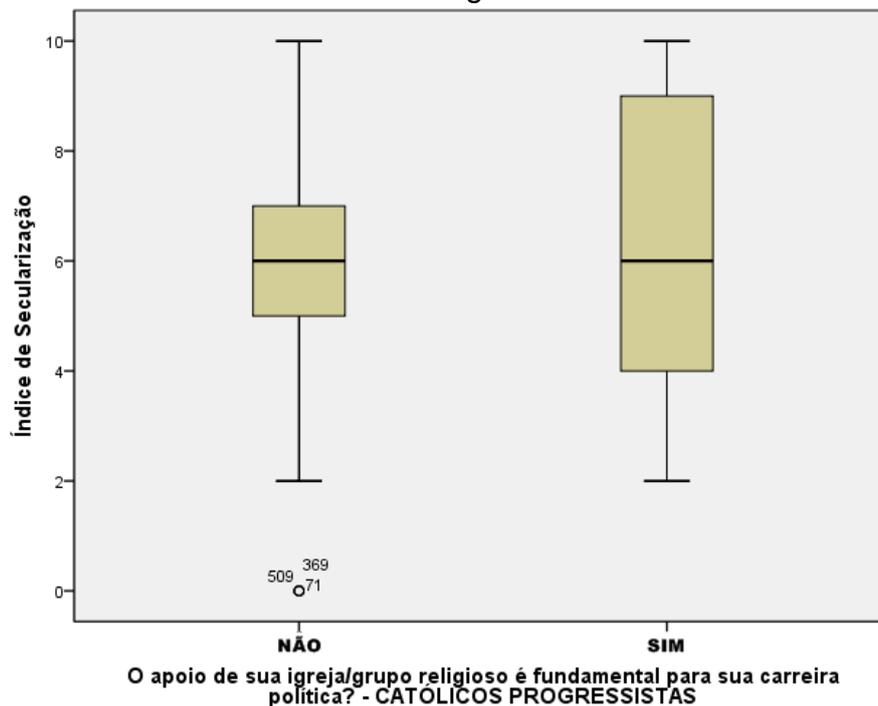
Índice de Secularização	O apoio de sua igreja/grupo religioso é fundamental para sua carreira política? (Católicos progressistas)		Total
	NÃO	SIM	
Menos secularizado	3,6	-	2,3
2	1,2	12,8	5,4
3	7,2	4,3	6,2
4	9,6	12,8	10,8
5	12,0	10,6	11,5
6	26,5	10,6	20,8
7	15,7	14,9	15,4
8	12,0	6,4	10,0
9	6,0	10,6	7,7
Mais secularizado	6,0	17,0	10,0
Total	100,0	100,0	100,0
N	83	47	130

Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL/DCP/UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 18,975^a (9 graus de liberdade e p-valor = 0,025)

A primeira vista, a distribuição dos escores apresentado na Tabela acima (24) parece sugerir que, os deputados que se consideram católicos progressistas são também afetados pela valorização do apoio de sua comunidade religiosa. As diferenças, ainda que discretas, não podem ser consideradas aleatórias, uma vez que o conjunto apresenta um bom indicador de significância estatística (p-valor de 0,025). Dos 47 deputados católicos progressistas, que disseram considerar fundamental o apoio religioso, 29,9% obtiveram escores entre 0 e 4 pontos no índice de secularização; já entre os deputados que não atribuem o mesmo valor ao apoio da sua igreja o percentual dos que ficaram na mesma faixa representam 21,6%. Na ponta mais secularizada, todavia, a situação se inverte. Dentre os que consideram o apoio da igreja importante, 34% obtiveram escores de 8 pontos para cima. Enquanto isso, 24% dos demais católicos progressistas ficaram na mesma faixa.

GRÁFICO 21
Índice de secularização e Importância do apoio religioso
- Católicos Progressistas -



Fonte: Banco de dados “Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras” CEL-DCP/ UFMG (2008)

Ao observar os escores médios obtidos, os progressistas apresentam uma interessante surpresa: os parlamentares que dizem ser o apoio da sua igreja fundamental para suas carreiras políticas apresentaram uma discretíssima superioridade (6,28 contra 6,02) em relação aos que não atribuem a mesma importância ao apoio político de seu grupo religioso. Levando em conta a discrepância da diferença e o tamanho do desvio padrão (2,68), a leitura mais prudente é de virtual igualdade entre as médias. Seria o caso de considerar a influência dessa valorização do apoio religioso como nula para o caso dos progressistas? Antes de fazer tal afirmação, vale a pena comparar os coeficientes de Spearman encontrados para o conjunto dos deputados progressistas e aquele obtido pelos progressistas que entendem como fundamental o apoio vindo de sua comunidade religiosa.

Para interpretar os indicadores apresentados, é preciso lembrar que, independentemente da valorização ou não do apoio religioso, os católicos

progressistas mantiveram uma média relativamente alta (pouco acima de 6), se comparados com os demais deputados que disseram ser adeptos de alguma religião. Por outro lado, o contraste interno aponta para a relevância da variável valorização do apoio religioso, dado que na presença dela o efeito positivo do declarar-se progressista é praticamente neutralizado como indica o coeficiente de Spearman da relação.

Em resumo, os dados analisados permitem afirmar, que para o universo estudado, a valorização do apoio político, oriundo do campo religioso, possui, como esperado, um efeito independente negativo em relação à adesão a posturas secularizadas.

4.2.3 Partidarismo

Na reta final do primeiro turno das últimas eleições presidenciais, ocorreu um fato aparentemente inédito no Brasil; um movimento nacional advindo do campo religioso propunha com veemência que os eleitores deveriam boicotar a então candidata Dilma Roussef e o Partido dos Trabalhadores (PT). No campo católico ganhou notoriedade a carta de Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, bispo diocesano de Guarulhos (SP) que recomendou “a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não dessem seu voto à Senhora Dilma Rousseff”; entre outras razões, o bispo argumenta que o Partido dos Trabalhadores “se posicionou pública e abertamente a favor da legalização do aborto, contra os valores da família e contra a liberdade de consciência”¹⁸. No meio evangélico, talvez o melhor exemplo seja o depoimento do pastor da Primeira Igreja Batista de Curitiba, Paschoal Piragini,¹⁹ cuja gravação disponibilizada no sítio de compartilhamento de vídeos “youtube” teve ampla repercussão e gerou intensa polêmica dentro e fora do campo religioso. Na gravação do que parece ser um momento de culto, o

¹⁸ A referida carta foi publicada originalmente na *Folha diocesana de Guarulhos*, e após ficar disponível na página oficial da CNBB (de onde foi retirada em virtude de seu conteúdo polêmico) ganhou ampla divulgação nos meios de comunicação. Utilizamos aqui a versão disponível no blog pessoal do bispo [<http://www.domluizbergonzini.com.br/2011/01/dai-cesar-o-que-e-de-cesar-e-deus-o-que.html>].

¹⁹ O vídeo foi disponibilizado por vários usuários e obteve, segundo registro do próprio sítio de hospedagem, milhares de exibições. [<http://www.youtube.com/watch?v=K5dIlmyhixE>]

pastor inicia com a exibição de um vídeo²⁰ composto por uma miscelânea de imagens, dentre elas supostas fotos de fetos abortados, trilha sonora tenebrosa. O texto confuso e repleto de imprecisões é narrado por uma voz feminina em tom emotivo e alerta sobre “o que está acontecendo no país”: “lei da mordaza”, “divórcio de fato”, “pedofilia”, “imunidade tributária da indústria pornográfica”, “violência familiar” e “infanticídio de milhares de crianças indígenas”, além, é claro, do aborto. Ato contínuo a exibição, o ministro argumenta que a aprovação/legalização “dessas coisas” seria a “institucionalização da iniquidade” e, caso isso ocorra “Deus não teria outra alternativa senão trazer juízo sobre a nossa nação”. O pastor conclui dizendo que não dirá aos seus ouvintes em quem votar nessas eleições, mas em quem **não** votar: no Partido dos Trabalhadores. A razão estaria no fato de que apesar de existirem “pessoas contra e a favor de todos esses temas em todos os partidos políticos” somente o PT “fechou questão sobre esse assunto em seu congresso”. Aos deputados e senadores petistas também estaria negada a possibilidade de votar, de acordo com suas consciências, em detrimento da orientação partidária, sob pena de expulsão como já teria ocorrido com dois deputados católicos.

Apesar do uso seletivo das questões relativas a descriminalização do aborto, regulamentação das drogas, hoje consideradas ilícitas, e da união civil para pessoas do mesmo sexo (questões com defensores em ambos os partidos na disputa), a movimentação teve como efeito colocar em cheque a noção bastante disseminada, inclusive na literatura especializada, de que os partidos políticos no Brasil simplesmente não importam, se é que existem. Ainda que os efeitos não tenham sido os esperados pelos religiosos, como argumenta Pierucci em seu artigo “Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso”, (2010) a polêmica colocou, pelo menos no caso da candidata petista, o partido como ator preponderante para a tomada de decisão do eleitor.

²⁰ No vídeo que serve de reforço à fala do pastor, aparecem os nomes de Marcela Munhoz como responsável pelo roteiro e produção e da Vinicks Gomes pela edição.

Nos estudos especializados, autores como Sartori (1982), Barry Ames (2003) e Scott Mainwaring (1993) estão entre os que têm apontado para a fragilidade dos partidos, no Brasil, como organizações capazes de organizar a competição eleitoral e de servirem de referência estável aos eleitores.

Por outro lado, estudos mais recentes, conduzidos por cientistas políticos brasileiros, têm questionado, com mais ou menos intensidade, esse diagnóstico pessimista. Os estudos seminais de Figueiredo e Limongi (1999) foram reforçados e matizados por outros autores (Nicolau 2000; Amorim Neto 2000; Santos 2003; Inácio 2006), que apontam para a relevância e a disciplina dos partidos na arena legislativa. Embora essa mesma força não se repita na arena eleitoral legislativa (Pereira e Muller, 2003), não é possível ignorar que as últimas 05 eleições presidenciais foram polarizadas pelos mesmos dois partidos – PT e PSDB – que, desta forma, têm se constituídos em pontos de referência para a disputa política no país (MELO, 2007 e 2010; LIMONGI E CORTEZ, 2010).

No atual estágio dos estudos sobre os partidos no Brasil, a questão não é mais se no Brasil os partidos importam ou não; como exposto acima, restam poucas dúvidas sobre sua importância. A questão é entender em que cenários e em que condições a importância do partido é maior ou menor. Para Melo (2011), “no Brasil tanto é possível encontrar trajetórias políticas nas quais as diversas legendas disponíveis no mercado eleitoral são ou foram utilizadas ao sabor da conjuntura, como também sobram exemplos de lideranças que construíram sua carreira por dentro de um mesmo partido.”

Assumida a existência e a importância relativa dos partidos no Brasil é razoável perguntar se haveria qualquer correlação entre o pertencimento partidário e o grau de secularização que emerge do padrão de respostas dos deputados entrevistados e, em que sentido se dá essa correlação. Uma possibilidade intuitiva seria contrastar o grau de secularização dos deputados com os partidos ou os tipos de partidos como descritos na literatura especializada. Dada a importância do corte ideológico (como sustentam alguns dos autores citados acima), uma hipótese possível seria de que deputados filiados a partidos de esquerda apresentariam maior afinidade com posturas

secularizadas, dado que essas têm sido, nos últimos anos, bandeiras tipicamente de esquerda. Como essa questão foi discutida levando em conta a posição do próprio deputado, no espectro ideológico (no qual a filiação partidária foi contemplada), entendeu-se que retomar essa questão a partir dos partidos em si seria no mínimo redundante. Optamos então por uma abordagem distinta que, acreditamos, além de mais fértil, pode contribuir para melhor compreensão a respeito dos partidos no Brasil – trata-se do tipo de relação estabelecida entre o parlamentar e seu partido político; o grau de partidarismo. Em seu artigo “Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros”, Melo (2011) propõe uma medida da força do vínculo entre o indivíduo e a organização partidária na forma de um índice. No pólo mais “individualista” estariam os deputados cujas carreiras políticas são marcadas pela utilização das legendas, ao sabor da conjuntura, pela existência de laços organizacionais bastante frágeis, que conseqüentemente mais trocam de partido ao longo de sua carreira política. No extremo oposto, estariam aqueles deputados cujas carreiras foram construídas em estreita ligação com o partido, para os quais o pertencimento à organização seria um valor em si e que, deste modo, não trocam de legenda.

Se os partidos não são irrelevantes. enquanto espaço de construção e orientação ideológica, como se pensou até recentemente, cabe, portanto, perguntar se uma relação mais forte com o partido implicaria também em maior aproximação com valores laicos. A hipótese que levantamos é que sim. Deputados mais partidários tendem a apresentar posicionamentos mais laicistas do que aqueles defendidos pelas igrejas.

A principal razão está associada ao fato de que, no Brasil, a ideia de um partido religioso não prosperou. As escolhas estratégicas da Igreja Católica e a configuração de nosso sistema eleitoral contribuíram para que, diferentemente do caso europeu, não se formasse aqui um partido religioso viável. Embora o PR, antigo PL, esteja bastante próximo da igreja Universal seus posicionamentos e configuração não permitem afirmar que esse partido tenha se convertido em um porta-voz dessa denominação religiosa. Do ponto de vista dos programas partidários, se não é possível falar em uma agenda laicista da

parte da maioria das legendas, tampouco estas parecem estar dispostas, enquanto agremiações, a assumir de forma explícita, o comprometimento com esta ou aquela denominação religiosa. O silêncio a respeito do assunto nos programas do Partido do Movimento da Democracia Brasileira (PMDB) e do Democratas (DEM) é eloquente nesse sentido.

Nesse cenário, quanto mais importante para o deputado for sua filiação religiosa, mais ele tenderá a privilegiar a sua liberdade de atuação – o que inclui o estabelecimento de uma relação prioritária com sua igreja face às organizações partidárias. Como diz Melo (2010), a suposição é perfeitamente compatível, por exemplo, com a trajetória dos deputados evangélicos na Câmara dos Deputados: tais deputados distribuem-se pelas mais diversas legendas ao centro e à direita e trocam de partido com muita frequência.

Em resumo, é possível sustentar, que dada a ausência de um partido religioso no cenário eleitoral, quanto mais fortes forem os vínculos do deputado com seu partido, mais frágeis serão as razões para que ele assuma posições afinadas com os grupos religiosos, tendendo para posturas mais secularizadas. A fim de testar essa hipótese, optou-se como já anunciado, por utilizar o índice de partidarismo construído por Melo (2010) utilizando as seguintes questões, presentes no mesmo banco de dado mobilizado para esta tese:

- Q.16 – Quanto à lista de candidatos para deputados e vereadores, qual o (a) sr(a) acredita ser o tipo mais adequado para o Brasil? 1. Lista aberta; 2. Lista fechada; 3. Outro tipo de lista. Qual?
- Q. 30 – Na última eleição, qual foi o fator mais importante para conseguir apoio político-eleitoral de prefeitos e vereadores? E em segundo lugar?
1. Suas relações pessoais ou familiares com prefeitos e/ou vereadores.
2. Suas relações partidárias. 3. A intermediação de lideranças locais. 4. A ocupação prévia do cargo de prefeito em um município importante. 5. A realização de obras na região, em outras ocasiões. 6. O seu apoio à campanha deles, quando eles foram candidatos.
- Q.61 – Quando há um conflito entre os interesses dos eleitores de sua região e as posições de seu partido, como o(a) sr.(a) costuma votar? 1.

Sempre com o partido; 2. Sempre de acordo com os interesses dos eleitores de sua região.

- Q. 63 – Quando um deputado, eleito por determinado partido, decide se desvincular deste partido, o que o(a) sr (a) acha que o deputado deve fazer? 1. Conservar sua cadeira e se integrar a outra bancada; 2. Renunciar a sua cadeira para que outro membro do partido assuma.

Como é possível observar, as questões tocam dimensões importantes da relação do deputado com seu partido. As perguntas 16 e 63 falam de recursos institucionais (lista fechada e controle sobre a cadeira) que, uma vez implementados, tendem ao fortalecimento do partido e sua liderança, em detrimento de uma situação, onde o mais importante é a liberdade de ação do deputado, no sentido de construir uma reputação pessoal e garantir a sobrevivência política. Deputados favoráveis à lista fechada ou similar e defensores de um tipo de regra que vincule os mandatos ao partido, e não ao indivíduo, provavelmente acreditam e/ou estão interessados no fortalecimento da agremiação partidária. A questão 30 procura medir a importância do partido para a última eleição para deputado e, portanto, aponta para a relevância (no caso do partido ter sido fundamental) do coletivo partidário para as ambições políticas do deputado. Por fim, a questão 61 pretende medir a valorização do partido no momento de tomada de decisão em uma situação limite de conflito, especialmente relevante em uma república federativa.

As questões foram tratadas e transformadas em variáveis dicotômicas (*dummy*), onde uma resposta, de caráter mais individualista, foi pontuada com 0 (zero) e posições mais partidárias receberam 1. Feito isso, as respostas foram somadas para cada deputado e ponderadas de acordo com o número de respostas efetivamente dadas (para maior detalhamento da ponderação ver Melo, 2010) e os valores finais reagrupados da seguinte maneira: 0,0 = 0; 0,25 e 0,33 = 1; 0,5 e 0,67 = 2; 0,75 e 1,00 = 3. Assim o índice de partidarismo construído por Melo varia de 0 (perfil menos partidário) a 3 (perfil mais partidário). A Tabela a seguir (26) apresenta a distribuição do índice nos estados que foram incluídos na pesquisa.

Tabela 26
Distribuição de frequência (%) e valor médio
do Índice de Partidarismo nos estados

Estado	Índice de partidarismo				Total (N)	Valor médio do índice
	0	1	2	3		
RS	4,3	26,1	39,1	30,5	46	1,96
SC	8,3	25,0	30,6	36,1	36	1,94
SP	26,3	22,4	18,4	32,9	76	1,60
PE	21,1	31,6	21,1	26,3	38	1,53
PA	23,7	34,2	18,4	23,7	38	1,42
BA	34,6	19,2	21,2	25,0	52	1,37
MG	29,5	34,4	19,7	16,4	61	1,23
CE	35,0	30,0	17,5	17,5	40	1,18
RJ	43,4	20,8	20,8	15,1	53	1,08
GO	25,8	45,2	25,8	3,2	31	1,06
MT	29,4	41,2	23,5	5,9	17	1,06
TO	47,3	21,1	26,3	5,3	19	0,89
Total (N)	137	142	116	112	507	1,40

Fonte: Melo, 2010. Banco de dados Projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação em doze estados da federação”.

Melo chama a atenção para a variação do grau de partidarismo entre as unidades da federação. Os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se destacam por possuírem os deputados “mais partidários” – apenas 30,5% e 33,3% dos deputados foram classificados nos menores valores do índice – enquanto nos estados de Rio de Janeiro, Goiás, Tocantins e do Mato Grosso as posições 0 e 1 foram ocupadas por 64,2%; 71,0%; 70,6% e 68,4% dos legisladores respectivamente.

A próxima tabela (27) apresenta o contraste entre os escores obtidos pelos parlamentares entrevistados nos índices de secularização e de partidarismo.

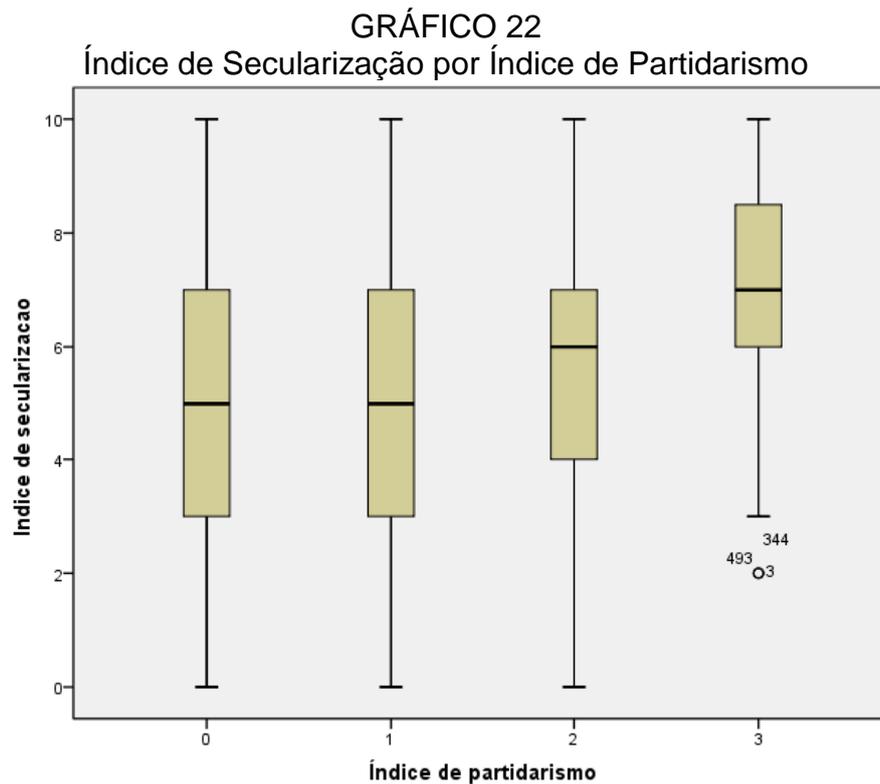
TABELA 27
Índice de Secularização por Índice de Partidarismo (%)

Índice de secularização	Índice de partidarismo				Total
	0	1	2	3	
Menos secularizado	5,8	6,3	1,0		3,6
1	1,7	3,1	1,0		1,6
2	10,8	11,7	11,1	3,0	9,4
3	12,5	9,4	7,1	3,0	8,3
4	18,3	10,9	12,1	4,0	11,7
5	7,5	12,5	14,1	10,1	11,0
6	16,7	20,3	19,2	20,2	19,1
7	10,8	9,4	11,1	15,2	11,4
8	10,0	10,2	11,1	19,2	12,3
9	3,3	2,3	3,0	9,1	4,3
Mais secularizado	2,5	3,9	9,1	16,2	7,4
Total	100	100	100	100	100
N	120	128	99	99	446

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

Nota: Qui-quadrado = 68,224a (30 graus de liberdade e p-valor = 0,000)

Como é possível observar, há uma clara tendência de concentração dos deputados com maior grau de partidarismo nos valores mais altos do índice de secularização: cerca de um quarto dos deputados com grau máximo de partidarismo também obtiveram os valores mais altos de secularização (escores 9 e 10).



Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

O Gráfico 22 permite comparar as médias encontradas. Os parlamentares com baixos graus de partidarismo (0 e 1) apresentaram também baixos resultados no índice de secularização e obtiveram uma média próxima a 5 em 10. Para o nível dois de partidarismo, o valor médio se aproxima de 6. O máximo de partidarismo coincide também com o máximo de secularização. A média no índice de secularização dos deputados na faixa máxima de partidarismo ultrapassou o valor 7. A correlação de Spearman de 0,307**, entre os dois índices aponta na mesma direção permitindo afirmar que a expectativa de correlação entre os dois índices foi corroborada.

4.3 Considerações finais

As inferências relativas à força do campo político, corroboradas ao longo deste capítulo, apontam para algumas questões importantes, em se tratando dos estudos em ciência política, particularmente sobre comportamento legislativo.

Em primeiro lugar, os achados relativos à força da variável ideologia reforçam os alertas de cientistas sociais sobre a relevância dos conceitos de esquerda e direita como eixos organizativos da vida política, não apenas por remeter a distinções a respeito das relações entre Estado e mercado, mas também como indicadores de determinadas visões de mundo, estruturação da vida partidária e interação com a sociedade civil em geral. No caso deste trabalho, o corte relativo aos temas polêmicos estudados indica que a posição, ocupada no espectro ideológico, também pode estar associada à maior ou menor proximidade de valores religiosos tradicionais ou à defesa da ampliação de liberdades tipicamente laicas.

Com relação aos partidos, a relevância da correlação encontrada entre o grau de partidarismo do deputado e as posições relativas a temas morais, acrescenta uma importante dimensão à crítica do tradicional diagnóstico de que no Brasil não existem partidos políticos. Em contraste com a visão dos partidos como “uma geléia amorfa”, os dados desse trabalho indicam que, quando se trata de questões morais, os partidos importam. O grau de proximidade e lealdade dos parlamentares, em relação à sua organização pode, inclusive, ser um bom indicador do tipo de postura desses atores em relação a temas morais que polarizam visões laicas e religiosas.

Por fim, a expectativa ou importância atribuída ao apoio religioso também importa e, pelo que apresentamos, isso ocorre inclusive de forma independente em relação a seu mais importante corolário que é a própria filiação religiosa. Em todos os casos – evangélicos, católicos praticantes, carismáticos ou mesmo progressistas – o fato de valorizar o apoio da própria igreja para sua carreira política afastou os parlamentares de posições mais

secularizadas. Exploradas as dimensões, de forma independente, cabe agora perguntar como se comportam essas variáveis em interação. No próximo capítulo, mediante o uso de uma ferramenta estatística apropriada, pretende-se ponderar o efeito das variáveis que até o momento se mostraram significativamente relevantes.

CAPÍTULO 5

SECULARIZAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DE DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS: O QUE PESA MAIS?

Até esse ponto, analisamos o impacto de variáveis relacionadas a diferentes esferas de socialização e atuação sobre o padrão de respostas dos deputados entrevistados nas questões polêmicas propostas. Aspectos sócio demográficos, religiosos e políticos foram tratados de forma independente até aqui. Em cada caso foi possível testar um conjunto de hipóteses detectando aquelas que se mostraram relevantes e descartando, para o universo pesquisado, uma série de variáveis que não foram corroboradas pela análise bivariada dos dados. Trata-se agora de verificar como se comportam essas variáveis, e qual seu peso relativo, quando consideradas concomitantemente.

Para o caso das variáveis do campo religioso, foi corroborada a expectativa derivada dos estudos em sociologia da religião, de que a filiação religiosa do tipo voluntária (com maior grau de internalização religiosa) aumenta significativamente as chances de coerência com as posições assumidas pelo respectivo grupo. Os deputados filiados às denominações evangélicas ou católicos praticantes (em especial os que se disseram carismáticos) mostraram-se significativamente mais próximos das posições defendidas por suas igrejas, apresentando assim um baixo grau de secularização. Na mesma direção, mas em sentido contrário, pode-se verificar que os deputados que se disseram “sem religião” ou os “católicos não praticantes” apresentaram escores de secularização mais altos. A conclusão é que a filiação religiosa importa, nos casos em que essa filiação for marcada por um grau maior de coesão (pertença religiosa forte), entre o indivíduo e sua comunidade religiosa. No outro pólo da mesma lógica, o padrão de respostas bastante secularizado dos “sem religião”, seguido de perto pelos “não praticantes” corrobora a hipótese, derivada da tradição weberiana, de que o processo de desinstitucionalização implica em perda da influência das agências religiosas sobre os padrões axiológicos assumidos pelos indivíduos.

No caso das variáveis sócio-demográficas, apenas o impacto da variável escolaridade pode ser corroborado. Em todos os demais casos, sexo, região e renda, as comparações mostraram-se estatisticamente insignificantes. O fato de que essas coortes, que normalmente mostram-se significativos em relação a valores, e o encontrado com os dados do *survey* “Trajeórias”, sugere que é preciso atentar com mais cuidado para as especificidades relacionadas às elites políticas.

As variáveis do campo político: ideologia, partidarismo e valorização do apoio religioso (tomada nessa tese como indicadora da possibilidade de conexão eleitoral entre igreja/grupo religioso e o parlamentar) mostraram-se todas significantes. Para esse conjunto de variáveis, corroborou-se a expectativa relativa à relevância de aspectos inerentes ao campo político, propriamente dito, como elementos explicativos das percepções assumidas por esses atores políticos. O fato dos deputados estarem situados à esquerda, no gradiente ideológico, ou apresentar graus maiores de partidarismo, apresentou correlação positiva com o índice de secularização; quanto mais de esquerda e/ou quanto mais partidário, mais secularizado mostrou-se o padrão de respostas do deputado. Situação inversa ocorreu com aqueles que disseram considerar fundamental o apoio de sua igreja, denominação ou grupo religioso para sua carreira política.

O tratamento isolado de cada variável permitiu discutir detalhadamente algumas questões e explorar a riqueza dos dados disponíveis no *survey* “Trajetórias”. O objetivo do presente capítulo, como anunciado, é ponderar a força das variáveis que se mostraram relevantes em interação umas com as outras.

Para esse fim, optou-se pela utilização de um modelo de regressão logística multinomial. Embora a utilização de dados estatísticos possa ser encontrada já no nascedouro da sociologia como ciência, foi a partir da década de 60, do século XX, que a utilização de metodologias estatísticas específicas, para dados categóricos ganhou força através da sofisticação de métodos de regressão de variáveis contínuas para aplicação em variáveis categóricas (AGRESTI,1990). Nas ciências sociais em geral, e na ciência política em

particular, as análises de regressão já há algum tempo vem se tornando ferramenta padrão. Embora possa se criticar uma certa banalização de sua utilização, o uso dessa ferramenta estatística permanece importante do ponto de vista instrumental, em particular, em virtude de sua adequação a análises multivariadas.

Segundo Agresti (1990), um modelo bem ajustado possui três vantagens principais: em primeiro lugar, permite avaliar os efeitos de variáveis explicativas atuando de forma concomitante; em segundo, descreve associações e elos de interação entre essas variáveis e, por fim, produz melhores estimativas de probabilidades de respostas. Um modelo apropriado pode contribuir muito para melhorar o poder de inferência, assim como para a detecção de associações.

Em virtude da natureza eminentemente categórica dos dados que compõem a variável dependente desse estudo, o modelo mais indicado seria o logístico, no qual a estimação dos parâmetros é obtida pela máxima verossimilhança. Optou-se então pelo modelo logístico multinomial, que estima as chances de probabilidade da ocorrência de uma categoria, da variável resposta em relação à probabilidade de ocorrência de outra categoria tomada como referência. As razões das chances resultantes são todas obtidas por contraste, ou seja, tem-se informadas as razões das chances das variáveis independentes para cada par de categorias da variável dependente.

O referido modelo é considerado mais adequado para estudos nos quais não é possível estimar o peso de cada resposta. No caso de nosso índice de secularização, assumimos não ser possível estabelecer gradações ou pesos distintos para os temas que entraram em sua composição. Consideramos temerário (se não insustentável), a partir dos dados disponíveis, propor, por exemplo, que ser a favor da descriminalização do aborto indique maior secularização do que ser favorável a união de pessoas do mesmo sexo, da eutanásia ou de qualquer dos outros temas. Pesou também, nessa escolha, o fato de que o modelo em questão ser mais apropriado para o caso da variável dependente não ser dicotômica. Por fim, esse modelo se mostra melhor ajustado para situações nas quais as variáveis independentes não apresentem um ordenamento homogêneo. Assim, como para as questões que compõe o

índice de secularização, não consideramos apropriado propor qualquer ordenamento ou hierarquização homogênea prévia para as variáveis independentes que se mostraram significantes até o momento.

A fim de facilitar a operacionalização da variável dependente, bem como facilitar a visualização dos contrastes gerados, optou-se por agrupar os escores do índice de secularização em três categorias: baixo, médio e alto grau de secularização. Apenas 451 dos 512 questionários puderam ser aproveitados uma vez que 61 deputados alegaram não saber ou não quiseram responder a uma das questões. Cogitou-se utilizar algum método de imputação, mas ponderados riscos e benefícios analíticos, preferiu-se trabalhar com um conjunto menor de casos.

As categorias alto, médio e baixo grau de secularização foram organizados da seguinte forma. Os escores 0, 1, 2 e 3 foram considerados como indicativos de graus baixos de secularização. Nesse caso o deputado, ou deputada respondeu positivamente (de forma mais secularizada), no máximo a uma das questões, somado a um único “depende”. É possível que deputados considerados como de secularização baixa também tenham respondido “depende” em até 3 dos 5 casos. Importante lembrar que o corte é relativo aos demais. Um total de 105 deputados (20%) ficou nessa categoria.

Os valores 4, 5 e 6 foram considerados médios. Para obter esses escores, os deputados precisaram responder positivamente a pelo menos duas das cinco questões propostas ou somar 4 “dependes”. Como foi raro o acúmulo da resposta espontânea “depende”, os deputados de grau médio de secularização foram aqueles que, em geral, se posicionaram favoráveis a duas ou três questões. Um total de 188 (36,7%) parlamentares obteve valores medianos.

Por fim, os valores de 7 a 10 foram agrupados como altos. Nesse caso os deputados se posicionaram favoravelmente a pelo menos 3 das 5 questões ou 2 questões positivas e 3 “depende”. O número de parlamentares do grau alto chegou a 158, o que representa cerca de 30% dos respondentes.

No modelo, a seguir, foram incluídas apenas as variáveis independentes que se mostraram relevantes nos cruzamentos bivariados discutidos nos capítulos anteriores. Assim, as variáveis filiação religiosa, escolaridade, ideologia, partidarismo e valorização do apoio eleitoral religioso foram introduzidas como variáveis independentes em contraste com a variável dependente, grau de secularização. Para operacionalizar o teste, foram feitos ainda as seguintes escolhas e tratamentos.

Em primeiro lugar, foram usados como referência o “pólo” das variáveis positivamente relacionado ao aumento nos escores de secularização com vistas a uma melhor coerência na apresentação dos resultados. Com relação à filiação religiosa, optou-se por usar como referência, os deputados que apresentem uma relação frágil com as instituições religiosas. A variável “Baixa religiosidade” é composta pelo contraste entre os deputados que afirmaram ser “evangélicos” e “católicos praticantes” (57,8%) e os demais deputados (42,2%). Como foi demonstrado anteriormente, o grau de secularização mostrou-se negativamente relacionado com adesão religiosa voluntária a grupos conservadores. Por outro lado, a ausência de filiação religiosa, assim como uma adesão nominal (não praticante), foi positivamente relacionada com um padrão de respostas mais secularizado em oposição às posições defendidas pelas instituições religiosas. Vale ressaltar que, incluir deputados que se disseram “sem religião” em “Baixa religiosidade” em detrimento de “nenhuma” religiosidade, se justifica na medida em que a ausência de filiação religiosa não deva ser confundida com ausência de religiosidade em sentido estrito. Simultaneamente, é importante destacar que, embora ausência de filiação religiosa não deva ser entendida necessariamente como ateísmo ou agnosticismo, há fortes indícios de que essa forma de se relacionar com o religioso está associada a um afastamento em relação aos valores defendidos pelas instituições religiosas.

Quanto à escolaridade, foram agrupados todos os deputados que afirmaram possuir o curso superior (inclusive quem afirmou ter superior incompleto) ou mais, criando-se a *dummy* “Escolaridade alta”. Dos 512 entrevistados, 431 (84,2%) ficaram no grupo que possui experiência com curso

superior; a expectativa nesse caso é de associação positiva entre escolaridade superior e maior secularização.

O tratamento da variável ideologia foi discutido mais detalhadamente no capítulo anterior. A partir da somatória de três outras variáveis foi construído um indicador ideológico com três categorias (centro, direita e esquerda), que posteriormente, foram agrupadas em apenas duas (centro/direita e esquerda) gerando a dummy “Esquerda”. Ao final, 114 parlamentares ou 22,3% do conjunto ficaram alocados nessa categoria. A expectativa, no caso, é também positiva, ou seja, espera-se que deputados localizados à esquerda apresentem maior grau de secularização.

O maior grau de “partidarismo” apresentou também, na análise bivariada, relação positiva com escores mais altos de secularização. Para medir partidarismo utilizou-se o índice criado por Melo (2011) com três graus (baixo, médio e alto) dos quais foi destacado o grau “alto” para servir de referência. Os demais foram agrupados gerando assim uma nova variável dicotômica para partidarismo com as categorias graus “baixo e médio” e “alto”. Aproximadamente 22% dos deputados obtiveram grau alto de partidarismo.

No que se refere a valorização do apoio religioso, é importante destacar, que utilizamos esta variável como *proxy* de uma potencial conexão eleitoral religiosa. Uma vez que se escolheu utilizar variáveis, com sinal positivo, em relação à secularização, foi construída a variável “Não valorização de apoio religioso”, contendo os deputados que na questão relativa à importância do apoio religioso para suas carreiras, responderam negativamente; no caso, cerca de 70% dos parlamentares entrevistados. A expectativa é de que, conforme discussão apresentada no capítulo anterior, deputados que não considerem o apoio de sua comunidade de fé fundamental para suas carreiras políticas, apresentem maior grau de secularização em suas respostas.

A tabela abaixo (28), sistematiza os resultados obtidos. Como a categoria de referência é o grau *baixo* de secularização, o modelo permite estimar as chances de que as variáveis, independentes em interação, estejam nas faixas médio e alto.

Tabela 28
Coeficiente de regressão multinomial para Graus de Secularização

Graus de Secularização ^a		B	Sig.	Exp(B)	Intervalo de confiança (B)	
					Inferior	Superior
Médio	Intercepto	,180	,015			
	Escolaridade alta	,064	,851	1,066	,548	2,072
	Baixa religiosidade	,802	,009	2,231	1,220	4,080
	Esquerda	,814	,053	,443	,194	1,011
	Grau de partidarismo alto	1,066	,032	2,903	1,099	7,666
	Não valorização do apoio religioso	1,191	,000	3,291	1,855	5,836
Alto	Intercepto	,031	,000			
	Escolaridade alta	-,701	,109	,496	,211	1,168
	Baixa religiosidade	1,308	,000	3,699	1,947	7,027
	Esquerda	1,415	,001	,243	,104	,567
	Grau de partidarismo alto	1,715	,001	5,556	2,101	14,696
	Não valorização do apoio religioso	1,284	,000	3,611	1,867	6,982

Categoria de referência "Baixo"

Fonte: Banco de dados "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" CEL-DCP/ UFMG (2008)

A leitura da tabela acima (1) indica que, as variáveis "Escolaridade alta" e "Esquerda" perderam força na interação com as demais variáveis. O modelo, obviamente, não permite afirmar que essas variáveis deixam de ser relevantes em si mesmas, mas ajuda a ponderar sua importância em relação às demais variáveis independentes. Dito de outra forma, na presença das variáveis alto grau de partidarismo, baixa religiosidade e desvalorização do apoio religioso, o fato de se ter alta escolaridade ou situar-se ideologicamente à esquerda deixam de ser relevantes como fatores explicativos.

A perda da força apresentada pela escolaridade em relação à secularização, menos do que negar a importância modernizante dessa variável, sugere que, sobretudo em ambientes mais homogêneos, em termos educacionais, a força de outros fatores pode atuar relativizando seu impacto. É possível supor que, deputados com curso superior, vinculados de forma voluntária a um grupo conservador, e/ou sensíveis a fatores como um valorizado apoio eleitoral, poderiam assumir posições menos secularizadas, enquanto que deputados menos escolarizados, mas com forte adesão partidária, por exemplo, mostrar-se-ão bem mais liberais em suas respostas.

A variável Ideologia, embora tenha mantido significância estatística no modelo (0,53 para nível médio e 0,01 para alto), não chegou a representar um aumento na razão de chances (incremento de menos de 0,5) de maior secularização para os deputados localizados à esquerda do espectro ideológico. Testes realizados com cortes mais exigentes, em termos ideológicos, sugerem que os deputados, mais radicalmente de esquerda, apresentariam maiores graus de secularização.

A filiação religiosa, em suas especificidades, mostrou-se bastante importante e robusta para entender a baixa secularização. Os deputados, categorizados como de “baixa religiosidade”, têm pelo menos duas vezes mais chances de serem encontrados na faixa média de secularização e três vezes mais de estarem no nível alto de secularização. O inverso acontece com os parlamentares evangélicos e carismáticos, que tendem a ser encontrados no nível baixo (escores entre 0 e 3) do indicador de secularização. Nos níveis mais altos, a chance de encontrar deputados com “baixa religiosidade” (aqueles sem religião e os católicos não praticantes) aumenta de forma consistente para ambos os níveis acima de 0. Os dados falam tanto da importância da força da interação com o grupo religioso e podem ser lidos como um reforço à noção de que o que caracteriza uma sociedade modernizada não é ausência da religiosidade, mas a forma como essa religiosidade é vivida em relação as instituições eclesásticas. Nesse sentido, as possibilidades antagônicas de filiações religiosas voluntárias e coerentes com os valores do grupo religioso e de ausência de filiação religiosa ou uma adesão nominal, sem compromissos práticos, são faces da mesma moeda.

A valorização do apoio religioso, para a carreira política, também merece destaque. A variável “Não valorização do apoio religioso” mostrou-se significativa em termos lógicos e estatísticos incrementando em pelo menos 3 vezes as chances dos deputados, que não consideram vital o apoio religioso, para suas carreiras, de serem encontrados nos níveis médio e alto do índice de secularização. Como a regressão logística permite falar da força independente da variável, o dado ganha particular importância, pois nos permite afirmar que são influxos distintos. Em outras palavras, as chances dos deputados com

religiosidade baixa, de serem encontrados nos níveis mais altos do índice, são reforçadas, quando estes também, não consideram o apoio oriundo do campo religioso como fundamental para suas carreiras políticas. Por outro lado, a tendência de menor secularização dos deputados com vínculos religiosos fortes é bastante potencializada quando ao vínculo religioso é acrescida a valorização do apoio da comunidade de fé.

Por fim, a variável partidarismo. A hipótese de uma associação entre os graus de partidarismo e de secularização não apenas foi corroborada, como o desempenho da variável independente em tela foi o melhor dentre todas as analisadas. Os deputados mais partidários possuem 3 vezes mais chances de apresentarem grau médio e 5,5 vezes mais chances de obterem alto grau de secularização, sempre tomando com base de referência os deputados situados no nível mais baixo de secularização.

A força da correlação entre grau de partidarismo e secularização pode ser explicada levando em conta dois fatores alternativos, embora não excludentes. Em primeiro lugar, é importante lembrar, como já apontou (FERNANDES,...) para o caso dos evangélicos, que a presença de carreiras fortemente ligadas ao campo religioso beneficia-se da porosidade do sistema político, ou das diversas portas que o sistema partidário abre no contexto de um sistema eleitoral de representação proporcional e de grandes magnitudes. Ao que parece, é justamente essa “porosidade” que permite a construção de carreiras políticas, sem que para tal seja necessária a construção de uma carreira partidária prévia. Para citar apenas um fator, nosso atual sistema eleitoral de lista aberta para eleições proporcionais, com possibilidade de coligações, fragiliza o papel dos partidos na arena eleitoral. Acrescente-se a isso o fato de que é racional para os próprios partidos a aceitação de um grande número de candidatos, em especial aqueles que possuam alguma base eleitoral em potencial, com vistas a fortalecer seu coeficiente eleitoral. Assim é razoável supor que, os deputados com vínculos religiosos estejam justamente entre aqueles cuja relação com o partido seja mais frágil, recente e instrumental. Quanto mais forte a religiosidade (adesão voluntária) e, mais ainda, quando existe apoio do grupo religioso, o deputado irá priorizar os

vínculos com sua igreja e não as ligações com o seu partido. Trata-se não apenas de uma questão de identidade (a religiosidade forte), mas também eleitoral (o apoio). O deputado religioso, que conta com apoio, é fiel ao seu grupo, mais do que ao partido. Levando-se em conta tais fatores, é razoável imaginar que a existência de um partido religioso, no Brasil, faria com que a variável partidarismo perdesse força em relação à secularização, dado que, nesse virtual partido, quanto mais partidário, mais próximo o parlamentar estaria de suas bases religiosas e, portanto, menos secularizado.

Em segundo lugar, como também aponta o estudo de Melo (2010), para os estados aqui analisados, há correlação entre partidarismo e ideologia de esquerda. A afirmação vale também para os estudos voltados para a Câmara dos Deputados: quando se fala de disciplina partidária, o Partido dos Trabalhadores (PT) se destaca entre os grandes partidos com indicadores muito próximos aos partidos europeus (NICOLAU, 2000). Entre as siglas de menor porte, são novamente os pequenos partidos de esquerda os mais disciplinados, eventualmente, com desempenhos ainda melhores do que os obtidos pelo PT. Nos partidos mais ideológicos, a relação entre os membros individuais e a legenda tende a ser mais forte, pela simples razão de que tais organizações possuem sua origem vinculada a uma causa comum, que serve como matriz para a distribuição de incentivos coletivos (PANEBIANCO, 1982).

Mas afinal o que pesa mais? A modelagem dos dados aqui apresentados, dentro dos limites já expostos, permite afirmar que pesam de maneira importante dois grupos de fatores interligados.

De um lado, filiação religiosa voluntária conservadora, associada à valorização do apoio eleitoral religioso explica bem os graus mais baixos de secularização. Essa conclusão combina duas variáveis relacionadas, porém, não idênticas. Assumir uma filiação religiosa pode contribuir para menor secularização em virtude da maior internalização dos valores do grupo religioso. Por outro lado, e de forma independente, a valorização do apoio religioso aponta para a necessidade, por parte do parlamentar, de não apenas possuir subjetivamente os mesmos valores e posições da sua instituição religiosa, mas também de sinalizar para seus apoiadores, que ele merece a manutenção

desse apoio, mediante a tomada de posição na arena política. A combinação dos dois fatores permite prever, com razoável segurança, graus maiores de coerência com os valores defendidos pelas instituições religiosas.

No pólo oposto, o grau de partidarismo que se mostrou fortemente correlacionado a posicionamentos mais secularizados e, portando, favoráveis às alterações legislativas, que ampliem as chamadas liberdades laicas, parece estar associado a um conjunto de fatores alternativos à representação de valores religiosos, como a própria institucionalização partidária e a partilha de valores oriundos da tradição de defesa dos direitos humanos por parte dos partidos mais a esquerda.

Se a presente tese for apresentada a um eleitor religioso, é possível que este visse confirmada aqui sua convicção de que “irmão deve votar em irmão”. Talvez ampliasse seu conceito de “irmão”, pois para as questões apresentadas não seria grande a diferença entre votar num evangélico ou em um católico praticante. Os pastores e bispos provavelmente também não veriam novidade, mas é possível que comemorassem o reconhecimento “científico” de que seu apoio faz diferença na luta pela manutenção dos seus valores na esfera pública.

Já os militantes dos movimentos sociais em defesa das liberdades laicas, talvez recebam com desconfiança a tese de que seu melhor aliado sejam os partidos políticos mais fortes institucionalmente. É claro que, possivelmente, também celebrem o fato de poder contar com os sem religião e católicos não praticantes.

CONCLUSÃO

Iniciamos esse trabalho com uma questão ambiciosa: que fatores poderiam explicar as posturas assumidas por parlamentares em questões a respeito de temas morais tão polêmicas quanto relevantes? Polêmicas porque relevantes. Relevantes, justamente por se encontrarem na fronteira de um debate mais amplo, que inclui a luta por direitos civis, a defesa de valores considerados sagrados, a luta por espaço e recursos do campo político e a própria noção do que seja um estado laico e democrático. Tudo em meio ao processo de mudança de uma sociedade que se moderniza e seculariza enquanto consolida instituições e regras democráticas de convivência e de tomada de decisões. As novas demandas, oriundas desse processo, obrigam atores, outrora seguros de suas posições, a mobilizar novas forças e recursos para garantir seus interesses e valores.

Propusemos, em coerência com as interpretações que reafirmam o vigor do processo de secularização da sociedade e da esfera política brasileira, que para entender as percepções dos legisladores brasileiros entrevistados, era insuficiente restringir-se as variáveis advindas da esfera do campo religioso, em detrimento das dimensões endógenas ao campo político.

Insuficiente, mas não insignificante. Ao contrário de algumas leituras apressadas da secularização, a constituição de um Estado laico e de uma sociedade pluralista não implica (necessariamente) o desaparecimento da religião. Como discutido ao longo do trabalho, trata-se muito mais de um deslocamento. Deslocamento da religião para a esfera privada, dizem com frequência, esquecendo-se que a religião, nos países ocidentais, ao deixar os palácios e o controle direto do poder temporal, alojou-se não na esfera da intimidade, mas entrincheirou-se solidamente no que costumamos chamar de sociedade civil. Ao aceitar a perda do antigo monopólio, o campo religioso deixa de ser a única ou mesmo a principal matriz das instituições e regras sociais a priori. Por outro lado, o mesmo processo de deslocamento e perda da condição de matriz pode levar a novas formas de organização do religioso (e

mesmo sua revitalização) em busca da preservação (ou inserção) nos espaços institucionalmente laicos de tomada de decisão. Seria ingênuo imaginar (e as teorias clássicas da secularização nunca apontaram para isso), que os grupos religiosos abrissem mão de vocalizar suas preferências, ainda que na condição de (apenas) mais uma em meio a muitas esferas de significado e ação coletivas, capazes de desenvolver uma atuação política legítima.

Associado e de certa forma decorrente da separação institucional das esferas política e religiosa, pode ocorrer, e no caso brasileiro, parece ter ocorrido de forma clara, a constituição de um verdadeiro mercado religioso pluralista. Tal processo implica, entre outras coisas, que a possibilidade de uma agência religiosa reter o monopólio do campo religioso diminua de forma importante. Por outro lado, a efetiva pluralização do mercado religioso coloca para cada instituição religiosa e seus agentes, a necessidade de tornar suas respectivas ofertas mais atraentes e ao mesmo tempo acessíveis para um maior número de “consumidores”. Se tal leitura está correta, o crescimento e o fortalecimento das instituições religiosas nada têm a ver com alguma “volta a tradição”, ou “reencantamento do mundo”, antes pelo contrário, deriva da própria fragmentação e modernização das instituições religiosas que podem se fortalecer como agências (no plural) para atuar nesse novo cenário.

Em virtude do exposto, faz-se necessário olhar para as especificidades do campo religioso que poderiam estar associadas a esse processo de modernização. Com esse objetivo, optou-se por examinar cada aspecto associado à noção de filiação religiosa, que o banco de dados utilizado permitisse. Procuramos assim focar, não apenas na filiação religiosa de forma genérica, mas explorar o máximo possível as singularidades de cada filiação religiosa. Algumas filiações simplesmente não apareceram nas entrevistas e, além disso, não houve condições para dar a todos os grupos religiosos mencionados, nas entrevistas, a atenção devida.

Embora o grupo dos deputados, que se disseram espíritas, apresentasse uma instigante tendência mais secularizada, não foi possível verticalizar a análise desse grupo, dado o pequeno percentual de respondentes nessa categoria. Em um estudo como esse, as escolhas são necessárias e as

análises se concentraram, a partir daí, nos evangélicos, nos católicos e naqueles que se declararam sem religião. Fica o registro de um grupo, cujas federações representativas vocalizam posições ambíguas, ora similares às demais religiões, ora mais liberais, mas cujos adeptos se mostram sensivelmente mais secularizados.

Outra ausência importante foram as religiões de matriz africana. Algumas interessantes questões emergiram; ao contrário de evangélicos e católicos, as religiões de matriz africana não teriam interesse de mobilizar candidaturas oriundas de suas bases? Faltariam recursos? De que tipo? Haveria deputados praticantes de religiões de matriz africana, mas o custo de assumir essa adesão publicamente seria muito alto? Os adeptos das religiões de matriz africana não vêem sua prática religiosa como uma religião? Que categoria, ou categorias, estariam encobrendo os deputados dessa religiosidade? Infelizmente estas e outras questões possíveis escapam às possibilidades dessa investigação. Outros trabalhos, de outras perspectivas, talvez possam responder algumas dessas questões contribuindo inclusive para que se esclareça o eventual impacto desses grupos e elites na esfera política.

Apesar desses e outros limites, algumas confirmações e descobertas foram possíveis. Confirmou-se (ou corroborou-se para ser mais preciso) as expectativas ligadas aos evangélicos, por exemplo. Entre os religiosos, o grau de coerência dos evangélicos, com as posições, em geral defendidas pelos grupos religiosos, destaca-se como o mais alto. Para usar o conceito chave dessa tese, os evangélicos são seguramente os menos secularizados em suas posturas. Corroborou-se, mas também relativizou-se. Os evangélicos que apareceram ao longo do trabalho não são homogêneos, embora ainda mantenham-se com um bom grau de coesão identitária, apesar de toda a pluralidade institucional, teológica e organizacional que lhes é própria. Alguns grupos evangélicos, como a Congregação Cristã do Brasil, por exemplo, não apareceram entre os entrevistados. Sinal de uma auto exclusão que ainda perdura (caso de alguns pentecostais), mas indicativo também de que a política institucional não é a única forma de inserção política acessada pelos grupos religiosos de matriz protestante.

A noção de que a religiosidade católica pouco afeta as posturas de seus fiéis, precisou ser repensada. De fato, se aceitarmos a designação católica, sem adjetivos, as conexões são frágeis, inexistentes. Uma olhada mais cuidadosa permitiu notar que *praticante*, pelo menos para os deputados entrevistados, significa de fato muita coisa. Embora não tão intensos em sua coerência com os valores religiosos, como os evangélicos, os católicos praticantes mostraram-se significativamente coerentes com as posições defendidas por sua igreja. Fenômeno similar apareceu entre os carismáticos. Esse sobrenome, já bastante frequente, entre os católicos, apresentou também importante correlação com posturas menos secularizadas.

Apesar da teologia da libertação ser dada como à beira da extinção por alguns, os deputados católicos, que se disseram *progressistas*, apresentaram uma interessante ambiguidade em relação às posturas esperadas pela hierarquia católica. Se olhados isoladamente, os “progressistas” católicos são mesmo progressistas, mas se combinados à noção de “praticante” ou quando acompanhados da valorização do apoio de sua igreja, esses progressismo é diluído e perde muito de sua força.

Por fim um achado interessante: apesar de minoritários, os deputados, que se disseram sem religião, se mostraram fortemente secularizados. Contrariando as análises que vêm nos *sem religião*, tão somente um grupo disperso e heterogêneo de religiosos sem igreja, a leitura dos dados, apresentada ao longo desse trabalho, aponta para uma forte coerência entre a ausência de filiação religiosa e posturas secularizadas. Se a postura dessas elites será encontrada também entre os “cidadãos comuns”, somente estudos com amostras representativas da população em geral poderá dizer.

Em resumo, a análise da filiação religiosa dos deputados entrevistados corrobora a hipótese derivada da sociologia clássica da religião, de que a força da filiação religiosa, em sociedades modernas, está associada à adesão religiosa, do tipo voluntária, em detrimento das filiações adscritivas ou nominais, típicas de uma relação tradicional com o sagrado.

Em diálogo com os estudos sócio demográficos sobre percepções, imaginamos que elementos típicos, ligados à socialização dos atores em questão, pudessem intervir nas concepções assumidas. Sexo, renda, região e escolaridade foram selecionados como variáveis a serem testadas por já apresentarem resultados positivos em relação a valores e percepções em outros estudos. Apenas a escolaridade mostrou alguma significância isolada e nenhuma quando em concomitância com as demais. Quando se trata de elites, esses fatores não importam? Ou seria a experiência política capaz de diluir antigos preconceitos e gerar novas elaborações e percepções?

Se as variáveis exógenas ao campo político apresentaram resultados positivos, a expectativa quanto às variáveis do campo político não era menor. A partir da leitura da literatura especializada, esperava-se que ideologia, partidarismo e conexão eleitoral, sugerida pela importância atribuída pelo parlamentar ao apoio de sua igreja, pudessem estar associadas a maior grau de secularização (nos dois primeiros casos) e menor grau no caso de uma conexão eleitoral de caráter religioso. As três hipóteses foram corroboradas.

O uso da regressão logística multinomial permitiu, por fim, ponderar o peso das variáveis que se mostraram relevantes nos testes bivariados em um modelo interativo. Como dito acima, a expectativa de que as variáveis sócio-demográficas pudessem estar associadas a determinado padrão de respostas não foi corroborada a partir dos dados disponíveis. Com todos os cuidados e limites que esse estudo impõe, é possível afirmar que (para o universo pesquisado), a expectativa de que a escolarização esteja necessariamente associada ao declínio da força do religioso não pode se confirmar. Ao que parece, os demais fatores, a própria filiação religiosa e as variáveis endógenas ao campo político são suficientemente robustas para “diluir” ou sobrepor-se ao efeito secularizante isolado da escolarização.

Uma inquietação acompanhou a condução dessa investigação desde cedo: variáveis específicas do campo político estariam de alguma forma relacionada às percepções assumidas pelos parlamentares? Para responder a essa questão, três dimensões da carreira política foram testadas: ideologia, partidarismo e conexão eleitoral. Em todos os casos, os resultados indicaram

que a associação entre esses vetores políticos e as percepções morais dos parlamentares não é acidental.

Para concluir, voltemos à questão inicial sobre as condicionantes das posturas mais ou menos secularizadas dos deputados estaduais. No que se refere à filiação religiosa, foi possível demonstrar que é preciso maior atenção às especificidades do que em geral chamamos de religião. Procuramos demonstrar que, tão ou mais importante do que saber a qual grupo um ator político é filiado, é saber que tipo de adesão esse indivíduo estabelece com sua comunidade. A noção de adesão voluntária mostrou-se robusta tanto para evangélicos como para católicos. Um aparente paradoxo se apresenta. Quanto mais moderno e plural for o campo religioso maior será a intensidade e a importância da religião para aqueles que voluntariamente aderem a comunidades religiosas. Apenas aparente, porque a maior intensidade da prática religiosa dos sujeitos voluntários (as correntes nas mentes de Lutero) está associada e deriva de um arranjo institucional que permite e contempla igualmente os que por outro lado não querem ser religiosos.

Não há como prever os resultados políticos dos debates, nem tão pouco os temas sobre os quais nos debruçamos. O que esse trabalho permite é perceber que em nosso arranjo laico e democrático há tanto forças representantes de preferências intensas, em favor das liberdades laicas, como da intensa vocalização de seu contrário, encarnadas na defesa de valores tradicionais. Permite, igualmente, apontar a importância de fatores tipicamente políticos como partidos, ideologia e a conexão eleitoral como variáveis fundamentais nessa equação. O resultado?

Se algo pode ser dito, é que nenhuma solução será definitiva. Mas essa não é uma conclusão pessimista. Em uma democracia, a incerteza dos resultados não é uma excrescência, mas um de seus elementos constitutivos. Parafraseando Pezerworsiki, amar a incerteza não é opção para quem pretende ser democrático.

REFERÊNCIAS

- AGRESTI, Alan. *Categorical data analysis*. New York: John Wiley & Sons, 1990. 558p.
- ALDRICH, John H.; NELSON, Forrest D. *Linear probability, logit, and probit models*. Newbury Park, California: Sage Publications, 1984. 95p.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. – Rio de Janeiro; Record, 2007.
- AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*: Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ANTONIAZZI, Alberto *et al.* *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ARMSTRONG, Karen. *Em Nome de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- ARNOLD, Douglas. *The Logic Of Congressional Action*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- AZEVEDO, Israel Belo de. *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista Brasileiro*. São Paulo: Ed. UNIMEP/ EXODUS, 1996.
- BASTIAN Jean-Pierre, *La mutación religiosa de América latina: para una sociología del cambio social en la modernidad periférica*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1997
- BERGER, Peter Ludwig.. *O dossel sagrado*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1985.
- BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: Guanabara. v. 21, n.1, p. 9-24, maio 2000.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de Política*, Editora Universidade de Brasília, 5ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, Vol. 2.
- BOFF, Leonardo. *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*. In: CAVALCANTI, Alcilene; XAVIER, Dulce (Org.). São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006. p. 17-21.
- BURITY, Joanildo. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Teoria e Sociedade* (Revista dos departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da UFMG), Belo Horizonte, n. 8, p. 98-115, dez. 2001.
- BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores C. *Evangélicos, política e poder*. Recife: Fundação José Bonifácio, 2006.

CAMARGO, Cândido Procópio F. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis: Editora Vozes LTDA. 1973

CAMARGO, Cândido Procópio F. *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Sociais, 1971.

CAMINO, Cleonice et al. Moral, direitos humanos e participação social. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 9, n. 1, Apr. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Sept. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000100004>.

CARRANZA DÁVILA, Brenda Maribel. *Movimentos do Catolicismo brasileiro: cultura, mídia, instituição*. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP. Campinas, 2005 576 p.

CARRANZA, Brenda. *Renovação carismática católica. Origens, mudanças e tendências*, Aparecida, Santuário, 2000.

CARVALHO, Nelson Rojas de. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. v.1.

CASTAÑEDA, J. *Utopia desarmada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

CASTRO, Mônica Mata Machado; NUNES, Felipe; ANASTASIA, Fátima. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 961-1001, 2009.

CAVALCANTI, H. B. O projeto missionário protestante no Brasil do século 19: comparando a experiência Presbiteriana e Batista. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, n. 4, p. 61-93, 2001. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_cavalc.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2002.

CERVEIRA, Sandro Amadeu. *Evangélicos e política no Brasil: influências na formação democrática*. 2003. 122 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CERVEIRA, Sandro Amadeu. *Protestantismo Tupiniquim, Modernidade e Democracia: limites e tensões da(s) identidade(s) evangélica(s) no Brasil contemporâneo*. *Revista de Estudos da Religião* março / 2008 / pp. 27-53 ISSN 1677-1222

CONRADO, Flávio César dos Santos. (2000), *Cidadãos do Reino de Deus: um estudo da Folha Universal nas eleições de 1998*. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. São Paulo/Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.

DOWNS, Antony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row, 1957.

DREHER, Martin N. (Org.). *500 anos de Brasil e Igreja América Meridional*. Porto Alegre: CEHILA / EST edições, 2002.

DREHER, Martin N. *A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial*, São Leopoldo – Sinodal, 1999.

DURKHEIM, E. *Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: HUCITEC, 1983. (Os Pensadores, 33).

ELWELL, Walter A. et al. *Enciclopédia Histórico-teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1988/1990. 3 v.

FENO, Richard. *Congressmen in committees*. Boston: Little Brown, 1973

FERNANDES, Evandro Marcelo Alves. *Protestantes e política no Brasil: o perfil da atuação protestante na câmara dos deputados na década de 90*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FERNANDES, L. Muito barulho por nada? *Dados*, v. 38, n. 1, p. 107-143, 1995.

FERNANDES, R.C. *Os vários sistemas religiosos em face do impacto da modernidade*. In: BINGEMER, M.C.L. (Org.) *O impacto da modernidade sobre a religião*. São Paulo, Loyola, 1992, 253-298.

FERNANDES, Rubem César. (Org.). *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FERNANDES, S. R. A. 2001 "Diferentes olhares, diferentes pertencas: Teologia da Libertação e MRCC", *REVER, Revista de Estudos da Religião*, PUC São Paulo, nº. 3,2001, pp. 76-92.

Fernando G. P. (1995a), "Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, nº 29, pp. 175-200.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do legislativo e consolidação institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 10, nº 29, p. 175-200, outubro1995.

FLEISCHER, David . “Os partidos políticos”. In: CINTRA, Antônio Octávio e AVELAR, Lúcia (Org.) – *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FONSECA, Alexandre Brasil. (1998), “A maior bancada evangélica”. *Tempo e Presença*, 302: 20-23, nov.-dez., São Paulo, Cedi.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Evangélicos e mídia no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia- PPGSA, - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FONSECA, Alexandre Brasil. Nova Era evangélica, confissão positiva e o crescimento dos sem-religião. *Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v.3, n. 2, p. 63-90, 2000.

FREIRE, André. *Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*. Imprensa de Ciências Sociais, 2006

FRESTON, Paul. (2000), “The political evolution of Brazilian Pentecostalism, 1986-2000”, in André Corten e Andre Mary (orgs.), *Imaginaires politiques et pentecôtisme: Afrique et Amérique*, Paris, Karthala, pp 287-306.

FRESTON, Paul. *Dilemas políticos do protestantismo latino-americano*. Trabalho apresentado na VIII Jornadas sobre alternativas religiosas na América Latina,8, São Paulo, set. de 1998. Disponível em:<http://www.fflch.usp.br/sociologia/posgraduacao/jornadas/papers/>

FRESTON, Paul. *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. 1993. 304 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 47-62, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 out. 2010.

GREEN, James. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In *Cadernos AEL. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas*. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.200

HARRISON, Beverly Wildung. *Nuestro derecho a decidir: hacia una nueva ética del aborto*. México: Católicas por el Derecho a Decidir, 2006.

JACOB, César Romero *et al.* *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. (Coleção Ciências Sociais; v.7).

KECK, M. E. PT, *A Lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KISSLING, Frances. *El Vaticano y las políticas de salud reproductiva*. London: Catholics for a Free Choice, 2001.

Lei Federal nº 11.105, de 24 de março de 2005 **LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005**. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5o, 6o, 7o, 8o, 9o, 10 e 16 da Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2009 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872009000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Aug. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872009000200009>.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 88, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Sept. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000300002>. Limongi e Cortez – ver no scielo o último número de 2010 da *Novos Estudos CEBRAP*.]

LOREA, Roberto Arriada. Acesso ao aborto e liberdades laicas. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, Dec. **2006** . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Aug. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832006000200008>.

LOREA, Roberto. *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editores, 2008.

LUCKMANN, Thomas. *La religion invisible*. Paris: Centurion, 1972

MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.) . *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006a. v. 1.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa e seus efeitos na esfera familiar*. Campinas: Autores Associados/ ANPOCS, 1996. 230 p.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006b. v.1.180 p.

MAIA, Eduardo. Os evangélicos e a política. *Em Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 1-22, 2006.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova*, n23/24, p. 21-73, 1993.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916/1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAINWARING, Scott. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. *Comparative Politics*, New York p. 21-43, oct. 1991.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 64, June 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 02 June 2011. doi: 10.1590/S0102-69092007000200008.

MARIANO, Ricardo, "A reação dos evangélicos ao novo Código Civil". *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 6 (2). <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/57/57> (acesso em 10.05.11), 2006.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais. *Civitas- Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111- 125, jun. 2003.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*.

MARIANO, Ricardo. Os pentecostais e a teologia da prosperidade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 44, p. 24-44, março 1996.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 34, p. 92-106, nov. 1992.

MARIZ, Cecília L. "A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da Igreja?" **Civitas Revista de Ciências Sociais** 3(1): 169-186 (PUC-RS, Porto Alegre) 2003

MARIZ, Cecília MARI (2003) "A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da Igreja?" *Civitas Revista de Ciências Sociais* 3(1): 169-186 (PUC-RS, Porto Alegre)

MARIZ, Cecília. (2006), "Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade". In F. Teixeira e R. Menezes (orgs.), *As religiões no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

MAROCO, João; GARCIA-MARQUES, Teresa (2006) - Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*. Vol. 4, nº 1, p. 65-90.

MARRAMAO, Giacomo, *Céu e terra: genealogia da secularização*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

MARTINS, Paulo Cezar Borges. *Línguas de fogo sobre o Congresso: os pentecostais na Constituinte*. 1994. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*, São Paulo, Boitempo; 2010

MAYHEW, David. *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press, 1974.

MELANDER, Veronica *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 2, n. 2, p. 87-118, set. 2000

MELO, C. R. & NUNES, Felipe . " *Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula*", in Rennó e Inácio (eds.), *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2009.

MELO, C. R. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MELO, Carlos Ranulfo "Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil" in *Revista Brasileira de Ciência Política*, Dossiê "Partidos políticos" nº 4 - Brasília, julho/dezembro de 2010.

MELO, Carlos Ranulfo e SAEZ, Manuel Alcântara. *A Democracia Brasileira. Balanço e Perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MELO, Carlos Ranulfo. "Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro", in: Melo e Alcântara, *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Ed. UFMG. 2007

MELO, Carlos Ranulfo. *Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 26, n. 75, Fev. 2011

MENDONÇA, Antônio Gouveia. *Protestantes, pentecostais e ecumênicos*. São Bernardo do Campo: Ed. UMESP, 1997.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. *O celeste porvir*. São Paulo: ASTE, IMS (UMESP), 1995.

- MENDONÇA, Antônio Gouveia; VELASQUES, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.
- MENEGUELLO, R. PT: *A formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Biblioteca do Espírito Moderno, v. 7).
- MIRANDA, Júlia. Carisma, sociedade e política. (1999), *Novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- MONTEIRO, Paula. Cultura e Democracia no processo de globalização. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.44, p. 23-33 1996.
- MONTEIRO, Paula. Globalização , identidade e diferença. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.49, p. 47-64, 1998.
- MORGENSTERN, Scott; NACIF, Benito. *Legislative Politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- NICOLAU, Jairo , Disciplina Partidária e Base parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). *Dados*, n 4, vol. 43. 2000
- NIEBUHR, H. Richard. *As origens sociais das denominações cristãs*. São Paulo: Aste, 1992.
- NIEBUHR, H. Richard. *Christ and culture*. New York: Harper torchbooks,1975.
- OLIVEIRA, Pedro R. de et alii. *Renovação carismática católica: uma análise sociológica, interpretações teológicas*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- ORO, Ari P. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53 – 69, out. 2003.
- ORO, Ari Pedro. Considerações sobre a liberdade religiosa no Brasil. *Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto Alegre*. Porto Alegre, v. 37, 2005. Disponível em: <<http://www1.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista37/cap20.pdf>>.
- PACE, Enzo. “Religião e globalização. Políticas de redención y redención de la política”. (2006), *Ciencias Sociales y Religion / Ciências Sociais e Religião*, 8: 31-40.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido*. Alianza Editorial. 1982
- PARKER, Cristian. *Outra lógica na América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

PEREIRA e MULLER. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, 2003, pp. 735 a 771. 2003

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. “*Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em Sociologia da Religião*”, in: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 49, p.99 – 117, nov., 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. *As Bases da Nova Direita. Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Bye bye, Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p 17-28, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. . *Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte*. In: ANPOCS. (Org.). *Ciências Sociais hoje*, 1989. São Paulo: Vértice, 1989, v. , p. 104-132.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 89, Mar. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Sept. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100001>.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização segundo Max Weber. In: SOUZA, Jessé. (Org.) *A atualidade de Max Weber*. 1. ed. Brasília, Unb, 2000. cap. 3,p. 105-162.

PORTELLA, Rodrigo. Religião, Sensibilidades Religiosas e Pós-Modernidade: da ciranda entre religião e secularização. *Revista de Estudos da Religião* Nº 2, 2006 , pp. 71-87 ISSN 1677-1222

PRANDI, Reginaldo. Perto da magia, longe da política: derivações do encantamento no mundo desencantado. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 34, p. 81-91, nov. 1992.

PRANDI, Reginaldo. Religião paga, conversão e serviço. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, p. 65-77, jul. 1996.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo, Edusp, 1998.

PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo. (1996), “A carismática despolitização da Igreja Católica”, in R. Prandi e A. F. Pierucci, *A realidade social das religiões no Brasil*, São Paulo, HUCITEC.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. “Renovação Carismática Católica e Espaço Público – Aportes Teóricos. *CSOline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Ano 2, Volume 5 Dezembro de 2006. disponível em

<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/406/379>
acesso em 18 de Agosto de 2011.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 122 de 2006 .(nº 5.003/2001 na Câmara dos Deputados) Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=45607&tp=1>

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 23, n. 2, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200011&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982006000200011>.

RODRIGUES, Denise dos Santos. Religiosos Sem Igreja: Um Mergulho na Categoria Censitária dos Sem Religião. *Revista de Estudos da Religião* dezembro / 2007 / pp. 31-56, 2007 ISSN 1677-1222 Disponível em : http://www.pucsp.br/rever/rv4_2007/t_rodrigues.htm Acesso 24.10.2009

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp, 2002.

ROLIM, Francisco Cartaxo. Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROSADO-NUNES, Maria José. Aborto, maternidade e a dignidade da vida das mulheres. In: CAVALCANTI, Alcilene; XAVIER, Dulce (Org.). *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006. p. 23-39.

SANCHIS, Pierre (Org.). *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. São Paulo: Loyola, 1992.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 693-735, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000400001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov.2006.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 2, Aug. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200023&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Sept. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200023>.

SHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

SOUZA, Etiane Caloy Vovkalovski de; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Aos pentecostais: entre a fé e a política. *Revista Brasileira de História*, São Paulo v.22, n. 43, p. 85-105, 2002.

SOUZA, Jessé. *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *As várias faces da Igreja Católica*. *Estud. av.*, São Paulo, v. 18, n. 52, Dec. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Aug. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000300007>.

TAMAYO, Alvaro. *Influência do sexo e da idade sobre o sistema de valores / Sex and age influence on the values system* *Arq. bras. psicol*;40(3):91-104, jul.-set. 1988. ilus.

TROELTSCH, Ernst. *The Social Teaching of the Christian Church*. London: George Allen & Unwin Ltd. / New York: The Macmillan Company, 1956.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *O político e o cientista*. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 1973

WEBER, Max. *Psicologia social das religiões mundiais*. In: GERTH, Hans; MILLS, Charles Wright (Org.). *Ensaio de sociologia*, 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

WEFFORT, F. *Porque democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1985.

ANEXO 01
QUESTIONÁRIO DA PESQUISA
TRAJETÓRIAS, PERFIS E PADRÕES DE INTERAÇÃO DE LEGISLADORES
ESTADUAIS EM DOZE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

U F M G
CENTRO DE ESTUDOS
LEGISLATIVOS

PESQUISA

TRAJETÓRIAS, PERFIS E PADRÕES DE
INTERAÇÃO DE LEGISLADORES ESTADUAIS
EM DOZE UNIDADES DA FEDERAÇÃO
2007

QUESTIONÁRIO

SUPERVISOR(A): _____

Nº. DO ENTREVISTADOR(A): _____

DATA DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: __ / __ / __

Nº DO QUESTIONÁRIO: _____

INÍCIO DA ENTREVISTA:

Bom Dia/Boa Tarde! Meu nome é....., e sou pesquisador(a) do Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Estamos realizando entrevistas nas Assembléias Legislativas, para conhecer a opinião dos deputados estaduais sobre diversos temas relacionados às suas atividades políticas e legislativas. Para que isso seja possível, solicitamos a sua colaboração e desde já agradecemos pela atenção. Garantimos ao(à) Sr(a) anonimato total quanto às respostas dadas.

ATENÇÃO ENTREVISTADOR: *USO DO CADERNO DE RESPOSTA*

Durante a entrevista, nós usaremos este caderno com as alternativas de respostas para algumas das perguntas que eu farei. Eu lhe indicarei quando usá-lo.



PESQUISA: TRAJETÓRIAS, PERFIS E PADRÕES DE INTERAÇÃO DAS ELITES ESTADUAIS BRASILEIRAS

Outubro 2007



HORA EXATA DE INÍCIO: ____ horas ____ minutos

[1] N° do questionário	[2] Entrevistador	[3] Estado:	[4] Partido:
------------------------	-------------------	-------------	--------------

[5] Vamos iniciar com algumas perguntas sobre a democracia. Vou lhe mostrar uma lista de possíveis vantagens de um regime democrático. Na opinião do(a) Sr.(a), qual é a principal vantagem de um regime democrático? E em 2º lugar? (MOSTRAR CARTÃO 1)

	1º lugar	2º lugar
A. O crescimento econômico	1	1
B. A proteção dos direitos e liberdades individuais	2	2
C. A possibilidade de eleger as autoridades do governo	3	3
D. A maior igualdade de oportunidades	4	4
E. O respeito aos direitos das minorias	5	5
F. A possibilidade de participar diretamente das decisões políticas	6	6
G. Uma melhor distribuição da renda	7	7
H. A resolução de conflitos de maneira pacífica	8	8
I. A possibilidade de participar da política através de partidos políticos	9	9
J. (NÃO LER) Outra vantagem. Qual? _____	10	10
NS	88	88
NR	99	99

[6] Das características a seguir, qual é, na opinião do(a) Sr.(a), a mais importante para a consolidação da democracia no Brasil? E em segundo lugar? (MOSTRAR O CARTÃO 2)

	1º lugar	2º lugar
A. O controle civil das Forças Armadas	1	1
B. O consenso sobre a Constituição e as instituições básicas	2	2
C. A democratização do poder local	3	3
D. A moderação dos partidos radicais de esquerda e de direita	4	4
E. Os processos eleitorais limpos e livres	5	5
F. Um tribunal constitucional independente que controle a constitucionalidade das leis	6	6
G. Os acordos econômicos entre governo, sindicatos e empresários	7	7
H. Os valores democráticos da cidadania	8	8
NS	88	88
NR	99	99

[7] Há pessoas que dizem que sem partidos não pode existir democracia. Em que medida o(a) Sr.(a) concorda com essa afirmação? Concorde muito, concorda mais ou menos, concorda pouco ou discorda?

4.	3.	2.	1.	8.	9.
Concorde muito	Concorde mais ou menos	Concorde Pouco	Discorda	NS	NR

[8] Vamos falar, agora, sobre o grau de confiança do(a) Sr.(a), nas pessoas, grupos e instituições. Gostaria de saber quanta confiança o(a) Sr.(a) deposita nas atuações na vida pública das pessoas, grupos e instituições a seguir: confia muito, confia mais ou menos, confia pouco ou não confia? (MOSTRAR CARTÃO 3)

	Confia muito	Confia mais ou menos	Confia pouco	Não confia	NS	NR
A. No Poder Judiciário	4	3	2	1	8	9
B. Nos partidos políticos	4	3	2	1	8	9
C. Nas entidades empresariais	4	3	2	1	8	9
D. Nos sindicatos	4	3	2	1	8	9
E. Nas Forças Armadas	4	3	2	1	8	9
F. Na Igreja Católica	4	3	2	1	8	9
G. No Congresso Nacional	4	3	2	1	8	9
H. No Presidente da República	4	3	2	1	8	9
I. Nos funcionários públicos	4	3	2	1	8	9
J. Nos meios de comunicação	4	3	2	1	8	9
K. Na Polícia Civil	4	3	2	1	8	9
L. Na Polícia Militar	4	3	2	1	8	9
M. No Tribunal Superior Eleitoral	4	3	2	1	8	9

[9] O(a) Sr.(a) poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado? Utilize a seguinte escala, onde 1 indica "máxima liberdade para o mercado" e 5 "máxima presença do Estado na economia". (MOSTRAR O CARTÃO 4)

Mercado	Estado	NS	NR
1	2	3	4
5	8	9	

[10] Agora vou listar uma série de problemas comuns a muitos estados. O(a) Sr.(a) poderia me dizer se o problema é nada, pouco, bastante ou muito grave em seu estado? (MOSTRAR CARTÃO 5)

	Nada	Pouco	Bastante	Muito	NS	NR
A. Desemprego	1	2	3	4	8	9
B. Baixo índice de crescimento econômico	1	2	3	4	8	9
C. Violência doméstica	1	2	3	4	8	9
D. Falta de moradia	1	2	3	4	8	9
E. Atendimento deficiente à saúde	1	2	3	4	8	9
F. Conflitos de terra	1	2	3	4	8	9
G. Má qualidade da educação	1	2	3	4	8	9
H. Falta de segurança pública	1	2	3	4	8	9
I. Rede viária (rodovias, ferrovias, etc.) precária	1	2	3	4	8	9
J. Saneamento básico deficiente	1	2	3	4	8	9

[11] Vou lhe mostrar uma série de itens do gasto público do estado. Gostaria de saber a qual dos itens listados no cartão (a) Sr. (a) acha que deveria ser atribuído orçamento maior? E em segundo lugar? (MOSTRAR CARTÃO 6)

	1º lugar	2º lugar
A. Desenvolvimento Econômico	1	1
B. Saúde	2	2
C. Agro-pecuária	3	3
D. Educação	4	4
E. Geração de emprego	5	5
F. Assistência social	6	6
G. Turismo	8	8
H. Meio ambiente	9	9
I. Segurança Pública	10	10
J. Moradia	11	11
K. Saneamento Básico	12	12
L. Rede Viária	13	13
M. Reforma agrária	14	14
N. (NÃO LER) Outro item. Qual? _____	15	15
NS	88	88
NR	99	99

[12] Na opinião do(a) Sr(a), qual é a principal razão para explicar as diferenças de desenvolvimento e riqueza que existem entre os estados brasileiros? E em segundo lugar? (MOSTRAR CARTÃO 7)

	1º lugar	2º lugar
A. A escassez de recursos naturais	1	1
B. O Perfil das elites políticas regionais	2	2
C. As diferenças históricas	3	3
D. A falta de investimentos em educação	4	4
E. A guerra fiscal entre os estados	5	5
F. (NÃO LER) Outra razão. Qual? _____	6	6
NS	8	8
NR	9	9

[13] Em que medida o(a) Sr.(a) concorda com a afirmação de que os eleitores, em geral, no Brasil, IDENTIFICAM-SE com os partidos políticos? O(a) Sr.(a) concorda muito, concorda mais ou menos, concorda pouco ou discorda? E os eleitores, em geral, no seu estado?

	Concorda muito	Concorda mais ou menos	Concorda Pouco	Discorda	NS	NR
A. No Brasil	4	3	2	1	8	9
B. E os eleitores, em geral, no seu estado?	4	3	2	1	8	9

PASSAR PARA A PERGUNTA 15

[14] (APENAS PARA OS QUE RESPONDERAM "CONCORDA POUCO" OU "DISCORDA" NA QUESTÃO 13). Das alternativas que listarei a seguir, qual o(a) Sr.(a) acredita ser a principal causa dos eleitores, no Brasil, não se identificarem com os partidos? E no seu estado? (MOSTRAR CARTÃO 8)

	No Brasil	No seu estado
A. A corrupção envolvendo os partidos	1	1
B. A flexibilidade dos partidos para fazerem alianças eleitorais ou legislativas	2	2
C. A existência de outros interesses a serem atendidos, como os dos financiadores de campanha	3	3
D. A troca de partidos durante o exercício do mandato	4	4
E. O sistema de listas abertas	5	5
F. O grande número de partidos	6	6
G. A heterogeneidade interna dos partidos	7	7
H. A falta de programas partidários claros	8	8
I. (NÃO LER) Outra causa. Qual? _____	9	9
NSA.	77	77
NS.	88	88
NR.	99	99

[15] Qual o(a) Sr.(a) acredita ser o sistema de representação política mais adequado à escolha dos deputados e vereadores, no Brasil?

1. Sistema proporcional
2. Sistema misto
3. Sistema majoritário (Distrital PURO)
8. NS 9. NR

[15p] 1. SE 2. SAR

[16] Quanto à lista de candidatos para deputados e vereadores, qual o(a) Sr.(a) acredita ser o tipo mais adequado para as eleições no Brasil?

1. Voto em lista aberta, como é hoje;
2. Voto em lista fechada, organizada pelos partidos;
3. Outro tipo de lista. Qual? _____

8. NS 9. NR

[16p] 1. SE 2. SAR

[17] Recentemente, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a adoção da cláusula de barreira de 5% dos votos nacionais como condição para o funcionamento parlamentar dos partidos. O(a) Sr(a) é:

1. Favorável à cláusula tal como estava prevista na lei;
2. Contra qualquer cláusula de barreira;
3. Favorável à instituição de outra cláusula: _____
8. NS 9. NR

[18] Qual?

7. NSA 8. NS 9. NR

[17p] 1. SE 2. SAR

[19] No que se refere às coligações nas eleições proporcionais, o(a) Sr. (a) é da opinião de que elas devem ser:

1. Permitidas, como são hoje.
2. Permitidas, mas sem transferência de votos entre os partidos.
3. Proibidas
8. NS 9. NR

[19p] 1. SE 2. SAR

[20] Com qual das alternativas a seguir o(a) Sr.(a) concorda mais? Os recursos do Fundo Partidário

1. Devem ser igualmente distribuídos entre todos os partidos, independentemente do número de deputados federais eleitos.
2. Devem ser distribuídos aos partidos na proporção dos deputados federais eleitos; **OU**
3. Deve ser mantida a proporção atual de 5% distribuídos igualmente e 95% proporcionalmente.
4. (NÃO LER) Sou contra o fundo partidário
8. NS 9. NR

[21] Com qual das alternativas a seguir o(a) Sr.(a) concorda mais? O horário de propaganda eleitoral gratuita

1. deve ser igualmente distribuído entre todos os partidos, independentemente do número de deputados eleitos.
2. deve ser distribuído aos partidos na proporção dos deputados eleitos; **OU**
3. Deve ser mantida a proporção atual de 1/3 (um terço) do horário distribuído igualmente e 2/3 (dois terços) proporcionalmente.
4. (NÃO LER) Sou contra o HEG
8. NS 9. NR

[22] Vamos falar agora sobre o voto secreto nas decisões legislativas. O(a) Sr(a) é a favor ou contra a afirmação de que deve existir voto secreto nas seguintes decisões legislativas? (MOSTRAR CARTÃO 9)

	A favor	Contra	NS	NR
A. Para a apreciação do veto do governador	1	2	8	9
B. Para decisões relativas à perda de direitos do parlamentar (cassação de mandato e autorização para prisão ou instalação de processo contra deputado).	1	2	8	9
C. Para eleição da Mesa Diretora	1	2	8	9
D. Para escolha ou exoneração de autoridades (Procurador-Geral de Justiça, Conselheiros do Tribunal de Contas, presidentes de autarquias, etc.)	1	2	8	9
E. (NÃO LER) Outra decisão. Qual?	1	2	8	9

[23] No que se refere ao financiamento das campanhas eleitorais, o(a) Sr.(a) considera que, para assegurar um processo eleitoral democrático, é necessário:

1. Manter o sistema de financiamento misto (público e privado), sem restrições;
2. Manter o sistema misto (público e privado), mas com um teto para os gastos;
3. Instituir o financiamento público exclusivo; **OU**
4. Instituir o financiamento privado exclusivo;
8. NS 9. NR

[24] O(a) Sr(a) poderia me dizer qual foi O PRINCIPAL critério utilizado por seu partido para divulgar os candidatos a Deputado ESTADUAL por meio do programa eleitoral gratuito, na última eleição? [MOSTRAR CARTÃO 10]

1. Divisão igual do tempo entre todos os candidatos;
2. Concessão de mais tempo para candidatos com maiores chances eleitorais;
3. Concessão de mais tempo para candidatos com mais tempo de filiação no partido;
4. Apenas quem contribuiu com os custos da campanha pôde aparecer nos programas do partido;
5. O partido divulgou apenas a legenda, não destacando nenhum candidato específico;
6. (NÃO LER) Outro? Qual critério? _____

8. NS 9. NR

[25] Para sua última campanha eleitoral, qual foi A PRINCIPAL fonte de financiamento?

1. Recursos do partido ou coligação;
2. Recursos próprios;
3. Doações de pessoas físicas;
4. Doações de pessoas jurídicas.
8. NS 9. NR

[26] Além dos recursos financeiros utilizados nas campanhas eleitorais, o apoio de pessoas, grupos ou organizações são fatores que também influenciam o resultado das urnas. Na opinião do(a) Sr.(a), qual dos seguintes fatores foi o mais importante para a sua vitória na última eleição? E em segundo lugar? (MOSTRAR CARTÃO 11)

	1º lugar	2º lugar
A. O apoio do partido	1	1
B. As dobradinhas realizadas com os candidatos a deputado federal	2	2
C. O apoio de prefeitos de sua região	3	3
D. O apoio de vereadores de sua região	4	4
E. O apoio de líderes empresariais	5	5
F. O apoio da Igreja	6	6
G. O apoio de líderes comunitários ou sindicais	7	7
H. (NÃO LER) Outro. Qual? _____	8	8
I. (NÃO LER) Não teve apoio de pessoas ou grupos	9	9
NS.	88	88
NR.	99	99

[27] Na última eleição, o(a) Sr.(a) fez dobradinha com candidatos a deputado federal?

1. Sim
2. Não (PASSAR P/ A PERG 30)
8. NS.
9. NR

[28] (PARA QUEM RESPONDEU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR.) Qual o PRINCIPAL critério que o(a) Sr.(a) adotou para escolher os candidatos para a dobradinha?

R.: _____

77. NSA 88. NS 99. NR

[29] O(a) Sr(a) poderia me dizer a quais partidos pertenciam esses candidatos com os quais o Sr. (a) fez dobradinha?

R.: _____

77. NSA 88. NS 99. NR

[30] Na última eleição, qual foi o fator MAIS importante para conseguir apoio político-eleitoral de prefeitos e vereadores para sua candidatura? E em segundo lugar? (MOSTRAR CARTÃO 12)

	1º lugar	2º lugar
A. Suas relações pessoais ou familiares com prefeitos e/ou vereadores	1	1
B. Suas relações partidárias	2	2
C. A intermediação de lideranças locais	3	3
D. A ocupação prévia do cargo de prefeito em um município importante	4	4
E. A realização de obras na região, em outras ocasiões.	5	5
F. O seu apoio à campanha deles, quando eles foram candidatos.	6	6
G. (NÃO LER) Outro. Qual? _____	7	7
H. (NÃO LER) Não teve apoio político eleitoral de prefeitos e vereadores	8	8
NS.	88	88
NR.	99	99

[31] Pensando em sua atividade parlamentar, qual é a função, dentre as enumeradas a seguir, a que o(a) Sr.(a) dá mais importância? (MOSTRAR CARTÃO 13). E em segundo lugar?

	1º lugar	2º lugar
A. Elaborar Leis	1	1
B. Resolver os problemas do seu estado	2	2
C. Controlar a atuação do governo do seu estado	3	3
D. Defender os interesses de seu partido	4	4
E. Propor emendas ao orçamento estadual que beneficiem a sua região	5	5
NS.	8	8
NR.	9	9

[32] Nesta legislatura, o(a) Sr.(a) acredita representar PRIORITARIAMENTE os INTERESSES: (MOSTRAR CARTÃO 14)

- Do governo de seu Estado;
- Da oposição ao governo de seu Estado;
- Dos eleitores de seu partido;
- Dos eleitores de sua região;
- De determinado segmento (social, religioso, econômico) de cidadãos de seu estado.
- (NÃO LER) De toda a população de seu estado;
- (NÃO LER) Outro. Qual? _____

8. NS 9. NR

[33] Quando se fala de política, são utilizadas normalmente as expressões “esquerda” e “direita”. Numa escala onde 1 indica “esquerda” e 10 “direita”, em que lugar o(a) Sr.(a) posicionaria os seguintes partidos? (MOSTRAR CARTÃO 15) (NÃO PERGUNTAR SOBRE O PARTIDO DO ENTREVISTADO)

	Esquerda					Direita					NSA	NS	NR
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10			
A. PP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99
B. PDT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99
C. PT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99
D. PTB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99
E. PMDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99
F. DEM (EX-PFL)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99
G. PSB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99
H. PSDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99
I. PR (PL+PRONA)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99

[34] Agora, levando em conta as suas idéias políticas, onde o(a) Sr.(a) se posicionaria na escala onde 1 indica a “esquerda” e 10, a “direita”. (MOSTRAR CARTÃO 15)

Esquerda					Direita					NS	NR
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99

[35] E, nesta mesma escala, onde o(a) Sr.(a) situaria seu próprio partido? (MOSTRAR CARTÃO 15)

Esquerda					Direita					NSA	NS	NR
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	77	88	99

[36]. Cite, por favor, as três Comissões Permanentes da Casa de que o(a) Sr(a) gostaria mais de participar, POR ORDEM DE PREFERÊNCIA.

A. _____ 8.NS 9.NR

B. _____ 8.NS 9.NR

C. _____ 8.NS 9.NR

[37] Porque o(a) Sr(a) gostaria de participar da Comissão (COMISSÃO A)?

- Devido à importância dessa comissão para os trabalhos legislativos;
 - Devido à formação/especialização do(a) Sr(a) na área temática da comissão;
 - Devido ao interesse de seus eleitores pelo tema tratado na comissão;
7. NSA 8. NS 9. NR

[38] Qual instância decisória – Mesa Diretora, Comissões Permanentes ou Plenário – é, de fato, a MAIS IMPORTANTE nesta Assembléia Legislativa?

- Mesa Diretora;
 - Comissões Permanentes;
 - Plenário;
8. NS 9. NR

[39] Poderia me explicar POR QUE o(a) Sr(a) considera essa instância, de fato, a mais importante?

R.: _____

77. NSA 88. NS 99. NR

[40] E, na opinião do(a) Sr(a), qual delas – Mesa Diretora, Comissões Permanentes ou Plenário – DEVERIA SER a mais importante?

1. Mesa Diretora;
2. Comissões Permanentes;
3. Plenário.
8. NS
9. NR

[41] Poderia me explicar POR QUE o(a) Sr(a) acha que essa instância DEVERIA SER a mais importante?

R.:

77. NSA 88. NS 99. NR

[42] Na opinião do(a) Sr(a), as leis aprovadas por esta Casa refletem mais as discussões e os debates ocorridos no âmbito das comissões e do Plenário OU a orientação das lideranças partidárias?

1. Discussões e debates ocorridos no âmbito das comissões e do plenário;
2. Orientação das lideranças partidárias.
8. NS
9. NR

[43] Poderia me explicar POR QUÊ?

R.:

77. NSA 88. NS 99. NR

[44] No que se refere à posição dos parlamentares, relativa às matérias em apreciação NO PLENÁRIO, com qual das afirmações o senhor CONCORDA MAIS:

1. Em geral, os parlamentares já possuem uma posição em relação à matéria apreciada e raramente a mudam devido ao processo de discussão; OU
2. É comum os parlamentares mudarem de posição devido à discussão e à apresentação de novas informações.
8. NS 9. NR

[45] E quanto à posição dos parlamentares, relativa às matérias em apreciação NAS COMISSÕES, com qual das afirmações o senhor concorda mais:

1. Em geral, os parlamentares já possuem uma posição em relação à matéria apreciada e raramente a mudam devido ao processo de discussão; OU
2. É comum os parlamentares mudarem de posição devido à discussão e à apresentação de novas informações.
8. NS 9. NR

[46] Quais foram, nesta Legislatura, os procedimentos mais utilizados para fazer obstrução parlamentar?

7. (NÃO LER) Não se faz obstrução parlamentar nesta Casa

8. NS

9. NR

[46p] 1.SE

[47] Com que frequência o(a) Sr(a), tem realizado as seguintes atividades nesta Legislatura: muitas vezes, algumas vezes, poucas vezes ou nunca? (MOSTRAR CARTÃO 16)

	Muitas Vezez	Alguas Vezez	Poucas Vezez	Nunca	NS	NR
A. Apresentar um projeto de lei;	4	3	2	1	8	9
B. Apresentar emendas a um projeto de lei de outros autores;	4	3	2	1	8	9
C. Fazer uso da palavra na Casa Legislativa;	4	3	2	1	8	9
D. Atender ou encaminhar pleitos de seus eleitores;	4	3	2	1	8	9
E. Tratar, junto à burocracia, das demandas de prefeitos da sua região;	4	3	2	1	8	9

[48] Agora, o(a) Sr(a) poderia, por favor, avaliar a eficácia dos seguintes instrumentos do Poder Legislativo para o controle do Executivo estadual, sendo 1 totalmente ineficaz e 10 totalmente eficaz: (MOSTRAR CARTÃO 17)

	Totalmente ineficaz					Totalmente eficaz					NS	NR
A. Convocação de autoridade;	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
B. Requerimento de informação;	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
C. CPI;	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
D. Tribunal de Contas.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99

[49] Na opinião do(a) Sr(a), nesta legislatura, as interações entre as Frentes Parlamentares e os partidos políticos desta Assembléia têm sido:

1. Predominantemente competitivas; OU
2. Predominantemente cooperativas;
3. (NÃO LER) Depende da matéria em discussão;
4. (NÃO LER) Não há Frentes Parlamentares nesta Casa.
8. NS 9. NR

[50] Na opinião do(a) Sr.(a), quem define, DE FATO, a agenda legislativa desta Casa?

1. O governador
2. O líder do governo
3. O presidente da Casa
4. O Colégio de Líderes
5. Os deputados, em geral
8. NS 9. NR

[51] Escolha, dentre os critérios listados no cartão, qual foi O MAIS IMPORTANTE para a distribuição dos cargos da MESA DIRETORA nesta legislatura. E em segundo lugar? (MOSTRAR CARTÃO 18).

	Em Primeiro Lugar	Em Segundo Lugar
A. A indicação das lideranças partidárias estaduais	1	1
B. A indicação da liderança do governo;	2	2
C. A proporcionalidade de cadeiras obtidas pelos partidos nas eleições;	3	3
D. O acordo entre as lideranças das bancadas eleitas.	4	4
NS	8	8
NR	9	9

[52] Escolha, dentre os critérios listados no cartão, qual foi O MAIS IMPORTANTE para a distribuição das Presidências das Comissões Permanentes nessa legislatura. E em segundo lugar? (MOSTRAR CARTÃO 18).

	Em Primeiro Lugar	Em Segundo Lugar
A. A indicação das lideranças partidárias estaduais	1	1
B. A indicação da liderança do governo:	2	2
C. A proporcionalidade de cadeiras obtidas pelos partidos nas eleições:	3	3
D. O acordo entre as lideranças das bancadas eleitas.	4	4
E. NS	8	8
F. NR	9	9

[53] O(a) Sr(a) é, atualmente, líder de seu partido?

1. Sim
2. Não (PASSAR PARA A PERGUNTA 55)
9. NR

[54] O(a) Sr(a) informa a sua bancada sobre as decisões tomadas no Colégio de Líderes?

1. Sim; (PASSAR PARA A PERGUNTA 57); OU
2. Não informa (PASSAR PARA A PERGUNTA 57);
3. (NÃO LER) Não há Colégio de Líderes atuante nesta Casa.
7. NSA
9. NR

[55] A liderança do seu partido lhe informa sobre as decisões tomadas pelo Colégio de Líderes?

1. Sim; OU
2. Não informa (PASSAR PARA A PERGUNTA 57);
3. (NÃO LER) Não há Colégio de Líderes atuante nesta Casa.
8. NS
9. NR

[56] (PERGUNTAR APENAS PARA QUEM RESPONDEU SIM NA QUESTÃO ANTERIOR) Com que frequência a liderança informa o(a) Sr.(a) sobre essas decisões do Colégio de Líderes: sempre, às vezes ou raramente?

1. Sempre
2. Às vezes
3. Raramente
7. NSA
8. NS
9. NR

[57] Gostaria de conhecer a opinião do(a) Sr.(a) sobre as lideranças partidárias. O(a) Sr.(a) acredita que, no seu estado, as lideranças partidárias deveriam ter um maior poder sobre os deputados ou, ao contrário, deveriam ter um poder menor sobre os deputados?

1. Ter mais poder sobre os deputados
2. Ter menos poder sobre os deputados
3. (NÃO LER) Manter a situação atual
8. NS
9. NR

[58] Como o(a) Sr.(a) avalia o desempenho dos órgãos da Assembléia de seu Estado levando em conta as atribuições regimentais e constitucionais de cada um? Para o Sr. (a) o desempenho da ... é péssimo, ruim, regular, bom ou ótimo? E da ...? [MOSTRAR CARTÃO 19]

	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	NSA	NS	NR
A. Ouvidoria Parlamentar	1	2	3	4	5	7	8	9
B. Procuradoria	1	2	3	4	5	7	8	9
C. Diretoria Administrativa	1	2	3	4	5	7	8	9
D. Consultoria Legislativa (da CASA)	1	2	3	4	5	7	8	9

[59] O tema da disciplina partidária dos deputados suscita tradicionalmente opiniões muito diversas. Com qual das afirmações a seguir, o(a) Sr.(a) concorda mais?

1. Deveria se exigir sempre a disciplina de voto na bancada partidária (PASSAR PARA PERG. 61).
2. Deveria se permitir sempre que cada deputado dê seu voto de acordo com sua própria opinião (PASSAR PARA PERG. 61).
3. Alguns temas deveriam estar sujeitos à disciplina partidária e outros não.
8. N.S.
9. N.R

[60] (SE RESPONDEU 3 NA PERGUNTA ANTERIOR) Neste caso, que temas não deveriam estar sujeitos à disciplina partidária? (ENTREVISTADOR: ESPECIFICAR O MÁXIMO POSSÍVEL)

R: _____

7. NSA
8. NS
9. NR

[61] Quando há um conflito entre os interesses dos eleitores de sua região e as posições de seu partido político, como o(a) Sr.(a) costuma votar?

1. Sempre com o partido; OU
2. Sempre de acordo com os interesses dos eleitores de sua região;
3. (NÃO LER) Abstém-se na votação.
4. (NÃO LER) Não comparece à votação.
5. (NÃO LER) Depende dos temas.
6. (NÃO LER) Outra resposta. _____
7. NSA (NÃO LER - PORQUE NÃO HÁ CONFLITO)
8. NS
9. NR

[62] E quando há um conflito entre os interesses do governo do estado e as posições de seu partido político, como o(a) Sr.(a) costuma votar?

1. Sempre com o partido; OU
2. Sempre de acordo com os interesses do governo;
3. (NÃO LER) Abstém-se na votação;
4. (NÃO LER) Não comparece à votação;
5. (NÃO LER) Depende dos temas.
6. (NÃO LER) Outra resposta _____
7. NSA (NÃO LER - PORQUE NÃO HÁ CONFLITO)
8. NS
9. NR

[63] Quando um deputado, eleito por determinado partido político, decide se desvincular desse partido, o que o(a) Sr.(a) acha que o deputado deveria fazer?

1. Conservar sua cadeira e se integrar a outra bancada partidária;
2. Renunciar à sua cadeira para que outro membro do partido ocupe seu lugar.
8. NS
9. NR

[64] Como o(a) Sr.(a) sabe, as Assembléias Legislativas têm à disposição de seus membros uma série de recursos para o melhor desempenho das atividades parlamentares. No caso desta Assembléia, como o(a) Sr.(a) avalia o desempenho da Casa, considerando os itens a seguir, onde 1 significa "péssimo funcionamento" e 5, "ótimo funcionamento"? (MOSTRAR O CARTÃO 20)

	Péssimo		Otimo	NSA	NS	NR
A. Assessoria técnico-legislativa	1	2	3	4	5	7 8 9
B. Infra-estrutura e recursos materiais	1	2	3	4	5	7 8 9
C. Recursos humanos	1	2	3	4	5	7 8 9
D. Administração	1	2	3	4	5	7 8 9

[65] Quando o(a) Sr.(a) necessita de informações especializadas sobre temas específicos, para se posicionar sobre alguma matéria, qual é a PRINCIPAL FONTE à qual o(a) Sr.(a) recorre?

1. Assessoria da Assembléia
2. Assessoria do gabinete
3. Líder do seu partido
4. Outro(s) deputado(s)
5. Fontes externas à Assembléia
8. NS
9. NR

[66] Gostaria de saber com que frequência o(a) sr(a) utiliza os meios listados no cartão para informar os seus eleitores sobre sua atuação parlamentar: nunca, raramente, às vezes ou frequentemente? (MOSTRAR CARTÃO 21)

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	NS	NR
A. Os meios de comunicação da casa	1	2	3	4	8	9
B. Malas-diretas e/ou boletins impressos do mandato	1	2	3	4	8	9
C. Visitas às suas bases eleitorais	1	2	3	4	8	9
D. A mídia (TV, rádio, jornal)	1	2	3	4	8	9
E. Seu escritório, na sua cidade	1	2	3	4	8	9
F. Boletim eletrônico	1	2	3	4	8	9

[67] Qual é A PRINCIPAL forma utilizada pelos seus eleitores para apresentar ao Sr(a) algum pedido ou demanda?

1. Individualmente;
2. Através de associações de tipo diverso; OU
3. Através de lobistas;
4. (NÃO LER) Das várias formas
5. (NÃO LER) ELEITORES NÃO PROCURAM O DEPUTADO
8. NS
9. NR

[68] Até que ponto o(a) Sr.(a) leva em consideração a opinião de cada um dos seguintes grupos, pessoas ou instituições do seu Estado, quando toma decisões políticas? O(a) Sr. (a) considera muito, mais ou menos, pouco ou não considera a opinião deles? (MOSTRAR O CARTÃO 22)

	Muito	Mais ou menos	Pouco	Não considera	NS	NR
A. Os líderes de seu partido;	4	3	2	1	8	9
B. A opinião pública em geral;	4	3	2	1	8	9
C. Os membros de seu partido;	4	3	2	1	8	9
D. Os meios de comunicação;	4	3	2	1	8	9
E. Outros deputados de seu partido;	4	3	2	1	8	9
F. Os grupos de interesse;	4	3	2	1	8	9
G. Os eleitores que votam em seu partido;	4	3	2	1	8	9
H. O governo;	4	3	2	1	8	9
I. Os eleitores de sua região.	4	3	2	1	8	9

[69] Quando se fala de política, são utilizadas normalmente as expressões GOVERNO e OPOSIÇÃO. Levando em conta as suas idéias políticas, onde o(a) Sr.(a) se posiciona, nesta legislatura, na escala seguinte, sendo que 1 indica "máxima aproximação do Governo" e 10 "máxima aproximação da Oposição". (MOSTRAR O CARTÃO 23)

Governo	Independente				Oposição				NS	NR	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99

[70] Na opinião do(a) Sr(a), nesta legislatura, as interações entre governo e oposição(ões), têm sido:

1. Predominantemente competitivas; OU
2. Predominantemente cooperativas;
3. (NÃO LER) Depende da matéria em discussão
8. NS
9. NR

[71] Na opinião do(a) Sr(a), qual das seguintes iniciativas é a MAIS EFICIENTE para o Poder Executivo estadual conquistar o apoio dos legisladores para suas propostas?

1. Negociar com as lideranças partidárias em geral;
2. Negociar com as lideranças partidárias da situação; OU
3. Negociar diretamente com os legisladores.
4. (NÃO LER) Outra. Qual? _____
8. NS
9. NR

[72] E qual é, em sua opinião, o recurso mais importante que o Poder Executivo estadual utiliza para obter apoio legislativo?

1. Execução das emendas orçamentárias dos legisladores;
2. Distribuição de cargos aos partidos; OU
3. Distribuição de cargos aos legisladores.
4. (NÃO LER) Outra. Qual? _____
8. NS
9. NR

[73] ORDENE, por favor, os fatores listados no cartão, de 1 a 5, de acordo com a sua importância para um candidato se reeleger deputado estadual, sendo 1 o MAIS IMPORTANTE e 5 o MENOS IMPORTANTE. (MOSTRAR CARTÃO 24)

A. Exercer cargo de liderança na Assembléia;	
B. Propor muitas leis;	
C. Apoiar o governador;	
D. Conseguir recursos para a sua base eleitoral;	
E. Ter boa inserção na mídia.	
NS	
NR	

[74] Agora vou enumerar uma série de temas polêmicos. Como o(a) Sr(a) se posiciona em relação a cada um deles? O(a) Sr(a) é CONTRA ou A FAVOR de:

	Contra	Depende (NÃO LER)	A favor	NS	NR	[74] SAR
A. Redução da maioria penal;	3	2	1	88	99	66
B. União civil de pessoas do mesmo sexo;	3	2	1	88	99	66
C. Pena de morte;	3	2	1	88	99	66
D. Eutanásia;	3	2	1	88	99	66
E. Descriminalização do uso de drogas;	3	2	1	88	99	66
F. Experiência com células tronco embrionárias;	3	2	1	88	99	66
G. Proibição da venda de armas de fogo.	3	2	1	88	99	66

[75] Por favor, indique sua opinião a respeito do aborto, na escala seguinte, onde 1 significa apoio máximo à afirmação de que... (LER A FRASE) e 10 apoio máximo à afirmação de que... (LER A FRASE). (MOSTRAR CARTÃO 25)

A mulher grávida é a única que tem direito a decidir sobre a moralidade do aborto e sua prática.					O Estado deve considerar ilegal o aborto e penalizá-lo como qualquer outro delito.				NS	NR	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	8	9

[76] Na opinião do(a) Sr(a), a exigência de que os partidos apresentem, no mínimo, 30% de candidaturas de cada gênero tem contribuído para ampliar a participação feminina no Legislativo? Utilize a seguinte escala, onde 1 indica "não contribuiu nada" e 10 "contribuiu muito". (MOSTRAR CARTÃO 26)

Não contribuiu										Contribuiu	
Nada										muito	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99

[77] E o(a) Sr.(a) poderia me dizer a que partido ou partidos políticos foi filiado e em que ano se filiou?

(ENTREVISTADOR: ORDENAR CRONOLOGICAMENTE DA FILIAÇÃO MAIS RECENTE PARA A MAIS ANTIGA)

Partido político	NSA	NR	Ano em que se filiou	NS	NSA	NR
A.	77	99		88	77	99
B.	77	99		88	77	99
C.	77	99		88	77	99
D.	77	99		88	77	99
E.	77	99		88	77	99

[78] (PARA OS QUE JÁ MUDARAM DE PARTIDO ALGUMA VEZ) Gostaria de saber qual foi o fator que MAIS influenciou a sua decisão relativa à sua última mudança de partido.

1. Demanda das bases eleitorais;
2. Apoio à base governista no Legislativo Estadual;
3. Oposição à base governista no Legislativo Estadual;
4. Discordância programática com o partido;
5. Discordância com as indicações do líder;
6. Busca de uma legenda eleitoralmente viável;
7. NSA
8. NS
9. NR

[79] Esta é a primeira legislatura para a qual o(a) Sr.(a) foi eleito deputado(a)?

1. Sim
2. Não
9. NR

[80] O(a) Sr.(a) poderia me dizer se já exerceu algum cargo eletivo (prefeito, vereador, deputado federal, governador, etc.) além do de deputado(a) estadual?

1. Sim
2. Não (PASSAR PARA A PERGUNTA 82)
9. NR

[81] (SOMENTE PARA OS QUE RESPONDERAM SIM NA PERG. ANTERIOR) E, neste caso, poderia me dizer quais foram os TRÊS ÚLTIMOS cargos eletivos, que o(a) Sr.(a) exerceu, além do atual?

- A. _____
7. NSA 8. NS 9. NR
- B. _____
7. NSA 8. NS 9. NR
- C. _____
7. NSA 8. NS 9. NR

[82] O(a) Sr.(a) tem algum familiar que se dedicou ou se dedica atualmente à política?

1. Sim
2. Não (PASSAR P/ A PERG. 84)
8. Não lembra (PASSAR PARA A PERG. 84)
9. NR

[83] Cite, por favor, os três graus de parentesco mais próximos.

- A. _____
7. NSA 8. NS 9. NR
- B. _____
7. NSA 8. NS 9. NR
- C. _____
7. NSA 8. NS 9. NR

[84] Gostaria de saber se o(a) Sr.(a) pretende prosseguir a sua carreira política, depois do fim do atual mandato. A intenção do (a) Sr.(a) é:

1. Candidatar-se novamente a deputado estadual;
2. Candidatar-se a outro cargo eletivo;

[85] (NESSE CASO) Qual? _____

7.NSA 8.NS 9.NR

3. Assumir algum cargo não eletivo;

[86] (NESSE CASO) Qual? _____

7.NSA 8.NS 9.NR

4. Encerrar a sua carreira política.

5. (NÃO LER) Outra resposta. _____
8. NS
9. NR

[87] O(a) Sr.(a) poderia me dizer se já ocupou algum cargo público NÃO eletivo?

1. Sim;
2. Não. (PASSAR PARA A PERG. 90)
9. NR

[88] (SE RESPONDEU "SIM" NA PERGUNTA ANTERIOR). Nesse caso, poderia me dizer quais foram o(s) ÚLTIMO(S) cargos públicos NÃO eletivos que o(a) Sr.(a) ocupou? Até três cargos, por favor.

Cargo público NÃO eletivo

- A. _____
7. NSA 9. NR
- B. _____
7. NSA 9. NR
- C. _____
7. NSA 9. NR

[89] Como se deu o seu ingresso nesses cargos públicos NÃO eletivos?

	Concurso	Indicação política	Outro	NSA	NR
Cargo A	1	2	3	7	9
Cargo B	1	2	3	7	9
Cargo C	1	2	3	7	9

[90] Vamos falar, agora, de seu interesse por política. Considerando uma escala que vai de 1 a 10, sendo 1 "nenhum interesse" e 10 "total interesse", onde o(a) Sr(a) se posiciona em relação a questões de Política Nacional? E de Política Internacional? (MOSTRAR CARTÃO 27)

	Nenhum Interesse										Total Interesse	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	NS	NR
Política Nacional	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
Política Internacional	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99

[91] Com qual frequência o(a) Sr. (a) se informa sobre assuntos de política nacional: todos os dias, duas a três vezes por semana, nos fins de semana, só de vez em quando ou nunca? E de política internacional? (MOSTRAR CARTÃO 28)

	Todos os dias	Dois a três vezes por semana	Nos fins de semana	Só de vez em quando	Não se informa	NS	NR
A. Política Nacional	5	4	3	2	1	8	9
B. Política Internacional	5	4	3	2	1	8	9

[92] Com que frequência o(a) Sr(a) costuma se informar sobre política em...(LER OS ITENS): sempre, às vezes, raramente ou nunca?

	Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca	NS	NR
A. Revistas nacionais semanais:	4	3	2	1	8	9
B. Revistas internacionais semanais.	4	3	2	1	8	9

[93] (NÃO PERGUNTAR) Sexo:

1. Masculino
2. Feminino

[94] Poderia me dizer quantos anos o(a) Sr.(a) tem? IDADE _____

9. NR

[95] E onde o (a) Sr. (a) nasceu?

Cidade: _____

Estado: _____

[96] Após os 16 anos de idade, onde o(a) Sr.(a) viveu a maior parte de sua vida?

Cidade: _____

Estado: _____

[97] Mudando de assunto, o(a) Sr.(a) é adepto de alguma religião?

1. Sim.
2. Não. (PASSAR PARA A PERGUNTA (103)
9. NR

[98] De qual religião?

1. Católica: (PASSAR PARA A PERGUNTA 99)

2. Evangélica. De qual Igreja? _____

(PASSAR PARA A PERGUNTA 101)

3. Espírita: (PASSAR PARA A PERGUNTA 101)

4. Religião Afro-brasileira (PASSAR PARA A PERGUNTA 101)

5. Outra. qual? (NÃO LER) _____

7. NSA 9. NR

[99] (SE A RESPOSTA À PERGUNTA 98 FOR CATÓLICO PERGUNTAR): O(a) Sr.(a) é católico (a):

1. Praticante 2. Não praticante

7. NSA 8. NS 9. NR

[100] Poderia me dizer se o (a) Sr. (a) se considera católico:

1. Carismático;
2. Progressista (teologia da libertação);
3. Conservador ou tradicional.
4. Outra. Qual? _____

7. NSA 8. NS 9. NR

[101] Para a sua carreira política, o apoio da sua Igreja é fundamental? E da sua denominação ou grupo religioso?

	1. SIM	2. NÃO	7. NSA	8. NS	9. NR
Igreja	1	2	7	8	9
Denominação ou Grupo	1	2	7	8	9

[102] Em sua atividade parlamentar, o(a) Sr(a). representa:

1. Principalmente a sua Igreja;
2. Principalmente a sua denominação ou grupo;
3. Não representa a Igreja ou denominação.
7. NSA 8. NS 9. NR

[103] Qual é o seu estado civil? (ENTREVISTADOR: ASSINALE APENAS UMA RESPOSTA)

1. Solteiro(a);
2. Casado(a);
3. Tem união estável;
4. Divorciado(a) ou separado(a);
5. Viúvo(a).
9. NR

(MOSTRAR O CARTÃO 29 E MARCAR O MAIOR NÍVEL DE ESCOLARIDADE)	[104] Qual o maior grau de escolaridade obtido pelo seu pai?	[105] E qual o maior grau de escolaridade obtido pela sua mãe?	[106] Qual é o grau de escolaridade do Sr(a)?
Nenhum:	1	1	1
Primeiro grau incompleto:	2	2	2
Primeiro grau completo	3	3	3
Secundário ou similar incompleto	4	4	4
Secundário ou similar completo	5	5	5
Superior incompleto	6	6	6
Superior completo	7	7	7
Pós-graduação	8	8	8
NSA	77	77	77
NS	88	88	88
NR	99	99	99

[107] Qual era a PRINCIPAL ATIVIDADE que o(a) Sr.(a) exercia antes de se eleger deputado(a)? Refiro-me à sua principal atividade remunerada, aquela que lhe proporcionava as maiores rendas. (ENTREVISTADOR, ESPECIFICAR O MÁXIMO POSSÍVEL A ATIVIDADE QUE O ENTREVISTADO REALIZAVA)

7. NSA 8. NS 9. NR

[108] E, atualmente, o(a) Sr.(a) se dedica apenas à sua atividade parlamentar ou tem outras atividades distintas do seu trabalho como deputado(a)?

1. Dedicar-se só à sua atividade de parlamentar; (PASSAR PARA A PERG.110)
 2. Compatibiliza seu trabalho parlamentar com outras atividades.
9. NR

[109] A atividade que o(a) Sr.(a) desempenha paralelamente à sua atuação parlamentar é a mesma que realizava antes de ser eleito deputado(a), ou é outra nova?

1. A mesma atividade
 2. Outra. Qual? _____
7. NSA 9. NR

[110] O(a) Sr.(a) considera que sua remuneração como deputado(a) é: suficiente, mais ou menos suficiente, ou insuficiente?

1. Suficiente;
 2. Mais ou menos suficiente;
 3. Insuficiente.
9. NR

[111] E em comparação com a renda que o(a) Sr.(a) obtinha antes de sua atual atividade parlamentar, o(a) Sr(a) diria que sua renda atual é muito superior, superior, equivalente, inferior, muito inferior?

5	4	3	2	1	8	9
Muito superior	Superior	Equivalente	Inferior	Muito inferior	NS	NR

[112] Para finalizar esta entrevista, o(a) Sr.(a) poderia me indicar em qual das categorias a seguir incluiria sua renda mensal atual? (MOSTRAR CARTÃO 30):

1. Categoria A: até R\$5.000,00
 2. Categoria B: de R\$ 5.001,00 a R\$10.000,00
 3. Categoria C: de R\$10.001,00 a R\$15.000,00
 4. Categoria D: de R\$15.001,00 a R\$ 20.000,00
 5. Categoria E: R\$ 20.001,00 ou mais
8. NS 9. NR

MUITO OBRIGADO (A)

ATENÇÃO ENTREVISTADOR:

ANOTAR A HORA DO TÉRMINO DA ENTREVISTA:

_____ horas _____ minutos